Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

ANO LXIX - Edição nº 17.332

Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br

SEXTA-FEIRA, 29 DE MARÇO, A SEGUNDA-FEIRA, 1 DE ABRIL DE 2024

A taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas ficou em 5,1%

Desemprego fica em 7,8% no trimestre

A redução no número de pessoas trabalhando foi puxada pela informalidade. Em um trimestre, 581 mil pessoas deixaram de atuar como informais

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 7,8% no trimestre encerrado em fevereiro. O País registrou uma perda de 258 mil vagas no mercado de trabalho no trimestre até fevereiro de 2024 em relação ao trimestre encerrado em novembro de 2023, um recuo de 0,3% na ocupação. A população ocupada totalizou 100,250 milhões de pessoas no trimestre encerrado em fevereiro. Em um ano, mais 2,127 milhões de pessoas encontraram uma ocupação. A coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy, disse que o mercado de trabalho mostrou uma tendência sazonal de aumento na taxa de desemprego neste início de ano, mas 2024 sinaliza um panorama favorável, com a manutenção tanto do avanço do emprego formal quanto da renda do trabalhador. "O resultado atual, de modo geral, reprisa movimentos já registrados em anos anteriores", disse a coordenadora do IBGE. "Na virada de trimestre, na virada de ano, costuma ter esse crescimento (na taxa de desemprego)." "Embora tenha crescimento desse indicador, a gente tem um passado recente de um ano bastante favorável para o mercado de trabalho", pontuou. Em todo o Brasil, há 5,084 milhões de trabalhadores subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. **PÁGINA 2**

DENGUE

Américas podem registrar o pior surto da história

Com mais de 3,5 milhões de casos de dengue contabilizados nos três primeiros meses do ano, o continente americano pode registrar, em 2024, o pior surto da doença em toda a história. O acumulado chega a ser três vezes maior que o total de casos registrados no mesmo período do ano passado. **PÁGINA 8**

EXPLORAÇÃO

Petrobras vai contratar 200 embarcações de apoio

A Petrobras informou na quinta-feira, 28, ter autorizado processos de contratação de embarcações de apoio para a logística de exploração e produção para atender a demanda de curto prazo, em 2025 e 2026. Até 2028, o plano também é contratar cerca de 200 barcos de apoio. **PÁGINA B7**

VISITA

Fabio Charles Pozzebom - Agência Brasil

O PRESIDENTE DA FRANÇA, EMMANUEL MACRON, VOLTOU A CRITICAR A ATUAL REDAÇÃO DO ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA e a desatualização do tratado em relação às diretrizes de sustentabilidade. Na avaliação do líder francês, o país não é "louco" de fechar um tratado que contempla pontos divergentes em relação à atual política da nação europeia. Macron reiterou a crítica e disse que "somos todos loucos" pelo fato de ambos os blocos insistirem em acordos como eram feitos há anos. "Quero recordar aqui que esse texto entre União Europeia e Mercosul é de um acordo negociado e preparado há 20 anos. Estamos só fazendo pequenas alterações. Estamos loucos continuando nessa lógica e paralelamente dizendo no G20 e na COP, biodiversidade, vamos fazer isso, fazer aquilo", afirmou. O presidente da França elogiou também o trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, na reconstrução da democracia brasileira e citou os ataques de 8 de janeiro de 2023 às sedes dos Três Poderes em Brasília. **PÁGINA 6**

JUNHO

Campos Neto: redução do corte pode não ocorrer

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, explicou que a posição, manifestada por alguns diretores da autarquia, sobre a necessidade de reduzir o ritmo de corte dos juros não se refere especificamente à reunião em junho. **PÁGINA 2**

ESTIMATIVAS

Banco Central prevê IPCA de 3,2% em dois anos

PÁGINA 2

MODERNIZAÇÃO

A GALLO ESTÁ DE CARA NOVA. A companhia apresentou sua nova identidade visual, com a logo renovada e uma nova roupagem para as embalagens. **PÁGINA 5**

RECUPERAÇÃO

Marfrig reverte prejuízo e tem lucro de R$ 12 milhões

A Marfrig Global Foods encerrou o quarto trimestre de 2023 com lucro líquido de R$ 12 milhões, revertendo o prejuízo de R$ 628 milhões registrado um ano antes. O Ebitda foi de R$ 2,938 bilhões, alta de 32,1%. **PÁGINA 3**

ENERGIA

EDP arremata lote 13 no leilão de transmissão

PÁGINA 5

LUCRO

Reprodução Facebook

A COSAN ENCERROU O QUARTO TRIMESTRE COM LUCRO DE R$ 2,3 BILHÕES, quase o triplo na comparação com 2022. O aumento ocorreu em função da reversão dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos da Vale. **PÁGINA 4**

IBOVESPA 128.106,10 ↑ 0,33%

Maiores Altas	PREÇO - R$	%	OSCIL.
MARFRIG ON NM	10.31	+12.80%	+1.17
CASAS BAHIA ON NM	6.780	+7.96%	+0.500
SAO MARTINHOON NM	31.03	+3.78%	+1.13
BRF SA ON NM	16.32	+3.42%	+0.54
LOJAS RENNERON EJ NM	16.98	+3.92%	+0.64

Maiores Baixas	PREÇO - R$	%	OSCIL.
AZUL PN N2	13.04	−7.65%	−1.08
BRASKEM PNA N1	26.40	−3.72%	−1.02
CVC BRASIL ON NM	2.90	−4.29%	−0.13
LWSA ON NM	5.84	−2.83%	−0.17
P.ACUCAR-CBDON NM	2.96	−2.63%	−0.08

Mais Negociadas	PREÇO - R$	%	OSCIL.
AMBEV S/A ON	-	-	-
INTER CO DR2	28.80	-	-
COGNA ON ON NM	2.36	−0.84%	−0.02
PETROBRAS PN N2	37.36	+2.22%	+0.81
RAIZEN PN ED N2	-	-	-

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	39.807,37	+0,12%
S&P 500	5.254,35	+0,11%
NASDAQ	16.379,46	-0,12%
DAX 30	18.492,49	+0,083%
FTSE 100	7.952,62	+0,26%
IBEX 35	11.074,60	-0,33%

DÓLAR COMERCIAL		
COMPRA	VENDA	↑ 0,74%
5,015	5,015	

PESO		
COMPRA	VENDA	↑ 0,58%
0,006	0,006	

EURO		
COMPRA	VENDA	↑ 0,36%
5,410	5,410	

LIBRA		
COMPRA	VENDA	↑ 0,50%
6,328	6,332	

OURO	
BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
343,00	2.232,75

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

INCERTEZAS

Campos Neto diz que redução do corte pode não ocorrer em junho

O presidente do BC garantiu que o Copom não está dividido e a decisão sobre juros foi unânime, mas os membros tentaram abrir na ata um debate sobre visões futuras, em que existiam opiniões diferentes

Paulo Pinto - Agência Brasil

Campos Neto reforçou a visão no BC de que as incertezas, tanto domésticas quanto externas, aumentaram, o que leva a autoridade monetária a ser mais dependente de dados

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, explicou na quinta-feira, 28, que a posição, manifestada por alguns diretores da autarquia, sobre a necessidade de reduzir o ritmo do ciclo de flexibilização monetária não se refere especificamente à reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) marcada para junho, nos dias 18 e 19

Como revelado na última ata do Copom, referente à reunião da semana passada, alguns membros do colegiado argumentaram que, se a incerteza permanecer elevada no futuro, um ritmo mais lento de corte de juros pode se tornar apropriado.

Na quinta, na coletiva à imprensa do Relatório Trimestral de Inflação (RTI), Campos Neto disse que esse trecho da ata decorre da intenção do BC de aumentar a transparência dos debates que acontecem no Copom. Ele esclareceu que a discussão sobre o ritmo se deu em torno do horizonte, e não especificamente sobre a reunião de junho.

"Houve um questionamento sobre o ritmo e o caminho do ciclo que nos levaria mais longe e com maior certeza", comentou o presidente do BC.

Ele pontuou que quando se refere na ata a "alguns membros", o BC está indicando que o argumento foi colocado por dois ou mais de seus diretores. Campos Neto enfatizou que, ainda que em uma reunião longa os diretores do BC não convirjam em todos os temas, as decisões do Copom, incluindo a última, têm sido unânimes.

"O Copom não está dividido, a decisão foi unânime. Tentamos abrir na ata um debate sobre visões futuras, em que existiam opiniões diferentes", comentou o presidente do BC. "A gente tentou ser mais transparente", reiterou.

Campos Neto reforçou a visão no BC de que as incertezas, tanto domésticas quanto externas, aumentaram, o que leva a autoridade monetária a ser mais dependente de dados. Apesar disso, ele disse que o cenário base do BC não mudou substancialmente.

Ao falar sobre a retirada, motivada pelas incertezas, da indicação sobre o ritmo de corte de juros a partir de junho, o chamado forward guidance, o presidente do BC afirmou que o instrumento tem benefícios, mas também custos. A vantagem, explicou, é guiar as expectativas do mercado quando há convicção sobre o ambiente econômico. Por outro lado, quando as incertezas aumentam, o valor do forward guidance diminui, trazendo também um custo para o BC mudar a sua comunicação no meio do caminho, ponderou.

O presidente do BC disse que o Copom não se guia por precificações do mercado para definir a taxa básica de juros. O banqueiro central fez esta afirmação ao ser questionado sobre as precificações do mercado para os próximos passos da autoridade monetária.

O presidente do BC acrescentou, inclusive, que a precificação do mercado para o Copom de junho não oscilou muito desde o Copom.

"O Copom não se guia por precificações de mercado para Selic e a precificação do mercado para junho não oscilou muito desde o Copom", disse.

Após ser criticado na quarta-feira, 27, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por não ter discutido a proposta antes com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Banco Central (BC) voltou a pedir que a autonomia financeira da autarquia não seja debatida por meio da imprensa.

"Esse tema não é para ser tratado na mídia, foi o que combinei com o ministro Haddad", disse Campos Neto ao ser questionado sobre o assunto na coletiva do Relatório Trimestral de Inflação (RTI).

Ele frisou que a proposta de emenda constitucional que trata da autonomia financeira do BC não foi encaminhada pela autarquia, mas sim pelo Legislativo. A sua atuação, explicou, tem sido no sentido de "aproximar" do governo a ideia apresentada no Congresso.

"Onde puder, o BC vai ajudar a fazer a conexão entre governo e Congresso, mas não foi um projeto encaminhado pelo Banco Central, mas sim pelo Legislativo", declarou Campos Neto.

Ele afirmou ainda que é um erro o entendimento de que a proposta de autonomia financeira visa só a remuneração dos servidores, uma vez que se trata de uma proposta de modernização administrativa para permitir à autarquia levar adiante projetos de inovação, como foi o Pix. Mais uma vez, Campos Neto observou que 90% dos bancos centrais que têm autonomia operacional contam também com a autonomia financeira.

META

BC prevê inflação de 3,2% em 2026

O Relatório Trimestral de Inflação (RTI) divulgado na quinta-feira, 28 pelo Banco Central manteve a estimativa da autoridade monetária para a inflação de 2026 em 3,2% no cenário de referência. A meta para aquele ano foi definida em 3,0% pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em junho, e o governo avisou na ocasião que iria editar um decreto mudando o regime para meta contínua a partir de 2025.

O RTI também trouxe as estimativas do BC para a inflação em 2024 (3,5%) e 2025 (3,2%). Estas projeções já haviam sido divulgadas na semana passada, no comunicado da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) que reduziu a Selic de 11,25% para 10,75% e sinalizou apenas mais um novo corte de 0,50 pp em maio.

O cenário de referência utiliza câmbio variando conforme a Paridade do Poder de Compra (PPC) e juros do Relatório de Mercado Focus. Para 2024 em diante, o alvo central é de 3,00% com bandas de 1,50% a 4,50%. No último Boletim Focus, os analistas consultados semanalmente pelo BC estimaram o IPCA de 3,75% em 2024, 3,51% em 2025 e 3,50% em 2026.

A chance de a inflação de 2024 estourar o teto da meta de 4,50% no cenário de referência caiu de 23% para 19% entre o RTI de dezembro e março. Já a probabilidade de a inflação ficar abaixo do piso da meta em 2024 (1,50%) também está mais baixa, de 7% para 4%. O centro da meta deste ano é de 3,0%.

Para 2025, a probabilidade de superar a banda superior continuou em 17% e a inferior, foi mantida em 11%. Para 2026, a probabilidade de superar a banda superior também ficou em 17% e a inferior em 11%. O alvo central contínuo a ser perseguido pelo BC a partir de 2025 também é de 3,0%, com os limites variando de 1,5% a 4,5%.

O Banco Central (BC) elevou sua estimativa para a expansão do PIB de 2024 de 1,7% para 1,9%. No geral, houve uma grande mudança das expectativas da autoridade monetária para o consumo do governo e uma reversão da trajetória positiva da agropecuária, que foi o destaque do crescimento no ano passado.

Pelo lado da oferta, o BC alterou a estimativa para a expansão da agropecuária de avanço de 1,0% para uma queda de 1,0%. Em 2023, o setor havia revelado um crescimento de 15,1%, que surpreendeu o mercado. Já a revisão para a indústria foi de alta de 1,7% para 2,2%. No caso dos serviços, o BC mudou a previsão de crescimento de 1,9% para 2,0%.

Em relação aos componentes da demanda, o RTI informou que mantém a projeção de expansão de 2,3% do consumo das famílias, mas alterou significativamente, de 1,1% para 1,9%, a previsão de alta do consumo do governo.

O documento indica ainda que a projeção para 2024 da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - indicador que mede o volume de investimento produtivo na economia - passou de aumento de 1,0% para avanço de 1,5%. Todas as estimativas anteriores constavam do RTI divulgado em dezembro.

No Boletim Focus, a mediana é de crescimento de 1,85% para o PIB deste ano. O Ministério da Fazenda estima expansão de 2,2%.

Diário Comercial
Propriedade de *Editora Diário Comercial Ltda*
Filiado à: ANJ Associação Nacional de Jornais

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br – SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

Acesse nossa edição digital:

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

RENDA MAIOR

Taxa de desemprego no país fica em 7,8% no trimestre até fevereiro

O avanço do emprego formal ajudou a elevar a renda média do trabalhador para R$ 3.110, alta de 1,1% em um trimestre, impulsionando também a massa de salários em circulação na economia

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 7,8% no trimestre encerrado em fevereiro, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados na quinta-feira, 28, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em igual período de 2023, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 8,6%. No trimestre encerrado em janeiro de 2024, a taxa de desocupação estava em 7,6%.

A renda média real do trabalhador foi de R$ 3.110 no trimestre encerrado em fevereiro. O resultado representa alta de 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A massa de renda real habitual paga aos ocupados somou R$ 307,3 bilhões no trimestre até fevereiro, alta de 6,7% ante igual período do ano anterior.

O País registrou uma perda de 258 mil vagas no mercado de trabalho no trimestre até fevereiro de 2024 em relação ao trimestre encerrado em novembro de 2023, um recuo de 0,3% na ocupação. A população ocupada totalizou 100,250 milhões de pessoas no trimestre encerrado em fevereiro. Em um ano, mais 2,127 milhões de pessoas encontraram uma ocupação.

Divulgação

A população ocupada totalizou 100,250 milhões de pessoas no trimestre encerrado em fevereiro. Em um ano, mais 2,127 milhões de pessoas encontraram uma ocupação no Brasil

A população desocupada aumentou em 332 mil pessoas em um trimestre, totalizando 8,535 milhões de desempregados no trimestre até fevereiro. Em um ano, 689 mil pessoas deixaram o desemprego.

A população inativa somou 66,813 milhões de pessoas no trimestre encerrado em fevereiro, 293 mil a mais que no trimestre anterior. Em um ano, esse contingente aumentou em 59 mil pessoas.

O nível da ocupação - porcentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar - ficou em 57,1% no trimestre até fevereiro, ante 57,4% no trimestre até novembro de 2023. No trimestre terminado em fevereiro de 2023, o nível da ocupação era de 56,4%.

O Brasil registrou 3,671 milhões de pessoas em situação de desalento no trimestre encerrado em fevereiro. O resultado significa 293 mil desalentados a mais em relação ao trimestre encerrado em novembro de 2023, um aumento de 8,7%. Em um ano, 299 mil pessoas deixaram a situação de desalento, queda de 7,5%.

A população desalentada é definida como aquela que estava fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: não conseguia trabalho, ou não tinha experiência, ou era muito jovem ou idosa, ou não encontrou trabalho na localidade - e que, se tivesse conseguido trabalho, estaria disponível para assumir a vaga. Os desalentados fazem parte da força de trabalho potencial.

A taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas ficou em 5,1% no trimestre até fevereiro, ante 5,4% no trimestre até novembro de 2023.

Em todo o Brasil, há 5,084 milhões de trabalhadores subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. O indicador inclui as pessoas ocupadas com uma jornada inferior a 40 horas semanais que gostariam de trabalhar por um período maior.

Na passagem do trimestre até novembro de 2023 para o trimestre até fevereiro de 2024, houve um recuo de 379 mil pessoas na população nessa condição. O País tem 23 mil pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas a mais em um ano.

A coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy, disse que o mercado de trabalho mostrou uma tendência sazonal de aumento na taxa de desemprego neste início de ano, mas 2024 sinaliza um panorama favorável, com a manutenção tanto do avanço do emprego formal quanto da renda do trabalhador.

"O resultado atual, de modo geral, reprisa movimentos já registrados em anos anteriores", disse a coordenadora do IBGE. "Na virada de trimestre, na virada de ano, costuma ter esse crescimento (na taxa de desemprego)."

"Embora tenha crescimento desse indicador, a gente tem um passado recente de um ano bastante favorável para o mercado de trabalho", pontuou Adriana Beringuy. "Parece sim ser um ano que se inicia com um panorama favorável, principalmente quando a gente considera que a ocupação ficou (estatisticamente) estável, e que até mesmo o segmento formal dessa ocupação se manteve nesse trimestre encerrado agora em fevereiro de 2024. Temos a sazonalidade, que era esperada, mas, embutida nessa sazonalidade, temos a manutenção do crescimento do trabalho formal como também do próprio rendimento", justificou.

O País registrou um fechamento de 258 mil vagas no mercado de trabalho no trimestre até fevereiro. "De modo geral, quem influenciou essa perda foi a administração pública e a agricultura. E outras atividades, embora não tenham registrado ganho significativo, tiveram desempenho positivo", apontou Beringuy.

A população ocupada totalizou 100,250 milhões de pessoas no trimestre encerrado em fevereiro. Em um ano, mais 2,127 milhões de pessoas encontraram uma ocupação.

"Embora tenha 258 mil pessoas (que perderam a ocupação em um trimestre, ante novembro de 2023), o status dessa variação é de estabilidade. O crescimento da taxa de desocupação é provocado por uma maior procura de trabalho e estabilidade de população ocupada", afirmou a pesquisadora.

A redução no número de pessoas trabalhando foi puxada pela informalidade. Em um trimestre, 581 mil pessoas deixaram de atuar como trabalhadores informais. Ao mesmo tempo, foram abertas 269 mil novas vagas com carteira assinada no setor privado, para um ápice de 37,995 milhões de pessoas trabalhando nessas condições.

O avanço do emprego formal ajudou a elevar a renda média do trabalhador para R$ 3.110, alta de 1,1% em um trimestre, impulsionando também a massa de salários em circulação na economia para novo recorde: R$ 307,226 bilhões de reais, uma expansão de 0,9% em um trimestre, R$ 2,879 bilhões a mais.

DÍVIDA RECUA

Marfrig reverte prejuízo e tem lucro líquido de R$ 12 milhões

A Marfrig Global Foods encerrou o quarto trimestre de 2023 com lucro líquido de R$ 12 milhões, revertendo o prejuízo de R$ 628 milhões registrado um ano antes. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) foi de R$ 2,938 bilhões, alta de 32,1% ante o quarto trimestre de 2022. A margem Ebitda ficou em 8% contra 6% um ano antes. Já a receita líquida caiu 2,2% nos últimos três meses do ano passado, de R$ 37,389 bilhões para R$ 36,564 bilhões.

De acordo com a empresa, a dívida líquida da Marfrig fechou o quarto trimestre de 2023 em R$ 34,53 bilhões, queda de 10,7% ante o igual período de 2022. A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado, passou de 3,03 vezes no quarto trimestre de 2022 para 3,72 vezes ao fim do ano passado. O fluxo de caixa livre recorrente da companhia ficou em R$ 441 milhões ao fim de 2023.

A Marfrig também relatou prejuízo de R$ 1,518 bilhão em 2023, revertendo o lucro líquido de R$ 4,166 bilhões de 2022. A receita líquida cresceu 4,5% no ano, para R$ 136,485 bilhões. Já o Ebitda caiu 27,1%, para R$ 9,295 bilhões.

A operação América do Norte registrou receita líquida de US$ 3,052 bilhões no quarto trimestre de 2023, queda de 0,1% ante igual período de 2022. O Ebitda ficou em US$ 79 milhões, tendo caído 44,5%, com margem Ebitda de 2,6%. Além disso, o lucro bruto foi de R$ 157 milhões, queda de 35,7%, com margem bruta de 5,1%.

Divulgação

Fábrica: a dívida líquida da Marfrig fechou o quarto trimestre de 2023 em R$ 34,53 bilhões, queda de 10,7%

Nos últimos três meses do ano, o volume total comercializado pela unidade de negócios foi de 496 mil toneladas, queda de 11,3%, com 435 mil toneladas destinadas ao mercado interno dos EUA e 61 mil toneladas para exportação.

No acumulado de 2023, a receita líquida da Operação América do Norte foi de US$ 11,948 bilhões, alta de 0,6%. O Ebitda atingiu US$ 484 milhões (-63,4%). No ano, o volume total de vendas foi de 1,978 milhão de toneladas, queda de 5,7% ante 2022.

A Operação América do Sul teve receita líquida de R$ 7,072 bilhões no quarto trimestre, alta de 7%. O lucro bruto da operação somou R$ 1,311 bilhão, crescimento de 41,3%. O Ebitda alcançou R$ 732 milhões, expansão de 38,4%, com margem Ebitda de 10,3%. O volume de vendas da foi de 400 mil toneladas, alta de 0,2%.

No acumulado do ano, a receita líquida da Operação América do Sul chegou a R$ 23,49 bilhões, queda de 15% ante 2022. O Ebitda da operação alcançou R$ 2,344 bilhões, tendo crescido 0,7%. A margem Ebitda ficou em 10%. O lucro bruto foi de R$ 3,9 bilhões, alta de 5,6%.

No quarto trimestre, a BRF, da qual a Marfrig detém mais de 50%, teve receita líquida de R$ 14,386 bilhões (-2,3%), com Ebitda de R$ 1,864 bilhão (+88,7%) e margem Ebitda de 13%.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

CUSTOS MAIORES

Agência Brasil

A receita líquida da Azul teve alta de 13% no trimestre na comparação anual, para R$ 5,03 bilhões, refletindo o aumento na receita de passageiros, apoiado pela contribuição de outros negócios.

Lucro operacional da Azul subiu 68,3% no 4º trimestre

A margem operacional da companhia aérea brasileira atingiu 17,6% no período, uma elevação de 5,8 pontos porcentuais (p.p) na mesma base de comparação.

O lucro operacional da Azul somou R$ 883,2 milhões no quarto trimestre de 2023, uma alta de 68,32% na comparação anual. Com isso, a margem operacional atingiu 17,6% no período, uma elevação de 5,8 pontos porcentuais (p.p) na mesma base de comparação.

Importante ressaltar que, segundo a companhia, os números divulgados não foram auditados, uma vez que o trabalho dos auditores independentes em relação à revisão de tais demonstrações ainda não foi concluído.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia foi de R$ 1,46 bilhão no trimestre, valor 33,65% maior do que o mesmo intervalo de 2022. Com isso, a margem Ebitda ficou em 29,2%, uma alta de 4,5 pontos porcentuais (p.p) na mesma base de comparação.

A receita líquida teve alta de 13% no trimestre na comparação anual, para R$ 5,03 bilhões, refletindo o aumento robusto na receita de passageiros, apoiado pela forte contribuição de outros negócios, segundo a companhia.

No período, os custos e despesas operacionais subiram 5,6% na base anual, para R$ 4,147 bilhões. A Azul registrou um fluxo de caixa livre de R$ 300 milhões no período, após o pagamento de R$ 797,2 milhões em arrendamentos de aeronaves, R$ 499,1 milhões em capex e R$ 438,2 milhões em juros.

Ao final do trimestre, a dívida líquida somava R$ 19,367 bilhões, valor 1,2% menor que o mesmo período do ano anterior. A alavancagem, medida pela relação dívida líquida por Ebitda, era de 3,7 vezes.

Por fim, o resultado financeiro líquido, que não inclui o operacional, ficou negativo em R$ 440,3 milhões, uma alta de 50% na base anual.

Já a Gol registrou prejuízo líquido recorrente de R$ 21,8 milhões no quarto trimestre de 2023, uma redução de 94,3% em relação aos R$ 381,6 milhões negativos reportados no mesmo período de 2022. No critério não ajustado, houve prejuízo líquido de R$ 1,097 bilhão, revertendo lucro líquido de R$ 230,9 milhões um ano antes.

O prejuízo líquido recorrente exclui efeitos de variação cambial e marcação a mercado do componente derivativo do ESSN, no total de R$ 1,1 bilhão.

O Ebitda recorrente da companhia subiu 38,3% na comparação anual, para R$ 1,615 bilhão, com margem de 32%, 7,3 pontos porcentuais acima do quarto trimestre de 2022. Já o Ebit recorrente somou R$ 1,180 bilhão, crescimento de 67,1% na mesma base comparativa.

A companhia registrou R$ 5,0 bilhões de receita operacional líquida, 6,7% superior ao quarto trimestre de 2022 e 32,6% acima da cifra reportada no último trimestre de 2019. As receitas auxiliares somaram R$ 301 milhões, representando 6,0% da receita líquida total no quarto trimestre de 2023.

DÍVIDA AVANÇA

Cosan divulga balanço não auditado com lucro líquido de R$ 2,3 bilhões

A Cosan divulgou informações financeiras não auditadas do quarto trimestre de 2023 e do ano de 2023, em função da troca da empresa responsável pela auditoria. Até o final de 2022, a Ernst Young (EY) era quem realizava a atividade, que passou a ser assumida posteriormente pela BDO.

Na segunda-feira, 25, a Cosan havia informado em fato relevante que excepcionalmente desta vez a auditoria não seria concluída no prazo legal. Segundo a companhia, o atraso ocorre "estritamente em função da data de início dos trabalhos da BDO" e "da quantidade de empresas que precisam ser auditadas no escopo da Cosan, incluindo investidas localizadas no exterior".

A Cosan informou que a data de publicação das demonstrações financeiras de 2023 será atualizada nas próximas semanas e que as empresas estão comprometidas em concluir o processo com celeridade.

Considerando as informações não auditadas, a Cosan informou ter encerrado o quarto trimestre de 2023 com lucro líquido de R$ 2,3 bilhões, quase o triplo na comparação com igual intervalo de 2022, quando a empresa havia apurado R$ 806 milhões (não ajustado).

Segundo a Cosan, o aumento no lucro líquido ocorreu em função da reversão dos efeitos da subvenção, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos da Vale, além da marcação a mercado da valorização das ações da própria Cosan e da Vale.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) somou R$ 4,858 bilhões no período, o que representa um avanço de 21% na comparação com os R$ 3,99 bilhões apurados em 2022 (não ajustado).

A receita líquida, por sua vez, totalizou R$ 9,573 bilhões no último trimestre de 2023, um recuo de 10% ante o apurado um ano antes.

A dívida bruta da Cosan Corporativo alcançou R$ 26,6 bilhões ao final de 2023, maior ante o divulgado no terceiro trimestre, explicado principalmente pelo caixa líquido que a Cosan Oito possuía até 30 de novembro de 2023, informou a empresa, acrescentando que novas captações foram realizadas no período com a oitava emissão de debêntures no valor de R$ 1,25 bilhão e as notas comerciais no valor de R$ 1 bilhão.

A dívida líquida, por sua vez, saltou para R$ 22,8 bilhões. A Cosan destacou que houve acréscimo de R$ 19,2 bilhões no indicador na comparação com o apurado um ano antes, devido ao impacto de novas emissões de debêntures e senior notes realizadas em 2023 "excluindo os efeitos da reclassificação dos títulos e valores mobiliários referentes à participação na Vale que totalizaram R$ 16,3 bilhões", acrescentou a empresa.

A alavancagem finalizou o período em 2,4 vezes ante 1,7 vez registrado no terceiro trimestre de 2023, por conta da menor posição de caixa impulsionada pela reclassificação das ações da Vale. "A alavancagem permanece dentro dos níveis adequados para o grupo mesmo com aumento frente aos trimestres anteriores", disse a companhia.

DÓLAR SURPREENDE

Ibovespa fecha 1º trimestre com perda de 4,53%

O Ibovespa buscou recuperar as perdas do mês na última sessão de março, impulsionado pelos ganhos da Petrobras (ON +2,46%, PN +2,22%), em linha com a valorização em torno de 2% do petróleo no exterior. Apoiado na estatal, o índice conseguiu subir 0,33% e fechar aos 128.106,10 pontos, uma alta de 0,85% na semana.

Não foi o bastante: pressionado pelas perdas da própria Petrobras (ON -7,13%, PN -6,93%) no mês, devido ao temor de ingerência do governo na estatal, o índice de referência da B3 fechou março em queda de 0,71%. Esses receios respingaram em Vale ON, que perdeu 5,13% nesta base.

O índice chega ao fim do primeiro trimestre com perda de 4,53%, a maior desde o mesmo período do ano passado, pressionado pela expectativa de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) vai demorar mais para cortar juros e pela persistente incerteza fiscal doméstica.

O mercado começou o ano não só esperando que o Fed começasse a cortar os juros em março, como também que reduzisse a taxa em até 1,5 ponto porcentual em 2024. Ao longo dos meses, as expectativas foram sendo frustradas e as estimativas migraram para um corte inicial em junho e uma baixa total de 0,75 ponto.

Para o sócio-fundador da Veedha Investimentos Rodrigo Moliterno, a incerteza doméstica também prejudicou o desempenho da Bolsa brasileira. O governo, ele diz, manteve o sinal de que pretende continuar aumentando gastos nos últimos meses, o que fortalece a desconfiança do mercado.

"O Brasil acabou ficando para trás nas disputas pelos recursos, seja por interferência governamental nas empresas, seja por desorientações no plano econômico", afirma.

Hoje (quinta), a recuperação do Ibovespa foi praticamente toda devida à Petrobras. As ações da empresa pegaram carona na elevação dos preços do petróleo, entre 2,23% (WTI) e 1,86% (Brent), que também puxou outras petroleiras, como Prio (ON +3,53%). Dos 87 papéis na carteira teórica, só 42 subiram.

Marfrig ON (+12,80%) teve a maior alta nominal na sessão, após divulgar balanço bem recebido pelo mercado, e Casas Bahia ON (+7,96%) ficou em segundo, em recuperação. Completam a lista das maiores altas Lojas Renner ON (+3,92%) e São Martinho ON (+3,78%).

Na ponta negativa do índice, Azul ON caiu 7,65%, apesar de um balanço considerado positivo. Na sequência, aparecem CVC ON (-4,29%), Braskem PNA (-3,72%) e LWSA ON (-2,83%).

Moliterno, da Veedha, diz que a oscilação contida do índice - entre a mínima de 127.270,19 (-0,33%) e a máxima de 128.363,98 (+0,53%) - ainda reflete a cautela de fim de trimestre e a expectativa por dois acontecimentos amanhã (sexta): a divulgação do PCE americano, medida de inflação preferida do Fed, e uma coletiva do presidente da instituição, Jerome Powell. O giro financeiro do dia ficou em R$ 21 bilhões.

O dólar à vista voltou a superar o nível técnico de R$ 5,00 na quinta-feira, 28, dia marcado por nova onda de fortalecimento da moeda americana tanto em relação a divisas fortes quanto emergentes. À espera de dados de inflação nos EUA e discurso do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, quando os mercados estarão fechados em razão do feriado da Paixão de Cristo, investidores adotaram uma postura cautelosa.

A divisa abriu em alta e superou a barreira psicológica dos R$ 5,00 ainda pela manhã, em meio à alta dos Treasuries curtos, mais ligados às expectativas em torno da condução da política monetária americana. Investidores assimilaram a fala dura do diretor do Fed Christopher Waller na qurta à noite e o avanço de 3,4% na leitura final do PIB dos EUA no quarto trimestre de 2023, levemente acima das expectativas (3,3%).

Com máxima a R$ 5,1079 na última hora de negócios, o dólar à vista encerrou o dia em alta de 0,73%, cotado a R$ 5,0154. Operadores observam que, como é típico de fim de mês, os negócios foram muito influenciados pela rolagem de posições no segmento futuro e pela disputa em torno do fechamento da última taxa ptax do mês. O dólar termina março com ganhos de 0,86%, o que leva a valorização acumulada no primeiro trimestre a 3,34%. A divisa havia encerrado 2023 em baixa de 8,08%.

Apesar de ruídos políticos locais, como o imbróglio envolvendo a retenção dos dividendos extraordinários da Petrobras, analistas observam que o principal indutor da depreciação do real foi à valorização global da moeda americana. Termômetro do comportamento do dólar em relação a seis divisas fortes, em especial euro e iene, o índice DXY também acumulou valorização de pouco mais de 3% no primeiro trimestre.

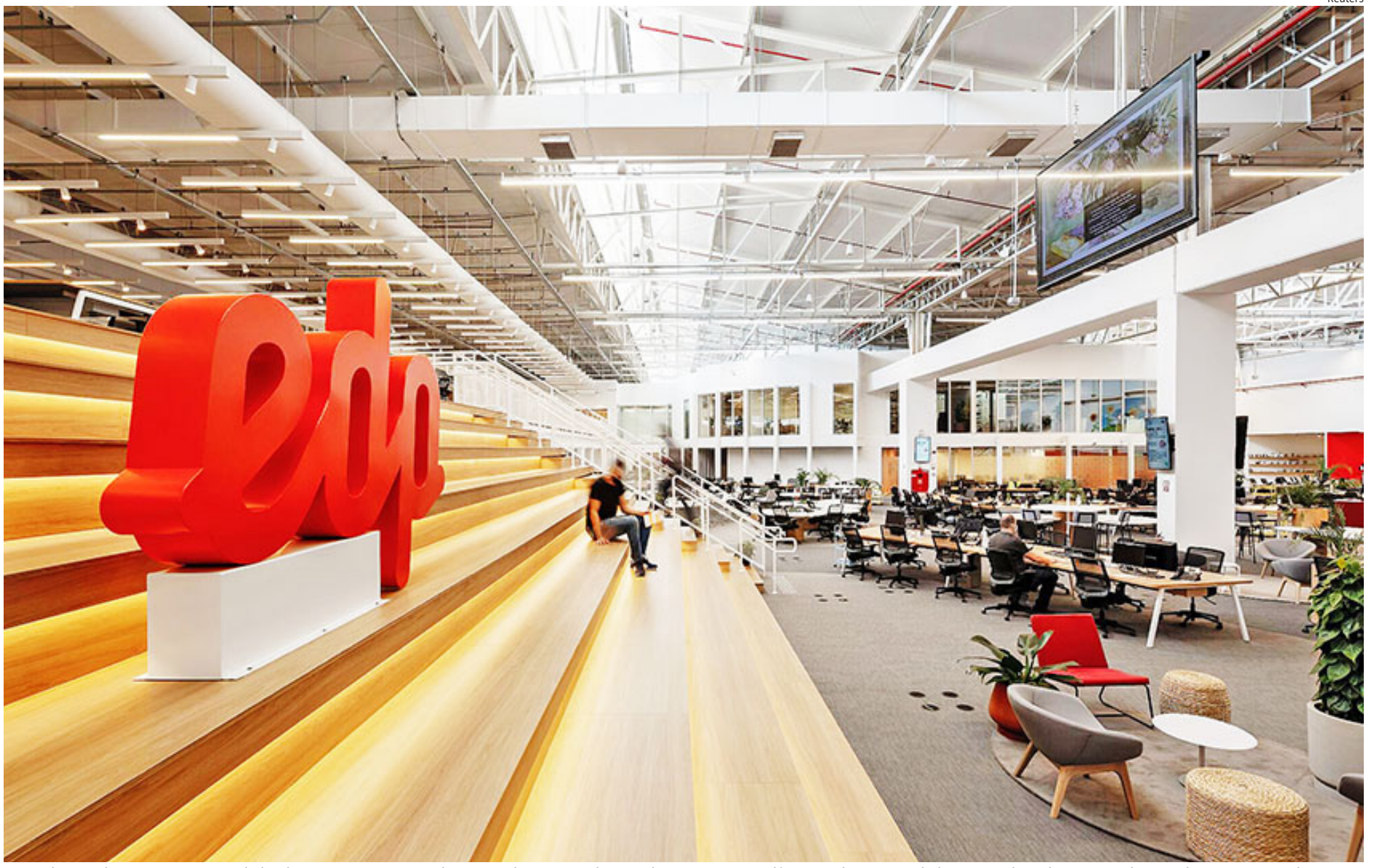
Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

OFERTA

EDP arremata lote 13 de leilão de transmissão, com deságio de 36%

O investimento previsto é de R$ 982,1 milhões, com prazo de conclusão das obras de 60 meses a partir da assinatura do contrato e deve entrar em operação comercial até 30 de junho de 2029

Reuters



EDP: o lote 13 é composto por uma linha de transmissão em 500 kV entre Ribeiro Gonçalves - Colinas, com 366 quilômetros (km), e uma linha em 230 kV, Ribeiro Gonçalves - Balsas, C2, com 95 km

A EDP venceu a disputa viva-voz com a Energisa e arrematou o lote 13 do leilão de transmissão realizado na quinta-feira, 28, na B3, em São Paulo, o último ofertado no certame.

A proposta vencedora compreende uma Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 102,4 milhões, o equivalente a um deságio de 36,21% em relação à máxima estipulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o empreendimento. A RAP máxima é de R$ 160,5 milhões. A oponente Energisa chegou a oferecer lance com desconto de 33,47%.

Um total de 11 proponentes se habilitaram para disputar o lote, incluindo Eletronorte, subsidiária da Eletrobras, Equatorial, Engie, Cymi, Zopone e Celeo Redes. O Fundo de Investimento em Participações Development Warehouse, do BTG, a Neoenergia e o Consórcio Olympus XVII (da Alupar e da Perfin) não apresentaram lance.

O lote 13 é composto por uma linha de transmissão em 500 kV entre Ribeiro Gonçalves - Colinas, com 366 quilômetros (km), e uma linha em 230 kV, Ribeiro Gonçalves - Balsas, C2, com 95 km, totalizando 461 quilômetros entre o Piauí, Maranhão e Tocantins. O investimento previsto é de R$ 982,1 milhões, e o prazo para conclusão das obras é de 60 meses a partir da assinatura do contrato com a Aneel. Portanto, o ativo deve entrar em operação comercial até 30 de junho de 2029.

O grupo Interalli, que atua nas áreas de logística, terminais portuários, agronegócios, automóveis, óleo e gás natural e energia, arrematou o Lote 11. O leilão contempla empreendimentos em 14 estados da Federação em 15 lotes ofertados.

Os 15 lotes de empreendimentos totalizam 6.464 km de linhas de transmissão e subestações com capacidade de transformação de 9.200 MVA, localizados nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

O grupo Interalli integra os Consórcios PARANÁ IV, que também é formado pelas empresas: Enermais Energia - especializada na integração de soluções para implantação de ativos de geração e transmissão de Energia Elétrica, Mega Energy e AMG Participações - que também já atuam no mercado de energia. O consórcio ofertou uma Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 20,4 milhões pelo Lote 11, o que representa um deságio de 42,42% sobre o valor de referência inicial de R$ 35.429.526,11.

O lote 11 tem como objetivo a construção de 75 quilômetros de Linhas de Transmissão no Mato Grosso do Sul, com 74,8 km, para a LT 230 kV Inocência - Ilha Solteira 2, C4, CS, bem como a Subestação (SE) Anastácio de 230/138 quilovolt (kV) com a substituição dos autotransformadores trifásicos TF1 e TF2 230/138 kV de 75 MVA por duas novas unidades 230/138 kV de 100 MVA e um novo pátio 138 kV. No período de 48 meses serão investidos R$ 221.704.919,90.

As instalações de transmissão objeto deste Leilão fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI) e alcançam investimentos da ordem de R$ 18,2 bilhões, com perspectiva de geração de aproximadamente 35.000 empregos durante a construção dos empreendimentos. O prazo para operação comercial dos empreendimentos varia de 36 a 72 meses, para concessões por 30 anos, contados a partir da celebração dos contratos.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) avalia como positivos os resultados do leilão de transmissão, realizado hoje, dia 28 de março, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Esse foi o segundo maior leilão em volumes de investimentos previstos, atrás apenas ao realizado em dezembro passado. Todos os lotes licitados foram arrematados, conforme a expectativa, e o deságio médio foi de 40,78% sobre a Receita Anual Permitida. Este foi o primeiro leilão de Linhas de Transmissão realizado em 2024 e tem a previsão de investimento de R$ 18,2 bilhões nos projetos de construção e manutenção de 6.464 quilômetros em LTs.

"Assim como ocorre no segmento de energia em todo o mundo, o setor elétrico brasileiro passa por transformações aceleradas e as plantas eólicas e solares são o motor de crescimento do parque gerador brasileiro. A ampliação da transmissão é essencial para a integração desses projetos ao SIN e para a consolidação do processo de transição energética ", destaca Luiz Carlos Ciocchi, diretor-geral do ONS.

Em adicional aos necessários investimentos confirmados no leilão, o ONS segue atento ao futuro e desenvolvendo estudos para preservar a segurança da operação do SIN, uma vez que a velocidade de entrega de novas plantas geradoras de energia ainda é superior do que aquela da concretização de projetos de transmissão.

RENOVAÇÃO

Gallo une tradição e modernidade em sua nova identidade visual

A Gallo, marca portuguesa que há mais de cem anos faz parte das refeições de milhões de brasileiros, está de cara nova. A companhia apresenta sua nova identidade visual, com a logo renovada e uma nova roupagem para as embalagens de todo o seu portfólio.

A mudança foi pensada com o intuito de modernizar a marca e reforçar os atributos de sofisticação e sensorialidade, mas sem esquecer das raízes e da tradição tão fortemente construídas ao longo da trajetória da marca.

"Estamos muito felizes em dar vida a este novo ciclo tão importante para a Gallo, no Brasil e no mundo. Temos uma marca forte e consolidada, mas que precisa caminhar lado a lado com seus consumidores. Por meio de uma linguagem visual moderna e marcante, queremos mostrar o poder do sabor de nossos produtos, não somente em elevar o sabor das receitas, mas também em unir as pessoas, onde quer que elas estejam. Fazemos isso há mais de 100 anos, e o nosso objetivo é perpetuar esse nobre propósito", afirma Pedro Gonçalves, diretor de marketing global da Gallo.

A nova logo foi inspirada em uma lenda bastante simbólica para a marca: em 1919, seu fundador, o comerciante Victor Guedes, acordou uma manhã e, abrindo a janela do seu quarto, para ver o amanhecer nos olivais, ouviu um galo cantar. "Foi a partir desta imagem simples, do início de um novo dia, com a força do canto do galo no meio dos olivais, que Victor quis compartilhar ao mundo o sabor e o aroma únicos do seu azeite de oliva. Desde o momento em que foi registrada, há mais de cem anos em Portugal, o galo e o sol fazem parte da identidade da marca", explica Pedro.

Divulgação

Gallo: a mudança foi pensada com o intuito de modernizar a marca e reforçar os atributos de sofisticação

Contudo, "Com o passar dos anos o sol foi perdendo protagonismo na nossa logo e a ideia foi resgatar esse elemento tão rico em significado, mas de forma contemporânea." complementa Pedro.

Para acompanhar a nova logo, as embalagens ganham rótulos com design mais leve e minimalista. Dando destaque ao sabor do produto, a descrição técnica, a nova logo e a origem da marca, com a palavra Portugal em maior destaque, o ano de registro e a assinatura do fundador.

Os azeites Gallo com os novos rótulos já estão chegando aos principais canais de venda. Ao longo de 2024, a marca irá continuar a renovação de seu portfólio, trazendo uma linguagem visual renovada para suas azeitonas em conserva e vinagres.

A logo renovada e o design das embalagens foram desenvolvidas pela Gallo em parceria com o Studio Minerva de Londres, especializado em branding e design de embalagens de grandes marcas globais como Coca-Cola, Moët & Chandon e Schweppes.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

IMPUNIDADE

ONU pede ação imediata para enfrentar problemas no Haiti

O relatório aponta que a corrupção, a impunidade e a má governança, agravadas pelos níveis crescentes de violência de gangues, corroeram o Estado de direito

Um relatório do Escritório dos Direitos Humanos da ONU publicado na quinta-feira apela por ações "imediatas e ousadas" para enfrentar a situação que considera "cataclísmica" no Haiti.

O alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Turk, afirmou que "combater a insegurança deve ser uma prioridade máxima para proteger a população e prevenir mais sofrimento humano".

Para ele é "igualmente importante proteger as instituições essenciais ao Estado de direito, que foram atacadas na sua essência".

O relatório aponta que a corrupção, a impunidade e a má governança, agravadas pelos níveis crescentes de violência de gangues, corroeram o Estado de direito e levaram as instituições do Estado "à beira do colapso".

Segundo o Escritório de Direitos Humanos, nos últimos cinco meses, a violência armada causada por grupos criminosos aumentou significativamente em intensidade e expandiu seu alcance geográfico.

Pelo menos 1.436 pessoas sem envolvimento com gangues foram afetadas. Sendo que 686 foram mortas, 371 feridas e 379 sequestradas entre janeiro e fevereiro de 2024.

Além disso, cerca de 695 membros de gangues foram mortos ou feridos, elevando o número total de pessoas afetadas para 2.131, um aumento de 40% em comparação com o número registrado nos dois meses anteriores.

O relatório afirma que as duas coalizões de gangues presentes na capital do Haiti, a "Família G9" e a "G-Pèp", continuam lutando entre si por expansão de território e fontes criminosas de "receita" ao mesmo tempo em que vivenciam lutas internas dentro de suas respectivas fileiras e coalizões.

Opas - David Lorens Mentor

Haiti: a violência armada causada por grupos criminosos aumentou significativamente em intensidade e expandiu seu alcance geográfico

De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, Unodc, o rendimento das gangues que operam no Haiti provém de diversas fontes, incluindo pagamentos alegadamente feitos por figuras políticas e empresários. Além disso, existem casos de pagamentos mensais de "proteção" de indústrias, empresas ou empreendimentos comerciais que operam em território controlado por gangues.

Já o Escritório de Direitos Humanos alerta que a população vivendo em áreas controladas por gangues não tem sido apenas vítima colateral de confrontos, mas também alvo direto para criar pânico e punir aqueles que vivem sob o controle de gangues rivais.

De acordo com o relatório, as gangues usam sistematicamente a violência sexual para "espalhar o medo, subjugar e punir a população". Durante os ataques de grupos criminosos, várias mulheres e meninas foram vítimas de violação, incluindo estupro coletivo, nas suas casas, muitas vezes depois de terem testemunhado o assassinato de seus maridos. Algumas das vítimas de violação foram mutiladas ou mortas após os ataques.

Os autores do texto também notaram que desde janeiro de 2023, foram registrados o saque ou destruição de mais de 1.880 residências e empresas. A prática está se tornando mais comum, especialmente entre as gangues do departamento de Artibonite, que atacam propriedades agrícolas e roubam centenas de animais pertencentes aos residentes, bens que muitas vezes representam as poupanças de toda uma vida.

Em 2024, aproximadamente 5,5 milhões de haitianos dependem de assistência humanitária, incluindo 3 milhões de crianças, algumas delas sofrendo de desnutrição aguda, o número mais alto já registrado no país.

A última Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar, IPC, de setembro de 2023 mostra que 44% da população, ou 4,35 milhões, sofrem de insegurança alimentar.

O relatório abrange o período de 25 de setembro de 2023 a 29 de fevereiro de 2024 e inclui informações fornecidas pelo Serviço de Direitos Humanos do Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti, Binuh, bem como informações recolhidas por William O'Neill, especialista designado pelo alto comissário sobre a situação dos direitos humanos no Haiti.

VIOLÊNCIA

Homem ataca pessoas com faca e deixa quatro mortos

Quatro pessoas foram mortas e sete ficaram feridas quando um homem começou uma onda de esfaqueamentos na quarta-feira, 28, em vários locais de uma comunidade do norte de Illinois, nos EUA, segundo autoridades.

Um homem de 22 anos está sob custódia da polícia e estava sendo interrogado, segundo a chefe de polícia de Rockford, Carla Redd. Ela disse que uma das pessoas que foi ferida permanece em estado crítico. "Meu coração está com as famílias que estão sofrendo uma perda neste momento", disse Redd aos repórteres.

Ela informou que a polícia de Rockford recebeu uma chamada médica às 13h14, seguida de outras chamadas para a polícia e paramédicos.

"Não acreditamos que haja outros suspeitos em fuga ou foragidos neste momento específico", disse Redd. "No momento, não temos um motivo claro para explicar o que levou esse indivíduo a cometer um crime tão hediondo."

A polícia de Rockford disse inicialmente que cinco pessoas haviam sido feridas. Cori Hilliard, oficial de informações públicas do Gabinete do Xerife do Condado de Winnebago, disse na noite de quarta-feira que mais duas vítimas estavam entre os feridos. Três pessoas morreram no local, a quarta morreu em um hospital.

Mais tarde, a polícia identificou as vítimas como uma menina de 15 anos, uma mulher de 63 anos, um homem de 49 anos e outro de 22 anos. Seus nomes não foram divulgados.

Redd disse que os moradores da área estavam sendo solicitados a analisar as imagens das câmeras de vigilância de suas casas para ver se havia algo relacionado aos ataques.

A população de Rockford é de cerca de 150 mil habitantes e fica a 145 quilômetros a noroeste de Chicago. A violência de quarta-feira ocorreu dias depois que um funcionário adolescente de um Walmart em Rockford foi esfaqueado e morto dentro da loja

"Hoje, estamos chocados com outro ato horrível de violência contra membros inocentes de nossa comunidade", disse o prefeito de Rockford, Tom McNamara. Agora que o suspeito está sob custódia, ele continuou: "Nossa principal preocupação é garantir que os membros de nossa comunidade diretamente afetados por essa violência recebam apoio durante sua cura e recuperação."

O prefeito escreveu na página da cidade no Facebook que "várias jurisdições" estão "trabalhando em várias cenas de crime para desenvolver uma compreensão do que aconteceu em um esforço para evitar que isso aconteça novamente".

O suspeito foi preso por um delegado do xerife do condado de Winnebago depois que eles foram chamados para uma denúncia de invasão de domicílio, disse o xerife Gary Caruana.

"A jovem fugiu dele", disse Caruana sobre um dos sobreviventes. "Ela levou algumas facadas nas mãos e no rosto. Ela está em estado grave. Um dos bons samaritanos parou para ajudá-la. Ele levou algumas facadas. E está sendo examinado."

O morador Eric Patterson disse que estava lutando para entender a violência em sua rua. "Não se pode racionalizar isso", disse Patterson ao Rockford Register Star. "É quase como jogar um videogame, mas é a realidade. Não faz sentido. É como o Grand Theft Auto. 'Vou atropelar o carteiro aqui. Vou esfaquear algumas pessoas ali. Vou entrar nesta casa aqui'".

AUTONOMIA

Moçambique aponta violação injustificada de resolução sobre cessar-fogo em Gaza

O Conselho de Segurança da ONU adotou uma resolução exigindo um cessar-fogo humanitário imediato em Gaza. Moçambique desempenhou um papel central neste processo, apresentando o texto em nome do dos 10 Estados-membros eleitos do Conselho, E10, e liderando as negociações.

O embaixador de Moçambique na ONU, Pedro Comissário, conversou sobre os passos tomados para assegurar os 14 votos a favor e a abstenção dos Estados Unidos. Ele enfatizou que a implementação da decisão é obrigatória por todos os países do mundo, especialmente pelas partes em conflito.

"As decisões do Conselho são sempre obrigatórias e vinculativas. E dirigem-se não só aos 15 membros que compõem o Conselho, como também a todos os 193 Estados-membros. E, na verdade, podemos ir para além disso. As decisões são vinculativas mesmo para além do quadro da Assembleia Geral das Nações Unidas. Portanto, a responsabilidade primária do Conselho de Segurança é adotar a resolução, tomar a decisão sobre a resolução, e seguem-se os passos seguintes em que a responsabilidade fundamental é das próprias partes em conflito e das partes diretamente interessadas"

Unicef - Eyad El Baba

Guerra: os massacres perpetrados pelo Hamas no território israelense não são aceitáveis nem justificáveis

O representante moçambicano afirmou que embora esta obrigação esteja presente na Carta da ONU, a organização é composta por Estados "independentes, soberanos e que têm vontade e autonomia", mesmo perante deliberações coletivas.

No entanto, ao ser questionado sobre a continuidade dos combates em Gaza após a aprovação do texto, ele afirmou que estes atos podem ser encarados como uma "absoluta violação" da resolução.

"É uma violação que não tem justificativa, que apenas constitui um desafio à consciência geral da humanidade e constitui um desafio à própria Carta das Nações Unidas e, portanto, ultrapassa até a dimensão jurídica da implementação da própria resolução para atingir um foro de consciência da humanidade. O que isso quer dizer? Quer dizer que a humanidade, no seu todo, não aceita uma resposta desproporcional aos acontecimentos de 8 de outubro de 2023".

Pedro Comissário disse que "os massacres perpetrados pelo Hamas no território israelense não são aceitáveis nem justificáveis". No entanto, ele afirmou que a morte de mais de 32 mil pessoas em Gaza também é injustificável, até mesmo porque a maior parte "são crianças e mulheres".

"Não há nada na carta que autorize, à luz do artigo 51, que prevê a autodefesa dos Estados, não há nada que permita que haja carnificina de população civil inocente, a coberto do direito de autodefesa. E para além das pessoas, uma destruição de infraestruturas civis, o que é claramente inaceitável e condenado pelo direito internacional no seu todo".

Ao abordar o processo de negociação do texto, o representante de Moçambique afirmou que "a linha mais difícil da negociação" foi a interlocução com os Estados Unidos. Segundo ele, a superação das divergências exigiu muita flexibilidade, compreensão e consultas, que só foram finalizadas pouco antes da votação.

"Fizemos muitas concessões que realmente não teríamos feito noutras circunstâncias e veja que mesmo na manhã do dia 25, quando tudo parecia resolvido, quando tudo indicava que havia um consenso no seio dos 15, apareceu, mais uma questão que quase que ia deitar fora todo o esforço empreendido. E isto foi devido a uma emenda que os Estados Unidos apresentaram para mudar um termo ligeiro dentro da resolução. Fizemos rapidamente consultas entre nós e decidimos que deveríamos acomodar os Estados Unidos e assim avançou a resolução".

Pedro Comissário afirmou que Moçambique procurou sempre como coordenador ter um papel de "baixar as tensões e desdramatizar a situação", colocando o foco em aprovar algo que pudesse ser útil para as populações palestinas.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

BIODIVERSIDADE

Macron diz que seria 'louco' fechar acordo Mercosul-UE

O presidente francês afirmou que esses acordos são um freio em relação ao que estamos fazendo para retirar o carbono e para lutar em prol da biodiversidade

O presidente da França, Emmanuel Macron, voltou a criticar a atual redação do acordo Mercosul-União Europeia e a desatualização do tratado em relação às diretrizes de sustentabilidade. Na avaliação do líder francês, o país não é "louco" de fechar um tratado que contempla pontos divergentes em relação à atual política da nação europeia.

"Esses acordos são um freio em relação ao que estamos fazendo para retirar o carbono das economias e para lutar em prol da biodiversidade. Nós, europeus, temos o texto mais exigente do mundo em relação a desmatamento e descarbonização", disse em declaração à imprensa após reunião bilateral com o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, na quinta-feira, 28.

"Pedimos aos nossos agricultores, industriais que façam transformações históricas. Mas se os nossos textos dizem: 'Vamos abrir para produtos que não respeitam estes acordos'? Somos loucos? Não vai funcionar", acrescentou o líder francês.

Macron reiterou a crítica e disse que "somos todos loucos" pelo fato de ambos os blocos insistirem em acordos como eram feitos há anos. "Quero recordar aqui que esse texto entre União Europeia e Mercosul é de um acordo negociado e preparado há 20 anos. Estamos só fazendo pequenas alterações. Estamos loucos continuando nessa lógica e paralelamente dizendo no G20 e na COP, biodiversidade, vamos fazer isso, fazer aquilo", afirmou.

O presidente da França defendeu o posicionamento do Brasil em relação à crise na Venezuela. Em sua avaliação, desde o início, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve uma "ótima posição" em relação à situação do país vizinho.

"Sobre crise na Venezuela, faço questão de citar, desde o início, o presidente Lula teve uma ótima posição", disse.

De acordo com Macron, foi discutida uma iniciativa com a qual ambos concordam para que se encontre uma saída para a crise. A mesma concordância de ideias, segundo ele, ocorreu também em relação à crise no Haiti.

O presidente da França elogiou o trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, na reconstrução da democracia brasileira e citou os ataques de 8 de janeiro de 2023 às sedes dos Três Poderes em Brasília. Na avaliação do líder francês, o governo brasileiro conseguiu "resistir" às forças extremas.

"A maneira como o Brasil conseguiu reconstituir os equilíbrios da democracia e levar a cabo esse combate internacional significa muitíssimo para nós", disse. De acordo com Macron, há admiração e amizade por parte da França em relação ao Brasil

"Ninguém está a salvo de forças muito extremas que vêm estremecer a democracia, e a força da democracia do Brasil foi de resistir a isso", complementou. "Me sinto imensamente honrado de estar aqui ao seu lado".

Macron disse que a França irá se reunir às iniciativas contra garimpo ilegal e contrabando de ouro. Na esteira de um trabalho em conjunto entre os dois países, o líder francês convidou Lula para uma visita de Estado à nação europeia em 2025.

O presidente Lula voltou a criticar a postura do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) diante das guerras na Ucrânia e em Gaza, o que chamou de "paralisia alarmante e inexplicável". Ao defender o cessar-fogo nos conflitos, Lula rechaçou manifestações antissemitistas e islamofóbicas e afirmou que seguirá trabalhando para que a América Latina seja uma região sem conflitos.

"A paralisia do Conselho de Segurança frente às guerras na Ucrânia e em Gaza é alarmante e inexplicável. As teses que questionam a obrigatoriedade do cumprimento da recente determinação de cessar-fogo em Gaza durante o Ramadã corroem mais uma vez a autoridade do Conselho", disse, em declaração à imprensa após reunião bilateral com o presidente da França, Emmanuel Macron, na quinta-feira, 28. "Falar em um mundo baseado em regras que não são multilateralmente acordadas significa retroceder séculos."

De acordo com Lula, no encontro, o Brasil reiterou a "crença inabalável" do País no diálogo e defesa da paz. "Meu governo seguirá trabalhando com afinco para que a América Latina e Caribe continuem sendo uma zona sem conflitos, onde prevaleça o diálogo e o direito internacional", reiterou o líder brasileiro

Lula voltou a defender a posição brasileira contra qualquer manifestação de antissemitismo e islamofobia. Na avaliação do petista, "não podemos permitir que a intolerância religiosa se instale entre nós".

Agência Brasil

O presidente da França, Emmanuel Macron, é recebido pelo presidnete Luiz Inácio lula da Silva, em cerimônia oficial no Palácio do Planalto

HONRARIA

Presidente concede a Macron a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul ao presidente da França, Emmanuel Macron, que cumpre visita de Estado ao país essa semana. O decreto de condecoração foi publicado na edição do Diário Oficial da União (DOU) de quinta-feira (28), dia que Macron está em Brasília para reunião e almoço com Lula e autoridades da República. Instituída pelo imperador D. Pedro I, ainda em 1822, como Ordem Imperial do Cruzeiro, a honraria é, desde 1932, destinada exclusivamente a personalidades estrangeiras, sendo a mais alta condecoração concedida a um cidadão não-brasileiro.

Macron chegou ao Palácio do Planalto no início da tarde de quinta. Recebido com honras de chefe de Estado, ele caminhou pela Praça dos Três Poderes e subiu à rampa da sede do governo federal, onde foi recebido por Lula e pela primeira-dama Janja da Silva. Em seguida, eles participaram de uma reunião bilateral. A imposição da honraria ocorreu logo após a reunião. Depois disso, foi o presidente francês que concedeu, desta vez à primeira-dama Janja da Silva, a insígnia da Legião de Honra no grau de oficial. A principal honraria francesa já foi recebida por Lula no passado. Na sequência, os dois presidentes fizeram uma declaração à imprensa. O compromisso seguinte de Macron e Lula é um almoço no Palácio do Itamaraty.

O presidente da França, Emmanuel Macron, teve uma agenda agitada em três dias no Brasil, passando por quatro cidades diferentes. Macron desembarcou em Belém na terça-feira, 26, viajou para Rio de Janeiro e São Paulo na quarta-feira, 27, e encerrou na quinta-feira, 28, a passagem pelo País em Brasília.

Macron conversou com lideranças indígenas, tirou fotos em clima amigável com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participou de um batismo de submarino e tirou selfies na Avenida Paulista, principal cartão postal da cidade de São Paulo.

O presidente francês desembarcou em Belém na terça-feira e foi recebido por Lula. Os dois presidentes visitaram a Ilha do Combu para conhecer a produção artesanal de cacau. Na ilha, Macron condecorou o líder indígena Cacique Raoni, da etnia Kaiapó, com a medalha da Ordem Nacional da Legião de Honra, a mais alta condecoração da França e prometeu apoiar a causa indígena.

Macron afirmou que havia se comprometido com Raoni, que há anos mantém estreita colaboração com autoridades francesas e costuma viajar a Paris, "a conhecer esta floresta tão cobiçada" e reconheceu que Raoni "sempre lutou para defendê-la durante décadas". Ele disse que está comprometido em financiar atividades do indígena e lançar um instituto.

O presidente francês apontou que o cacique atua como um embaixador dos direitos dos indígenas e da proteção da Amazônia, interlocutor de governos e um "sentinela do seu território", enquanto Lula clicava fotos de ambos.

Lula e Macron anunciaram também um programa que pretende investir 1 bilhão de euros (R$ 5,4 bilhões) na bioeconomia da Amazônia brasileira e da Guiana Francesa, território ultramarino da França na América do Sul. Os investimentos devem ser direcionados principalmente para ações de conservação e manejo sustentável das florestas e o planejamento e valorização econômica dos ecossistemas e áreas florestais.

O presidente da França seguiu para o Rio de Janeiro onde participou da cerimônia de batismo de um dos cinco submarino de uma parceria entre Brasil e França firmada em 2008.

No Porto de Itaguaí, no Rio, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, batizou o submarino Tonelero, que foi construído pelo Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), em 2008. O Tonelero é o terceiro submarino convencional com propulsão diesel-elétrica construído totalmente no Brasil.

O Tonelero é o terceiro submarino convencional com propulsão diesel-elétrica construído totalmente no Brasil pelo Prosub. O programa é uma iniciativa que teve origem em acordo firmado com a França, em 2008, no segundo mandato de Lula na Presidência. Desenvolvido para a construção das embarcações, o Prosub utiliza da transferência de tecnologia entre os países para o desenvolvimento de quatro submarinos convencionais da classe da embarcação francesa Scorpène e a fabricação do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear.

Na cerimônia, Macron ressaltou a parceria entre Paris e Brasília e afirmou que os dois países têm a mesma visão de mundo. "Rejeitamos o mundo que seja prisioneiro da conflituosidade entre duas grandes potências", ressaltou o presidente francês.

ESCLARECIMENTO

MEC notifica universidades que têm cursos sem autorização

O Ministério da Educação (MEC) notificou na quinta-feira (28) seis instituições de educação superior que anunciaram novos cursos de medicina sem ter a devida autorização do MEC. A pasta alega que as instituições em situação irregular realizaram vestibular para o curso de medicina, a partir de decisão judicial provisória.

Além da notificação, as universidades não devem oferecer as vagas para o curso e, se este procedimento já tiver sido iniciado, a oferta de vagas aos estudantes deve ser suspensa imediatamente.

A notificação ainda determina a divulgação de uma nota pública no próprio site da instituição de ensino, nas redes sociais, além de locais onde foram feitas as ofertas com o devido esclarecimento sobre o referido curso de medicina ainda não possuir autorização obrigatória do MEC para funcionar. O comunicado ainda deve trazer a informação de que o processo seletivo para as vagas de medicina foi realizado apenas com autorização judicial em decisão liminar, ou seja, provisória.

As instituições têm o prazo de cinco dias corridos, desde a data do recebimento da notificação, para prestar esclarecimentos à Diretoria de Supervisão da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC. No prazo de 15 dias, essas instituições deverão apresentar comprovação do cumprimento das medidas cautelares contados a partir da notificação, e terão 30 dias para apresentação de recurso.

O não cumprimento da orientação do MEC poderá resultar em irregularidade administrativa, conforme previsto em lei, passível de aplicação de penalidades, como desativação de cursos e habilitações; intervenção federal na universidade; e descredenciamento.

O MEC justifica a medida como necessária para o estabelecimento de um padrão para decidir sobre os pedidos instaurados por força de decisão judicial e a inclusão de modificações pontuais mais coerente com o Programa Mais Médicos, que tem o objetivo é suprir a carência destes profissionais de saúde nos municípios do interior do país e nas periferias das grandes cidades.

O MEC também revogou a portaria nº 397/2023, que trata do processamento de pedidos de autorização de novos cursos de Medicina e de aumento de vagas em cursos de Medicina já existente

Entre as instituições apontadas pelo MEC estão o Centro Universitário Facens (Unifacens), de Sorocaba (SP), e o Centro Universitário Mauá de Brasília (Unimauá), com sede em Taguatinga Sul (DF). As duas instituições de educação superior ainda mantêm nas páginas iniciais de seus respectivos sites a oferta do curso de medicina.

No site do Centro Universitário Facens, um alerta abaixo da publicação sobre a segunda chamada do vestibular de medicina comunica ao internauta que "o processo seletivo foi autorizado judicialmente em decisão proferida pela 5ª Turma do TRF-1 [Tribunal Regional Federal] no processo judicial nº 1066986-35.2020.4.01.3400."

Procurada pela reportagem, a Unimauá confirmou estar ciente da determinação do MEC e lamentou a decisão. A entidade disse que as aulas da primeira turma de medicina iniciaram em fevereiro deste ano e se defendeu e respondeu que seu curso de medicina cumpriu todos os requisitos de qualidade impostos pela legislação vigente, obtendo notas máximas em todas as avaliações promovidas pelo MEC.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

EMERGÊNCIA

Américas podem ter o pior surto de dengue da história

Barbosa disse que a estratégia de vacinação para combater a dengue pode levar até oito anos para efetivamente reduzir a transmissão da doença em meio a epidemias

Com mais de 3,5 milhões de casos de dengue contabilizados nos três primeiros meses do ano, o continente americano pode registrar, em 2024, o pior surto da doença em toda a história. O acumulado chega a ser três vezes maior que o total de casos registrados no mesmo período do ano passado. O alerta foi feito na quinta-feira (28) pela Organização Pan-americana da Saúde (Opas).

Brasil, Argentina e Paraguai, segundo a entidade, respondem por mais de 90% dos casos e por mais de 80% das mortes por dengue nas Américas. Dados da Opas mostram que o Brasil aparece em primeiro lugar no ranking, com 2.966.339 casos e 758 mortes, seguido pelo Paraguai, com 191.923 casos e 50 mortes, e pela Argentina, com 134.202 casos e 96 mortes.

Em coletiva de imprensa, o diretor-geral da Opas, Jarbas Barbosa, classificou a situação no continente como preocupante. Ele lembrou que mesmo países como Barbados, Costa Rica e Guatemala, onde os surtos de dengue geralmente acontecem no segundo semestre, já relatam aumento de casos da doença. Porto Rico, por exemplo, decretou situação de emergência por dengue no início da semana.

Jarbas destacou que, em 2024, os quatro sorotipos da dengue circulam pelas Américas e que, quando há circulação de dois ou mais sorotipos, o risco de casos graves aumenta consideravelmente. Até o momento, dados da Opas indicam que pelo menos 21 países do continente já reportaram circulação de mais de um sorotipo, incluindo o Brasil.

Para o diretor-geral da Opas, as causas ambientais desempenham "papel fundamental" no cenário epidemiológico identificado nas Américas. Jarbas citou, como exemplo, as altas temperaturas, as ondas de calor e as secas intensas que levam a população a armazenar água de forma inadequada, além de inundações que contribuem para o aumento da circulação do mosquito vetor.

Questionado se não seria o caso de declarar emergência em saúde pública de interesse internacional, como aconteceu com o vírus Zika em 2016, Jarbas explicou que se tratam de cenários bastante distintos. Em 2016, segundo ele, a emergência foi decretada em razão de uma forte relação entre o vírus Zika e casos de microcefalia em bebês cujas mães foram infectadas.

Divulgação

Combate à dengue: as causas ambientais desempenham "papel fundamental" no cenário epidemiológico identificado

"A Organização Mundial da Saúde (OMS), de forma acertada, declarou a emergência até que pudéssemos ter uma avaliação do que estava acontecendo", disse. "Na dengue, a única novidade é o aumento na transmissão, mas não há mudança na expressão clínica da doença ou nos sintomas", completou.

"A dengue é um desafio importante. Quando temos uma epidemia, a circulação é tão forte que quase todas as pessoas têm contato com aquele sorotipo. Depois, passamos um período de três ou quatro anos até que tenhamos outro surto. Parece que a doença desapareceu, foi embora", concluiu Jarbas, ao destacar a necessidade de programas permanentes nas Américas para identificar precocemente novos surtos.

Barbosa disse que a estratégia de vacinação para combater a dengue pode levar até oito anos para efetivamente reduzir a transmissão da doença em meio a epidemias como a enfrentada atualmente nas Américas.

"É importante ressaltar que a vacina que está disponível é uma vacina de duas doses e que precisa de três meses entre uma dose e outra. Ou seja, a vacina não é uma ferramenta para controlar a transmissão neste momento", detalhou. "A grande ferramenta de controle da transmissão da dengue segue sendo a eliminação dos criadouros do mosquito."

Em entrevista à imprensa, Jarbas lembrou que o laboratório japonês Tateka, responsável pela produção da vacina Qdenga, possui capacidade limitada de fabricação de doses. O Brasil, neste momento, segundo ele, é o país do continente que mais conta com doses disponíveis para a população em termos absolutos.

O diretor-geral da Opas destacou que, por se tratar de uma vacina recém-aprovada por agências de vigilância sanitária, é importante que os sistemas de saúde nas Américas monitorem o cenário. Dados de eficácia da vacina para o sorotipo 3 da dengue, segundo ele, são limitados por terem sido levantados em um período em que quase não havia circulação do sorotipo.

Jarbas também comentou os avanços da vacina contra a dengue desenvolvida pelo Instituto Butantan, que se encontra na fase 3 de estudos clínicos. Para o diretor-geral, a vacina, em dose única, pode contribuir positivamente em cenários de transmissão acelerada da doença. "Mas, provavelmente, só estará disponível em 2025".

REGISTRO EMPRESARIAL

Jucerja treina colaboradores e servidores do Fale Conosco

Divulgação

Treinamento sobre o atendimento do Fale Conosco na Jucerja

Em busca da excelencia no atendimento aos usuários, a Jucerja realizou na última quarta-feira (27), o 1º treinamento sobre Redesim para servidores e colaboradores que respondem seu canal Fale Conosco.

Entre os tópicos abordados, "o papel da Jucerja na Redesimples", "etapas da integração" e "legalização de inscrição municipal", entre outros.

O treinamento foi dado pela Coordenadora de Treinamentos do Sistema de Registro Integrado (Regin), Heloise Santos, e teve a participação do Coordenador da Redesim, Daniel Leite.

O evento realizado na sede da autarquia carioca contou com a participação de funcionários das áreas de registro, cadastro, livros, autenticação, legalização de MEIs, entre outros.

O Fale Conosco atualmente é o único canal de atendimento da Jucerja aos usuários.

Junta apresenta projeto Avança Mulher Empreendedora no RS

O projeto Avança Mulher Empreendedora, lançado no South Summit Brazil 2024 no último dia 22 foi apresentado pela diretora da Escola JucisRS, Priscila Bühler durante Sessão Plenária realizada na sede da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul - JucisRS - na manhã desta quinta-feira (28).

O programa oferecerá capacitação e é voltado para que Mulheres em situação de vulnerabilidade social possam abrir seu próprio negócio. O objetivo é promover o Empreendedorismo Feminino, tendo cinco pilares: formalização, capacitação e gestão do negócio, linhas de crédito, networking e empoderamento feminino.

Priscila enfatizou que a formalização é uma das finalidades do projeto. "O Avança Mulher Empreendedora ajudará as Mulheres que desejam abrir um empreendimento e ter acesso aos benefícios de formalizar seu negócio", ressaltou ela.

Reprodução / JucisRS

Cilene Sabino, presidente da Jucepa, foi reeleita para mais um mandato no comando da Fenaju

Diretoria da Fenaju é eleita para a gestão 2024/2025

Em Assembleia Geral Ordinária realizada nesta terça-feira (26) em João Pessoa, na Paraíba, a chapa "Fenaju segue unida" foi eleita por aclamação para a gestão 2024-2025 da Federação Nacional das Junstas Comerciais.

Cilene Sabino, presidente da Junta Comercial do Pará (Jucepa), foi reeleita para ocupar a presidência da federação, tendo como vice Gregória Benário, presidente da Junta Comercial da Paraíba.

Confira os outros nomes que compõem a diretoria que assumiu a gestão do órgão nacional:

- Cilene Sabino - Presidente
- Gregória Benário - Vice-presidente
- Sérgio Romay - Secretário Geral
- Alzenir Porto - Diretora Administrativa e Financeira
- Fernando Baldissera - Diretor Institucional
- José Alberto Anísio - Vice-presidente Norte
- Marise Chastinet - Vice-presidente Nordeste
- Nivaldo Rocha - Vice-presidente Centro-Oeste
- Paulo Menegueli - Vice-presidente Sudeste
- Marcos Rigoni de Mello - Vice-presidente Sul

Conselho Fiscal:
- Marcio Shimomoto
- Nayara Honorato
- Ricardo Dória

Para Cilene Sabino, a presidência da Federação das Juntas Comerciais projeta as juntas comerciais no mapa nacional.

"É com muita humildade, e cheia de vontade de servir, que pretendo liderar pela quarta vez a presidência dessa entidade que reúne as juntas comerciais do Brasil. Seja pela ótica nacional ou regional, a classe empresarial e as juntas estão unidas, o nosso objetivo é promover o fomento da economia e a desburocratização, visando o fortalecimento do ambiente de negócios no país", afirma a gestora.

Presidentes de Juntas se reúnem em João Pessoa (PB)

Nos dias 26 e 27 de março, a capital paraibana, João Pessoa, foi sede central das discussões sobre o registro mercantil no Brasil, durante a reunião nacional entre presidentes de Juntas Comerciais.

Organizado pela Federação Nacional das Juntas Comerciais (Fenaju), em colaboração com a Junta Comercial da Paraíba (Jucep), o evento que ocorreu no auditório do Hotel Sesc Cabo Branco é uma oportunidade ímpar para fortalecer o ambiente empresarial em todo o país.

Com o intuito de impulsionar o registro mercantil e promover a colaboração entre diferentes regiões do Brasil, o encontro mensal dos presidentes de Juntas Comerciais acontece mensalmente, em diferentes estados, oportunizando a oportunidade da discussão dos mais variados temas que são cruciais para o desenvolvimento empresarial. Além permitir a oportunidade do compartilhamento ideias, experiências e estratégias, visando à construção de um futuro mais próspero e colaborativo para o setor.

A abertura contou com a presença da Secretária de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba, Rosália Lucas.

O colegiado de presidentes discute temas importantes para impulsionar o ambiente empresarial do país, oferecendo uma oportunidade única para compartilhar ideias e promover a colaboração entre as diferentes regiões do Brasil.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

BANCO GUANABARA S.A.

CNPJ/MF nº 31.880.826/0001-16

RELATÓRIO DA DIRETORIA. Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas de acordo com a legislação societárias adaptadas às normas do Banco Central do Brasil, para os exercícios findos em 31/12/2023. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. A Diretoria.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Rio de janeiro, 28 de março de 2024. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Guanabara S.A., ("Banco"), submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com o relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. O ano de 2023 foi um ano de consolidação para o Banco Guanabara. Apesar do ambiente de crédito restritivo e elevado patamar das taxas de juros, a carteira de crédito encerrou 2023 com aproximadamente R$ 1,2 bilhão, refletindo um crescimento de 28% em relação ao ano de 2022. Em 2023, o BG se credenciou como entidade repassadora do FUNCAFE (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira), sendo o primeiro repasse efetuado em janeiro de 2024. Em relação às fontes de captação, o BG alcançou em 2023, o montante de R$1,3 bilhões, o que representou um crescimento de 50% em comparação a 2022. Este incremento foi baseado nas modalidades de Depósitos a Prazo e Letras de Crédito (LCI+LCA) e na consolidação de parcerias, o que nos permitiu uma maior capilaridade sem um impacto significativo no custo de captação. Em abril de 2023, o Banco Central homologou a carteira de câmbio, passo importante para a estratégia de diversificação de produtos e serviços definida pela Alta Administração. A operacionalização desta carteira se iniciou no 2º semestre. O Internet Banking do BG, vem trazendo aos clientes uma maior autonomia, e nos inseriu num processo de constante de desenvolvimento, aprimoramento e investimento. Muito há ainda para ser feito e para 2024, a prestação de serviços automatizados e o acesso via mobile serão a prioridade. Os bons resultados obtidos na primeira metade do ano se repetiram no segundo semestre, o que corrobora a estratégia de diversificação no portfólio de produtos e serviços. Mesmo com as dificuldades no mundo corporativo e com os investimentos necessários, conseguimos manter o caminho do crescimento não só de carteira, mas também de resultados. Nosso Patrimônio encerrou 2023 com o valor de R$223,8 milhões, o que representou um crescimento de 14 % em relação a 2022, sendo o índice de basiléia de 18,21%. Que venha 2024 como novos desafios e novas vitórias.

Balanços Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante		**1.122.497**	**755.861**	**1.122.503**	**755.866**
Caixa e equivalentes de caixa	4	**420.806**	**197.538**	**420.808**	**197.538**
Disponibilidades		110.670	3.046	110.672	3.046
Aplicações interfinanceiras de liquidez		310.136	194.492	310.136	194.492
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.a	**145.975**	**127.106**	**145.975**	**127.106**
Carteira própria		145.975	127.106	145.975	127.106
Relações interfinanceiras		**-**	**114**	**-**	**114**
Correspondentes		-	114	-	114
Dependência no País		**8.612**	**7.782**	**8.611**	**7.782**
Transferências Internas de Recursos	6	8.612	7.782	8.611	7.782
Operações de créditos	7 e 8	**544.572**	**422.409**	**544.573**	**422.409**
Setor privado	7.a	568.489	443.857	568.489	443.857
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.a	(23.918)	(21.448)	(23.917)	(21.448)
Outros créditos		**931**	**750**	**937**	**755**
Rendas a Receber		14	-	14	
Diversos		964	786	969	791
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.a	(46)	(36)	(46)	(36)
Outros valores e bens		**1.599**	**162**	**1.599**	**162**
Outros valores e bens		1.339	-	1.339	-
Despesas antecipadas		260	162	260	162
Não Circulante		**579.239**	**396.169**	**579.034**	**395.964**
Realizável a Longo Prazo		**576.932**	**394.085**	**576.931**	**394.084**
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	194.492	-	194.492
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	194.492	-	194.492
Títulos e valores mobiliários	5.a	**120.040**	**18.789**	**120.040**	**18.789**
Carteira própria		120.040	18.789	120.040	18.789
Relações interfinanceiras		**1.641**	**1.274**	**1.641**	**1.274**
Créditos Vinculados		1.641	1.274	1.641	1.274
Operações de crédito	7 e 8	**421.966**	**342.351**	**421.965**	**342.351**
Setor privado	7.a	437.585	359.965	437.585	359.965
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito longo prazo	8.a	(15.619)	(17.614)	(15.620)	(17.614)
Outros créditos		**375**	**1.269**	**375**	**1.269**
Diversos		396	1.325	396	1.325
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito longo prazo	8.a	(21)	(56)	(21)	(56)
Outros valores e bens		**32.909**	**30.402**	**32.909**	**30.402**
Outros valores e bens		32.638	30.402	32.638	30.402
Despesas Antecipadas		271	-	271	-
Permanente		**2.308**	**2.084**	**2.103**	**1.879**
Investimentos	9	**976**	**976**	**771**	**771**
Participação em controladas - no País		205	205	-	-
Outros investimentos		771	771	771	771
Imobilizado	10	774	636	774	245
Outras imobilizações de uso		6.055	5.653	6.055	2.487
Depreciações acumuladas		(5.281)	(5.017)	(5.281)	(2.242)
Intangível	11	**558**	**472**	**558**	**863**
Ativos intangíveis		1.643	1.386	1.643	4.553
Amortizações acumuladas		(1.085)	(914)	(1.085)	(3.690)
Total do Ativo		**1.701.736**	**1.152.030**	**1.701.537**	**1.151.831**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante		**498.867**	**239.028**	**498.875**	**238.823**
Depósitos	12.a	**380.410**	**188.421**	**380.410**	**188.197**
Depósitos à vista		99.450	63.395	99.450	63.395
Depósito Interfinanceiro		7.232	-	7.232	-
Depósitos a prazo		273.728	125.026	273.728	124.802
Recursos de Aceite de Emissão Titulos	12.b	81.103	24.725	81.103	24.725
Recursos de Letras - LCI / LCA		81.103	24.725	81.103	24.725
Relações Interdependências		**8.612**	**7.782**	**8.611**	**7.782**
Transferência Interna de Recurso		8.612	7.782	8.611	7.782
Obrigações por empréstimos		**4.038**	**-**	**4.038**	**-**
Empréstimos no País - outras instituições		4.038	-	4.038	-
Outras obrigações		**24.704**	**18.100**	**24.713**	**18.119**
Arrecadação de tributos e assemelhados		428	708	427	708
Fiscais e previdenciárias		18.825	13.609	18.830	13.609
Diversas		5.450	3.783	5.456	3803
Não Circulante					
Exigível a Longo Prazo		**979.037**	**716.071**	**978.826**	**716.075**
Depósitos	12.a	**978.840**	**715.724**	**978.629**	**715.724**
Depósitos a prazo		978.840	715.724	978.629	715.724
Outras obrigações		**196**	**347**	**196**	**349**
Fiscais e previdenciárias		194	195	194	195
Diversas		2	152	2	154
Participação de acionistas não controladores			-	2	2
Patrimônio Líquido		**223.833**	**196.931**	**223.833**	**196.931**
Capital social	14.a	120.000	96.000	120.000	96.000
Reservas de capital		550	550	550	550
Reservas de lucros	14.b	103.283	100.381	103.283	100.381
Lucro ou Prejuízo Acumulado		-	-	-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.701.736**	**1.152.030**	**1.701.537**	**1.151.831**

Demonstrações de Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2º semestre 2023	**2023**	**2022**	**2º semestre 2023**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do semestre/exercício	19.670	40.745	28.209	19.670	40.745	28.209
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do semestre/exercício	19.670	40.745	28.209	19.670	40.745	28.209

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2º semestre 2023	**2023**	**2022**	**2º semestre 2023**	**2023**	**2022**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais						
Lucro líquido do semestre/exercício	19.670	40.745	28.209	19.670	40.745	28.209
Ajustes ao lucro líquido						
Depreciações e amortizações	217	434	639	217	434	639
Ajuste de equivalência patrimonial	2	-	230	2	-	230
Lucro líquido do semestre/exercício ajustado	**19.889**	**41.179**	**29.078**	**19.889**	**41.179**	29.078
Redução (Aumento) em ativos operacionais						
Relações Interfinanceiras	2.963	(254)	(826)	2.963	(254)	(826)
Operações de Crédito, líquido de baixas/recuperações	(84.209)	(201.777)	(95.483)	(84.209)	(201.777)	(95.483)
Relações Interdependências	(1)	(1)		(1)	(1)	
Outros créditos	3.420	713	(1.333)	3.420	713	(1.333)
Outros valores e bens	(4.277)	(3.945)	(2.871)	(4.277)	(3.945)	(2.871)
Aumento (Redução) em passivos operacionais						
Depósitos	386.116	455.107	212.840	386.116	455.107	212.840
Recursos de Aceites, Letras Imobiliária - LCI	34.882	56.378	2.378	34.882	56.378	2.378
Relações Interdependências	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	8.934	6.451	5.677	8.934	6.451	5.677
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.037	4.037		4.037	4.037	
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**371.754**	**357.889**	**149.438**	**371.754**	**357.889**	149.438
Fluxo de Caixa das atividades de investimento						
Titulos e valores mobiliários	(116.293)	(120.120)	(72.144)	(116.293)	(120.120)	(72.144)
Aquisição de imobilizado de uso	(361)	(263)	-	(361)	(263)	(201)
Aplicação do ativo intangível	(190)	(395)	(72)	(190)	(395)	(325)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**(116.844)**	**(120.778)**	**(72.216)**	**(116.844)**	**(120.778)**	(72.216)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento						
Juros sobre capital próprio	(6.778)	(13.843)	(7.059)	(6.778)	(13.843)	(7.059)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(6.778)**	**(13.843)**	**(7.059)**	**(6.778)**	**(13.843)**	(7.059)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**248.131**	**223.268**	**70.163**	**248.131**	**223.268**	70.163
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	172.675	197.539	127.375	172.675	197.539	127.375
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	420.806	420.806	197.539	420.806	420.806	197.539
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**248.131**	**223.268**	**70.163**	**248.131**	**223.268**	**70.163**

Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**2º semestre 2023**	**2023**	**2022**	**2º semestre 2023**	**2023**	**2022**
Receitas da Intermediação Financeira		**128.948**	**234.998**	**159.863**	**128.948**	**234.998**	**159.863**
Rendas de operações de crédito		93.807	176.464	132.632	93.807	176.464	132.632
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		35.141	58.534	27.231	35.141	58.534	27.231
Despesas da Intertmediação Financeira		**(71.474)**	**(126.319)**	**(81.077)**	**(71.474)**	**(126.319)**	**(81.077)**
Despesas de captação no mercado		(71.304)	(126.149)	(81.077)	(71.304)	(126.149)	(81.077)
Operações de Empréstimos e Repasses		(170)	(170)	-	(170)	(170)	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**57.475**	**108.679**	**78.786**	**57.475**	**108.680**	**78.786**
Provisão de perdas associadas ao risco de crédito		(9.927)	(18.714)	(13.752)	(9.927)	(18.714)	(13.752)
Resultado de provisões para perdas		(9.927)	(18.714)	(13.752)	(9.927)	(18.714)	(13.752)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(12.864)**	**(23.398)**	**(21.597)**	**(12.864)**	**(23.399)**	**(21.597)**
Receitas de prestação de serviços		8.231	16.514	11.305	8.231	16.514	11.305
Despesas de pessoal		(6.354)	(11.714)	(11.684)	(6.354)	(11.714)	(11.684)
Outras despesas administrativas		(11.792)	(22.284)	(16.473)	(11.792)	(22.284)	(16.473)
Despesas tributárias		(3.394)	(6.422)	(4.745)	(3.394)	(6.422)	(4.745)
Resultado de participações em controladas - no País		(2)	0	(230)	(2)	0	(230)
Outras receitas (despesas) operacionais		447	507	229	447	507	229
Resultado Operacional		**34.684**	**66.567**	**43.437**	**34.684**	**66.567**	**43.437**
Resultado Não Operacional		(145)	(145)	45	(145)	(145)	45
Resultando antes da tributação s/Lucros	15	**34.539**	**66.422**	**43.482**	**34.539**	**66.422**	**43.482**
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		(6.493)	(11.090)	(6.741)	(6.493)	(11.090)	(6.741)
Provisão para Imposto de Renda		(7.970)	(13.567)	(7.982)	(7.970)	(13.567)	(7.982)
Participações nos lucros		(406)	(1.020)	(549)	(406)	(1.020)	(549)
Lucro líquido do semestre/ exercício		**19.670**	**40.745**	**28.209**	**19.670**	**40.745**	**28.209**
Número de ações		120.000.000	120.000.000	96.000.000	120.000.000	120.000.000	96.000.000
Lucro líquido por ação - em R$		**0,16**	**0,34**	**0,29**	**0,16**	**0,34**	**0,29**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital	**Reservas**	**Reserva de Lucros**	**Resultados**	**Total**
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**96.000**	**550**	**79.231**	**-**	**175.781**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.209	28.209
					-
Destinações:					
Juros sobre capital próprio				(7.059)	(7.059)
Reserva legal	-	-	1.410	(1.410)	-
Outras reservas	-	-	19.740	(19.740)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**96.000**	**550**	**100.381**	**0**	**196.931**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	40.745	40.745
Aumento de Capital	16.128			(16.128)	-
Destinações:					-
Juros sobre capital proprio				(13.844)	(13.844)
Reserva legal	7.872	-	(5.835)	(2.037)	-
Outras reservas	-	-	8.737	(8.737)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**120.000**	**550**	**103.283**	**-**	**223.833**
Saldos em 30 de junho de 2023	**120.000**	**550**	**77.435**	**12.957**	**210.942**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	19.670	19.670
					-
Destinações:					
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(6.779)	(6.779)
Reserva legal	-	-	983	(983)	-
Outras reservas	-	-	24.865	(24.865)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**120.000**	**550**	**103.283**	**-**	**223.833**

Notas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) 1. Contexto Operacional. O Banco Guanabara S/A ("Banco") está domiciliada no Brasil, a sede da empresa é na Av. Brasil, 8.255, 3º andar, RJ/RJ. É uma sociedade de capital fechado, operando sob forma de Banco Múltiplo, com as carteiras: Comercial, Crédito, Financiamento e Investimentos, Investimentos e Arrendamento Mercantil além de operações de Câmbio. Com mais de 35 anos de atuação no mercado, seu surgimento foi consequência natural das operações comerciais das empresas ligadas, se tornando um braço financeiro dos negócios e se consolidando como uma instituição tradicional do mercado. O Banco em conformidade com seu perfil conservador vem crescendo com credibilidade e confiança, mantendo seu foco em operações de crédito, expandindo suas atividades de forma sustentável por novos segmentos da indústria, comércio e serviço, quer seja nas operações de crédito propriamente ditas, quer seja na prestação de serviços ou na estruturação de operações de mercado de capitais. No exercício de 2023, esta diversificação da geração de resultados, se mostrou adequada incrementando as margens operacionais e consequentemente os indicadores econômicos. Para 2024, a estratégia será mantida e esperamos a consolidação e o aprimoramento dos passos iniciados em 2023. O Banco Guanabara possui investimento na sociedade limitada sob a denominação BGI Adm de Recursos de terceiros Ltda desde **Janeiro**/2012, localizada no Rio de Janeiro/RJ na Av. Brasil, 8.255. Ramos, **CEP:** 21030-000 na qual tem como objeto social a prestação de serviço de administração de carteiras mobiliárias. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das S/A, incluindo as alterações introduzidas pela Lei 11.638, de 28/12/2007, e pela Lei 11.941, de 27/05/2009, e Lei 13.818, de 24/04/2019, em consonância, quando aplicável, com os normativos do BACEN e do CMN (CMN), consubstanciadas no COSIF, CVM e CPC. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

• Res. CMN nº 4.924/2021. Estrutura Conceitual Básica - CPC 00;
• Res. CMN nº 4.924/2021. Redução ao Valor Recuperável de Ativos - CPC 01
• Res. CMN n° 4.524/2016. Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis individuais e consolidadas - CPC 2 (R2);
• Res. CMN nº 4.818/2020. Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 3 (R2);
• Res. CMN n° 4.534/2016. Ativo Intangível - CPC 4 (R1);
• Res. CMN nº 4.818/2020- Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 5 (R1);
• Res. CMN n° 3.989/2011. Pagamento Baseado em Ações - CPC 10 (R1);
• Res. CMN n° 4.924/2021. Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro - CPC 23;
• Res. CMN nº 4.818/2020. Eventos subsequentes - CPC 24;
• Res. CMN nº 3.823/2009. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes- CPC 25;
• Res. CMN n° 4.535/2016. Ativo Imobilizado - CPC 27;
• Res. CMN 4.877/2020. Benefícios a Empregados - CPC 33 (R1);
• Res. BCB 02/2020. Resultado por Ação - CPC 41;
• Res. CMN 4.924/2021- Mensuração do Valor Justo - CPC 46.
• Res. CMN 4.966/2021. Instrumentos Financeiros-IFRS 9.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Em referência a Res. CMN 4966 de 25/11/2021, o Banco Guanabara S/A, instituição financeira de nível S4, vem trabalhando nas implementações necessárias para que as operações e controles estejam plenamente adequados as exigências deste normativo. No decorrer do exercíco de 2023, foram divulgados novos informativos pelo órgão regulador, para um maior detalhamento e direcionamento das obrigatoriedades legais, e juntos com nossos colaboradores, parceiros e fornecedores, efetuaremos todas as adaptações necessárias. A Administração do Banco aprovou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 28de **março** de 2024, as quais estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância tanto com as normas e resoluções estabelecidas pelo BACEN quanto pelo CMN. Tais demonstrações incluem as melhores estimativas e premissas quanto à mensuração de créditos tributários diferidos e provisões para perdas e contingências; apesar das incertezas inerentes aos prazos de realização e valores. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco Guanabara S/A. **3. Principais Práticas Contábeis. a. Políticas de Consolidação.** Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco Guanabara S.A, inclui-se a controlada BGI Administradora de Recursos de terceiros Ltda, sendo os critérios adotados para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Guanabara S/A, em conformidade com o COSIF. No processo de consolidação das demonstrações contábeis foram adotados os seguintes procedimentos: (a) Eliminação dos saldos ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (b) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como os resultados não realizados entre as empresas consolidadas; (c) Destaque do valor de participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas. Estas demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração contábil, informações relativas à totalidade das atividades de entidades do Grupo que se encontram sob controle comum, independentemente da disposição da sua estrutura societária, como se fossem uma única entidade. Assim, os saldos apresentados nas demonstrações contábeis combinadas estão representados pelos saldos consolidados da BGI Administradora de Recursos Ltda e Banco Guanabara S/A, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários. Os seguintes critérios foram adotados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas: O exercício social é coincidente entre todas as empresas que compõem as demonstrações contábeis consolidadas, bem como as políticas contábeis adotadas em suas demonstrações contábeis são uniformes. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, 2º a sua natureza, complementada com a eliminação dos saldos de ativos, passivos e resultado derivado de transações entre as empresas. As demonstrações contábeis consolidadas do Grupo incluem as seguintes empresas, as quais estão sob controle comum:

	% Participação do Grupo	
Empresa	**12/2023**	**12/2022**
BGI Administradora de Recursos de terceiros Ltda	99%	99%

As informações contábeis em 31/12/2023, as quais são consolidadas pelo Banco Guanabara S/A para fins da preparação destas demonstrações contábeis consolidadas, encontram-se a seguir.

31/12/2023	**Participação**	**Total do ativo**	**Total do Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**
BGI Adm de Rec. De Terc. Ltda	99%	218	11	209	(2)

A seguir demonstrativo dos saldos individuais e as respectivas eliminações:

31/12/2023	**Banco Guanabara**	**BGI**	**Eliminações**	**Consolidado**
Ativo	1.701.736	218	(416)	1.701.538
Passivo	1.477.903	11	(211)	1.477.703
PL	183.088	207	(205)	183.090
Lucro líquido	40.745	(2)	(2)	40.745
31/12/2022	**Banco Guanabara**	**BGI**	**Eliminações**	**Consolidado**
Ativo	1.152.030	230	(429)	1.151.831
Passivo	955.099	23	(222)	954.900
PL	180.896	206	(206)	180.896
Lucro líquido	16.035	1	(1)	16.035

b. Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertence, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata dia,* com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registrados pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

c. Caixa e Equivalentes de Caixa. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, Reservas livres, aplicações interfinanceiros de liquidez com conversibilidade imediata com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, em aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, conforme Nota 4. **d. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos líquidos das rendas a apropriar reconhecidas no resultado "pro rata temporis", conforme Nota 4**. e. Títulos e Valores Mobiliários.** Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em: • **Títulos para negociação** - Incluem os títulos adquiridos com o objetivo de serem negociados de forma ativa e frequentemente, registrado pelo valor de custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados no resultado do exercício e: • **Títulos mantidos até o vencimento** - incluem os títulos adquiridos, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento, registrado pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado sendo os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas no exercício. • **Título disponível para a venda** - Incluem títulos e valores mobiliários utilizados como parte estratégica tendo seu valor de mercado sendo marcado pela curva do papel tendo seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado. **f. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes.** Os saldos de operações de créditos e obrigações de repasses no País, incluem os encargos e as variações monetárias até a data de encerramento do exercício. As rendas e despesas pré-fixadas são apropriadas ao resultado, "*pro rata*" dia, de acordo com o prazo das operações. As atualizações das operações de crédito vencidas são reconhecidas em receitas até o 60˚ dia e, a partir desse período, são registradas em rendas a realizar. **g. Operações de Crédito, Outros Créditos com características de concessão de crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.** Essas operações são classificadas nos respectivos níveis de riscos, considerando:

a) os dispositivos da Res. CMN n° 2682/99, b) avaliação da Administração mediante a conjuntura econômica, no perío-

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

BANCO GUANABARA S.A.

CNPJ/MF nº 31.880.826/0001-16

do, consubstanciada na experiência passada e dados históricos, nos riscos específicos do negócio dos clientes, na qualidade das garantias, além disso, no reconhecimento do período de atrasos. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, posteriormente são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do BACEN e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes, na análise das operações e constituída em montante considerado suficiente, pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes. **h. Investimentos.** A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável, conforme Nota 9. **i. Imobilizado;** É demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos bens às seguintes taxas anuais: 10% para equipamento de uso, 20% sistemas de comunicação e sistema de segurança, 20% para sistema de processamento de dados, conforme Nota 10. **j. Intangível.** Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos e aquisições de licenças ou direito de uso software são reconhecidos como ativo intangível. A amortização é calculada também pelo método linear á taxa de 20%, conforme Nota 10. **k. Passivo Circulante e Não Circulante.** Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Os saldos de Depósitos à Prazo são demonstrados líquidos de despesas a apropriar, as quais são reconhecidas no resultado em função dos prazos das operações, como despesas de captação. As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de 1/3 (um terço) e os respectivos encargos foram provisionados 2º o regime de competência. **l. IR e Contribuição Social.** O IR e a contribuição social são registrados pelo regime de competência, calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões permitidas pela legislação vigente, sendo o IR à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 mil (R$120 mil no semestre), e a contribuição social foi constituída a alíquota de 20%, conforme Nota 15. **m. Ativos e Passivos Contingentes,** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC - 25. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15/09/2009, em observância à Res. CMN/BACEN nº 3.823/09, conforme descrito abaixo: **Ativos contingentes**: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Passivos contingentes**: São registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se o parecer dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são divulgados apenas em Notas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. **Obrigações legais**: Originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente. **n. Estimativas contábeis.** A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de IR e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração. **o. Eventos subsequentes.** Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados: • Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes); e, • Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes). Em referência a Res. CMN 4966 de 25/11/202, o Banco Guanabara S/A, instituição financeira de nível S4, vem trabalhando nas implementações necessárias para que as operações e controles estejam plenamente adequados as exigências deste normativo. No decorrer do exercício de 2023, novos normativos e informativos serão divulgados pelo órgão regulador, para um maior detalhamento e direcionamento das obrigatoriedades legais, e juntos com nossos colaboradores, parceiros e fornecedores, efetuaremos todas as adaptações necessárias. **4. Caixa e Equivalente de Caixa (Controladora e Consolidado).** O saldo desta rubrica está representado por:

	Controladora	
	31.12.2023	**31.12.2022**
Disponibilidades	110.670	3.046
Aplicações no mercado aberto:		
LFT	310.272	151.119
LTN	-	43.927
Rendas a apropriar	(136)	(554)
Total de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	420.806	197.538
	Consolidado	
	31.12.2023	**31.12.2022**
Disponibilidades	110.672	3.046
Aplicações no mercado aberto:		
LFT	310.272	151.119
LTN	-	43.927
Rendas a apropriar	(136)	(554)
Total de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	420.808	197.538

5. Títulos e Valores Mobiliários (Controladora e consolidado). a) Títulos e Valores Mobiliários:

I) Composição da Carteira por Categorias

	31.12.2023			31.12.2023
Classificação:	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Mantidos até o Vencimento	37.612	-	37.612	60.223
Letras Financeiras	-	-	-	29.794
Cota Fundo Direito Creditórios - FDIC	37.612	-	37.612	30.429
Títulos para Negociação	54.399	28	54.427	8.202
LFT	49.451	21	49.472	-
LTN	2.943	104	3.047	6.430
NTN-NTN	2.005	(97)	1.908	1.772
Títulos Disponíveis para a Venda	173.976	-	173.976	77.470
Nota Comercial	73.976	-	173.976	77.470
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	265.987	28	266.015	145.895
Circulante	145.975			127.106
Não circulante	120.040			18.789

II) Abertura por Vencimento - considerando o vencimento do título

	31.12.2023				
	01 a 12 meses	**01 a 03 anos**	**03 a 05 anos**	**Acima 05 anos**	**Total Carteira**
Títulos Mantidos até o Vencimento	37.612	-	-	-	37.612
Cotas de Fundos Direito Creditórios FDIC	37.612	-	-	-	37.612
Títulos para Negociação	-	3.383	526	50.518	54.427
LFT	-	-	-	49.472	49.472
Letras Nacionais do Tesouro	-	3.047	-	-	3.047
NTN F	-	336	526	1.046	1.908
Títulos Disponíveis para a Venda	**53.936**	**109.847**	**10.193**	**-**	**173.976**
Nota Comercial	53.936	109.847	10.193	-	173.976
Total	**91.548**	**113.230**	**10.719**	**50.518**	**266.015**

	31.12.2022				
	01 a 12 meses	**01 a 03 anos**	**03 a 05 anos**	**Acima 05 anos**	**Total Carteira**
Títulos Mantidos até o Vencimento	**41.434**	**18.789**	**-**	**-**	**60.223**
Letras Financeiras	29.794	-	-	-	29.794
Cotas de Fundos Direito Creditórios FDIC	11.640	18.789	-	-	30.429
Debêntures					
Títulos para Negociação	**3.828**	**2.924**	**486**	**964**	**8.202**
LFT	3.828	2.602	-	-	6.430
NTN B	-	-	-	20	20
NTN F	-	322	486	944	1.752
Títulos Disponíveis para a Venda	41.715	35.755	-	-	77.470
Nota Comercial	41.715	35.755	-	-	77.470
Total	**86.977**	**57.468**	**486**	**964**	**145.895**

6. Relações Interdependência. Registro: débito/crédito decorrente de transações realizada entre a matriz do Banco Guanabara e sua agência no estado de Fortaleza para suprir as necessidades de caixa.

	Saldo da Carteira	
Relações Interdependência	**30.06.2023**	**31.12.2023**
Matriz/Agência	8.612	7.782

7. Operações de Crédito (Controladora e consolidado). Referem-se, principalmente, a empréstimos a empresas do setor privado, com prazo médio de vencimento de 372 dias. **a) Composição das operações de crédito e por tipo e atividade:**

	Saldo da Carteira	
Por atividade	31.12.2023	31.12.2022
Transporte	472.064	293.167
Serviços	256.777	234.553
Indústria	139.726	134.065
Construção	34739,708	47.891
Comércio	67.056	64.531
Locação	28.124	17.283
Fretamento	13226,057	17.097
Pessoas Físicas	11.590	9.209
Outros	-	4.573
Rural	3.006	-
Intermediários	**314**	**-**
Total	1.026.622	822.369
Fiança	(19.881)	(17.627)
Outros Créditos	(666)	(920)
Total	1.006.075	803.822
Circulante	568.489	443.857
Não circulante	437.585	359.965

8. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (Controladora e consolidado). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com a Res. n° 2.682/99, do CMN, com base na classificação do cliente nos níveis de riscos definidos pela referida Res. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável. **a) Distribuição do nível de risco da carteira de operações de crédito e constituição da provisão para devedores duvidosos:**

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Careira 31.12.2023	% Distribuição	Provisão
AA	0,00%	8.667	0,84%	-
A	0,50%	89.847	8,75%	449
B	1,00%	582.418	56,73%	5.824
C	3,00%	227.153	22,13%	6.815
D	10,00%	92.068	8,97%	9.207
E	30,00%	508	0,05%	153
F	50,00%	17.230	1,68%	8.615
G	70,00%	18	0,00%	13
H	100,00%	8.712	0,85%	8.712
Total		1.026.622	100,00%	39.787

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Carteira 31.12.2022	% Distribuição	Provisão
A	0,50%	42.039	5,11%	210
B	1,00%	522.331	63,52%	5.223
C	3,00%	168.754	20,52%	5.063
D	10,00%	65.062	7,91%	6.506
E	30,00%	2.499	0,30%	750
F	50,00%	137	0,02%	68
G	70,00%	-	-	-
H	100,00%	21.547	2,62%	21.547
Total		822.369	100,00%	39.367

b) Movimentação provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do período	39.367	36.419
Constituição da provisão	18.217	17.805
Reversão da provisão	(5.861)	(4.053)
Créditos baixados como prejuízo	(11.936)	(10.804)
Saldo no final do período (*)	39.787	39.367

(*) Do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa da carteira de operações de crédito, R$183 (R$213 em 2022) se refere à fianças que estão evidenciadas no passivo classificada na rubrica em outras obrigações. No exercício foi recuperado o montante de R$6.303 mil (R$4.059 mil em 2022), referente a créditos anteriormente baixados como prejuízo.

9. Investimentos (Controladora e Consolidado)

	31.12.2023	31.12.2022
Participação em controladas no País (i)	205	205
	205	205
Títulos patrimoniais	10	10
Outros investimentos (ii)	761	761
	976	**976**

(i) Na Controladora refere-se à participação no capital social da BGI Administradora de Recursos de terceiros Ltda

	31.12.2023	31.12.2022
Capital social	450	450
Quantidade de cotas	446	446
Percentual de participação	99%	99%
Patrimônio líquido	207	207
Prejuízo do exercício	(243)	(232)
Resultado de equivalência patrimonial	(240)	(230)
Saldo do investimento	**205**	**205**

(ii) Esses outros ativos se referem à investimentos FINAM, que estão atualizados à valor de mercado. **10. Imobilizado (controlada e controladora)**

A movimentação contábil está evidenciada da seguinte forma:

Descrição	Taxa de depreciação (a.a)	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Ativo imobilizado:					
Móveis	-	-	18	-	18
Instalações	-	132	-	-	132
Equipamento de uso		3.166		(3.166)	-
Mobiliario	-	829	2	-	831
Equip Proces de Dados	-	-	3.406	-	3.406
Equipamento de uso	-	-	-	-	-
Outros Equipamentos	-	51	-	-	51
Benfeitorias em imóveis	-	1.475	142	-	1.617
		5.653	3.568	(3.166)	6.055
Depreciação acumulada:					
Deprec.de instalações	10%	(132)	-	-	(132)
Deprec. de mobiliário	10%	(629)	(42)	-	(671)
Deprec. de equip. proces. de dados	10%	(39)	(2)	-	(41)
Deprec. de equipamentos de uso	10%	-	-	-	-
Deprec. Outros equipamentos	10%	-	(2.9730)	-	(2.974)
Deprec. de benfeitorias em imóveis	10%	(1.442)	(21)	-	(1.463)
Deprec. de equipamentos	20%	(2.775)	-	2.775	-
		(5.017)	(3.038)	2.775	(5.281)
Ativo imobilizado		**636**	**530**	**(391)**	**774**

11. Intangível (Controlada e Controladora)

Descrição	Taxa de amortização (a.a)	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Ativo intangível					
Direito de uso	-	94	-	-	94
Direito de uso I	-	5	-	-	5
Software	-	1.185	221	-	1406
Licença	-	102	36	-	138
	-	1.386	257	-	1.643
Amortização acumulada:					
Amortiz. de software	20%	(817)	(152)	-	(969)
Amortiz. de licença	20%	(97)	(19)	-	(116)
		(914)	(171)	-	(1.085)
Ativo intangível		472	86	-	558

12. Depósitos e Recursos de Emissão de Títulos

a) A carteira estava assim constituída: I) Abertura por Vencimento:

	Controladora 31.12.2023					
Depósitos	**Sem Vencimento**	**Até 3 meses**	**03 a 12 meses**	**01 a 03 anos**	**03 a 05 anos**	**Total Carteira**
À vista	99.450	-	-	-	-	99.450
Interfinanceiro	-	3.546	3.686	-		7.232
A prazo	-	35.562	238.166	745.614	233.227	1.252.569
Total	99.450	39.109	241.852	745.614	233.227	1.359.251
Circulante						380.410
Não circulante						978.840

	Consolidado 31.12.2023					
Depósitos	**Sem Vencimento**	**Até 3 meses**	**03 a 12 meses**	**01 a 03 anos**	**03 a 05 anos**	**Total Carteira**
À vista	99.450	-	-	-	-	99.450
Interfinanceiro	-	3.546	3.686	-	-	7.232
A prazo	-	35.562	238.166	745.519	233.111	1.252.358
Total	99.450	39.109	241.852	745.519	233.111	1.359.040
Circulante						380.410
Não circulante						978.629

	Controladora 31.12.2022					
Depósitos	**Sem Vencimento**	**Até 3 meses**	**03 a 12 meses**	**01 a 03 anos**	**03 a 05 anos**	**Total Carteira**
À vista	63.395	-	-	-	-	63.395
A prazo	-	28.160	96.866	715.724	-	840.750
Total	63.395	28.160	96.866	715.724	-	904.145
Circulante						188.421
Não circulante						715.724

	Consolidado 31.12.2022					
Depósitos	**Sem Vencimento**	**Até 3 meses**	**03 a 12 meses**	**01 a 03 anos**	**03 a 05 anos**	**Total Carteira**
À vista	63.395	-	-	-	-	63.395
A prazo	-	28.144	96.658	715.724	-	840.526
Total	63.395	28.144	96.658	715.724	-	903.921
Circulante						188.197
Não circulante						715.724

b) Recursos de emissão de títulos (Controladora e consolidado)

As Letras de Crédito Imobiliário foram emitidas no decorrer do 2º semestre de 2023, os títulos são remunerados a taxa de 96% do CDI, as Letras de Crédito de Agronegócio foram emitidas no decorrer do 2º semestre de 2023, os títulos são remunerados a taxa de 98% do CDI.

	31.12.2023			
Títulos	**Até** 3 meses	**03 a 12** meses	**01 a 03** anos	**Total** Carteira
Letra de Crédito Imobiliário	20.680	27.206	-	47.887
Letra de Crédito Agronegócio	9.875	23.341	-	33.216
Total	**30.555**	**50.548**	**-**	**81.103**

	31.12.2022			
Títulos	**Até 3 meses**	**03 a 12 meses**	**01 a 03 anos**	**Total Carteira**
Letra de Crédito Imobiliário	8.668	16.056	-	24.725
Total	8.668	16.056	-	24.725

13. Passivo Contingente e Ativos Contingentes (Controladora e consolidado). O Banco Guanabara mantém acompanhamento para todos os processos administrativos e jurídicos em que configura como ativo ou passivo amparado na opinião do nosso jurídico e classifica as ações de acordo com a expectativa de provável, possível e remoto. Em 31/12/2023, o montante dos processos avaliados como possíveis de perda era de R$1.136.158, todos referentes a causas trabalhistas. Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja expectativa de êxito provável monta o valor de R$35.484, referente a demanda de processo fiscal. **14. Patrimônio Líquido. a) Capital Social.** O Capital social da Cia. é de R$120.000 representada por 120.000.000 de ações, estas ON e com valor nominal de R$1,00 cada. **b) Reserva de Lucros.** Em consonância com a Lei 11.638/07, o Banco Guanabara mantém em Reservas Especiais de Lucros o valor de R$103.283 (R$100.381 em 2022), referente a lucros não destinados. O saldo desta conta poderá ser destinado para aumento de capital ou utilizado para distribuição de dividendos.

15. IR e Contribuição Social

	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado Líquido do Período antes do IRPJ e da CSLL	**65.401.848**	**65.401.848**	**42.932.635**	**42.932.635**
Adições	23.743.027	23.743.027	15.768.231	15.768.231
Despesas PDD	23.385.101	23.385.101	14.886.713	14.886.713
Ajuste Negativo a Valor de Mercado	14.662	14.662	651.124	651.124
Ajuste Equiv. Patrimonial	103.264	103.264	230.394	230.394
Lei Renault 8.313	240.000	240.000	-	-
Exclusões	33.695.450	33.695.450	25.888.590	25.888.590
Reversão PDD	4.671.452	4.671.452	1.134.351	1.134.351
Juros sobre Capital	13.843.298	13.843.298	7.058.824	7.058.824
Ajuste Equiv. Patrimonial	14.715	14.715	495	495
Ajuste Positivo a Valor de Mercado	459.574	459.574	1.345.881	1.345.881
Contratos Levados a Perda	14.706.412	14.706.412	16.349.039	16.349.039
Lucro Real	**55.449.424**	**55.449.424**	**32.812.276**	**32.812.276**
IRPJ 15%	8.317.414	8.317.414	4.921.841	-
IRPJ Adicional 10%	5.520.942	5.520.942	3.257.228	-
IRPJ Incentivo Fiscal - PAT	(31.680)	-	(196.874)	-
IRPJ Incentivo a Cultura	(240.000)	-	-	-
CSLL 20%	-	11.089.885	-	6.741.217
Total IRPJ e CSLL	13.566.676	11.089.885	7.982.195	6.741.217

16. Requerimentos Mínimos de Capital (Controladora e consolidado). Em conformidade com a Res. CMN nº 4.958/21, o índice de Basileia apurado em 31/12/2023 para o Banco Guanabara S/A foi de 18,13% (18,61% em 31/12/2022). O Patrimônio de Referência é apurado a partir da soma do Patrimônio de Referência Nível I (N1) com o Patrimônio de Referência Nível II (N2). O N1 por sua vez é apurado a partir da soma do Capital Principal (CP) com o Capital Complementar (CC). O CP é apurado a partir do Capital Social da Instituição Financeira, após adições e deduções de contas patrimoniais e de resultado, e deduções de ajustes prudenciais associados a características dos ativos da instituição. Essas informações são obtidas a partir dos registros contábeis relativos ao Banco Guanabara S/A. PR = N1 + N2; N1 = CP + CC. As instituições financeiras devem manter permanentemente montantes mínimos de Patrimônio de Referência, porém para apurarmos esse requerimento é necessário o cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O RWA corresponde à soma das parcelas relativas a risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. Atualmente, o requerimento mínimo de PR corresponde a 8,00% (desde 2019) do montante RWA. **17. Gerenciamento de Risco (Controladora e consolidado).** O Banco implementou estrutura de gerenciamento de risco, em cumprimento a Res. CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, com desdobramento em 3 unidades: Informações Gerenciais, Controles Internos e Gestão de Riscos. Considerando sua prioridade na estratégia e gestão, a instituição possui uma Política de Gestão Integrada de Riscos, com o objetivo de sistematizar a avaliação e controle dos riscos inerentes às atividades fins. Integra esta política os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, a saber: Risco de Mercado - O Banco adota a metodologia "Value at Risk", que é calculado diariamente, considerando os principais ativos. Os cenários utilizados permitem a correlação entre os ativos e as suas classes, o que possibilita a estratégia de "hedge". Risco de Crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, ocasionando a redução de ganhos ou remunerações e o aumento de custos decorrente de vantagens concedidas na renegociação ou recuperação do crédito. O Banco Guanabara S/A, tem por objetivo manter controle do risco de crédito em níveis determinados pela diretoria através do apetite a riscos estabelecidos de acordo com as características de nicho no qual está inserido. Risco de Liquidez - É gerenciado através da análise de projeção do fluxo de caixa, contemplando os cenários econômicos e financeiros, situação "normal e estresse". Além disso, os procedimentos adotados permitem identificar a ocorrência de desequilibro entre os pagamentos e os recebimentos, que possam afetar significativamente a liquidez do Banco, levando em consideração os ativos negociáveis, projeção de taxas de juros e prazos; e Risco Operacional - O gerenciamento do Risco Operacional está sob a responsabilidade do departamento de Controladoria e Gestão de Riscos. Visando atender ao disposto na Res. CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, constantemente são implementadas políticas e procedimentos adequados à nossa estrutura. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Guanabara S/A está disponível em nosso site. **18. Gestão de Capital (Controladora e Consolidado).** O gerenciamento de capital é efetuado através de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição em consonância com os riscos a que está exposto, além de uma elaboração de metas, considerando os objetivos estratégicos do Banco. O Banco Guanabara S/A efetua esse gerenciamento de forma prospectiva, ou seja, avaliando e preparando-se para possíveis perdas inesperadas de capital em decorrência de condições atípicas e/ou adversas de mercado. **19. Ouvidoria.** Em conformidade a Res. CMN ° 4.860/20 e disposições complementares que visam assegurar a observância das normas regulamentares dos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre as Instituições e seus clientes, o Banco Guanabara possui sua área de Ouvidoria que pode ser acessada pelo número 0800-2822561, ou através do e-mail: ouvidoria@bancoguanabara.com.br. **20. Cobertura de Seguros (Controladora e consolidado) (Não Auditado).** O Seguro do Banco referente Av. Brasil é realizado através da Guanabara Diesel referente a todos os andares e rateados pelo seu valor pago.

DIRETORIA EXECUTIVA
Pedro Aurélio Barata de Miranda Lins, Diretor Presidente
Antonio Padua Arantes, Diretor
CONTADOR RESPONSÁVEL
Ivan Sousa de Morais
Contador - CRCRJ Nº 062.649/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS. Aos Acionistas e Diretores do Banco Guanabara S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do Banco Guanabara S.A. ("Banco"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidadas, para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Guanabara S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidadas, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor.** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

BANCO GUANABARA S.A.

CNPJ/MF nº 31.880.826/0001-16

contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

BKR - Lopes, Machado Auditores
Auditors, Consultants & Business Advisers
CRC-RJ-2026/O-5
Independent Member of BKR International

Mário Vieira Lopes
Contador CRC-RJ 060.611/O-0

ÓRAMA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 13.293.225/0001-25

Relatório da Administração Em 31/12/2023. Senhores Acionistas, A Administração da Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Órama") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações contábeis, com o Relatório do auditor independente, referentes ao semestre e exercício findo em 31/12/2023. **Desempenho Operacional:** A Órama veio ajustando sua estrutura operacional desde o segundo semestre de 2021 com o intuito de ultrapassar o cenário macroeconômico controverso através de diversas estratégias aplicadas pela sua Administração, incluindo aumento de receitas de forma sustentável e redução de custos operacionais. Durante o exercício de 2023, essa estrutura já se demonstra consolidada, o que pode ser ilustrado através do grande impacto positivo que houve na otimização do resultado operacional da Órama. Além da melhora direta no resultado da Órama, estamos engajados também no aumento do volume captado e no aumento da base de clientes, destacando-se as novas parcerias firmadas, o qual está em linha com os objetivos e expansão planejadas para os próximos períodos. A Administração avalia frequentemente a aptidão da Órama em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. **Acordo de Investimento:** Durante os últimos 2 anos a Órama recebeu dois aportes de capital nos valores de R$25.500 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais) e R$33.300 (trinta e três milhões e trezentos mil reais), respectivamente, sendo o último deles em fevereiro de 2022. Além desses investimentos, a Órama conseguiu ao longo de 2022 e no primeiro semestre de 2023 continuar crescendo sua base de clientes e melhorando seu resultado operacional sem necessidade de novos aportes de sócios, mas sim com a manutenção da estrutura que foi consolidada. O ajuste operacional promovido pela Órama, implementado principalmente mediante redução de despesas, aumento de eficiência e incremento de AuC, contribuiu para o aumento da sua atratividade junto a *players* de marcado e, como resultado, em outubro de 2023, foi assinado o "Acordo de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" ("Acordo de Investimento") mediante o qual o grupo BTG obrigou-se a comprar, após cumprimento de determinadas condições suspensivas (incluindo as aprovações regulatórias do CADE e do Banco Central do Brasil), a totalidade das ações de emissão da controladora indireta Órama. Rio de Janeiro, 21/03/2024. .A Administração.

Balanços patrimoniais Em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**352.050**	**350.678**
Disponibilidades	4	19.650	30.631
Instrumentos Financeiros		297.525	274.571
Títulos e Valores mobiliários	5	297.525	274.571
Outros créditos		26.706	41.075
Rendas a receber	6a	7.855	6.675
Negociação e intermediação de valores	10	13.748	33.997
Diversos	6b	8.491	3.556
Provisão de liquidação duvidosa para outros créditos		(3.387)	(3.153)
Outros valores e bens		8.169	4.401
Despesas antecipadas		8.169	4.401
Realizável a longo prazo		**-**	**1.748**
Outros créditos		-	1.748
Diversos	6b	-	1.748
Permanente		**6.806**	**9.267**
Investimentos		27	27
Participação em controladas	7	-	-
Outros Investimentos		27	27
Imobilizado	8	6.001	7.866
Imobilizado de uso		13.078	12.686
(-) Depreciações acumuladas		(7.077)	(4.820)
Intangível	9	778	1.374
Ativos intangíveis		3.027	3.027
(-) Amortizações acumuladas		(2.249)	(1.653)
Total do ativo		**358.856**	**361.693**
Passivo	**Notas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante		**325.841**	**331.488**
Instrumentos Financeiros		**280.352**	**257.947**
Depósitos	12	280.352	257.947
Relações Interfinanceiras	13	5.008	-
Outras obrigações		40.482	73.541
Sociais e Estatutárias	11a	-	1.532
Negociações e intermediações de valores	10	22.002	32.162
Fiscais e previdenciárias	11b	5.241	4.778
Diversos	11c	13.239	35.069
Patrimônio líquido		**33.015**	**30.205**
Capital social - domiciliados no país	15	221.800	221.800
Prejuízos acumulados		(188.785)	(191.595)
Total do passivo e patrimônio líquido		**358.856**	**361.693**

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e 2° semestre de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2° semestre	31/12/2023	31/12/2022
Receitas da intermediação financeira		**33.633**	**71.246**	**58.956**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		33.633	71.246	58.956
Resultado bruto da intermediação financeira		**33.633**	**71.246**	**58.956**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(30.162)**	**(66.621)**	**(77.095)**
Receitas de prestações de serviços	16	49.238	91.330	82.126
Despesas de pessoal	17	(36.978)	(72.350)	(74.011)
Outras despesas administrativas	18	(38.941)	(79.824)	(85.237)
Despesas tributárias		(5.133)	(9.932)	(8.986)
Resultado de participações em controladas	7	31	269	111
Outras receitas /despesas operacionais		1.511	3.776	8.902
Resultado operacional		**3.471**	**4.625**	**(18.139)**
Imposto de renda e contribuição social	20	(849)	(849)	-
Participações no resultado		-	(1.602)	(4.888)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício		**2.513**	**2.065**	**(23.027)**
Quantidade de ações	15	**221.800.000**	**221.800.000**	**221.800.000**
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício por ação R$		**0,11**	**0,09**	**(0,10)**

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 e 2° semestre de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2° semestre	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício		2.513	2.065	(23.027)
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total do resultado abrangente		**2.513**	**2.065**	**(23.027)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e 2º. Semestre findo em 30 de junho de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	2° semestre	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício	**2.513**	**2.065**	**(23.027)**
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício:			
Ajuste a valor de mercado (TVM)	211	209	(199)
Ajuste de exercícios anteriores	745	745	-
Resultado de participação em controladas	(31)	(269)	(111)
Despesas de provisões operacionais	161	234	2.012
Depreciações e amortizações	1.421	2.855	2.716
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício ajustado	**5.020**	**5.839**	**(18.609)**
Atividades operacionais			
Títulos e valores mobiliários – TVM	(3.764)	(23.163)	2.020
Relações Interfinanceiras	(247)	5.008	-
Outros créditos	(5.437)	15.882	(8.170)
Outros valores e bens	785	(3.769)	(3.471)
Outras obrigações	(6.966)	(32.790)	11.095
Depósitos	29.137	22.404	(12.746)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	**18.529**	**(10.588)**	**(11.272)**
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(392)	(689)	(1.053)
Aquisição de intangível	296	296	(742)
Caixa líquido utilizado das atividades de investimento	**(96)**	**(393)**	**(1.795)**
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	-	-	33.300
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento	**-**	**-**	**33.300**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**18.433**	**(10.981)**	**1.624**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	1.217	30.631	29.007
No final do semestre/exercício	19.650	19.650	30.631
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**18.433**	**(10.981)**	**1.624**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2023e 2022 e 2° semestre de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social Integralizado	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021		188.500	(167.823)	20.677
Aumento de capital	15	33.300	-	33.300
Prejuízo do exercício		-	(23.027)	(23.027)
Saldos em 31/12/2022		**221.800**	**(190.850)**	**30.950**
Lucro líquido do exercício		-	2.065	2.065
Saldos em 31/12/2023		**221.800**	**(188.785)**	**33.015**
Mutações do exercício		**-**	**2.065**	**2.065**
Saldos em 30/06/2023		**221.800**	**(192.043)**	**29.757**
Lucro líquido do semestre		-	2.513	2.513
Saldos em 31/12/2023		**221.800**	**(188.785)**	**33.015**
Mutações do semestre		**-**	**2.404**	**2.404**

Rafaela Perim Nissenbaum - Diretora
Alexandre Violante da Silva Filho
Contador - CRC RJ-133940/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Aos Acionistas e Administradores da **Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da **Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos. Auditoria dos valores correspondentes ao semestre e exercício anterior.** As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2022 e semestre findo em 30/06/2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujos relatórios de auditoria foram emitidos em 17/03/2023 e 24/08/2022, respectivamente, sem modificação e com paragrafo de ênfase referente ao desenquadramento em relação ao limite mínimo do Patrimônio de Referência exigido pelo regulador que foi enquadrado a partir de 1º/09/2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A Administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ▪ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ▪ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora; ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional; ▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de janeiro, 28/03/2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/F Waldemar Namura Junior - Contador - CRC 1 SP 154938/O-0

BDO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTECT/RJ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares do Estado do Rio de Janeiro - SINTECT/RJ, CNPJ nº 32.269.706/0001-40, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os trabalhadores e trabalhadoras da base territorial do SINTECT/RJ para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 04 de abril de 2024, às 18h30, em primeira convocação e às 19h00 na segunda e última convocação com qualquer número de presentes, no Clube Municipal localizado à Rua Haddock Lobo, 359. CEP 20260-130. Tijuca/RJ, a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: 1) Cumprimento integral do ACT 2023/2024; 2) Condições de Trabalho - Em defesa da saúde e das condições adequadas de trabalho dos Ecetistas; 3) Manutenção do pagamento do Adicional de Periculosidade dos Motociclistas; 4) Fim do DDA (Distribuição Domiciliária Alternada) e SD (Sistema de Distritamento), implantação após os novos contratados chegarem nas unidades, e com quesitos propostos trabalhistas incluídos no estudo da ferramenta; 5) Concurso Público; 6) Plano de Saúde; 7) Implantação de entrega matutina; 8) Deliberar sobre a deflagração da greve ou não, por tempo indeterminado, a partir das 22h00 (vinte e duas horas) do dia 04 de abril de 2024; 9) Outros assuntos de interesse da categoria.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024
Marcos Antônio Sant'Aguida do Nascimento
Presidente do SINTECT/RJ
Rosemeri de Farias Leodoro
Secretária Geral do SINTECT/RJ

ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 05.510.716/0001-52 - NIRE nº 33.207.088.869
Sociedade Limitada
Aviso aos Sócios

Comunicamos os Senhores Sócios da **ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda.** ("Sociedade") que se encontram disponíveis na sede social da Sociedade, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº. 21, Parte, Centro, CEP: 20.010-010, os documentos relativos as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro/RJ, 28 de março de 2024
Luciana Parpinelli de Oliveira - Diretora Presidente
Francisco Pierrini - Diretor

GABOARD PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF: 19.351.103/0001-24 - NIRE: 33.2.0965163-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS: EAV LUX 2 S.À.R.L., sociedade validamente constituída e organizada sob as leis de Luxemburgo, com sede na 14, Rue Edward Steinchen, L-2540, Cidade de Luxemburgo, inscrita no CNPJ sob o nº 19.417.951/0001-99, na qualidade de sócia da **Gaboard Participações Ltda**., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco nº 290, sala 401-A, Leblon, CEP 22430-060, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 19.351.103/0001-24, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o NIRE 33.2.0965163-3 ("Sociedade"), vem pela presente, nos termos da Cláusula 10ª do Contrato Social da Sociedade e da legislação aplicável, convocar os demais sócios da Sociedade, (i) **TRAFIGURA VENTURES V B.V.**, sociedade validamente constituída e organizada sob as leis dos Países Baixos, com sede na Evert van de Beekstraat 1-82, The Base, Tower B, 5th floor, 1118 CL Schiphol, inscrita no CNPJ sob o nº 11.698.029/0001-05; e (ii) **MMX Sudeste Mineração S.A. - Falido**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bias Fortes, nº 817, sala 402, Lourdes, CEP 30.170-011, inscrita no CNPJ sob o nº 08.830.308/0001-76; para comparecer à reunião de sócios da Sociedade a ser realizada, em primeira convocação, no dia 8 de abril de 2024, às 11 horas, na sede da Sociedade ("Reunião de Sócios"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico, pertinentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme determina o art. 1.078 do Código Civil; e (ii) ratificar os atos praticados por boa-fé pelos administradores da Sociedade no referido exercício. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Reunião de Sócios encontram-se à disposição dos sócios na sede social da Sociedade. Quaisquer correspondências, questionamentos e/ou solicitações à Sociedade deverão ser encaminhadas por escrito com antecedência à data da Reunião de Sócios para o endereço da sede social indicado acima. Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024. **EAV LUX 2 S.À.R.L.** - Pp. Alexandra Catherine de Haan e Rodrigo Romualdo Moreira.

Naturgy

Comunica que, conforme previsto nos Contratos de Concessão assinados com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, as tarifas de GLP terão atualização, com vigência a partir de 01/05/2024, conforme tabela abaixo:

Estrutura Tarifária de GLP		Vigência: 01/05/2024	
		CEG	CEG RIO
Consumidor	**Faixa de Consumo**	**Tarifa Limite**	**Tarifa Limite**
Residencial	faixa única - (R$/Kg)	17,9957	16,4426
Industrial	faixa única - (R$/Kg)	17,6454	16,1810

Nota: As tarifas acima contemplam os tributos incidentes.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTECT/RJ
COMUNICADO À POPULAÇÃO SOBRE DEFLAGRAÇÃO DE GREVE DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS - ECT DO RIO DE JANEIRO

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares do Estado do Rio de Janeiro - SINTECT/RJ, CNPJ: 32.269.706/0001-40, com sede na Avenida Presidente Vargas, 502 - 14º Andar - Centro - RJ, através de sua Diretoria, por seu Representante legal, que no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, comunica à população que os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT do Estado do Rio de Janeiro, que poderá haver paralisação das atividades, por tempo indeterminado, a partir de 22h00 (vinte e duas horas) do dia 04 de abril de 2024, pelos seguintes motivos: 1) Cumprimento integral do ACT 2023/2024; 2) Condições de Trabalho - Em defesa da saúde e das condições adequadas de trabalho dos Ecetistas; 3) Manutenção do pagamento do Adicional de Periculosidade dos Motociclistas; 4) Fim do DDA (Distribuição Domiciliária Alternada) e SD (Sistema de Distritamento), implantação após os novos contratados chegarem nas unidades, e com quesitos propostos trabalhistas incluídos no estudo da ferramenta; 5) Concurso Público; 6) Plano de Saúde; 7) Implantação de entrega matutina; 8) Deliberar sobre a deflagração da greve ou não, por tempo indeterminado, a partir das 22h00 (vinte e duas horas) do dia 04 de abril de 2024; 9) Outros assuntos de interesse da categoria.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024
Marcos Antônio Sant'Aguida do Nascimento
Presidente do SINTECT/RJ
Rosemeri de Farias Leodoro
Secretária Geral do SINTECT/RJ

BANDA HADDOCK

CNPJ 32.093.411/0001-65
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os 3 (três) associados abaixo que representam, 1/5 (um quinto) dos associados fundadores remanescentes da BANDA HADDOCK, que de acordo com as normas estatutárias, convocam para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 09 de Abril de 2024, às 18:30 h ,em primeira convocação e às 19:30 h, em segunda convocação, a ser realizada no Club Municipal, localizado na rua Haddock Lobo, nº 359, - Tijuca - Rio de Janeiro - RJ, para discutir e aprovar a pauta abaixo: 1 - Prestação de contas do exercício de 2023; 2 - Eleição de diretoria, biênio 2024/2026 que será realizada nesse mesmo dia (09/04/2024); 3 - Revisão, inclusão e adequação da Assembleia anterior, inclusive explicando os motivos da ausência de registros das Atas das assembleias posteriores a 1990; 4 - Discutir e decidir sobre o carnaval de 2025; 5 - Assuntos Gerais; 1/5 dos Associados Fundadores Remanescentes: 1 - Adão Ribeiro dos Santos. 2 - Paulo Cezar Lopes, 3 - José Eustáquio Ruffo. Rio de Janeiro 28 de Março de 2024. Silvio Roberto Conceição Silva, Presidente em exercício.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4202C-2938-F4AB-BB43.

CHC DO BRASIL TÁXI AÉREO S.A.

CNPJ: 67.750.463/0001-41

Balanço patrimonial Em 2022 e 2021 Em MR$

	Nota	2022	2021
Ativo		**380.318**	**371.434**
Ativo circulante		**100.629**	**89.744**
Caixa e equivalentes	4	8.361	12.089
Contas a receber		23.876	39.155
IR e CS a recuperar	6	10.122	16.079
Despesas antecipadas		7.891	11.294
Recebíveis de Subarrendamento		50.379	11.127
Não circulante		**279.689**	**281.690**
Contas a receber - PR		198.597	186.466
Depósitos judiciais		14.288	13.410
IR e CS a recuperar	6	5.363	5.363
Outros tributos a recuperar	6,1	47.704	41.241
Outras contas a Receber		4.880	10.809
Imobilizado		1.260	5.042
Direito de uso - Arrendamento		7.597	19.359
Passivo		**380.318**	**371.434**
Circulante		**183.534**	**79.829**
Fornecedores	11	26.786	20.423
Tributos a recolher		1.963	3.210
Obrigações sociais e trabalhistas		6.560	12.760
Contas a Pagar – PR		88.799	–
Passivo de arrendamento		59.426	43.436
Não circulante		**623.589**	**635.818**
Contas a Pagar – PR		601.339	624.194
Provisão para contingências		22.250	11.624
Patrimônio líquido	**14**	**(426,805)**	**(344.213)**
Capital social		956.436	956.436
Remuneração baseada em ações		492	492
Prejuízos acumulados		(1.383.733)	(1.301.141)

Demonstrações dos resultados do exercício em 2022 e 2021 Em MR$

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida		144.289	275.975
Custos dos serviços prestados		(252.282)	(432.219)
Prejuízo bruto		**(107.993)**	**(156.244)**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas		(37.037)	(24.562)
Resultado com Leases Embutidos		1.051	(8.913)
Outras receitas	6.1	6.474	7.591
Resultado antes do resultado financeiro		**(137.505)**	**(182.128)**
Receitas financeiras		18.712	21.449
Despesas financeiras		(6.180)	(9.310)
Variação Cambial Líquido		42.380	(36.916)
Resultado financeiro		**54.913**	**(24.777)**
Prejuízo do exercício		**(82.592)**	**(206.906)**

Demonstrações dos resultados abrangentes em 2022 e 2021 Em MR$

	2022	2021
Prejuízo do exercício	**(82.592)**	**(206.906)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultado abrangente do exercício	**(82.592)**	**(206.906)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 2022 e 2021 Em MR$

	Capital social	Remun. baseada em ações	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2021	**956.436**	**492**	**(1.094.235)**	**137.307**
Prejuízo do exercício	–	–	(206.906)	**(206.906)**
Saldos em 31/12/2021	**956.436**	**492**	**(1.301.141)**	**(344.213)**
Prejuízo do exercício	–	–	(82.592)	**(82.592)**
Saldos em 31/12/2022	**956.436**	**492**	**(1.383.733)**	**(426.805)**

Demonstrações do fluxo de caixa em 2022 e 2021 Em MR$

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Prejuízo do exercício	(82.592)	(206.906)
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Depreciação	3.783	5.879
Baixa de Imobilizado	–	1.417
Variação Cambial Não Realizada com Partes Relacionadas	24.489	(23.211)
Variação Cambial com Arrendamentos	(4.036)	(511)
Juros do subleasing	(4.571)	(4.788)
Juros dos Passivos de arrendamento	6.122	9.242
Amortização	43.854	71.031
Despesas financeiras líquidas	36.475	(12.298)
Provisão (reversão) para contingências	10.624	(2.007)
	(34.148)	**(162.152)**
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:		
Contas a receber - terceiros	15.279	5.257
Contas a receber - partes relacionadas	(12.131)	(11.880)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.957	(3.357)
Outros impostos a recuperar	(6.463)	(7.329)
Despesas antecipadas	3.403	3.370
Depósitos judiciais	(878)	(724)
Outras contas a receber	5.929	5.582
Fornecedores	6.363	(3.985)
Tributos a recolher	(1.247)	(737)
Partes relacionadas	41.455	229.401
Obrigações sociais e trabalhistas	(6.200)	(4.069)
Provisão para contingências	–	(436)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**51.467**	**211.093**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos do Arrendamento - Principal	(123.582)	(232.125)
Recebimentos de Subarrendamento	34.239	184.568
Baixa de Passivo de Arrendamento	–	(1.405)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(89.343)**	**(48.962)**
Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício	**(3.728)**	**(21)**
Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa:		
Caixa e equivalentes no início do exercício	12.089	12.110
Caixa e equivalentes no fim do exercício	8.361	12.089
Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício	**(3.728)**	**(21)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário). 1 Contexto operacional - A CHC do Brasil Táxi Aéreo S.A. ("CHC" ou "Companhia"), com sede na Avenida Abelardo Bueno 199, Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objeto social o transporte de passageiros e o afretamento de aeronaves. A CHC não possui títulos de qualquer natureza negociados no mercado de capitais. A CHC é controlada pelo CHC Group LLC ("Grupo"), uma empresa com sede em Dallas, Estados Unidos que possui operação em seis diferentes continentes, sendo uma das maiores operadoras globais de serviços de transporte em helicópteros. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou prejuízo no exercício de R$ 79.157 (R$ 206.906 em 2021), possuindo em contrapartida prejuízos acumulados no montante de R$1.380.298 (R$1.301.141 em 2021). O capital circulante líquido é positivo de R$ 6.068 (R$ 9.915 em 2021). O patrimônio líquido é negativo de R$ 423.370 (R$ 344.213 em 2021). A maior parte dos custos da operação da CHC é variável, principalmente combustível, honorários dos tripulantes, manutenção pelo uso das aeronaves e taxas aplicadas pelos órgãos reguladores. Ou seja, ocorrendo queda de demanda, apesar do efeito de diminuição da receita, os custos acompanham diretamente essa queda, permitindo que a Companhia siga operando. Adicionalmente, a acionista controladora CHC Group LLC, comprometeu-se formalmente a manter o suporte financeiro necessário para que a Companhia possa continuar suas operações num futuro próximo. **2 Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis** - **a. Declaração de conformidade com as normas do CPC**. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por Resolução do Conselho Federal Contabilidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em reunião da diretoria ocorrida em 30 de Dezembro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **c. Moeda funcional e de apresentação** - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximos, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **3 Principais políticas contábeis** - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1 Mudanças nas principais políticas contábeis.** A Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021. A companhia aplicou as alterações da Fase 2 retrospectivamente. No entanto, de acordo com as exceções permitidas nas alterações da Fase 2, o Grupo optou por não reapresentar comparativos para os períodos anteriores para refletir a aplicação dessas alterações. Uma vez que o Grupo não teve transações para as quais a taxa de referência tenha sido substituída por uma taxa de referência alternativa em 31 de dezembro de 2020, não há impacto nos saldos de abertura inicial em resultado da aplicação retrospectiva. **3.2 Moeda estrangeira.** As transações efetuadas em outras moedas (diferente da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. A cada período de divulgação, é feita a atualização destes valores pela taxa de câmbio vigente naquela data. Os ganhos e nas perdas cambiais resultantes desta conversão, (referentes a ativos e passivos monetários indexados em moeda diferentes da moeda funcional), são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais líquidas. **3.3 Instrumentos financeiros**: *Reconhecimento e mensuração inicial.* O contas a receber e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos incialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros.** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Ativos financeiros mensurados pelo VJR Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos, **Passivos financeiros**. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento de um ativo ou passivo financeiro.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro. a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.6 Reconhecimento de Receita** - A Companhia reconhece a sua receita pela prestação de serviços de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente. Neste sentido, os efeitos decorrentes dos contratos com os clientes somente são registrados quando todos os critérios estabelecidos pela norma são atendidos, incluindo a aprovação do contrato, a identificação dos direitos de cada parte frente aos serviços a serem prestados, quando os termos de pagamento são identificáveis e quando se observar que é provável que a Companhia receberá pela contraprestação à qual terá direito em troca dos serviços a serem transferidos ao cliente. O contrato entre as partes também avalia as aeronaves incluídas nos serviços prometidos e as respectivas obrigações de desempenho, bem como determina o preço da transação em bases contratuais e suas práticas de mensuração que leva em consideração a contraprestação especificada. Nesse contexto. as receitas referentes ao transporte de passageiros e o afretamento de aeronaves são reconhecidas quando ocorre a transferência do serviço ao cliente e a obrigação definida em contrato é satisfeita. A mencionada mensuração inclui valores fixos e variáveis. os quais são alocados ao preço da transação, considerado a cada obrigação de desempenho, pelo valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. Assim. a receita é reconhecida quando a Companhia satisfaz a obrigação de desempenho que acontece quando o a transferência do serviço prometido é efetivada para o cliente. O serviço é considerado transferido quando o cliente obtém substancialmente todo os benefícios restantes do ativo ou serviço prestado. **3.9 Arrendamentos** - No início de um contrato, a companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). (i) Como arrendatário - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. "O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da companhia. Geralmente, a companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. Arrendamentos de ativos de baixo valor - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. (ii) Como arrendador - Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início do arrendamento, se cada arrendamento trata-se de um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento referia-se à maior parte da vida econômica do ativo. **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2022	2021
Caixa	5	8
Bancos conta-corrente	74	140
Aplicações Financeiras	8.282	11.941
	8.361	**12.089**

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimentos e outros fins, contemplando numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, e com risco insignificante de valor. **6 Imposto de renda e contribuição social a recuperar**

	2022	2021
Circulante		
Imposto de renda	9.578	13.796
Contribuição social	544	2.283
	10.122	**16.079**
Não circulante		
Imposto de renda	5.363	5.363
Contribuição social	–	–
	5.363	**5.363**

O imposto de renda e contribuição social a recuperar são oriundos do resultado negativo da base de cálculo do lucro real, e das retenções na fonte realizadas pelo cliente Petrobras. **6.1 Outros tributos a recuperar**. A Companhia em 2019, obteve em decisão judicial favorável. transitada em julgado, no montante original de R$ 35.184 relativo a créditos de ICMS. Estima-se que o valor será recebido em caixa nos próximos 5 anos. **11 Fornecedores**

	2022	2021
Fornecedores	23.758	16.735
Combustível a pagar	74	84
Tarifas aeroportuárias	2.954	3.604
	26.786	**20.423**

14 Patrimônio Líquido. a. Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 956.436 divido em ações distribuídas da seguinte forma:

Capital Social	Tipo	%	R$
BHH Brazilian Helicopter	Ordinárias	98.99%	946.767
BHH Brazilian Helicopter Holding S.A	Preferenciais	0.02%	144
Horizon 1 Participações Ltda	Preferenciais	1,00%	9.525
			956.436

De acordo com o estatuto da Companhia cada ação ordinária nominativa corresponde a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem prioridade no reembolso do capital sem prêmio em caso de liquidação da Companhia até o valor da parcela do capital social representado por essa espécie de ação.

Representante Legal:
Gilson de Barros Caputo Junior - Diretor Executivo

Nota: As DFs referentes ao exercício findo em 31/12/2022 completas e Relatório do Auditor Independente encontram-se a disposição na sede da CHC do Brasil Táxi Aéreo S.A.

---

dexxos Par

DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/ME nº 02.193.750/0001-52
NIRE 33 3 0016624-6

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da Dexxos Participações S.A. ("Companhia") realizada em 19 de março de 2024, ficaram os Senhores Acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, excepcionalmente fora da sede da Companhia, nesta cidade, no Hotel Windsor Guanabara, na Av. Presidente Vargas, nº 392 – 3º andar, Sala Madri V, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20071-000, em atenção ao Artigo 124, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), às 15 horas do dia 29 de abril de 2024 ("Assembleia"), a fim de: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração da Companhia, suas contas e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) Deliberar sobre a verba global anual da remuneração da administração para o exercício de 2024; (iv) Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para a capitalização de parte da Reserva de Investimentos, no montante total de R$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), sem a emissão de novas ações; e (v) Deliberar sobre a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a deliberação do item (iv) acima, com a consequente consolidação do seu Estatuto Social. Os documentos e informações referidos no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e nas Resoluções CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, e nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM nº 81/22"), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia, localizada na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar (parte); e (ii) eletronicamente, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia (www.dexxos.com.br). Conforme previsto nos Artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia poderão exercer o voto na Assembleia por meio de voto à distância, a ser formalizado em documento eletrônico próprio denominado "boletim de voto à distância", cujo modelo foi disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (www.dexxos.com.br), no site da CVM (http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc), e no site Itaú Assembleia Digital (https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital). Os acionistas deverão apresentar à Companhia, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da realização da Assembleia, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido, no máximo, 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia, pela instituição escrituradora, indicando o número de ações da Companhia de sua titularidade; e (ii) mandato com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.
PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO PALHARES
Presidente do Conselho de Administração

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/MF nº 17.765.891/0001-70 - NIRE 33.3.0030675-7 - *Companhia Fechada*

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 04 de Abril de 2024. Ficam convocados os acionistas do **GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.** ("**Companhia**"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**") e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 4 de abril de 2024, às 09:00 horas ("**Assembleia**"), na sede social da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP 22.280-100, a fim de discutirem e deliberarem sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de atender as exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do pedido de registro como emissor de valores mobiliários categoria "A" da Companhia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia portando documento de identidade. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.**Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos**
Presidente do Conselho de Administração.

TELMEX SOLUTIONS TELECOMUNICAÇÕES S.A
CNPJ/MF n° 02.570.352/0001-08 - NIRE 33.3.0031406-7

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Ficam convidados os senhores acionistas da **Telmex Solutions Telecomunicações S.A.** ("**Companhia**") a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará na sede social da Companhia, situada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Regente Feijó, 166, 16º andar, Sala 1687-C, CEP 20060-060, no dia 29 de abril de 2024, às 10h15m, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária**: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2023; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2023; e **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii)** Fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2024. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 26 de abril de 2024, até às 17h30min horas. (b) A proposta da administração e a documentação, relativas aos itens da ordem do dia, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. Rio de Janeiro-RJ, 27 de março de 2024. Oscar von Hauske Solis - Membro do Conselho de Administração.

VIAÇÃO MAUÁ S/A
CNPJ 31.688.609/0001-29

Aviso aos Acionistas: Acham-se a disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a RUA CAPITÃO ACÁCIO, 363 - Boaçu - São Gonçalo, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.604 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. SG, 27.03.2024. A Diretoria.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, PRESENCIAL DE 09/04/2024 DA FAROL COOPERATIVA DE SOLUCOES ENERGETICAS LTDA
CNPJ: 35.306.957/0001-45

Diretor Presidente Ramon de Oliveira Júnior, em cumprimento às disposições legais e estatutárias (Lei nº 5.764/1971 e art. 18 e seguintes do Estatuto Social), convoca os associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, presencial, a realizar-se no dia 09 de abril de 2024, na Rua Alagoas 1.000, Sala 1307, Savassi, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30130-160, às 10:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 11:00 horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 12:00 horas, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, em terceira convocação, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: (i) relatório da gestão, (ii) balanço, (iii) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da cooperativa e o parecer do Conselho Fiscal; 2) Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os fundos obrigatórios; e 3) Eleição do Conselho Fiscal. Para efeito do cálculo de quórum a Cooperativa possui 4.540 (quatro mil, quinhentos e quarenta) associados, em 29 de março de 2024. Minas Gerais, 29 de março de 2024. **Ramon de Oliveira Júnior** - Diretor-Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, PRESENCIAL DE 09/04/2024 DA COOPERATIVA SOL VERDE
CNPJ: 47.227.565/0001-70.

Presidente Felipe Amaral de Mattos, em cumprimento às disposições legais e estatutárias (Lei nº 5.764/1971 e art. 24 e seguintes do Estatuto Social), convoca os associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, presencial, a realizar-se no dia 09 de abril de 2024, na Rua da Assembleia, n.º 10, sala 2710, Centro, cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20011-901, às 10:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 11:00 horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 12:00 horas, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, em terceira convocação, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Prestação de contas da Diretoria, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: (i) relatório da gestão; (ii) balanço; (iii) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal; e (iv) plano de atividades da Cooperativa para o exercício seguinte; 2) Destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas; 3) Eleição do Conselho Fiscal da Cooperativa; e 4) Reforma no Estatuto Social da Cooperativa. Para efeito do cálculo de quórum, a Cooperativa possui 24 (vinte e quatro) associados, em 29 de março de 2024. Rio de Janeiro, 29 de março de 2024. **Felipe Amaral de Mattos** - Diretor-Presidente.

ICARAÍ AUTO TRANSPORTES S/A
CNPJ 28.547.537/0001-95

Aviso aos Acionistas: Acham-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a RUA Francisco Neto, 166 - Alcântara - São Gonçalo, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.604 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. SG, 27.03.2024. A Diretoria.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

HMOBI Participações S.A. - HMOBI

CNPJ 40.159.947/0001-64

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2023. Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos necessários.

Aviso. As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/;
b) http://ri.hmobi.metrorio.com.br/
c) https://sistemas.cvm.gov.br/cias-abertas.asp;
d) https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) Nota 3
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	3	276.950	216.053
Aplicações financeiras	5	–	–	350.143	298.872
Contas a receber	6	–	–	109.036	145.842
Estoques	7	–	–	83.537	72.225
Tributos a recuperar	8(a)	–	–	24.168	25.318
Adiantamentos		–	86	11.561	3.581
Despesa antecipada	9	85	–	10.458	27.572
Outras contas a receber		–	–	614	649
Total do ativo circulante		**87**	**89**	**866.467**	**790.112**
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	–	–	84.798	81.362
Contas a receber	6	–	–	15.950	13.086
Tributos a recuperar	8(a)	–	–	16.714	38.530
Adiantamento para futuro investimento	29	–	–	53.564	53.564
Depósitos judiciais	20(c)	–	–	12.626	20.810
Investimento	12	2.327.755	2.249.192	–	–
Imobilizado	13	–	–	872.921	950.556
Intangível	14	476	–	3.144.456	3.224.901
Infraestrutura em construção	14	–	–	47.492	28.219
Total do ativo não circulante		**2.328.231**	**2.249.192**	**4.248.521**	**4.411.028**
Total do ativo		**2.328.318**	**2.249.281**	**5.114.988**	**5.201.140**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) Nota 3
Circulante					
Fornecedores	15	420	65	105.485	87.034
Empréstimos e debêntures	16	–	–	242.743	323.542
Receita diferida	19	–	–	16.373	57.695
Tributos a recolher	8(c)	8	9	9.376	8.666
Obrigações com empregados e profissionais-chave	11(a)	8	9	45.380	36.180
Dividendos a pagar	10 e 21(b)	–	36.032	–	36.032
Adiantamentos de clientes	18	–	–	6.127	9.638
Contas a pagar - Partes relacionadas	10	5.177	2.341	–	–
Outras contas a pagar		535	535	2.796	2.931
Total do passivo circulante		**6.148**	**38.991**	**428.280**	**561.718**
Não circulante					
Debêntures	16	–	–	1.998.294	2.029.563
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8(b)	–	–	174.661	166.039
Tributos a recolher	8(c)	–	–	2.776	4.332
Dividendos a pagar	10 e 21(b)	37.674	–	37.674	–
Obrigações a pagar pelo direito de concessão	17	–	–	18.631	16.110
Provisão para riscos processuais	20	–	–	165.283	191.706
Receita diferida	19	–	–	1.359	18.146
Outras contas a pagar		–	–	3.534	3.236
Total do passivo não circulante		**37.674**	**–**	**2.402.212**	**2.429.132**
Patrimônio líquido					
Capital social	21(a)	1.100.578	1.100.578	1.100.578	1.100.578
Reserva de capital	21(c)	733.552	733.552	733.552	733.552
Reservas de lucros	21(d)	450.366	376.160	450.366	376.160
Patrimônio líquido		**2.284.496**	**2.210.290**	**2.284.496**	**2.210.290**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.328.318**	**2.249.281**	**5.114.988**	**5.201.140**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional líquida	22	–	–	1.178.733	980.573
Custo dos serviços prestados	23	–	–	(671.524)	(572.592)
Lucro bruto		**–**	**–**	**507.209**	**407.981**
Receitas/Despesas operacionais					
Equivalência patrimonial	12 e 23	113.461	365.340	–	–
Gerais e administrativas	23	(59.051)	(42.617)	(217.810)	(203.530)
Outras receitas e (despesas) operacionais	23	–	–	27.456	334.242
Resultado operacional		**54.410**	**322.723**	**316.855**	**538.693**
Receitas financeiras	24	–	–	92.602	94.235
(Despesas) financeiras	24	(1.793)	(136)	(300.383)	(307.005)
Resultado financeiro líquido		**(1.793)**	**(136)**	**(207.781)**	**(212.770)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**52.617**	**322.587**	**109.074**	**325.923**
Imposto de renda e contribuição social	**8(d)**	**21.589**	**13.748**	**(34.868)**	**10.412**
Imposto de renda e contribuição social corrente		–	–	(26.248)	(5.676)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		21.589	13.748	(8.620)	16.088
Lucro líquido do exercício		**74.206**	**336.335**	**74.206**	**336.335**
Quantidade média de ações ao final do exercício (em milhares de ações)		1.834.130	1.834.130	1.834.130	1.834.130
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (Em reais)	25	0,0405	0,1834	0,0405	0,1834

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro do exercício	**74.206**	**336.335**	**74.206**	**336.335**
Resultado abrangente total do exercício	**74.206**	**336.335**	**74.206**	**336.335**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações fianceiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucro a realizar	Reservas de lucros: Reserva especial de dividendos	Dividendos obrigatórios	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**1.100.578**	**733.552**	**3.793**	**36.032**	**–**	**36.032**	**–**	**1.909.987**
Dividendos a pagar	–	–	–	–	–	(36.032)	–	**(36.032)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	336.335	**336.335**
Destinação do lucro	–	–	16.817	159.759	159.759	–	(336.335)	**–**
Saldos em 31/12/2022	**1.100.578**	**733.552**	**20.610**	**195.791**	**159.759**	**–**	**–**	**2.210.290**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	74.206	**74.206**
Destinação do lucro	–	–	3.710	35.248	35.248	–	(74.206)	**–**
Saldos em 31/12/2023	**1.100.578**	**733.552**	**24.320**	**231.039**	**195.007**	**–**	**–**	**2.284.496**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/222
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos e contribuição		**52.617**	**322.587**	**109.074**	**325.923**
Ajustes:					
Depreciação e amortização	13 e 14	9	–	186.662	157.459
Mais (menos) valia – Depreciação e amortização	23	71.213	54.939	71.213	54.939
Baixa de imobilizado e intangível	13 e 14	–	–	628	794
Provisão (reversão) para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	6	–	–	2.145	(3.084)
Variações monetárias e encargos, líquidos	23	1.641	–	283.007	283.092
Equivalência patrimonial	12	(113.461)	(365.340)	–	–
Provisão (Reversão) para riscos processuais	20(a)	–	–	(14.017)	(5.474)
Mais (menos) valia – Reversão para riscos processuais	20(a)	(14.725)	(14.504)	(14.726)	(14.504)
Amortização custo de captação de debêntures		–	–	9.316	156
Resultado do exercício ajustado		**(2.706)**	**(2.318)**	**633.302**	**799.301**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	6	–	–	31.796	(107.880)
Estoques	7	–	–	(11.312)	2.409
Tributos a recuperar	8(a)	–	–	22.968	(15.806)
Depósitos judiciais	20(c)	–	–	9.750	19.346
Adiantamentos		86	(86)	(7.979)	(2.918)
Despesa antecipada	9	(85)	–	17.115	(15.471)
Outras contas a receber		–	–	33	65
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	15	355	65	18.449	(20.112)
Obrigações com empregados e administradores	11	(1)	9	9.199	(1.461)
Tributos a recolher	8(c)	(1)	9	(21.209)	(3.265)
Receita diferida	19	–	–	(58.109)	73.875
Adiantamentos de cliente	18	–	–	(3.511)	(14.770)
Obrigações com poder concedente	17	–	–	228	(4.712)
Contas a pagar – Parte relacionada	10	2.836	2.321	–	–
Pagamento de processos judiciais	20(a)	–	–	(1..550)	(5.299)
Outras obrigações e contas a pagar		–	–	165	1.321
Caixa gerado nas operações		484	–	639.335	704.623
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social		–	–	(5.885)	(2.147)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**484**	**–**	**633.450**	**702.476**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	13	–	–	(3.002)	(3.849)
Aquisição de intangível	14	(485)	–	(116.694)	(87.118)
Aplicações financeiras	5 e 16	–	–	(54.707)	(314.381)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento		**(485)**	**–**	**(174.403)**	**(405.348)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos	16	–	–	10.773	–
Pagamento de principal – Debêntures	16	–	–	(235.360)	(61.724)
Pagamento de juros – Debêntures	16	–	–	(148.594)	(55.039)
Pagamento de variação monetária – Debêntures	16	–	–	(24.969)	(11.815)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**–**	**–**	**(398.150)**	**(128.578)**
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**–**	**60.897**	**168.550**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	3	3	216.053	47.503
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	2	3	276.950	216.053
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**–**	**60.897**	**168.550**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas		**–**	**–**	**1.259.063**	**1.341.426**
Prestação de serviços	22	–	–	1.230.609	1.024.272
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	23	–	–	(2.145)	(3.084)
Outras receitas		–	–	30.599	320.238
Insumos adquiridos de terceiros		**(2.248)**	**(1.978)**	**(363.512)**	**(321.327)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.248)	(1.978)	(361.178)	(327.128)
Reversão de contingência		–	–	–	9.993
Outros custos		–	–	(2.334)	(4.192)
Valor adicionado bruto		**(2.248)**	**(1.978)**	**895.551**	**1.020.099**
Retenções		**(9)**	**–**	**(178.778)**	**(157.459)**
Depreciação e amortização	13 e 14	(9)	–	(178.778)	(157.459)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**(2.257)**	**(1.978)**	**716.773**	**862.640**
Valor adicionado/recebido em transferência		**56.973**	**324.905**	**36.105**	**53.800**
Mais (menos) valia - Depreciação e amortização	23	(71.213)	(54.939)	(71.222)	(54.939)
Mais (menos) valia - Reversão para riscos processuais	23	14.725	14.504	14.725	14.504
Equivalência patrimonial	12	113.461	365.340	–	–
Receitas financeiras	24	–	–	92.602	94.235
Total do valor adicionado a distribuir		**54.716**	**322.927**	**752.878**	**916.440**
Distribuição do valor adicionado		**54.716**	**322.927**	**752.878**	**916.440**
Pessoal e encargos		**253**	**200**	**248.885**	**208.290**
Remuneração direta		253	169	164.165	137.444
Benefícios		–	–	70.145	57.951
FGTS		–	31	11.956	11.342
Outros		–	–	2.619	1.553
Impostos, taxas e contribuições		**(21.537)**	**(13.748)**	**121.931**	**61.934**
Federais		52	–	90.309	58.592
Estaduais		–	–	4.540	4.088
Municipais		–	–	18.462	15.342
Imposto de renda e contribuição social diferido		(21.589)	(13.748)	8.620	(16.088)
Remuneração capital de terceiros		**1.794**	**140**	**307.856**	**309.881**
Juros e variações monetárias		1.643	140	278.409	270.998
Aluguéis		–	–	3.627	2.760
Outras		151	–	25.820	36.123
Remuneração de capital próprio		**74.206**	**336.335**	**74.206**	**336.335**
Lucro atribuível aos acionistas controladores		74.206	336.335	74.206	336.335

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma). 1. Informações gerais: HMOBI Participações S.A. ("HMOBI" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Av. Presidente Vargas 2000, Centro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil foi fundada em 8 de dezembro de 2020, e tem como objeto social investimentos em projetos no setor de infraestrutura, incluindo a exploração, operação e administração de rodovias, vias urbanas, estradas, sistemas metroviários, barcas, entre outros modais de transportes de pessoas e cargas, por meio da participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, no país ou no exterior e o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social da Companhia. A Companhia, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, encontra-se devidamente registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro e é regida por seu Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis, sendo seu prazo de duração indeterminado. Em 07 de abril de 2021, foi deferido o registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria "A" para a HMOBI. A partir desta data, a Companhia deve, obrigatoriamente, proceder ao envio das informações periódicas e eventuais pelo Sistema Empresas.NET, nos termos dos artigos 21 e 30 da Instrução CVM nº 480/09. E em 23 de agosto de 2021, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") deferiu seus pedidos de listagem e admissão à negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia no segmento Básico da B3. Em 8 de novembro 2021, Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia FIP ("IAV FIP") passou a ser acionista controlador da HMOBI, detentor de 945.021.199 ações ordinárias, representativas de 51,5% do capital social da HMOBI, tendo a Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF ("Funcef"), Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS ("Petros"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ("PREVI") como os demais acionistas; e a HMOBI passou a ser a única acionista detentora da totalidade do capital social da controlada MetrôRio e controlada Metrobarra. A HMOBI e o conjunto de empresas controladas são denominados "Grupo HMOBI" ou "Grupo". Em 17 de dezembro de 2021, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Cedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - ("AGETRANSP"), através da Deliberação nº 1.218, reconheceu a responsabilidade do Poder Concedente em promover o ressarcimento emergencial à controlada MetrôRio referente ao período de março a dezembro de 2020, conforme solicitação formalizada em 20/09/2020, para ressarcimento dos prejuízos suportados pela Companhia no âmbito da decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Em 1º de abril de 2022 a controlada MetrôRio celebrou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), o "Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros" ("Contrato de Concessão" e "8º Aditivo", respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos: (i) regular as ações visando o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R$ 327.747, sendo R$ 286.068 da parcela principal e R$ 41.679 referente a atualização monetária pelo IPCA. O ressarcimento, conforme previsto no termo aditivo, foi pago em 4 (quatro) parcelas ao longo do ano de 2022. Segundo o mesmo termo aditivo após a homologação do valor do ressarcimento emergencial referente ao período de janeiro a dezembro de 2021 pela AGETRANSP, tal valor deverá ser pago em até seis meses após a deliberação final; (ii) disciplinar o novo reajuste tarifário ordinário em 12% (doze por cento) sobre a tarifa vigente, tendo como nova tarifa praticada no valor de R$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), e homologada de R$ 6,82 (seis reais e oitenta e dois centavos). Adicionalmente, ficou acordado que a partir de 02 de abril de 2022, a controlada MetrôRio aplicará o desconto no valor de R$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão durante o período de 24 meses, desconto esse que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente; e (iii) alteração do §15º da Cláusula Sétima do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para estabelecer novas formas de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Em 26 de dezembro de 2022, por força do ato de deliberação previsto no 8º Termo Aditivo, a controlada MetrôRio celebrou com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), o "Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros" ("Contrato de Concessão" e "9º Aditivo", respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos, disciplinar os termos e condições da contrapartida devida pelo Poder Concedente a controlada MetrôRio, no valor referencial de R$ 109.504, referente a redução de R$ 0,30 (trinta centavos de real) aplicada sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão para os períodos de 02 de abril de 2022 a 11 de abril de 2023 e de 12 de abril de 2023 a 11 de abril de 2024, conforme convencionada no Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O valor referencial acordado será quitado em 4 parcelas ao longo do ano de 2023, sendo que 2 parcelas foram pagas em 03 de maio de 2023, restando ainda 2 a serem liquidadas. (vide nota explicativa 6). Em 08 de março de 2023 a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro ("AGETRANSP"), homologou: • Reajuste tarifário ordinário de 5,77%, tendo como nova tarifa regulatória o valor de R$ 7,20 (sete reais e vinte centavos), que vigorará a partir de 12 de abril de 2023; e • A manutenção do desconto no valor de R$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente, conforme previsto no Contrato de Concessão, de modo que a tarifa padrão praticada será no valor de R$ 6,90 (seis reais e noventa centavos) para o período compreendido entre 12 de abril de 2023 e 11 de abril de 2024. Em 04 de abril de 2023 o Governo do Estado do Rio de Janeiro institui a Tarifa Social para serviços de transporte metroviário, no valor de R$ 5,00 (cinco reais), através da Edição do Decreto 48.452, que passou a vigorar a partir de 12 de abril de 2023, pelo prazo de 12 meses. Os investimentos nas controladas foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota explicativa n° 12 - Investimento), nas demonstrações contábeis da controladora. Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R$ 438.187 (capital circulante líquido positivo de R$ 228.394, em 31 de dezembro de 2022) no consolidado e lucro de R$ 74.206 (lucro líquido de R$ 336.335, em 31 de dezembro de 2022). **2. Políticas contábeis materiais: 2.1 Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards-IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. O encerramento das Demonstrações Financeiras foi autorizado pela Administração da Companhia em XX de março de 2024. **2.2 Principais normas, alterações e interpretações de norma. Normas novas e alteradas no exercício corrente:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios. A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) -Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. **2.4. Contrato de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12):** A Companhia contabiliza o contrato de concessão, respectivo sua controlada MetrôRio, conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)(IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

continuação

HMOBI Participações S.A. - HMOBI

CNPJ 40.159.947/0001-64

ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. O ativo intangível é amortizado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que se deu em função da curva de demanda, conforme prevista na orientação OCPC05. **2.5. Reconhecimento de receita:** Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável: (a) Receitas de serviços: A companhia reconhece receita das principais fontes de receita a seguir: • venda de passagem; • locação de carros metroviárias; e • receitas acessórias, como locação de espaço físico. Venda de passagem: A companhia através da sua controlada MetrôRio reconhece as receitas com venda de passagem pelo regime de competência, e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviço de transporte metroviário firmado em Contrato de Concessão junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Locação de carros metroviários: A companhia através da sua controlada Metrobarra reconhece as receitas com venda de passagem pelo regime de competência, e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pelo serviço de locação do material rodante, sistemas de sinalização e telecomunicações, embarcados de bordo, gerenciamento e pré-operação ("Material Rodante e Sistemas"). Receitas acessórias: A companhia através da sua controlada MetrôRio reconhece as receitas acessórias com cessão de espaço e veiculação de anúncios pelo regime de competência e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida. As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. (b) Receita de juros: A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho a perda registrada no resultado do exercício. **2.7. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de "perdas de créditos esperadas". A Companhia revisou sua política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento. **2.8. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização. **2.9. Adiantamentos:** São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. Os adiantamentos são apropriados ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos. **2.10. Investimentos:** Na elaboração de suas demonstrações financeiras individuais ("Controladora"), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial. **2.11. Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, considerando a alocação do preço de compra ("PPA" - *Purchase Price Allocation*) sobre os ativos adquiridos e passivos assumidos. A combinação de negócios resulta em ágio quando o valor de aquisição excede o valor dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se o valor de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença será reconhecida como ganho de compra vantajosa (mais/menos valia) no resultado do exercício. Para efeito de consolidação, os efeitos da alocação do preço de compra no balanço patrimonial consolidado são mantidos no intangível quando decorrentes de ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou distribuídos aos ativos e passivos quando sua avaliação resultar em mais valia. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes. **2.12. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método de curva da demanda que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos caso ocorra fato relevante que possa gerar impacto. **2.13 Intangível:** Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. **2.14. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.15. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.16. Tributação:** As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

		Alíquotas			
Nome do tributo	**Sigla**	**Venda de passagem**	**Receitas locação**	**Receitas acessórias**	**Receitas financeiras**
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00%	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00%	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço	ISS	2,00%	2,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS. A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i)Imposto de renda – calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **2.17. Benefícios aos empregados:** A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. **(a) Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. **(b) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado. **(c) Planos de benefício definido:** Plano de benefício pós emprego que não seja plano de contribuição definida. O CPC 33 (R1) -Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. A controlada MetrôRio mantém um Plano de Benefício Definido, atualmente com 200 participantes. **2.18. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) -Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1° de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. **2.19. Resultado por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício. **2.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. (a) Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **(b) Estimativas e premissas.** Impostos: Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Amortização do intangível: A Companhia reconhece a amortização dos ativos intangíveis no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Provisão com estimativa de crédito de liquidação duvidosa: A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de aging de vencimento. **2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **3. Reapresentação de cifras comparativas - aplicações financeiras:** Após a publicação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022, divulgadas em 31 de março de 2023, constatou-se que a classificação da aplicação financeira vinculada à 3ª emissão de Debêntures deveria estar classificada no ativo, considerando que este não atende aos critérios de compensação. Isso refletiu-se no seguinte impacto:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Em 31 de dezembro de 2022	**Aplicações financeiras**	**Aplicações financeiras**	**Debêntures**
Saldo originalmente apresentado	**218.322**	**-**	**1.867.651**
Reclassificação de aplicação financeira vinculada à:			
9ª emissão Debêntures - MetrôRio	80.550	-	80.550
3ª emissão Debêntures - Metrobarra	-	81.362	81.362
Saldo em 31 de dezembro de 2022, ajustado	**298.872**	**81.362**	**2.029.563**

CONTADOR: João Marcos Barbosa - CRC-RJ 11.4001/O
CONTROLLER CORPORATIVO: Daniel Antunes Azevedo

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manterem em continuidade operacional; avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.
Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8.
Rodrigo de Almeida Albuquerque
CRC CE019775/O-9 T-RJ.

mazars

Diário Comercial

O Diário Comercial oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.

www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

CEDAE

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ 33.352.394/0001-04
JUCERJA/NIRE 33.3.000.8797-4
AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, em sua Sede Social na Av. Presidente Vargas, n° 2655 – 6° andar – Cidade Nova – RJ e no site da Companhia (https://cedae.com.br/ricedae), os documentos a que se refere o Art. 133, Lei n° 6.404/76, tais como o Relatório da Administração, a Cópia das Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao Exercício Social de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

Antônio Carlos dos Santos
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

CEDAE

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ 33.352.394/0001-04
JUCERJA/NIRE 33.3.000.8797-4
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Por meio desta convocação, os Senhores Acionistas da COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE estão convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na Sede Social da Companhia, situada na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, no dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:
a) Tomada de contas dos administradores, leitura, discussão e votação das demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;
b) Aprovação da Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos;
c) Fixação da remuneração global anual dos Administradores e Conselheiros da CEDAE;
d) Alteração da publicação no jornal de grande circulação;

Em Assembleia Geral Extraordinária:
e) Aprovação da Proposta de Aumento do Capital Social da Companhia e
f) Aprovação de Alteração do Estatuto, dos Artigos 4º e 57 parágrafo 3º.

Encontra-se à disposição dos acionistas, na sede social e no endereço eletrônico da Companhia, a Proposta da Administração referente à matéria objeto da Ordem do Dia, bem como as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2023, com o respectivo Relatório Anual, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

Os acionistas deverão exibir documento de identidade para comprovar a qualidade de acionista e participar da referida Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 e paragrafos da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo, neste caso, ser apresentado também o instrumento de procuração com os poderes específicos para o ato.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024.

Sérgio Cabral de Sá
Presidente do Conselho de Administração

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 12.091.809/0001-55
NIRE 33.300.294.597 | Código CVM nº 02529-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 81"), vem, por meio deste edital, convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, excepcionalmente, por motivo de força maior, conforme faculta o §2º do art. 124 da Lei das S.A., na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Salão Copacabana do JW Marriott Hotel, localizado na Avenida Atlântica, nº 2.600, Copacabana, CEP 22041-001, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhados do parecer dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria não estatutário, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo a aprovação de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2024 e a retenção de parcela dos lucros, nos termos do art. 196, da Lei das S.A.; **(iii)** deliberar sobre a remuneração global e anual dos membros da administração da Companhia para o exercício social de 2024; e **(iv)** autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 6º, §1º da Resolução CVM 81, solicita-se que os acionistas ou seus representantes apresentem à Companhia, em até 48 (quarenta e oito) horas antecedentes ao horário da Assembleia, por meio do endereço eletrônico ri@3rpetroleum.com.br, extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme aplicável, e cópias dos seguintes documentos, que serão exigidos para a admissão à Assembleia: Pessoas Físicas: Cópia simples do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas). Pessoas Jurídicas: Cópia da documentação societária comprovando poderes de representação, devidamente registrados na junta comercial ou registro civil de pessoas jurídicas competente, conforme o caso, bem como cópia simples do documento de identificação contendo foto do representante legal que comparecerá à Assembleia. Fundos de Investimentos: Cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, registrado no órgão competente, além da documentação societária comprovando poderes de representação devidamente registradas na junta comercial competente, e cópia simples do documento de identificação com foto do representante legal do administrador ou gestor, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia. Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º, da Lei das S.A., sendo necessária a apresentação de cópia simples do instrumento de mandato e do documento de identificação com foto do procurador que comparecerá à Assembleia. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, sendo aceita assinatura digital, por meio de certificado digital. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas ou fundos de investimento acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com o contrato ou estatuto social próprio ou do administrador/gestor, conforme o caso, e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). A Companhia informa que, exclusivamente para esta Assembleia, dispensará o reconhecimento de firma e autenticação por cartório dos documentos apresentados, sendo certo que os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem estar traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, notarizados e consularizados (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais, tal como apostila) e registrados no Registro de Títulos e Documentos, inclusive para aceitação do boletim de voto à distância. Adicionalmente, informa-se que, nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas votem na Assembleia mediante o preenchimento e entrega de boletim de voto à distância, disponibilizado pela Companhia, nesta data, conforme orientações e prazos constantes do boletim de voto à distância e da proposta da administração. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *site* da Companhia (http://ri.3rpetroleum.com.br/), e foram enviados à CVM (www.gov.br/cvm) e à B3 (http://www.b3.com.br/), atendendo-se, ainda, o disposto no art. 133 da Lei das S.A.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.
Harley Lorentz Scardoelli
Presidente do Conselho de Administração

Naturgy

Comunica que, conforme previsto nos Contratos de Concessão assinados com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, as tarifas de gás terão atualização com vigência a partir de 01/05/2024, de acordo com a tabela abaixo:

Estrutura Tarifária		CEG	CEG RIO
		Vigência a partir de: 01/05/2024	Vigência a partir de: 01/05/2024
TIPO DE GÁS/CONSUMIDOR	Faixa de Consumo m³ / mês	Tarifa Limite R$ / m³	Tarifa Limite R$ / m³
GÁS NATURAL			
Residencial	0 - 7	9,6361	7,3232
	8 - 23	12,4154	9,1822
	24 - 83	14,9297	10,8841
	acima de 83	15,7267	12,0838
Residencial Social MCMV	0 - 7	6,1720	5,6443
	8 - 23	6,4269	5,8684
	24 - 83	14,9297	10,8841
	acima de 83	15,7267	12,0838
Comercial e Outros	0 - 200	9,4204	6,3282
	201 - 500	9,1630	6,2594
	501 - 2.000	8,9062	5,1984
	2.001 - 20.000	8,6496	5,0852
	20.001 - 50.000	8,3925	4,9867
	acima de 50.000	8,1355	4,8883
Climatização	0 - 200	7,0728	6,5459
	201 - 5.000	4,9698	4,6368
	5.001 - 20.000	4,6385	4,3355
	20.001 - 70.000	4,1829	3,9220
	70.001 - 120.000	4,0045	3,7599
	120.001 - 300.000	3,8134	3,5869
	300.001 - 600.000	3,5878	3,3818
	600.001 - 1.500.000	3,5824	3,3763
	acima de 1.500.000	3,5654	3,3614
Cogeração	0 - 200	5,3850	5,0142
	201 - 5.000	5,2333	4,8766
	5.001 - 20.000	3,9293	3,6917
	20.001 - 70.000	3,6594	3,4463
	70.001 - 120.000	3,6911	3,4751
	120.001 - 300.000	3,6893	3,4737
	300.001 - 600.000	3,6874	3,4720
	600.001 - 1.500.000	3,6869	3,4715
	acima de 1.500.000	3,5472	3,3450
Geração Distribuída	0 - 200	7,2228	6,6840
	201 - 5.000	5,0111	4,6752
	5.001 - 20.000	4,6069	4,3076
	20.001 - 70.000	4,0889	3,8372
	70.001 - 120.000	3,8849	3,6516
	120.001 - 300.000	3,8695	3,6377
	300.001 - 600.000	3,8055	3,5789
	600.001 - 1.500.000	3,7956	3,5701
	acima de 1.500.000	3,7678	3,5449
GNV	faixa única	3,6826	3,4549
GNV Transporte Público	faixa única	3,6826	3,4549
Petroquímico	faixa única	3,3321	3,1496
Industrial	0 - 200	5,6526	5,1431
	201 - 2.000	5,5009	5,0071
	2.001 - 10.000	5,4097	4,9255
	10.001 - 50.000	4,9131	4,3621
	50.001 - 100.000	4,6151	4,1189
	100.001 - 300.000	4,2975	3,8581
	300.001 - 600.000	3,9212	3,5499
	600.001 - 1.500.000	3,9114	3,5414
	1.500.001 - 3.000.000	3,8839	3,5186
	acima de 3.000.000	3,7907	3,4430
Vidreiras	0 - 200	5,2140	4,8185
	201 - 2.000	5,0622	4,6825
	2.001 - 10.000	4,9710	4,6008
	10.001 - 50.000	4,4742	4,0375
	50.001 - 100.000	4,1762	3,7940
	100.001 - 300.000	3,8584	3,5332
	300.001 - 600.000	3,4824	3,2252
	600.001 - 1.500.000	3,4726	3,2166
	1.500.001 - 3.000.000	3,4451	3,1938
	acima de 3.000.000	3,3518	3,1180
Salineira	0 - 200	-	7,1949
	201 - 2.000	-	4,9276
	2.001 - 10.000	-	4,5700
	10.001 - 50.000	-	4,0777
	50.001 - 100.000	-	3,8860
	100.001 - 300.000	-	3,6802
	300.001 - 600.000	-	3,4368
	600.001 - 1.500.000	-	3,4302
	1.500.001 - 3.000.000	-	3,4129
	acima de 3.000.000	-	3,3529
Ceramista	0 - 200	-	3,8676
	201 - 2.000	-	3,4361
	2.001 - 10.000	-	3,3679
	10.001 - 50.000	-	3,2745
	50.001 - 100.000	-	3,2379
	acima de 100.000	-	3,1984
Barrilhista	0 - 200	-	3,6058
	201 - 2.000	-	3,4158
	2.001 - 10.000	-	3,3864
	10.001 - 50.000	-	3,3446
	50.001 - 100.000	-	3,3287
	100.001 - 300.000	-	3,3116
	300.001 - 600.000	-	3,2913
	600.001 - 1.500.000	-	3,2903
	1.500.001 - 3.000.000	-	3,2891
	acima de 3.000.000	-	3,2836
Termelétricas CEG Vigência a partir de: 01/02/2023	$T = \left(\left(\frac{37{,}898}{(c+40)^{2{,}8}} + 0{,}345\right) \times \frac{R}{26{,}81} \times \frac{IGPMn}{IGPMo}\right) + CG$		
Termelétricas CEG RIO Vigência a partir de: 01/02/2023	$T = \left(\left(\frac{33.209}{(c+40)^{2{,}8}} + 0{,}302\right) \times \frac{R}{26{,}81} \times \frac{IGPMn}{IGPMo}\right) + CG$		

Onde:
T = Tarifa.
c = Somatório do consumo mensal, expresso em milhões de m³, com 6 casas decimais.
R = Fator redutor cujo valor máximo é 1.
IGPMn = Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas do mês de novembro do ano anterior.
IGPMo = Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas do mês de junho de 2000, equivalente a 183,745.
CG = Preço de compra do gás natural que será determinado caso a caso em função dos contratos de compra específicos para cada usina.

Notas:
- A conta mínima corresponderá ao limite superior da primeira faixa de consumo de cada categoria de consumo.
- Gás natural: Preço de venda ao consumidor nas condições PCS: 9.400 kcal/m³, pressão = 1 atm e temperatura = 20° C.
- As tarifas são aplicadas em cascata, ou seja, aplicam-se progressivamente, em cada uma das faixas de consumo, exceto termelétricas.
- As tarifas acima contemplam os tributos incidentes exceto Termelétricas.

GÁS NATURAL/CONSUMIDOR LIVRE		Vigência a partir de: 01/05/2024	Vigência a partir de: 01/05/2024
Petroquímico	faixa única	0,0556	0,0508
Industrial	0 - 200	1,8073	1,6199
	201 - 2.000	1,6868	1,5118
	2.001 - 10.000	1,6143	1,4469
	10.001 - 50.000	1,2197	0,9993
	50.001 - 100.000	0,9829	0,8061
	100.001 - 300.000	0,7305	0,5988
	300.001 - 600.000	0,4315	0,3539
	600.001 - 1.500.000	0,4237	0,3471
	1.500.001 - 3.000.000	0,4019	0,3290
	acima de 3.000.000	0,3278	0,2690
Salineira	0 - 200	-	3,2652
	201 - 2.000	-	1,4637
	2.001 - 10.000	-	1,1795
	10.001 - 50.000	-	0,7884
	50.001 - 100.000	-	0,6360
	100.001 - 300.000	-	0,4724
	300.001 - 600.000	-	0,2791
	600.001 - 1.500.000	-	0,2738
	1.500.001 - 3.000.000	-	0,2601
	acima de 3.000.000	-	0,2124
Barrilhista	0 - 200	-	0,4133
	201 - 2.000	-	0,2624
	2.001 - 10.000	-	0,2390
	10.001 - 50.000	-	0,2058
	50.001 - 100.000	-	0,1932
	100.001 - 300.000	-	0,1796
	300.001 - 600.000	-	0,1635
	600.001 - 1.500.000	-	0,1627
	1.500.001 - 3.000.000	-	0,1616
	acima de 3.000.000	-	0,1573
Termelétricas CEG Vigência a partir de: 01/02/2023	$T = \left(\frac{37{,}898}{(c+40)^{2{,}8}} + 0{,}345\right) \times \frac{R}{26{,}81} \times \frac{IGPMn}{IGPMo}$		
Termelétricas CEG RIO Vigência a partir de: 01/02/2023	$T = \left(\frac{33.209}{(c+40)^{2{,}8}} + 0{,}302\right) \times \frac{R}{26{,}81} \times \frac{IGPMn}{IGPMo}$		

Onde:
T = Tarifa.
c = Somatório do consumo mensal, expresso em milhões de m³, com 6 casas decimais.
R = Fator redutor cujo valor máximo é 1.
IGPMn = Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas do mês de novembro do ano anterior.
IGPMo = Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas do mês de junho de 2000, equivalente a 183,745.

Notas:
- Gás natural: Preço de venda ao consumidor nas condições PCS: 9.400 kcal/m³, pressão = 1 atm e temperatura = 20° C.
- As tarifas são aplicadas em cascata, ou seja, aplicam-se progressivamente, em cada uma das faixas de consumo, exceto termelétricas.
- As tarifas acima não contemplam os tributos incidentes.

CONCESSÃO DE LICENÇA

NEWVIEW 42 GESTÃO PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA. - CNPJ 50.076.789/0001-32, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo EIS-PRO-2023/18738.04 a Licença Municipal Prévia e de Instalação - LMPI Nº EIS-LPI-2024/00002 com vencimento até 14/03/2028 para Construção de Edificação Residencial Multifamiliar na Rua Silveira Martins, Nº 139 - Catete - Rio de Janeiro / RJ.

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

LICITAÇÃO

Petrobras vai contratar cerca de 200 embarcações

A Petrobras informou na quinta-feira, 28, ter autorizado processos de contratação de embarcações de apoio para a logística de exploração e produção para atender a demanda de curto prazo, em 2025 e 2026. Até 2028, o plano também é contratar cerca de 200 barcos de apoio, disse a empresa em nota.

Os processos de contratação, informou a Petrobras, serão divulgados "nos próximos dias". Na primeira licitação, voltada à construção de novos barcos, está prevista a contratação de 12 embarcações de apoio do tipo PSV (Platform Supply Vessel, em inglês), que são barcos de suprimento às plataformas.

A Petrobras também aprovou o início da contratação de novos barcos de apoio para demandas de longo prazo. Segundo a estatal, o movimento marca o início de uma série de contratações que servirão ao cumprimento de seu Plano Estratégico para os próximos cinco anos.

A Petrobras formalizou na nota a projeção de contratar cerca de 200 embarcações de apoio no período até 2028, tanto para a substituição de contratos vigentes, quanto para o incremento da frota. Desse total, estima-se que serão construídos até 38 novos barcos para atender demandas novas ou substituir parte da frota existente com equipamentos mais "modernos e sustentáveis".

Também está prevista a contratação de navios de cabotagem, FPSOs, embarcações para execução de atividades submarinas e de poços, além da atividade de descomissionamento de plataformas.

Como já é conhecido, até 2028, a estatal espera ter 14 novos navios-plataformas. Atualmente, considerando o "cenário 2028+", a Petrobras conduz seis processos de contratação de navios-plataforma do tipo FPSO: quatro relacionados a afretamentos e dois para unidades próprias, com demandas para construção de módulos no Brasil.

Em 2024, a Petrobras vai contar com uma frota de 25 navios-sonda, usados em atividades de pesquisa de petróleo. Até 2028, a companhia prevê que essa frota chegue a 30 sondas.

Sobre barcos relacionados a atividades submarinas, informou em nota a Petrobras, as contratações para o período 2024-2027 estão "em fase avançada de negociação" e já existe avaliação de oportunidades para o longo prazo.

Na cabotagem, o transporte de carga feito por navios nos limites da costa brasileira, existem estudos para aquisição de novas unidades para além dos tradicionais processos competitivos de afretamento, com a finalidade de recompor a frota. Hoje, os navios de cabotagem da Petrobras somam 26 unidades. São estudados mais 16 delas, entre diversos tipos, com potencial para serem construídos até 2028.

Com relação a descomissionamento, atividade que também gera demanda para a indústria nacional, a estatal reiterou que, até 2028, prevê descomissionar 23 plataformas, sendo 9 fixas e 14 flutuantes.

No documento, o presidente da Petraobras, Jean Paul Prates, diz que a empresa está em contato permanente com o mercado fornecedor e tem estudado "as melhores estratégias de contratação" para suprir sua demanda, sempre mantendo a competitividade dos processos.

"Estamos também comprometidos com o desenvolvimento do nosso mercado fornecedor local, promovendo iniciativas que possam criar oportunidades para a indústria nacional", disse Prates na nota.

A diretoria da Petrobras já havia apresentado esse plano de contratação de embarcações ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a membros do governo semanas atrás. Nos bastidores, fala-se em resposta da companhia às pressões do governo por projetos capazes de gerar renda e emprego no País.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

METROBARRA S.A.

CNPJ 17.339.410/0001-64

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2023. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

AVISO: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/;

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) Nota 3
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.025	11.805
Aplicações financeiras	5	49.477	50.398
Contas a receber	6	35.107	18.751
Tributos a recuperar	7(a)	16.091	20.804
Adiantamentos		33	35
Contas a Receber - Partes relacionadas	8	–	50
Outras contas a receber		614	613
Total do ativo circulante		**126.347**	**102.456**
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	84.798	81.362
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7(b)	102.135	111.846
Adiantamentos para futuro investimento	19	53.564	53.564
Tributos a recuperar	7(a)	15.614	37.439
Imobilizado	9	671.930	731.573
Intangível		5.878	5.290
Total do ativo não circulante		**933.919**	**1.021.074**
Total do ativo		**1.060.266**	**1.123.530**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) Nota 3
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	210	955
Debêntures	11	117.334	118.795
Tributos a recolher	7(c)	5.886	4.341
Obrigações com empregados e profissionais-chave da administração		134	121
Contas a Pagar - Partes relacionadas	8	1.720	42
Outras contas a pagar		976	971
Total do passivo circulante		**126.260**	**125.225**
Não circulante			
Debêntures	11	620.719	736.288
Tributos a recolher	7(c)	2.776	4.145
Total do passivo não circulante		**623.495**	**740.433**
Patrimônio líquido			
Capital social	13(a)	434.251	434.251
Prejuízos acumulados		(123.740)	(176.379)
Total do patrimônio líquido		**310.511**	**257.872**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.060.266**	**1.123.530**

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	14	220.469	184.494
Custo dos serviços prestados	14	(43.618)	(46.352)
Lucro bruto		**176.851**	**138.142**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	14	(31.243)	(11.647)
Outras receitas operacionais, líquidas	14	–	37.568
Total receita (despesa) operacional		**(31.243)**	**25.921**
Resultado operacional		**145.608**	**164.063**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	21.271	19.565
Despesas financeiras	15	(88.610)	(101.662)
Resultado financeiro líquido		**(67.339)**	**(82.097)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**78.269**	**81.966**
Imposto de renda e contribuição social		**(25.630)**	**(17.243)**
Corrente	7(d)	(15.920)	(5.676)
Diferidos	7(d)	(9.710)	(11.567)
Lucro líquido do exercício		**52.639**	**64.723**
Quantidade média de ações ao final do exercício		**3.100.261**	**3.100.261**
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R$)	**16**	**0,0170**	**0,0209**

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**52.639**	**64.723**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**52.639**	**64.723**

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		**242.941**	**230.874**
Receita de locação	14	242.941	203.299
Outras receitas	14	–	27.575
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui ICMS e IPI)		**(19.992)**	**8.526**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(19.991)	(1.449)
Reversão para contingências	14	–	9.993
Outros custos		(1)	(18)
Valor adicionado bruto		**222.949**	**239.400**
Retenções		**(54.869)**	**(56.526)**
Depreciação e amortização	14	(54.869)	(56.526)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**168.080**	**182.874**
Valor adicionado recebido em transferência		**21.271**	**19.565**
Receitas financeiras	15	21.271	19.565
Total do valor adicionado a distribuir		**189.351**	**202.439**
Distribuição do valor adicionado		**189.351**	**202.439**
Impostos, taxas e contribuições		**48.102**	**36.054**
Federais		38.392	24.487
Imposto de renda e contribuição social diferido	7(d)	9.710	11.567
Remuneração capital de terceiros		**88.610**	**101.662**
Juros e variação monetária sobre debêntures	15	87.415	97.486
Outras	15	1.195	4.176
Remuneração de capital próprio		**52.639**	**64.723**
Lucro líquido do exercício		52.639	64.723

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**434.251**	**(241.102)**	**193.149**
Lucro líquido do exercício	–	64.723	**64.723**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**434.251**	**(176.379)**	**257.872**
Lucro líquido do exercício	–	52.639	**52.639**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**434.251**	**(123.740)**	**310.511**

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		**78.269**	**81.966**
Ajustes:			
Baixa de imobilizado	9	1	18
Depreciação e amortização	14	60.788	56.526
Variações monetárias e encargos, líquidos	15	87.415	97.486
Amortização custo de captação de debêntures	11	157	156
Baixa processual		–	(9.993)
Resultado do exercício ajustado		**226.630**	**226.159**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber	6	(16.356)	5.918
Tributos a recuperar		26.539	(15.330)
Adiantamentos		2	(35)
Partes relacionadas	8	50	(50)
Outras contas a receber		(1)	64
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(745)	(2.071)
Obrigações com empregados e administradores		13	82
Tributos a recolher		(12.122)	(4.174)
Partes relacionadas	8	1.678	12
Outras obrigações e contas a pagar		5	783
Caixa gerado nas operações		**225.693**	**211.358**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(3.622)	(2.147)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**222.071**	**209.211**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9	(1.107)	(1.262)
Aquisição de intangível		(627)	(1.119)
Aplicações financeiras	5	(2.515)	(66.943)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(4.249)**	**(69.324)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento principal debêntures	11	(115.726)	(61.724)
Pagamento juros debêntures	11	(74.098)	(55.039)
Pagamento variação monetária debêntures	11	(14.778)	(11.815)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(204.602)**	**(128.578)**
Aumento líquido no saldo de caixa e Equivalentes de caixa		**13.220**	**11.309**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	11.805	496
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	25.025	11.805
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	4	**13.220**	**11.309**

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais

O Metrobarra S.A. (“Metrobarra” ou “Companhia”), cuja sede está localizada na Av. Presidente Vargas 2.700, parte, foi constituído sob a forma de sociedade por ações de capital fechado em 20 de dezembro de 2012, e tem como objeto social a locação de bens próprios e participação em outras sociedades, na qualidade de acionistas, cotista ou *holding*. A Companhia assumiu em 2013 os direitos e deveres do contrato de adiantamento para aquisição futura da Concessionária Rio Barra S.A. (“CRB”) e tem realizado investimentos em material rodante, sistema e engenharia objetos deste contrato para poder exercer a opção de compra.

A Companhia tem como seu único acionista HMOBI Participações S.A. (“HMOBI”), que por sua vez tem como acionistas IAV FIP, Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF (“Funcef”), Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS (“Petros”), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI (“PREVI”).

Em 18 de junho de 2013, a Companhia e a CRB, sua única cliente, firmaram um contrato para a locação do material rodante, sistemas de sinalização e telecomunicações, embarcados de bordo, gerenciamento e pré-operação (“Material Rodante e Sistemas”), de acordo com os termos, condições e especificações previstas no Contrato de Concessão da Linha 4. O prazo do contrato está vigente até 2036.

Em 31 de dezembro de 2023, o Metrobarra apresentou um capital circulante líquido positivo de R$ 87 (capital circulante líquido negativo R$ 22.769 em 31 de dezembro de 2022), devido a melhora da geração líquida de caixa entre outros fatores.

2. Políticas contábeis materiais

2.1. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards-IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações Financeiras foi autorizado pela Administração da Companhia em 26 de março de 2024.

2.2. Principais normas, alterações e interpretações de norma

Normas novas e alteradas no exercício corrente

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

• **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

• **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

• **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, quando aplicável, vide estimativas contábeis relevantes na nota 2.15.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.4. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

(a) Receitas de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

(b) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho a perda registrada no resultado do exercício.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de créditos esperadas”.

2.7. Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

A Companhia adotou uma abordagem sistemática definida em contrato e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

2.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método de curva da demanda, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos caso ocorra fato relevante que possa gerar impacto.

2.9. Intangível

Refere-se ao direito de uso de software, registrados ao custo de aquisição. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.12. Tributação

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota Receitas operacionais	Alíquota Receitas financeiras
Contribuição para Programa de Integração Social	PIS	1,65%	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	4,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.13. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e debêntures.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1° de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

• Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

2.14. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

continuação

METROBARRA S.A.

CNPJ 17.339.410/0001-64

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
(a) Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.
(b) Estimativas e premissas
Impostos
Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível
A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado e intangível são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).
Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3. Reapresentação de cifras comparativas – aplicação financeira
Após a publicação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022, divulgadas em 31 de março de 2023, constatou-se que a classificação da aplicação financeira vinculada à 3ª emissão de Debêntures deveria estar classificada no ativo não circulante considerando que este ativo não atende aos critérios de compensação. Isso refletiu-se no seguinte impacto:

	Ativo não circulante Aplicações financeiras	Passivo não circulante Debêntures
Em 31 de dezembro de 2022		
Saldo originalmente apresentado	–	**654.926**
Aplicação financeira vinculada à 3ª emissão Debêntures	81.362	81.362
Saldo em 31 de dezembro de 2022, ajustado	**81.362**	**736.288**

A DIRETORIA

CONTADOR - João Marcos Barbosa - CRC RJ 11-4001/O
CONTROLLER CORPORATIVO - Daniel Antunes Azevedo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da MetroBarra S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do MetroBarra S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*(Atualmente denominadas pela fundação IFRS como "Normas Contábeis IFRS")
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria (PAA)
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
A partir da próxima página, descrevemos os principais assuntos de auditoria:
Reconhecimento da receita de locação (Notas 1, 2.4 e 14)
Descrição do PAA
A receita da Companhia é gerada pela locação do material rodante, sistemas de sinalização e telecomunicações, embarcados de bordo, gerenciamento e pré-operação ("Material Rodante e Sistemas") para a Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB").
Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria considerando sua relevância.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
o entendimento e a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento de receita;
o confronto das informações contidas em relatórios auxiliares com a receita reconhecida no sistema contábil;
a verificação da consistência entre os relatórios auxiliares, registros contábeis e os termos do contrato de locação com a CRB; e
a avaliação da adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Realização de créditos tributários diferidos
Descrição do PAA
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ativo fiscal diferido no montante de R$ 121 milhões (2022 – R$ 122 milhões) (Nota 7(b) às demonstrações financeiras).
O ativo fiscal diferido foi mensurado considerando a probabilidade de lucro tributável futuro, que envolve julgamentos significativos por parte da administração.
Por esses motivos e pela magnitude dos valores apresentados, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos incluíram, entre outros:
(i) a verificação das bases de cálculo das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.
(ii) o entendimento e avaliação de razoabilidade das premissas para determinação do valor recuperável do ativo fiscal diferido, que está suportado por projeções de resultado;
(iii) a avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.
Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Rio de Janeiro, 26 de março de 2024
Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8
Rodrigo de Almeida Albuquerque
CRC CE019775/O-9 T-RJ

mazars

INICIATIVAS

Governo paulista amplia visibilidade de políticas públicas para a mulher

Para ampliar a visibilidade das políticas públicas viabilizadas pela administração paulista e da rede de proteção, acolhimento e emancipação profissional e financeira das mulheres, o Governo do Estado lançou na quinta-feira (28) o Movimento SP Por Todas.

O hasteamento da bandeira do movimento no Palácio dos Bandeirantes marcou o início da ação, com a presença do governador Tarcísio de Freitas e da primeira-dama Cristiane de Freitas, além da secretária Sonaira Fernandes (Políticas para a Mulher), demais mulheres titulares de pastas estaduais e servidoras que atuam na sede do Governo de São Paulo.

O SP Por Todas vai dar destaque tanto a iniciativas que já estão em andamento, como o protocolo Não Se Cale de combate à importunação sexual e o Abrigo Amigo para a proteção a mulheres em pontos de ônibus, como às novas medidas anunciadas recentemente, no Dia Internacional da Mulher, com foco na proteção de mulheres vítimas de violência.

"Nós iniciamos o mês da mulher fazendo um grande evento para anunciar uma série de medidas que estavam sendo tomadas para mostrar que temos uma política pública viva. A Secretaria de Políticas para a Mulher é pra valer, está construindo política pública, entregando resultado com o trabalho de um time que se dedicou e que levou a sério. Mais do que isso, agora a gente está encerrando o mês iniciando o movimento pra dizer que esse movimento não para, isso tem que continuar e prosseguir todos os meses", declarou o governador, ao lado da primeira-dama.

"Todo mês é o mês da mulher e a gente vai levar isso muito a sério. A gente quer a política pública de verdade no estado de São Paulo e quer que o estado de São Paulo seja uma referência na política para a mulher. O nosso estado tem essa responsabilidade. Se São Paulo é um estado pujante e próspero, nós devemos isso às mulheres, que representam a maioria da nossa população", acrescentou Tarcisio.

"O movimento SP Por Todas será a voz de muitas mulheres que vivem encurraladas e silenciadas pela violência. O movimento SP Por Todas está muito além deste encontro de hoje (quinta), mas ele vai começar a acontecer quando eu, você, nós sairmos daqui para replicar o que está sendo lançado. Fico muito feliz e tranquila na certeza de que o que nós estamos fazendo aqui vai alcançar mulheres em situações de vulnerabilidade e mulheres que precisam deste movimento para ter voz", declarou a secretária Sonaira Fernandes.

Divulgação

O hasteamento da bandeira do movimento no Palácio dos Bandeirantes marcou o início da ação, com a presença do governador

Além do Palácio dos Bandeirantes, as sedes das secretarias estaduais, a Sala São Paulo e a Associação Comercial de São Paulo também hastearam a bandeira do movimento. O último dia útil de março foi escolhido para o lançamento do SP Por Todas justamente para reforçar que as ações do Estado não estão circunscritas ao mês da mulher, mas são priorizadas e executadas de forma perene.

Com a criação da Secretaria de Políticas para a Mulher e a expansão de ações mais abrangentes para as mulheres paulistas – integrando iniciativas públicas de segurança, saúde e potencial econômico –, os indicadores de atendimento e proteção à mulher sinalizam mudanças cada vez mais positivas.

Na área da segurança, por exemplo, a polícia paulista conseguiu identificar 214 autores de feminicídios, ou seja, 96% do total de casos registrados no ano passado. Dos 221 crimes deste tipo em 2023, 101 suspeitos foram presos em flagrante, e os demais foram indiciados durante as investigações – apenas sete casos ainda permanecem sem esclarecimento.

Já o programa Abrigo Amigo registrou mais de 800 pedidos de mulheres para companhia por videochamada em pontos de ônibus da capital em sete meses de operação. Para iniciar a chamada, a mulher deve pressionar um botão na tela do painel digital com conexão direta a uma central de atendimento, das 20h às 5h. Os pontos de ônibus contemplados contam com câmera noturna, microfone, sensor de presença e conexão à internet, para que passageiras e atendentes conversem olhando uma para a outra.

As mulheres paulistas também estão empreendendo mais. De acordo com a Fundação Seade, o número de mulheres trabalhando por conta própria aumentou cerca de 25% em três anos. A renda das trabalhadoras de São Paulo também subiu: entre o 3º trimestre e o 4º trimestre de 2023, o rendimento médio por hora o aumentou 8,7% para mulheres não negras e 4,7% para mulheres negras, conforme dados do IBGE.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

CNPJ (MF) nº 29.650.082/0001-00
Praia de Botafogo, 501 - 5º e 6º andares - Torre Corcovado - CEP 22.250-040 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 3262-9600 - Fax: (21) 3262-8600 - www.btgpactual.com

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar-lhes as Demonstrações Contábeis relativas à posição patrimonial e contábil para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	6	394	378	Outras obrigações		197.403	145.011
Instrumentos financeiros		112.423	59.794	Sociais e estatutárias	10a	128.648	116.922
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	112.423	59.794	Fiscais e previdenciárias	10b	54.245	16.865
Outros créditos		239.872	269.041	Diversas	10c	14.510	11.224
Rendas a receber	8a	28.757	28.507	Provisões		18.085	16.410
Diversos	8b	175.398	209.407	Provisão para passivos contingentes	11	18.085	16.410
Ativos fiscais diferidos	12	35.717	31.127	Patrimônio líquido	13	1.026.726	791.300
Outros valores e bens		1.956	2.165	Capital social		500.000	500.000
Permanente		887.569	621.343	Reservas de lucros		543.416	311.524
Investimentos		841.950	608.010	Outros resultados abrangentes		(16.690)	(20.224)
Participação em controladas e coligadas	9	841.950	608.010				
Imobilizado de uso		45.619	13.333				
Outras imobilizações de uso		45.619	13.333				
Total do ativo		**1.242.214**	**952.721**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**		**1.242.214**	**952.721**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**500.000**	**33.490**	**145.656**	**179.146**	**–**	**–**	**679.146**
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas e coligadas	–	–	–	–	(20.224)	–	(20.224)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	132.378	132.378
Destinação do lucro líquido							
Reservas de lucro	–	6.619	125.759	132.378	–	(132.378)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**500.000**	**40.109**	**271.415**	**311.524**	**(20.224)**	**–**	**791.300**
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas e coligadas	–	–	–	–	3.534	–	3.534
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	231.892	231.892
Destinação do lucro líquido							
Reservas de lucro	–	11.595	220.297	231.892	–	(231.892)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**500.000**	**51.704**	**491.712**	**543.416**	**(16.690)**	**–**	**1.026.726**
Saldos em 30 de junho de 2023	**500.000**	**43.604**	**271.415**	**315.019**	**(18.769)**	**66.396**	**862.646**
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas e coligadas	–	–	–	–	2.079	–	2.079
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	162.001	162.001
Destinação do lucro líquido	–	–	–	–	–	–	–
Reservas de lucro	–	8.100	220.297	228.397	–	(228.397)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**500.000**	**51.704**	**491.712**	**543.416**	**(16.690)**	**–**	**1.026.726**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote mil de ações)

	Nota	2023 2º semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Receitas da intermediação financeira		5.641	11.564	11.493
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		5.641	11.564	11.493
Resultado bruto da intermediação financeira		5.641	11.564	11.493
Outras receitas/(despesas) operacionais		298.856	445.607	278.192
Resultado de participações em controladas e coligadas	9	91.737	155.237	117.129
Receitas de prestação de serviços	14	195.371	356.246	211.137
Outras receitas/despesas operacionais		77.829	66.554	75.944
Outras despesas administrativas	15	(23.611)	(46.565)	(55.685)
Despesas de pessoal	16	(29.251)	(61.881)	(56.434)
Despesas tributárias	17	(13.219)	(23.984)	(13.899)
Despesas de provisões		(751)	(1.675)	(1.179)
Provisão para passivos contingentes	11	(751)	(1.675)	(1.179)
Resultado operacional		303.746	455.496	288.506
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		303.746	455.496	288.506
Imposto de renda e contribuição social	12	(49.622)	(53.351)	(9.873)
Provisão para imposto de renda		(13.791)	(36.699)	(8.081)
Provisão para contribuição social		(9.216)	(22.997)	(5.105)
Ativo fiscal diferido		(26.615)	6.345	3.313
Participações no lucro		(92.123)	(170.253)	(146.255)
Lucro líquido do semestre/exercício		**162.001**	**231.892**	**132.378**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2023 2º semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	162.001	231.892	132.378
Outros resultados abrangentes	2.079	3.534	(20.224)
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas e coligadas	2.079	3.534	(20.224)
Total do lucro líquido abrangente do semestre/exercício	**164.080**	**235.426**	**112.154**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	2023 2º semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Atividades operacionais				
Lucro líquido		162.001	231.892	132.378
Ajustes ao lucro líquido		(49.159)	(131.361)	(96.247)
Resultado de participações em controladas e coligadas	9	(91.737)	(155.237)	(117.129)
Reversão de provisão		(13)	(13)	(939)
Provisão para passivos contingentes	11	751	1.675	1.179
Amortização e depreciação		14.548	27.045	23.688
Ativo fiscal diferido		26.615	(6.345)	(3.313)
Resultado de variação cambial		677	1.514	267
Lucro ajustado do semestre/exercício		112.842	100.531	36.131
Aumento/(redução) de ativos e passivos operacionais				
Aplicações interfinanceiras de liquidez		8.986	(52.629)	107.372
Títulos e valores mobiliários		–	–	1.719
Outros créditos e outros valores e bens		(75.173)	35.723	108.471
Outras obrigações		(3.623)	51.593	16.469
Caixa (utilizado)/proveniente das atividades operacionais		(69.810)	34.687	234.031
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado		(30.207)	(37.380)	(13.333)
Aquisição de investimentos	9	(70.155)	(155.155)	(286.458)
Dividendos recebidos		57.333	57.333	29.612
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(43.029)	(135.202)	(270.179)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**3**	**16**	**(17)**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa				
No início semestre/exercício		391	378	395
No fim do semestre/exercício		394	394	378
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**3**	**16**	**(17)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Companhia"), localizada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, número 501, 5º e 6º andares, Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040, tem por objeto social a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, além da realização de transações no mercado de títulos e valores mobiliários, incluindo a intermediação, subscrição, compra, venda de títulos e outras atividades autorizadas às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, de acordo com a legislação vigente. A Distribuidora concentra suas atividades, juntamente com suas subsidiárias, na gestão de carteiras e na distribuição de quotas de fundos e carteiras de investimento. As operações de suas investidas possuem como objetivo a gestão, no Brasil e no exterior, de carteiras de fundos mútuos, e outras modalidades de investimento em condomínio, destinados a investimentos em participações societárias, outros ativos do setor real, e ativos financeiros em geral; a prestação de serviço de administração e gestão de recursos de terceiros, e a estrutura e/ou a assessoria em operações de cunho financeiro, no mercado nacional ou internacional, permitidas a sociedades de natureza não financeira e; atuar na subscrição e emissão de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, encarregar-se da custódia de títulos e valores mobiliários entre outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e operam através de estrutura corporativa integrada do grupo BTG Pactual S.A. ("Grupo"), onde receitas e despesas são apropriadas conforme produzidas ou incorridas. A Distribuidora tem como controlador o Banco BTG Pactual S.A ("Banco"), que é controlado pela BTG Pactual Holding Financeira Ltda. ("Holding Financeira"), que é controlada pela BTG Pactual Holding S.A. ("Holding"), que por sua vez é controlada pela BTG Pactual G7 Holding S.A. ("G7"). As demonstrações financeiras da Distribuidora foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2024. **2. Reorganizações societárias: Ourinvest -** Em 19 de julho de 2019, o Banco, por meio de sua investida BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM, adquiriu 80% de participação na Ourinvest Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários S.A. ("Ourinvest"), permanecendo essa instituição com independência administrativa e operacional, mas integrante do Conglomerado BTG Pactual. O contrato de compra e venda previa também a opção de compra do restante das ações da Ourinvest até 2022 em duas tranches de 10% cada uma (a opção referente à primeira tranche foi exercida em março de 2021 e a segunda tranche em março de 2022). Em 16 de novembro de 2022 houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias. Em 20 de janeiro de 2023, o nome da empresa foi alterado de Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para BTG Pactual Advisors Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. **Polígono -** Em 20 de junho de 2023, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias. A distribuidora comprou 35.000.200 ações da Companhia Polígono Capital Holding S.A. por R$ 35 milhões, tornando-se atualmente acionista de 50% do capital da Companhia. **3. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que devem seguir as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen, e, quando não conflitantes, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da legislação societária. Também são aplicados nestas demonstrações financeiras os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tenham sido recepcionados pelo CMN e pelo Bacen. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração aplique julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e os passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e à mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, estabelecem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo a segregação entre circulante e não circulante apresentado em nota explicativa. A Instrução Normativa BCB n° 319/2022 revogou a partir de 1° de janeiro de 2023 a Carta-Circular n° 3.429/2010, que estabelecia regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A Referida Carta-Circular indicava que as Instituições Financeiras deveriam reconhecer em seu passivo, independente de avaliação da probabilidade de saída de recursos, todas as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre constitucionalidade de leis. No entanto, é importante destacar que os valores provisionados pela Companhia estavam aderentes tanto com as disposições do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, quanto com as normas estabelecidas na Carta-Circular n° 3.429/2010. Portanto, após a revogação da Carta-Circular, não foi necessário efetuar quaisquer ajustes ou adequações na contabilidade da Distribuidora. **Moeda Funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Distribuidora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Distribuidora atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R$"), que é a moeda funcional da Distribuidora. A taxa utilizada para a conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira é a da data de fechamento que as contas de resultado são convertidas pela taxa média do período. **Consolidação:** A Distribuidora não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, por não ser um requerimento do Bacen, e desta forma os investimentos nas controladas estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O Banco BTG Pactual S.A., controlador da Distribuidora, publicou demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, quando aplicável, em 5 de fevereiro de 2023. **4. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas pela Distribuidora são as seguintes: **a. Determinação do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significante no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, o Banco determina um nível adequado para a entrada do input. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. A Distribuidora avalia os níveis em cada período de divulgação numa base de instrumento por instrumento e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração do fluxo de caixa, estão incluídos, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de vencimento, normalmente de três meses a contar da data de aquisição. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro-rata die" com base na taxa efetiva das operações. **d. Títulos e valores mobiliários:** São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, nas seguintes categorias: **i. Títulos para negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período. Segundo a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, classificados como títulos para negociação, são considerados como curto prazo, independente de suas datas de vencimento. **ii. Títulos disponíveis para venda:** Aqueles não enquadrados nem como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e posteriormente avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos em contas de resultado quando da efetiva realização. **iii. Títulos mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas incorridas. **e. Valor justo dos títulos e valores mobiliários e demais direitos e obrigações:** O valor justo dos títulos e valores mobiliários e demais direitos e obrigações, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado, modelos de avaliação de preços, ou ainda com base no preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. **f. Redução ao valor recuperável de ativos:** É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado no mínimo ao final de cada exercício. Os ativos sujeitos a avaliação da redução do valor são deduzidos, quando aplicável, de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda dos ativos. As principais estimativas utilizadas na determinação da provisão são: expectativa de fluxos de caixa futuros, taxas de descontos, iliquidez, entre outros. **g. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **h. Investimentos:** As participações em controladas, em controladas em conjunto e em coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. A Resolução CMN n° 4.817/2020 que define critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, passou a vigorar a partir de janeiro de 2022, não havendo impactos materiais por essa alteração, considerando sua aplicação prospectiva. **i. Ágio ou deságio:** De acordo com a Resolução nº 4.817/20, o ágio ou deságio é definido como a diferença entre o valor pago na aquisição de uma empresa e o valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio resultante da aquisição de uma participação (em que não se detém anteriormente o controle) é contabilizado no ativo, enquanto que o deságio é registrado como receita na demonstração do resultado. Já em aquisições adicionais de entidades já controladas, o ágio ou deságio deve ser registrado no patrimônio líquido. A amortização do ágio é um processo sistemático que deve ser realizado com base em projeções de rentabilidade futura na demonstração do resultado. **j. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculada sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240 e de 15% para contribuição social. O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. **k. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes:** São reconhecidos no Balanço Patrimonial e/ou divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com a estimativa de probabilidade para cada um dos itens indicados a seguir. Essas estimativas são realizadas pela administração tendo como base, inclusive, em interpretações de assessores jurídicos externos. **i. Provisões:** Uma provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos e somente deve ser reconhecida no Balanço Patrimonial quando: • há uma obrigação presente (legal ou não formalizada); • a administração entende que é provável a saída de recursos para quitar a obrigação; e • o valor pode ser estimado com confiabilidade. **ii. Passivos contingentes:** Um passivo contingente é: • uma obrigação possível cuja existência possa ser confirmada apenas na ocorrência de eventos futuros incertos; ou • uma obrigação presente referente a qual não é provável a saída de recursos para quitar a obrigação ou que os valores não possam ser mensurados com confiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras, exceto se a probabilidade de saída de recursos seja remota. Periodicamente os passivos contingentes são reavaliados para determinar se uma saída de recursos se torna provável. Se isso acontecer, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança na estimativa da probabilidade. **l. Reconhecimento de receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. **m. Rateio de despesas:** O Grupo BTG Pactual adota critério de rateio de custos e despesas administrativas que impactam a Distribuidora. **n. Resultado recorrente e não recorrente:** Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades operacionais da distribuidora e que não tenha previsão para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades usuais da Distribuidora e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **5. Gerenciamento de risco:** O Gerenciamento de Riscos no BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da Instituição. O Conselho de Administração do Banco, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades. À Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e controles de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e áreas de riscos, encarregados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos. Os principais comitês e áreas envolvidas em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que define as políticas e os limites globais e é responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de risco, que avalia a execução de políticas, a observância dos limites e conduz o monitoramento de risco; (iii) Comitê de Novos produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (iv) Área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Chief Risk Officer ("CRO"), (v) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR),e para a aprovação de exceções; (vi) área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (vii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de Anti Money Laundry ("AML") e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (viii) CRO, que são responsáveis por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (ix) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e pela avaliação quanto à manutenção dos registros contábeis; (x) área de Risco Socioambiental que avalia riscos socioambientais, de acordo com os princípios da relevância e da proporcionalidade, bem como administra e reduz impactos sociais e ambientais adversos resultantes de nossas operações e atividades; e (xi) Comitê ESG que é responsável por supervisionar e gerenciar a implantação das políticas e práticas ESG, dos processos e procedimentos de riscos sociais, ambientais e climáticos, garantindo a aderência do Banco a essas diretrizes. O Grupo BTG Pactual monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês/áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Banco são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.ri.btgpactual.com, na seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Risco. **6. Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo desta rubrica refere-se basicamente a depósitos em Bancos, no montante de R$ 394 (31 de dezembro de 2022 - R$ 378).

7. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2023 Entre 90 a 365 dias	2023 Total	2022 Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros			
Certificado de Depósito Interbancário	112.423	112.423	59.794
Total	**112.423**	**112.423**	**59.794**

As aplicações interfinanceiras de liquidez encontram-se classificadas como nível 1 na hierarquia de valor justo. **8. Outros créditos: a. Rendas a receber:**

	2023	2022
Taxa de gestão de fundos e carteiras de investimento	28.757	28.507
Total	**28.757**	**28.507**
Circulante	28.757	28.507
Não circulante	–	–
b. Diversos:	**2023**	**2022**
Adiantamentos e antecipações salariais	2.373	–
Depósitos judiciais	22.700	21.725
Impostos a compensar	242	254
Devedores diversos (i)	150.083	187.428
Total	**175.398**	**209.407**
Circulante	152.456	187.428
Não circulante	22.942	21.979

(i) Refere-se majoritariamente a valores a receber da controladora.

9. Participações em controladas e coligadas: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as participações da DTVM podem ser assim demonstradas:

	Movimentação dos investimentos					
	Patrimônio líquido		Lucro líquido		Percentual de participação	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda.	46.608	46.743	45.611	45.725	100%	100%
BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.	719.374	493.388	105.986	63.641	99,99%	99,99%
BTG Pactual Advisors Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	24.433	35.980	3.208	8.033	100%	100%
Polígono Capital Holding S.A.	71.748	–	8.160	–	50%	–

	Movimentação dos investimentos							
	2022	Aquisição/ Aporte/ Transferência/ (Vendas)	Amortização de Ágio	Dividendos	Resultado de Participação	Ajuste de avaliação patrimonial	2023	Resultado de Participação de 2022
BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda.	46.743	–	–	(45.710)	45.611	(36)	46.608	45.725
BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.	493.388	120.000	–	–	105.986	–	719.374	63.641
BTG Pactual Advisors Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (i)	35.979	–	–	(14.754)	3.208	–	24.433	7.236
Ágio - BTG Pactual Advisors Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (i)	24.016	–	(20.212)	–	–	2.646	6.450	–
Polígono Capital Holding S.A. (ii)	–	35.000	(2.441)	–	(1.639)	924	31.844	–
Outros (iii)	7.884	155	–	3.131	2.071	–	13.241	527
Total	**608.010**	**155.155**	**(22.653)**	**(57.333)**	**155.237**	**3.534**	**841.950**	**117.129**

(i) Conforme citado em "Reorganizações societárias", ao longo de 2022 a Distribuidora exerceu a opção de compra da última tranche de 10% das ações da Ourinvest. Dado que a Distribuidora já possuía o controle da Ourinvest na data de aquisição da última tranche, o ágio apurado, no montante R$ 20.242, foi destacado em Outros Resultados Abrangentes, conforme prevê o 2º parágrafo do artigo 5º da Resolução 4.817/20. (ii) Aquisição concluída ao longo do primeiro semestre de 2023. (iii) O saldo da rubrica em questão é referente às seguintes participações: 100% - Braavos Holding Financeira e 3,41% - BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda.

10. Outras obrigações: a. Sociais e estatutárias:

	2023	2022
Gratificações e participações a pagar	128.648	116.922
Total	**128.648**	**116.922**
Circulante	128.648	116.922
Não circulante	–	–

	2023	2022
b. Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	39.570	3.951
Impostos e contribuições a recolher	14.675	12.914
Total	**54.245**	**16.865**
Circulante	54.245	16.865
Não circulante	–	–
c. Diversas:	**2023**	**2022**
Despesa de pessoal	14.273	10.860
Credores diversos - País	237	365
Total	**14.510**	**11.225**
Circulante	14.510	11.225
Não circulante	–	–

11. Provisões e passivos contingentes: A Administração da Distribuidora avalia as obrigações das empresas do Grupo BTG Pactual e constitui provisão sempre que considerar como provável a saída de recursos para quitar as obrigações presentes (legais ou não formalizadas) de prazos ou valores incertos. O julgamento

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CNPJ (MF) nº 29.650.082/0001-00

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

da Administração para determinar a expectativa de perda leva em consideração, inclusive, as interpretações de seus assessores jurídicos externos. **a. Provisões: i. Tributárias:** As provisões para processos fiscais e previdenciários são decorrentes de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais, estaduais e municipais. Sua constituição é baseada na probabilidade de saída de recursos, considerando também a opinião de consultores jurídicos externos e a instância em que se encontra cada um dos processos. **ii. Cíveis:** Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios), os valores das contingências são provisionados com base na probabilidade de saída de recursos, tendo o parecer de consultores jurídicos externos como uma das fontes para a estimativa. **iii. Trabalhistas:** São compostas por demandas judiciais de ex-colaboradores, constituídas principalmente por pedidos de horas extras e de equiparação salarial. Os valores das provisões são estimados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando, entre outros, o estágio do processo e pareceres de consultores jurídicos externos. **b. Composição e movimentação das provisões:** As provisões constituídas no início e fim do período e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas em 31 de dezembro de 2023:

	2023	
	Tributária	**Total**
Saldo no início do exercício	**16.410**	**16.410**
Constituição/atualização	1.688	1.688
Reversão	(13)	(13)
Saldo no final do exercício	**18.085**	**18.085**

Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais: Provisões fiscais - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes. Sua constituição é baseada na opinião de consultores jurídicos externos e internos e na instância em que se encontra cada um dos processos. A Distribuidora é parte em processos envolvendo questões fiscais, sobre os quais foram efetuados depósitos judiciais vinculados a estes processos, que se encontram provisionados. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas sobre as causas classificadas como de risco de perda provável. A principal discussão judicial é o questionamento da legalidade da cobrança da COFINS de acordo com as regras estabelecidas na Lei 9.718/98. Em 31 de dezembro de 2023, a Distribuidora figurava como parte em processos tributários com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados. Segue abaixo a descrição dos processos relevantes: • Processos relativos ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), nos quais se discute a incidência de contribuição previdenciária sobre referidos valores e sua indedutibilidade da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor envolvido é de R$ 324 milhões (31 de dezembro de 2022 - R$ 293 milhões). Parte do valor conta como garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere ao período anterior à aquisição do Banco BTG Pactual S.A. pelos atuais controladores. • Processos em que se discute a validade de compensações efetuadas com créditos tributários de IRPJ, CSLL, IRRF para quitar débitos de IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS. O valor envolvido nesses processos é de R$ 138 (31 de dezembro de 2022 - R$ 5,7 milhões). **12. Imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como se segue:

	2023	2022
Base de cálculo	285.243	142.251
Resultado antes da tributação e participações	455.496	288.506
Participações estatutárias sobre o lucro	(170.253)	(146.255)
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	(114.097)	(56.900)
(Inclusões)/exclusões no cálculo da tributação	51.281	37.993
Resultado da equivalência patrimonial	62.095	46.852
Variação Cambial	(261)	21
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	(193)	(115)
Outras provisões	(8.861)	(8.941)
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(1.499)	176
Compensação/(Constituição) sobre Prejuízo fiscal de IR e Base negativa de CSLL	3.120	5.721
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(59.696)	(13.186)
Impostos diferidos	6.345	3.313
Despesa total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(53.351)**	**(9.873)**

A movimentação dos ativos fiscais diferidos, podem ser assim demonstrados:

Descrição	2022	Constituição	Realização	2023
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	2.827	342	–	3.169
Ágio	24.451	7.026	–	31.477
Outras diferenças temporárias	667	404	–	1.071
Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	3.182	–	(3.182)	–
Total	**31.127**	**7.772**	**(3.182)**	**35.717**

A seguir, é apresentada a composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em vista a expectativa para a realização dos ativos fiscais diferidos:

Imposto de renda e contribuição social	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Total
2024	107	107
2025	6.403	6.403
2026	6.403	6.403
2027	9.571	9.571
2028	6.403	6.403
A partir de 2029	6.830	6.830
Total	**35.717**	**35.717**
Valor presente	**24.595**	**24.595**

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$500.000 e é composto por 355.586.526 ações nominativas e escriturais sem valor nominal, divididas em 352.793.263 ações ordinárias e 2.793.263 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurada a prioridade no reembolso do capital social, em caso de dissolução da sociedade sem prêmio. **b. Reserva legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação limitada a 20% do capital social. Esta reserva será constituída ao final do exercício. **c. Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e seu montante está limitado ao saldo do capital social. Conforme deliberação esta reserva só será constituída ao final do exercício. Eventuais saldos excedentes aos limites estipulados por lei serão destinados nas subsequentes Assembleias Gerais Ordinárias. **d. Distribuição de lucros:** Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os juros sobre o capital próprio, quando deliberados e pagos, são atribuídos como parcela de dividendo mínimo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, consultados os acionistas da companhia, a Administração não propôs à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.

14. Receitas de prestação de serviços:

	2023		2022
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Taxa de gestão de fundos e carteiras de investimentos	173.473	323.577	177.092
Prêmio de performance de fundos de investimento	10.262	15.405	33.579
Comissões de colocação de títulos	7.526	12.437	466
Outros	4.110	4.827	–
Total	**195.371**	**356.246**	**211.137**

15. Outras despesas administrativas:

	2023		2022
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Amortização e depreciação	3.433	5.094	23.688
Telecomunicações e processamento de dados	10.038	20.686	18.418
Serviços de terceiros e consultorias	3.448	7.457	4.386
Propaganda e relações públicas	1.440	3.657	2.580
Locações e condomínios	1.883	3.603	1.927
Viagens e hospedagens	1.015	1.816	1.347
Despesa de seguros	432	580	1.193
Despesas de serviços de terceiros	465	643	281
Despesas do sistema financeiro	19	41	23
Outros	1.438	2.988	1.842
Total (i)	**23.611**	**46.565**	**55.685**

(i) O Grupo BTG Pactual adotou critério de rateio de custos e despesas administrativas que impactaram a Distribuidora. **16. Despesas de pessoal:** Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R$ 61.881 (31 de dezembro de 2022 - R$ 56.434) refere-se basicamente a pagamento de proventos a funcionários e respectivos encargos sociais.

17. Despesas tributárias:

	2023		2022
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
COFINS	7.456	13.719	7.814
ISS	4.188	7.555	4.506
PIS	1.211	2.229	1.270
Outros	364	481	309
Total	**13.219**	**23.984**	**13.899**

18. Partes relacionadas: Os saldos de operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado estão refletidos nas seguintes contas:

	Prazo	Taxa	Ativos/ Passivos 2023	Ativos/ Passivos 2022	Receitas/ (Despesas) 2023	Receitas/ (Despesas) 2022
Caixa e equivalente de caixa			300	284	–	–
Aplicações interfinanceiras de liquidez	04/11/2024 a 27/12/2024	100% CDI	112.423	59.794	11.362	11.381
Outros créditos (i)			126.035	155.344	–	–
Diversos			30	363	–	–
Receita de prestação de serviços			–	–	7.058	2.216
Outras receitas operacionais			–	–	–	73.853

(i) Valores a receber da controladora. Não houve remuneração para pessoal chave da administração em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **19. Limites operacionais:** A Distribuidora optou por calcular os limites operacionais de forma consolidada, tomando por base o Conglomerado Econômico-Financeiro BTG Pactual, que tem como instituição líder o Banco. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todos os limites operacionais estão devidamente atendidos. **20. Resultado não recorrente:** De acordo com a Resolução BCB n° 2/2020, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes em 31 de dezembro de 2023: • R$ 19 milhões relacionados à amortização de ágio, líquidos dos efeitos tributários (em 31 de dezembro de 2022 - 22,2 milhões).

DIRETORIA

Allan Hadid **Bruno Duque** **Iuri Rapoport** **Mariana Cardoso**
Andre Fernandes **Christian Flemming** **Julio de Siqueira Carvalho de Araujo Filho** **Renato Cohn**

CONTADOR

Alexandre Akiyama Zanvettor - CRC RJ 092069/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Distribuidora em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Distribuidora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Distribuidora. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

BANCO BTG PACTUAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 30.306.294/0001-45 - NIRE nº 33.300.000.402

Edital de Convocação de assembleia Geral Ordinária. Ficam convocados os acionistas do Banco BTG Pactual S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("AGO" ou "Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, Auditório, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.250-040, com a possibilidade de envio do Boletim de Voto a Distância ("BVD"), nos termos do artigo 5º, §2º, inciso II da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81"), a fim de deliberar sobre as matérias a seguir descritas. **1.** Tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e dos Resumos dos Relatórios do Comitê de Auditoria e examinar, para deliberação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023. **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023. **3.** Fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **4.** Deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração. **4.1.** Conforme disposto na Resolução CVM nº 70/2022 e no Artigo 141, da Lei nº 6.404, de 1976, é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração. **Instruções Gerais**: Os documentos exigidos pela Resolução 81 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (www.b3.com.br), de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução 81. Participação Presencial: Nos termos do parágrafo único, Artigo 21º, do Estatuto Social da Companhia, bem como no intuito de dar celeridade aos procedimentos da AGO, solicitamos aos acionistas que desejarem participar da AGO que realizem o cadastro prévio e depositem, preferencialmente por meio da Plataforma Atlas AGM disponível no website www.atlasagm.com e em aplicativo na Apple Store e Google Play Store ("Plataforma Atlas") e, alternativamente, na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, Auditório, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.250-040, aos cuidados do Departamento Jurídico, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização da AGO, cópia dos seguintes documentos: (i) **Para Pessoas Físicas**, documento de identidade oficial válido com foto e CPF do Acionista; (ii) **Para Pessoas Jurídicas**: (i) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do Acionista; e (iii) documento de identidade oficial válido com foto e CPF do representante legal do Acionista; (iii) **Para Fundos de Investimento**: (i) último Regulamento do Fundo de Investimento consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) do administrador ou gestor (conforme o caso, observada a política de voto do fundo de investimento) consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (iii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do administrador ou gestor e do Acionista (conforme o caso); e (iv) documento de identidade oficial válido com foto e CPF do representante legal do administrador ou gestor (conforme o caso) e do Acionista. A Companhia solicita que os documentos que tenham sido originalmente emitidos em língua estrangeira sejam apresentados acompanhados da respectiva tradução para o português. De modo a facilitar a participação dos acionistas na AGO, a Companhia dispensará o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação. Boletim de Voto a Distância: A Companhia adotará para esta AGO o sistema de votação à distância estabelecido pelo Artigo 26 da Resolução 81. Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, até o dia 23 de abril de 2024, a partir desta data, o BVD de uma das seguintes formas: (i) Por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (ii) Por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; e (iii) Por meio do envio do BVD diretamente à Companhia, preferencialmente por meio da Plataforma Atlas, juntamente com o envio digital, diretamente por meio da plataforma, da mesma documentação referida acima para a participação presencial. Alternativamente, o Acionista poderia entregar o BVD e a documentação aplicável aos cuidados do Departamento Juridico da Companhia, na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 045.38-133. Caso haja divergência entre eventual BVD recebido diretamente pela Companhia (inclusive por meio da Plataforma Atlas) e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o BVD recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado. Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da AGO, conforme instruções para participação presencial, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas. O acionista que comparecer à AGO e apresentar a documentação exigida não será impedido de participar da AGO. Igualmente, o direito de participar da AGO e de nela exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas *Units* deverá ser exercido por meio da instituição depositária, observados os procedimentos e limitações previstas no correspondente contrato de emissão em vigor, conforme determina o Artigo 46º do Estatuto Social da Companhia. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 3383-9697 ou pelo e-mail ol-juridico-societario@btgpactual.com. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. **Conselho de Administração.**

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES EM GESTÃO DO ESPORTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES EM GESTÃO DO ESPORTE**, associação inscrita no CNPJ sob o nº 07.098.815/0001-02, na forma de seu Estatuto Social, vem pelo presente Edital comunicar aos Associados que será realizada no dia 01 de abril de 2024 na sede social do INSTITUTO, na Avenida Presidente Vargas, 607/801, parte, Centro, nesta cidade, em primeira convocação às 20:00 horas e segunda convocação às 20:30h, a Assembleia Geral Ordinária para a seguinte ordem do dia:

a) reforma estatutária com as alterações do seu objeto, atividades, sede, da diretoria e outras cláusulas pertinentes;
b) eleger a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e a Comissão de Atletas para o mandato de 2024 até 2028;
c) deliberar sobre a aprovação das contas do exercício de 2022 e 2023;
d) deliberar sobre a proposta orçamentária do exercício de 2024;
e) deliberar sobre Relatório anual de Diretoria do exercício de 2023;
f) assuntos gerais;

Rio de Janeiro, 20 de março de 2024.
Luís Guilherme de Oliveira Gutman
Presidente

PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.
CNPJ/MF: 08.310.839/0001-38 - NIRE: 33.3.0031005-3
AVISO AOS ACIONISTAS

Porto Sudeste do Brasil S.A. sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.310.839/0001-38 ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, comunica aos seus acionistas que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ocorrerá em 30 de abril de 2024 ("AGOE 2024"). Os documentos e informações a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos, inclusive, ao exercício encerrado em 31/12/2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Rua Felix Lopes Coelho, nº 222, lote 5 ao 20, Q 0001, lote 0005 (parte), Ilha da Madeira, Cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, CEP 23826-850 e também podem ser solicitados por meio do e-mail: secretariasocietaria@portosudeste.com.

Itaguaí, 28 de março de 2024.
PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.
Oscar Pekka Fahlgren – Presidente do Conselho de Administração

Auto Viação ABC S.A.
CNPJ 31.694.813/0001-52

Aviso aos Acionistas: Acham-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a RUA Francisco Neto, 136 - Alcântara - São Gonçalo, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.604 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. SG, 27.03.2024. A Diretoria

TRANSPORTES CAMPO GRANDE LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 33.646.969/0001-93

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Sócios da empresa Transportes Campo Grande Ltda. em Recuperação Judicial a comparecerem na sede da empresa, localizada na Av. Santa Cruz, 7825, Senador Camará, RJ, CEP 21833-045, às 10:30 horas, do dia 12/04/2024, para tratarem da seguinte ordem do dia: (I) alteração da cláusula 5ª do contrato social.
Rio de Janeiro, 01/04/2024. **Agostinho Tavares Maia** - Sócio Administrador.

VIAÇÃO PENHA RIO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 02.592.047/0001-17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Sócios da empresa Viação Penha Rio Ltda. em Recuperação Judicial a comparecerem na sede da empresa, localizada na Av. Itaoca, 149/187, Bonsucesso, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21061-021, às 11:00 horas, do dia 12/04/2024, para tratarem da seguinte ordem do dia: (I) alteração da cláusula 5ª do contrato social.
Rio de Janeiro, 01/04/2024. **Agostinho Tavares Maia** - Sócio Administrador.

AVISO DE EXTRAVIO DE LIVRO SOCIETÁRIO

MC BRAZIL F&B PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ/MF nº 42.587.182/0001-99, com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, Leblon Executive Tower, sala 401-A, Leblon, CEP 22430-060 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0033903-5, comunica à praça e ao mercado em geral para todos os fins de direito o extravio do seu Livro Registro de Atas das Assembleias Gerais. Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ 03.378.521/0001-75 - NIRE: 33.300.263.16-1
Companhia Aberta

Edital de Convocação. Assembleia Geral Ordinária. Ficam convidados os Acionistas da LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2024, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, via plataforma *Ten Meetings*, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: 1. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Instalar e fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 4. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; 5. Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e 6. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. *Informações aos Acionistas:* A AGO será realizada exclusivamente por meio eletrônico, nos termos da Resolução CVM 81. Os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio de: **(i)** boletim de voto a distância, com envio de instrução de voto previamente à realização da AGO ("Boletim"); ou, **(ii)** participação via sistema eletrônico pela plataforma *Ten Meetings* no momento da realização da AGO. Para participação na AGO por meio da plataforma eletrônica, os acionistas deverão realizar o cadastro na plataforma digital e enviar os documentos necessários, nos termos do item 3 do Manual de Participação dos Acionistas, através do endereço eletrônico da plataforma digital https://assembleia.ten.com.br/869153752 com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da AGO, isto é, até às 16 horas do dia 28 de abril de 2024, devendo observar as orientações detalhadas no Manual da Plataforma – Participante, da plataforma *Ten Meetings*, também disponível para download no endereço eletrônico acima. É facultado a qualquer acionista constituir procurador para comparecer à AGO e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), devendo o procurador ter sido constituído há menos de 1 (um) ano e ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, ou, ainda, ser instituição financeira. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância deverá enviar o correspondente Boletim, até o dia 23 de abril de 2024, inclusive, por meio de seu respectivo agente de custódia, pelo banco escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, por meio de endereço eletrônico ri@light.com.br. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviço deverá entrar em contato com seu agente de custódia ou com a instituição escrituradora das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, observadas as regras por esses determinadas para transmissão de suas instruções de voto, bem como os prazos necessários para que seus votos sejam transmitidos. Ressaltamos que, havendo divergência entre o boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e as instruções de voto eventualmente enviadas aos agentes custodiantes ou ao escriturador das ações da Companhia, estes últimos prevalecerão. É dispensado o envio da via física do Boletim para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma e autenticações, bastando o envio de cópia simples das vias originais para o endereço eletrônico ri@light.com.br. O acionista será responsável pela integridade e confiabilidade dos documentos enviados à Companhia. Outras informações a respeito dos prazos e procedimentos para os acionistas que desejam participar por meio digital da AGO ou por meio do envio do Boletim encontram-se no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.light.com.br) e no Manual de Participação dos Acionistas. Para participarem da AGO, os acionistas deverão realizar cadastro na plataforma digital e enviar os documentos descritos abaixo, através do endereço eletrônico da plataforma digital https://assembleia.ten.com.br/869153752: Acionistas Pessoas Físicas: • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil). Caso o acionista se faça representar por procurador, documento de identificação com foto do procurador presente e procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art.126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil; e • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. Acionistas Pessoas Jurídicas: • Cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do acionista (ata de eleição de administradores e/ou procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art.126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil); • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do(s) representante(s) legal(is); e • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. Fundos de Investimentos: Cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do administrador ou gestor, conforme o caso (ata de eleição de administradores e/ou procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art.126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil); • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do(s) representante(s) legal(is); e • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. Para os acionistas que queiram participar por meio do envio do Boletim, a Companhia dispensa o reconhecimento de firma nos documentos apresentados, bem como a notarização e consularização ou apostilamento daqueles assinados no exterior. Ademais, a Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas. Em cumprimento ao disposto na Resolução CVM 81, estão disponíveis aos acionistas na internet, na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na página da Companhia (www.ri.light.com.br) e na página da B3 (www.b3.com.br), todas as informações necessárias à compreensão das matérias a serem discutidas, incluindo os documentos previstos no artigo 133 da Lei das S.A., bem como o Manual de Participação dos Acionistas e a Proposta da Administração para as matérias a serem deliberadas. Rio de Janeiro, 1° de abril de 2024. Helio Calixto da Costa - **Presidente do Conselho de Administração.**

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 03.758.318/0001-24 - NIRE nº 33.3.002.6.520-1

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação. Ficam convidados os Srs. Acionistas da **Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR** a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, no dia 30 de abril de 2024, às 11h, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Teams, que poderá ser acessada pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Em Assembleia Geral Ordinária: (i.a) Tomada de contas da administração e exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social de 2023; (i.b) Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2023; (i.c) Eleição dos membros do Conselho de Administração; (i.d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e **(ii)** Em Assembleia Geral Extraordinária: (ii.a) Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal; (ii.b) Eleição de Presidente e Vice-Presidente para o Conselho de Administração. Nos termos da Resolução CVM nº. 70/2022, o percentual mínimo de titularidade de capital votante para solicitação de voto múltiplo por acionistas é de 5% (cinco por cento). As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de ações ordinárias representativas de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social. A participação dos acionistas poderá ser pessoal ou por representante legal/procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, conforme abaixo: **Por Representante Legal/ Procurador**: Os Representantes Legais/Procuradores deverão apresentar: (i) no caso de acionista pessoa jurídica, cópia dos atos constitutivos e da ata de eleição dos administradores, os respectivos instrumentos de mandato e/ou representação, bem como documento válido e com foto que comprove a sua identidade (cédula de identidade/RG, CNH, RNE, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) e CPF; e (ii) no caso de acionista fundo de investimentos, cópia do regulamento do fundo em vigor, cópia do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, os respectivos instrumentos de mandato e/ou representação, bem como documento válido e com foto que comprove a sua identidade (cédula de identidade/RG, CNH, RNE, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) e CPF. **Boletim de Voto**: Caso o acionista opte por exercer seu direito de voto à distância, nos termos da RCVM 81, poderá enviar o boletim de voto por meio de seu respectivo agente de custódia, do escriturador da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.) ou diretamente à Companhia, para os endereços de e-mail invest@invepar.com.br e governancacorporativa@invepar.com.br, aos cuidados dos Departamentos de Relações com Investidores e de Governança Corporativa. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.invepar.com.br/). Rio de Janeiro, 27 de março de 2024. João Pinto Rabelo Junior **- Presidente do Conselho de Administração.**

REGATA IMOB EMPREENDIMENTOS S/A
CNPJ 12.979.051/0001-96

Aviso aos Acionistas: Acham-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a Rua MIGUEL DE FRIAS, 77 - Icaraí - Niteroí, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.604 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. Niteroi, 27.03.2024. A Diretoria.

GRUPO DE MODA SOMA S.A.
CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08 - NIRE 33.3.0031538-1
Companhia Aberta

Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30/04/2024: O Conselho de Administração do GRUPO DE MODA SOMA S.A., companhia aberta, com sede na cidade do RJ, Estado do RJ, na Avenida Pasteur, nº 154, Botafogo, CEP 22.290-240, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 10.285.590/0001-08 ("Companhia"), vem, pelo presente, convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30/04/2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, para deliberarem a respeito das seguintes matérias constantes da ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, e o relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia; (ii) fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026; e (iv) fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024. INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES GERAIS: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, contemplando a participação dos senhores acionistas por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, sem prejuízo da possibilidade de exercício do direito de voto mediante uso do boletim de voto à distância previsto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81" e "Boletim de Voto", respectivamente). Para os efeitos do que dispõem o artigo 141 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e a Resolução CVM nº 70, de 22/03/2022, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia na Assembleia é de 5% (cinco por cento). (1) Para fins da participação na Assembleia, os acionistas devem apresentar: (i) o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia emitido até 3 (três) dias úteis antes da data da realização da Assembleia pela instituição financeira escrituradora ou agente de custódia; (ii) no caso de acionista pessoa física, o documento de identidade válido com foto; (iii) no caso de acionista pessoa jurídica, o documento de identidade válido com foto do representante legal e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato, último estatuto ou contrato social consolidado (e alterações posteriores, conforme aplicável) e documentação societária outorgando poderes de representação (i.e., ata de eleição dos diretores e dos conselheiros que os elegeram, se o caso); (iv) no caso de fundo de investimento, o documento de identidade válido com foto do representante e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato e cópia do último regulamento consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores e dos conselheiros que os elegeram, se o caso, termo(s) de posse e/ou procuração); e (v) no caso de acionistas representados por procuradores, além dos documentos indicados acima, procuração com firma reconhecida e documento de identificação do procurador com foto. A procuração deverá ter sido outorgada há menos de um ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira (exceto por procurações outorgadas nos termos do artigo 118, parágrafo 7º, da Lei das S.A., cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos/contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Caso os documentos listados acima estejam em língua estrangeira, deverão ser traduzidos para o idioma português por tradutor juramentado, não sendo necessárias as formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização ou apostilamento. Os documentos em inglês estão dispensados da tradução. (2) A participação e votação dos acionistas na Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico acessado mediante *link* a ser disponibilizado pela Companhia anteriormente à realização da Assembleia, ou por meio de envio do Boletim de Voto, conforme instruções constantes do manual para participação da Assembleia divulgado nesta data ("Manual para Participação"). (3) Os acionistas deverão encaminhar os documentos necessários para participação na Assembleia, conforme detalhado no item (1) acima, diretamente à Companhia por meio do endereço eletrônico ri@somagrupo.com.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação ao horário marcado para o início da Assembleia (ou seja, até as 11:30 horas do dia 28/04/2024). Após a análise dos referidos documentos e comprovação da titularidade das ações, o acionista receberá as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no referido prazo não poderão participar da Assembleia, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. (4) Os acionistas que optarem por exercer seu direito de voto mediante submissão do Boletim de Voto, poderão: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações de emissão da Companhia; ou (iii) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia. As instruções para envio do Boletim de Voto constam do Manual para Participação e do próprio Boletim de Voto. (5) Em atendimento aos termos do artigo 5º da Resolução CVM 81, os documentos pertinentes à ordem do dia, a Proposta da Administração e o Manual para Participação, incluindo as orientações para a participação e votação à distância, por meio de sistema eletrônico, encontram-se à disposição dos acionistas no endereço na rede mundial de computadores da Companhia (www.somagrupo.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). RJ, 28/03/2024. Marcel Sapir - Presidente do Conselho de Administração.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 22ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.227.994/0001-50 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Agente Fiduciário da **22ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública da LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.** ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em decorrência, **(i)** dos recentes andamentos do Processo de Recuperação Judicial nº 0843430-58.2023.8.19.0001, que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial"); e **(ii)** da iminente votação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, vem **CONVOCAR** os debenturistas a reunirem-se em SEGUNDA CONVOCAÇÃO, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada em **18 de abril de 2024, às 16h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora da Emissão, Light S.A. ("Escritura de Debêntures"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): **i.** Aprovação da orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais para que o Assessor Legal possa votar em conformidade com as deliberações desta AGD na Assembleia Geral de Credores ("AGC") em representação aos Debenturistas; **ii.** Autorização para que os Assessores Legais possam votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data de realização da AGC, caso essa deliberação seja submetida à AGC; **iii.** Aprovação para que o Agente Fiduciário e o Assessor Legal tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD; **iv.** Aprovação da suspensão de todos os itens da ordem do dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura e nova deliberação, se for o caso, para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelo Assessores Legais, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PRJ, em prazo não inferior a 3(três) dias úteis antes de antecedência da data pretendida para a retomada da AGD. **1. Informações Gerais. 1.1.** A AGD será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" disponível no website do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br), observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. O Agente Fiduciário disponibilizará (i) Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na AGD; (ii) Instrução de Voto à Distância; (iii) Material de apoio, disponibilizado no site do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br contendo todas as orientações e modelos a serem adotados pelos Debenturistas para envio de Instrução de Voto à Distância, bem como os documentos para participação e representação na AGD, observado o disposto do artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81 e em conformidade com os artigos 126, § 1º da Lei das S/A e 654, § 1º e §2º do Código Civil. **1.2.** O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Debenturistas possam enfrentar, bem como por eventuais questões alheias ao Agente Fiduciário que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico. **1.3.** O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas que optarem por participar da presente AGD de forma síncrona acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. **1.4.** Os Debenturistas que participarem via Plataforma Digital ou que tenham enviado Instrução de Voto à Distância serão considerados presentes à AGD e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. **1.5.** Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 01 de abril de 2024.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

中国银行 BANK OF CHINA

BANCO DA CHINA BRASIL S.A.

CNPJ nº 10.690.848/0001-43

Avenida Paulista, 901, 14º andar, Bela Vista, CEP 01311-100, São Paulo-SP | ouvidoria@boc-brazil.com Telefone: 0800-940-8505

Relatório da Administração

I - Cenário Econômico: Em 2023, a política dominante na economia foi a continuidade de juros altos para conter o surto inflacionário advindo dos efeitos da pandemia. Com índices acima das metas nas principais economias, as taxas de juros foram mantidas em níveis elevados em meio à resiliência da inflação aos efeitos da política monetária. Apesar da alta dos juros, a demanda continuou forte em boa parte devido aos efeitos da farta liquidez provida pelos bancos centrais durante a pandemia. A partir do 2º semestre de 2023, contudo, houve sinais de desaceleração na atividade econômica e tendência de desinflação na economia global. Assim, projeta-se queda de juros no 1º semestre de 2024 nas principais economias dado o cenário de convergência das taxas de inflação às metas estabelecidas, ainda que de forma gradual. Este processo tende a favorecer a economia global, que, atualmente, é penalizada pelos juros altos, e também pela escalada de conflitos geopolíticos. Além da guerra no Leste Europeu, houve, no 2º semestre, o início da guerra no Oriente Médio, trazendo maior tensão ao cenário geopolítico. Além disso, as disputas comerciais entre blocos econômicos nos últimos anos têm resultado na diminuição da globalização. A nova ordem é centrada na produção interna e importação de componentes estratégicos de países com relações estáveis e logística facilitada. O processo teve início na pandemia com o surgimento de gargalos de logística que obrigou os países a buscarem maior diversificação na cadeia de suprimentos. Essa tendência limita o potencial econômico mundial, porém é um processo irreversível dado a crescente tensão entre os blocos econômicos. Atualmente, há uma intensa corrida tecnológica nas maiores economias com o intuito de fortalecer influência no cenário político/econômico mundial. As estratégias constituem em maciços investimentos em tecnologia e nos campos que geram inovação e autossuficiência em setores estratégicos. Atualmente, as pesquisas são focadas em tecnologias inteligentes que no futuro moldarão os processos produtivos e que serão diferenciais na determinação do progresso econômico das nações. Com a inflação estável, existe atualmente uma expectativa de queda de juros pelo FED em 2024 favorecendo a economia mundial. No Brasil, as projeções de crescimento do PIB no início de 2023 situavam em torno de 0,8% em meio ao quadro de incertezas na definição da política econômica do novo governo. A manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano, necessária para conter o surto inflacionário, foi um fator determinante que afetou consumo e investimento, postergando a retomada econômica. A resiliência da inflação aos efeitos da política monetária do Banco Central resultou na manutenção de juros altos durante os primeiros 6 meses do ano. Com indícios firmes de desinflação, a autoridade monetária iniciou a redução da taxa Selic em agosto/2023. O Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) acumulado em 12 meses era de 5,77% em janeiro e terminou em 4,62% em dezembro, dentro, portanto, do limite superior da meta de 4,75%. A política fiscal contribuiu também para ancorar expectativas ao promover a aprovação do novo arcabouço fiscal como instrumentos de controle da dívida pública. A reforma tributária do consumo, por sua vez, foi finalmente aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro/2023, coroando o trabalho exitoso do Congresso e do Governo sobre uma reforma que foi objeto de inúmeras tentativas nas últimas décadas e que nunca logrou êxito pela complexidade do tema e pela ausência de consenso sobre pontos relevantes da reforma. A reforma tributária pode trazer ganhos de produtividade pela gestão simplificada do tributo, pela redução de contestações judiciais, e pela diminuição de sonegação, cujos efeitos vão se perdurar pelas décadas seguintes. Neste cenário, o PIB potencial deve melhorar permitido uma expansão do PIB a taxas crescentes. O PIB do Brasil expandiu 2,9% em 2023 graças ao desempenho extraordinário do agronegócio do 1º trimestre/2023. O Brasil colheu uma supersafra que se beneficiou dos preços elevados de commodities no mercado externo trazendo resultados positivos para a Balança Comercial e dados econômicos mais fortes. Além disso, o setor de serviços, que compõem aproximadamente 70% do PIB, surpreendeu positivamente, com crescimento robusto, mostrando resiliência num cenário de queda de inflação e juros. O consumo de famílias teve crescimento firme devido à força de trabalho, à política de transferência de renda, e à desaceleração da inflação. Do lado da demanda, os investimentos caíram com força por conta de incertezas na economia e dos juros altos reduzindo parcialmente o bom desempenho do consumo e das exportações líquidas. No conjunto, a economia estagnou no 2º semestre, sem crescimento, o que coloca fortes desafios na gestão da economia em 2024. Para o próximo ano, a agropecuária deverá apresentar desempenho mais fraco por conta de condições climáticas desfavoráveis. Os investimentos, variável importante para o crescimento econômico, deverão se manter em torno de 18%, repetindo o número deste ano, muito abaixo do patamar de 22% a 25% do PIB necessário para expandir a economia a taxas maiores. Em função deste cenário, projeta-se crescimento da ordem de 1,5% do PIB para 2024. O superávit da Balança Comercial em 2023 foi de US$ 98,8 bilhões aumentando 52% em relação ao saldo de 2022 devido ao maior volume exportado e queda nas importações. O total de exportações alcançou US$ 339,6 bilhões, com destaque aos produtos do agronegócio, sendo a soja, com U$ 53,2 bilhões, o produto mais vendido pelo Brasil. Em termos de volume exportado, houve aumento de 12,5% em relação ao ano anterior em função da safra recorde de 2023. Atualmente, a soja, o petróleo e o minério de ferro compõem o trio de commodities com desempenho excepcional na pauta de exportações brasileiras. A China foi o principal destino dessas commodities, com cerca de 70% de participação. Em função da safra recorde na produção de grãos, o país pode exportar volumes crescentes de soja e milho para países asiáticos confirmando sua condição de potência agrícola global. Nos últimos anos, os produtos que mais ganharam participação na pauta de exportações foram petróleo e soja, resultante de uma onda de investimentos com ganhos estruturais importantes. O total de importações registrou US$ 240,8 bilhões, devido, basicamente, à queda de preços dos produtos importados. Para 2024, eventos climáticos podem levar a quedas pontuais na produção agrícola, mas também a alguma recuperação de preços, mitigando perdas em valor. Apesar disso, mantida a tendência corrente, é possível o Brasil conviver com saldos comerciais de R$ 100 bilhões ou mais nos próximos anos. O déficit em Contas Correntes registrou US$ 28,6 bilhões em 2023 correspondendo a 1,32% do PIB, uma expressiva redução em relação a 2,47% de 2022. Este déficit foi coberto pelo Investimento Direto no País (IDP), de US$ 61,9 bilhões, destinados à participação de capital e os empréstimos diretos concedidos por matrizes de empresas multinacionais às suas filiadas no País. As Reservas Internacionais do Brasil terminaram o ano em US$ 355 bilhões, um aumento de 9% em relação ao saldo de 2022. Os indicadores saudáveis das contas externas contribuem para a manutenção do dólar abaixo de R$ 5,00, ajudando, consequentemente, na queda de inflação pela desaceleração nos preços de bens importados. Neste ambiente, é inegável o interesse dos investidores estrangeiros em ativos brasileiros levando em conta a situação confortável dos indicadores externos. Esta percepção é compartilhada também pelos investidores domésticos dando peso maior a esse aspecto. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) diminuiu em 2023, terminando o ano em 4,62%, com queda de 1,17% em relação ao ano anterior. Após anos com índices acima das metas, o Banco Central finalmente trouxe os índices abaixo do limite superior de 4,75% da meta de inflação para 2023. A execução de uma política agressiva, com a taxa Selic subindo de 2% ao ano até o pico de 13,75%, resultou na queda de inflação e, com isso, teve início, em agosto/2023, a flexibilização monetária com a taxa Selic terminando em 11,75% ao final do ano. Apesar das dificuldades na condução da agenda econômica em 2023, os resultados, de modo geral, foram positivos. A forte safra agrícola resultou na queda de preço dos alimentos mantendo o consumo de famílias em níveis satisfatórios além de ser essencial para gerar um forte superávit comercial. O custo de energia ficou estável, a despeito da instabilidade geopolítica, muito por conta da demanda enfraquecida e oferta estável com efeitos positivos sobre a inflação. Ainda que houvesse resiliência no setor de serviços, reflexo da demanda reprimida durante a pandemia, a política monetária do Banco Central finalmente surtiu efeito em 2023, com o núcleo de inflação, excluindo alimentos e energia, cedendo paulatinamente aos efeitos da política monetária restritiva. Entretanto, este cenário favorável pode mudar em 2024 quando não há garantia da repetição da boa safra deste ano por questões climáticas e também por causa de incertezas relacionadas à condução do novo arcabouço fiscal a partir de 2024. Se a execução for eficaz, haverá, sem dúvida, um cenário favorável com investimentos crescentes em meio à dinâmica positiva de controle da dívida pública e queda da inflação e juros. Além disso, a reforma tributária, aprovada em dezembro/2023, deve trazer ganhos de produtividade ao longo dos próximos anos com reflexos no PIB potencial. A indústria cresceu 0,2% em relação a 2022 repetindo um quadro de estagnação dos últimos anos em um setor importante em termos estratégicos. Excetuando a indústria extrativa e de alimentação, a indústria de transformação tem evoluído lentamente nos últimos anos. Três das quatro grandes categorias do setor industrial tiveram altas moderadas em 2023, bens duráveis com expansão de 1,2%, bens intermediários com evolução de 0,4%, e bens semi e não duráveis com crescimento de 2,1%. O setor de bens de capital, entretanto, teve forte recuo de 11,1% em 2023. A taxa de investimento em relação ao PIB foi de 18% em 2023, muito inferior ao patamar médio observado em países emergentes, da ordem 22% a 25%. Sem incentivos sólidos ao investimento, a economia continuará frágil com resultados tímidos incapazes de sustentar um crescimento estável a longo prazo. É necessário investimento maciço em maquinários, programas de capacitação, melhorias na educação, desenvolvimento tecnológico e tudo o mais que confere sustentabilidade ao crescimento. As incertezas econômicas e altas taxas de juros, por outro lado, não criam ambiente favorável ao estímulo de investimentos que elevem a produtividade da indústria. Além da conjuntura desfavorável, fatores estruturais têm emperrado o desenvolvimento da indústria nos últimos anos como a baixa integração global, o protecionismo, a insegurança jurídica, falta de estímulo à inovação, a tributação disfuncional, a infraestrutura precária, e a baixa capacitação da mão de obra. A reforma tributária do consumo aprovada em dezembro/2023 pelo esforço conjunto do Governo e do Congresso, deve trazer melhorias para a indústria brasileira, um dos setores mais favorecidos, mediante administração simplificada de tributos e aumento de produtividade pela melhoria na gestão do regime tributário. O impacto da reforma tributária na economia como um todo é significativamente positivo, implicando, entre outras, um aumento potencial do PIB ao longo dos próximos anos. A atual flexibilização monetária, com a taxa Selic caminhando para o patamar de 1 dígito no curto prazo, deve estimular decisões de investimento dos empresários à medida que os projetos se tornem atrativos pela redução dos juros. **II - Estratégia de negócios:** A estratégia de negócios do Banco da China Brasil S.A. (BOC Brasil) é focada na eficiência operacional buscando maximizar rentabilidade por meio de um portfólio composto de projetos com altas taxas de retorno ajustadas ao risco. Nesta estratégia, a prioridade continua sendo a de crescer em operações junto a empresas chinesas sediadas no Brasil e também com empresas locais fortemente engajadas no fluxo de comércio entre os dois países. De forma conservadora o BOC Brasil manteve o foco em operações junto a empresas de grande porte avaliando o segmento de atuação e a situação econômico financeira de cada novo relacionamento. Desde o início, a estratégia do BOC Brasil foi centrada em operações de Trade Finance entre Brasil e China. O BOC Brasil mantém bons relacionamentos com as subsidiárias chinesas e suas respectivas matrizes na China, o que facilita negócios com boa combinação risco-retorno. Nos anos recentes, o BOC Brasil estruturou produtos de maior complexidade para atender a demanda dos clientes. Além dos produtos de crédito tais como Cédula de Crédito Bancário (CCB), Conta Garantida, Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC), Nota de Crédito de Exportação (NCE) e Fiança Bancária são efetuados com os clientes do BOC Brasil. Do lado de captação, foram implementadas Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letras Financeiras (LF) para alongar prazos e diminuir custos. É previsto crescimento estável da carteira de crédito em 2024 com uma combinação retorno e risco que permita geração de valor aos acionistas. Apesar do crescimento moderado da carteira de crédito em 2023, o Banco alcançou um resultado operacional acima do projetado mitigando riscos e focando na rentabilidade. A gestão de risco de crédito continua forte buscando estabilidade da carteira com baixa inadimplência. Com isso, espera-se outro resultado promissor em 2024. Para evitar o risco de variação cambial, será mantida, em 2024, a mesma estratégia de manter os ativos indexados ao câmbio (ACC) em volumes equivalentes aos saldos da captação externa em moeda estrangeira. As maiores empresas brasileiras continuam participando ativamente do comércio internacional e as empresas chinesas continuam investindo no Brasil em projetos de mineração, agronegócio e energia. Essas atividades apresentam excelentes oportunidades de negócios e o BOC Brasil está posicionado para atuar ativamente nas operações de câmbio pronto, adiantamento de contratos de câmbio e operações de capital de giro. **Orçamento: Orçado x Realizado: Referente: 2º Semestre/2023:** A tabela seguinte mostra o desempenho do Banco da China Brasil S.A. (BOC Brasil) no 2º semestre/2023 em relação aos números orçados no Plano Estratégico para o respectivo período. Para fins de análise, procurou-se destacar itens de maior relevância no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo de Resultados.

Balanço Patrimonial	Realizado 31/12/2023	Orçado 31/12/2023	R$ (Mil) % (R/O)
Ativo			
Caixa e equivalente de caixa	1.236.962	560.438	221%
Títulos e Valores Mobiliários	581.619	999.872	58%
Operações de Crédito	1.192.801	1.386.302	86%
Carteira de Câmbio	671.443	1.367.570	49%
Relações Interfinanceiras	3.157	2.059	153%
Outros Ativos	11.226	8.921	126%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(20.725)	(19.549)	106%
Ativo Fiscal Diferido	42.904	37.204	115%
Imobilizado de uso e Intangível	1.987	2.600	76%
Total do Ativo	**3.721.374**	**4.345.417**	**86%**
Passivo			
Depósitos	1.456.926	1.928.082	76%
Recursos de Aceites Cambiais, LI, LH	178.502	139.648	128%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.430.480	1.458.398	98%
Carteira de Câmbio	3.218	214.764	1%
Relacões Interdependencias	101.459	76.605	132%
Outras Obrigações	44.322	37.547	118%
Patrimônio Líquido	**506.467**	**490.373**	**103%**
Lucro Líquido do semestre	**15.578**	**19.013**	**82%**
Receitas Operacionais	220.875	185.372	119%
Despesas Operacionais	(205.299)	(174.436)	118%
Resultado Não Operacional	2	6	33%
Total do Passivo	**3.721.374**	**4.345.417**	**86%**

Demonstrativo do Resultado (P&L)	Realizado 2º sem./ 2023	Orçado 2º sem./ 2023	Realizado x Orçado (%)
Receita da Intermediação Financeira	**217.497**	**184.849**	**118%**
Operações de Crédito	62.604	72.582	86%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	84.165	32.684	258%
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	29.193	62.045	47%
Resultado de Câmbio	41.535	17.538	237%
Despesas da Intermediação Financeira	**(160.939)**	**(132.229)**	**122%**
Captações no Mercado	(118.416)	(105.521)	112%
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.307)	(4.350)	30%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(41.216)	(22.358)	184%
Resultado da Intermediação Financeira	**56.558**	**52.620**	**107%**
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**(25.215)**	**(25.884)**	**97%**
Receita de Prestação de Serviços	259	523	50%
Despesas de Pessoal	(16.313)	(15.588)	105%
Outras Despesas Administrativas	(8.651)	(8.426)	103%
Despesas Tributárias	(3.072)	(2.664)	115%
Outras Receitas Operacionais	3.119	2.219	141%
Outras Despesas Operacionais	(557)	(1.948)	29%
Resultado Operacional	**31.343**	**26.736**	**117%**
Resultado não operacional	2	6	33%
Resultado antes da tributação s/o lucro	**31.345**	**26.742**	**117%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.844)	(14.736)	94%
Participação nos lucros e Resultados (PLR)	(1.923)	(1.064)	181%
Lucro líquido do semestre	**15.578**	**10.942**	**142%**

1. Ativo: O Total do Ativo do Banco da China Brasil S.A. (BOC Brasil) registrou R$ 3.721 milhões ao final do 2º semestre/2023, queda de 13% em relação ao saldo verificado no final do semestre anterior. Consequentemente, o percentual ficou em 86% em relação à meta estabelecida para o período. O item Caixa e Equivalente de Caixa, que somam Caixa e Aplicações Financeiras de Liquidez, manteve saldo expressivo de R$ 1.237 milhões no 2º semestre, ligeiramente acima do saldo verificado no semestre anterior devido ao saldo enorme do item Aplicações Financeiras de Liquidez. Em razão disso, o percentual de atingimento em relação à meta alcançou 221%. O Banco manteve saldo expressivo em Aplicações Financeiras de Liquidez devido à queda na demanda por crédito observada nos últimos meses de 2023. O saldo de Títulos Públicos Disponíveis para Venda somou R$ 582 milhões, bem menos que a meta de R$ 1 bilhão (58%) em linha com a política de manter recursos no curto prazo. A Carteira de Câmbio registrou R$ 671 milhões, uma significativa queda de 30% em relação ao 1º semestre/2023, com apenas 49% do orçado. Este cenário refletiu a desaceleração do agronegócio no 2º semestre (sazonalidade) onde o BOC Brasil tem forte atuação. De fato, o agronegócio teve desempenho excepcional no 1º semestre/2023 contribuindo ao desempenho do PIB brasileiro. Esperamos que a Carteira de Câmbio aumente significativamente no 1º semestre/2024 por conta da estratégia operacional do Banco em privilegiar operações relacionadas ao comércio exterior, o setor econômico de maior dinamismo na conjuntura atual. O item Operações de Crédito diminuiu 15% em relação 1º semestre/2023 somando R$ 1.193 milhões em função da queda na demanda por crédito. Convém ressaltar que a carteira de crédito do Banco teve um salto significativo em 2022 em função da operação de repasse externo cujo saldo em 31/12/2023 correspondeu a R$ 586 milhões. Em função do cenário desafiador, o BOC Brasil manteve atuação nas operações de crédito com ênfase ao setor de agronegócio privilegiando empresas bem capitalizadas e risco de crédito mitigado. Apesar da recuperação da atividade econômica em 2023, o cenário de risco de crédito continuou sensível razão pela qual o BOC Brasil manteve sua estratégia conservadora focando suas operações em empresas de maior porte e risco menor. **2. Passivo:** Em linha com a evolução dos ativos da instituição, o total do Passivo do BOC Brasil mostrou um desempenho menos vigoroso em relação ao orçado no 2º semestre/2023 atingindo somente 86% da meta. O volume de depósitos junto aos clientes do Banco encerrou o semestre com saldo de R$ 1.457 milhões, menor que o orçado de R$ 1.928 milhões (76%). Em bases semestrais, houve diminuição de 27%. As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), por sua vez, terminaram o semestre com saldo de R$ 179 milhões, acima da meta de R$ 140 milhões (128%), porém queda de 18% em relação ao semestre anterior refletindo menor captação do Banco em função da queda na demanda por crédito. As Obrigações por Empréstimos e Repasses registraram saldo de R$ 1.430 milhões no 2º semestre mantendo praticamente o mesmo saldo do semestre anterior com leve queda de 2%. O Patrimônio Líquido do BOC Brasil alcançou R$ 506 milhões no semestre, acima do projetado de R$ 490 milhões. **3. Resultado (P&L): 3.1 Receitas de Intermediação Financeira:** As Receitas de Intermediação Financeira totalizaram R$ 217,50 milhões no 2º semestre/2023, acima da meta de R$ 184,85 milhões (118%). As Aplicações Financeiras de Liquidez contabilizaram receita expressiva de R$ 84,17 milhões, muito superior ao orçado de R$ 32,68 milhões (258% da meta), devido à alta liquidez da instituição onde boa parte são alocadas no curto prazo. O Resultado de Câmbio atingiu R$ 41,54 milhões correspondendo a 237% da meta. A estratégia principal do Banco continua sendo operações de comércio exterior promovendo negócios com empresas cuja pauta de exportações é significativa. As receitas de Operações de Crédito somaram R$ 62,60 milhões, menor que o orçado de R$ 72,58 milhões (86%). Por sua vez, os Títulos Públicos Federais geraram R$ 29,19 milhões de receita significando 47% da meta por conta do saldo de carteira inferior ao orçado. **3.2 Despesas de Intermediação Financeira:** As Despesas de Intermediação Financeira totalizaram R$ 160,94 milhões no 2º semestre/2023, acima do orçado de R$ 132,23 milhões (122%). As despesas de Captação no Mercado somaram R$ 118,42 milhões versus o orçado de R$ 105,52 milhões, representando 112% de atingimento. Em comparação com o 1º semestre, houve uma redução de 6% nas despesas de Captações no Mercado devido ao saldo menor da carteira. As Obrigações por Empréstimos e Repasses somaram uma despesa de R$ 41,22 milhões, acima da meta de R$ 22,36 milhões. O item Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PDD) contabilizou despesa de R$ 1,31 milhão, bastante inferior ao orçado de R$ 4,35 milhões. **3.3 Resultado de Intermediação Financeira:** O Resultado de Intermediação Financeira ficou em R$ 56,56 milhões no 2º semestre/2023, um resultado significativo em relação ao orçado de R$ 52,62 milhões, com percentual de atingimento de 107%. **3.4 Outras Receitas/ Despesas Operacionais:** Outras Receitas/Despesas Operacionais somaram -R$ 25,22 milhões, menor que o orçado de -R$ 25,88 milhões (97%). Receita de Serviços ficaram 50% do orçado com R$ 259 mil, e outras Receitas Operacionais totalizaram R$ 3,12 milhões (141% da meta). As Despesas de Pessoal somaram -R$ 16,31 milhões, superior à meta de -R$ 15,59 milhões, e Outras Despesas Administrativas totalizaram -R$ 8,65 milhões estando acima do orçado de -R$ 8,43 milhões. As Despesas Tributárias foram -R$ 3,07 milhões, situando acima da meta (115%). Outras Despesas Operacionais, de -R$ 557 mil, ficaram menores que a meta de R$ 1,95 milhão. **3.5 Resultado antes da tributação sobre o lucro e Lucro Líquido:** O resultado antes da tributação sobre o lucro totalizou R$ 31,35 milhões, resultado muito superior ao orçado de R$ 26,74 milhões (117%). Com a provisão de R$ 13,84 milhões para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e com a provisão de R$ 1,92 milhão de PLR referente ao exercício de 2023, o resultado final no 2º semestre/2023 foi um lucro de R$ 15,58 milhões (142% da meta). Com o lucro obtido no 2º semestre, o ano terminou com um lucro de R$ 35,79 milhões (172% da meta). **Plano Estratégico 2023;** 1. No 2º semestre/2023, a carteira de crédito do banco diminuiu 15% em relação ao semestre anterior devido à queda na demanda por crédito. Por conta de desaceleração econômica, o BOC Brasil manteve sua estratégia conservadora na gestão de risco de crédito com foco em empresas de grande porte, líderes em seus respectivos setores de atuação, e que atuam em setores menos afetados pela crise, como o segmento de agronegócio destinado às exportações. 2. O BOC Brasil projeta aumentar a base de clientes com volume crescente de operações financeiras e serviços, sobretudo em setores com dinâmica maior de crescimento. 3. Os juros altos em 2023 permitiram receitas expressivas aos Títulos Públicos e Operações Compromissadas. A manutenção da taxa SELIC em patamar elevado por um período ainda considerável deverá gerar resultados financeiros robustos em 2024. 4. No 2º semestre/2023, a conta Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PDD) teve uma despesa de R$ 1,31 milhão, abaixo da estimativa de R$ 4,35 milhões. Isto confirma que a carteira de operações de crédito da instituição é bastante saudável, reforçando o acerto da estratégia da instituição em relação à gestão de riscos. Com incertezas e limitações da economia em sua trajetória de crescimento, a percepção é a de que os riscos associados ao crédito podem ser maiores no curto prazo, requerendo, portanto, maior atenção e rigor na concessão de linha de crédito. **III - Gestão de estruturas de apoio: Gestão de Riscos:** A estrutura de gestão de riscos do Banco da China Brasil S.A. (BOC Brasil) é baseada nos comitês de crédito, mercado, liquidez, operacional, sócio ambiental e climático, e prevenção à lavagem de dinheiro e terrorismo (PLDT), que desenvolvem ações técnico-operacionais preventivas em reuniões periódicas para uma administração eficaz dos riscos. O objetivo é identificar fatores de risco e subsidiar as decisões da Administração para mitigar os riscos e limitar os impactos sobre os negócios da instituição sem prejuízo da eficiência. **Risco de crédito:** O Banco adota políticas conservadoras como principal diretriz na concessão de crédito. Todas as propostas submetidas têm seu risco avaliado conforme procedimentos internos determinados para os diferentes segmentos. As operações de crédito corporativo têm sua avaliação focada na capacidade de geração de caixa das empresas e nos fatores de risco associados à operação. O Banco leva também em conta o nível de relacionamento e o histórico das operações com o grupo controlador. O Banco exige garantias reais na maioria das operações de modo a mitigar os riscos de crédito, pois entende que fatores externos tais como mudanças repentinas nos mercados ou no ambiente regulatório podem afetar os negócios da empresa de forma negativa. **Risco de mercado e de liquidez:** O BOC Brasil utiliza o sistema de risco da Integral Trust para administrar os riscos de mercado e liquidez. Com base em metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco é monitorado utilizando-se um conjunto de controles que inclui o conceito de valor em risco (VAR: VALUE AT RISK) e simulações através de testes de estresse. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado com o objetivo de monitorar e garantir a solvência da instituição ao longo do tempo, identificando, previamente, concentrações de exposições e GAPS de prazo de liquidação. O sistema monitora diariamente o caixa mínimo que o Banco deve manter para evitar crises de liquidez. O sistema de risco é totalmente integrado aos sistemas de empréstimos, renda fixa e câmbio, gerando relatórios consistentes e com rapidez necessária para uma gestão eficiente dos riscos. **Risco operacional:** O acompanhamento das atividades operacionais e seus riscos associados são classificados conforme o nível crítico estipulando o grau de acompanhamento a ser implantado e os planos de ação nos itens considerados essenciais às atividades. Seguindo as diretrizes do HEADOFFICE, os itens de controles internos que geram riscos operacionais relevantes são avaliados em reuniões trimestrais de Gestão de Risco Operacional com medidas preventivas para mitigar os riscos inerentes. **Risco socioambiental e climático:** O risco social, ambiental e climático é avaliado inicialmente pelo Departamento de Compliance e Jurídico do BOC Brasil com base no questionário Responsabilidade de Socioambiental (QRSA) respondido pelo cliente. Além disso, a referida área verifica no mercado eventuais mídias negativas relacionadas às questões sociais, ambientais e climáticas. Estes dados servem de base para classificação dos clientes, que podem ser alto risco, médio ou baixo. Esta classificação de risco é informada ao Departamento de Aprovação de Crédito e consta nas propostas de crédito do BOC Brasil. Para cada classificação de risco, segue-se um protocolo de procedimento de modo que estes riscos sejam monitorados periodicamente, conforme políticas do BOC Brasil, incluindo a política de responsabilidade social, ambiental e climática (PRSAC). **Gestão de continuidade de negócios:** O processo de continuidade de negócios é parte complementar da gestão de riscos. O BOC Brasil implantou o Plano de Continuidade de Negócios e o Site de Contingência na RTM, em conformidade com a legislação vigente. O Banco executa anualmente teste de simulação de descontinuidade de suas atividades rotineiras para testar o funcionamento do Site de Contingência. **Gestão de Tecnologia de Informação:** No plano estratégico, a área de tecnologia de informação (TI) busca melhorias na infraestrutura de sistemas do BOC Brasil buscando eficiência nas funções de processamento e controles internos. Os aplicativos de sistemas que processam produtos e serviços são centralizados junto a poucos fornecedores para uma melhor integração de dados e informações. Desta forma, a instituição consegue atender satisfatoriamente aos clientes e preparar relatórios periódicos para o HEADOFFICE e reguladores locais dentro dos prazos previstos. **Governança corporativa:** O BOC Brasil procura adotar as melhores práticas de governança corporativa buscando aprimorar seu relacionamento com acionistas e investidores bem como fortalecer seu desempenho em todos os segmentos de atuação. Foram criados 3 comitês para gestão de riscos do Banco. 1. Comitê de Gerenciamento de Riscos de Crédito, que trata da gestão dos riscos de crédito. 2. Comitê de Gerenciamento de Riscos Operacionais, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro (PLD), Riscos Operacionais, Controles Internos e Compliance. 3. Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros, que trata do risco de mercado, do risco de liquidez e novos produtos. **Auditores Independentes:** Os honorários de Auditoria referentes ao exercício de 2024 totalizaram o montante de R$ 298 Mil referentes as auditorias dos balanços patrimoniais do Banco da China Brasil S.A., em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2023 e as correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre findo em 30 de junho de 2023 e do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incluindo as respectivas notas explicativas, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O BOC Brasil em consonância com o teor da Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional, não contratou e nem teve serviços prestados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes Ltda. (PwC) não relacionados à auditoria externa, descritos no parágrafo anterior. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos. **Compliance e Controles Internos: Normas e procedimentos:** Estudo de leis, normativos, regulamentos e demandas internas para a criação de procedimentos e de políticas internas através de sistema de divulgação de normativos que estejam disponíveis a todos os colaboradores. **Segurança da informação:** O BOC Brasil definiu uma infraestrutura formal e com responsabilidades específicas para tratar da segurança da informação de forma adequada. O objetivo dessa infraestrutura é promover a gestão corporativa da segurança da informação para toda a organização, proporcionando proteção efetiva aos ativos de informação. As atividades de segurança da informação devem ser exercidas por pessoas com sólidos conhecimentos em segurança da informação, processamento, comunicação de dados e pesquisa, e inovação tecnológica. A responsabilidade básica deve ser a de manter o programa de segurança da informação adequado às necessidades da organização, avaliando e determinando impactos de segurança e fornecendo alternativas de eliminação ou mitigação dos riscos, definindo padrões de segurança de acesso à rede, aos sistemas e às informações sensíveis. Implementam e atendem aos requisitos de sistemas antivírus, controles de acesso, requerimentos contra invasões, planos de contingência, monitoração contra fraudes eletrônicas e tentativas de invasão. Além disso, busca disseminar a importância da segurança de informação corporativa junto aos colaboradores da instituição que operam e mantêm ativos os sistemas de informação da organização. Conforme LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), o BOC Brasil designou a função do Data Protection Officer (DPO) e adequou suas operações em linha com a legislação vigente. **Prevenção à lavagem de dinheiro:** O Banco busca fomentar e difundir a cultura de prevenção à lavagem de dinheiro junto aos colaboradores e terceiros que prestam serviços ao Banco através de treinamentos específicos e monitoramentos de operações e transações de clientes por meio de sistema apropriado. O Comitê de Risco Operacional avalia em reuniões periódicas todas as ocorrências mensais consideradas relevantes e com fortes indícios para análise no Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro do BOC Brasil. Além disso, a área de Compliance da instituição participa ativamente nas questões de PLD junto à Auditoria Externa, Jurídico, Banco Central e outros Órgãos Legais. **Ouvidoria:** Em conformidade ao disposto na Resolução nº 4.860 de 2020 do Banco Central do Brasil, que trata sobre a implantação e organização de uma área institucional de Ouvidoria pelas empresas financeiras, o BOC Brasil constituiu um canal de comunicação entre a instituição, clientes e usuários de seus produtos e serviços, cujo objetivo é identificar as necessidades do público externo e zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão. Está estabelecida uma linha de telefone exclusiva para o recebimento de ligações de reclamações de clientes (0800 940 8505) e endereço de email direto ouvidoria@boc-brazil.com. Comunicações e questionamentos recebidos pela área de ouvidoria são registrados e protocolados. Assuntos inerentes são encaminhados para a Administração a fim de que a solução e a resposta sejam obtidas dentro dos prazos estabelecidos pelos normativos. **Gestão de pessoas:** A complexidade de um mercado financeiro cada vez mais exigente e seletivo mostra que as instituições como o BOC Brasil precisam e devem reconhecer o valor humano pois o talento e o potencial das pessoas são considerados um forte diferencial nos resultados da instituição. Através desta necessidade, identificamos a importância de formular nossa gestão de recursos humanos de forma eficiente para ser um banco sólido e competitivo no mercado financeiro. A Política de Gestão de Pessoas no BOC Brasil procura inovar as perspectivas e oportunidades de trabalho em linha com os objetivos gerais da instituição. Atua como um facilitador das áreas e têm como principal estratégia a sinergia de todas as pessoas que integram a instituição na execução planejada das ações corporativas. A Gestão de Pessoas atuará de forma a facilitar o caminho para a operacionalização das estratégias mediante definição de funções corporativas da organização estabelecendo valores e políticas de recursos humanos com o foco na geração de bons resultados, nos procedimentos e desempenho dos colaboradores. Um dos objetivos é lidar com as diferenças e diversidades individuais, motivar os colaboradores e esclarecer os objetivos como forma de obter melhores resultados para atingir as metas e preocupar-se com a qualidade do atendimento e pela valorização do capital humano. Estas premissas de gestão não têm, como objetivo, simplesmente, a obtenção do lucro, mas também o crescimento e o máximo desempenho de seu pessoal. Isto ocorre num sistema de motivação capaz de estimular os indivíduos a não renunciar a seus interesses pessoais, mas, perseguir também as disposições da organização na qual faz parte para uma melhor forma de prestação de serviços à comunidade. A valorização do capital humano através da Gestão de Pessoas é uma nova ótica de gerenciamento empresarial, que traz novos conceitos de postura e desempenho, criatividade, inteligência racional/ emocional e talento. A aposta do Banco é alcançar bons resultados através dos desafios lançados aos colaboradores e do reconhecimento e valorização de cada desempenho pessoal na busca dos objetivos da instituição. **Considerações finais:** Desde o início de suas atividades, o BOC Brasil adotou estratégia operacional conservadora e com práticas de governança corporativa que incorporam processos seguros e eficientes em linha com as diretrizes do HEADOFFICE e com as regras sobre as atividades financeiras e bancárias definidas pelos reguladores. Com retomada da economia em 2023, os resultados do BOC Brasil no 2º semestre/2023 foram melhores do que os orçados. O Banco continua prospectando potenciais clientes visando ao início de parcerias promissoras nos projetos de financiamento onde o Banco tem forte expertise, principalmente nas áreas de Trade Finance. Em linha com a estratégia operacional conservadora, definida pela Administração, o Banco prioriza operações com empresas de maior porte e menor risco de crédito. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos colaboradores, nossos clientes e acionistas pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 26 de março de 2024

A Administração

Demonstrações Financeiras - Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto pelo lucro líquido por ação)

Balanços Patrimoniais

ATIVO		31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**2.472.753**	**2.770.437**
Disponibilidades	4 a)	**117.614**	**28.267**
Instrumentos financeiros		**2.361.325**	**2.737.175**
Aplicações em operações compromissadas	4 a)	801.761	435.179
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5 b)	317.587	100.596
Aplicações em moedas estrangeiras	5 c) e 22	135.316	52.288
Títulos e valores mobiliários	6	232.335	724.821
Operações de crédito	7	202.883	365.527
Carteira de câmbio	8	671.443	1.058.764
Outros ativos	9	**4.076**	**3.550**
Relações interfinanceiras		3.157	1.872
Devedores p/depósitos em garantia		137	58
Diversos		782	1.620
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.iv	**(18.707)**	**(3.949)**
Ativo fiscal corrente	21.a	**8.445**	**5.394**
Não circulante		**1.248.621**	**1.394.972**
Realizável a longo prazo		**1.203.721**	**1.344.085**
Instrumentos financeiros		**1.203.886**	**1.348.371**
Títulos e valores mobiliários	6	213.968	202.497
Operações de crédito	7	989.918	1.015.446
Carteira de Câmbio	8	–	130.428
Outros ativos	9	**1.853**	**1.815**
Devedores p/depósitos em garantia		1.853	1.815
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.iv	**(2.018)**	**(6.101)**
Ativo fiscal diferido	21.c	**42.904**	**48.522**
Investimentos		**9**	**9**
Imobilizado de uso	10	**1.409**	**1.813**
Instalações		2.288	2.288
Móveis e equipamentos		3.596	3.440
Mobiliário		825	825
(–) Depreciações acumuladas		(5.300)	(4.740)
Intangível	10	**578**	**543**
Intangível		1.325	1.615
(–) Amortizações acumuladas		(747)	(1.072)
Total do Ativo		**3.721.374**	**4.165.409**

PASSIVO		31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		**2.551.651**	**2.652.726**
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**2.410.444**	**2.554.106**
Depósitos	11	1.433.025	1.515.922
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	124.605	97.179
Obrigações por empréstimos e repasses	14	849.596	684.427
Carteira de Câmbio	8	3.218	256.578
Outras obrigações		**141.207**	**98.620**
Relações interfinanceiras/Interdependências	13	101.459	69.641
Obrigações fiscais e previdenciárias correntes	15.a)	27.749	19.777
Diversas	15.c)	11.999	9.202
Não Circulante		**663.256**	**1.043.141**
Instrumentos financeiros		**661.131**	**1.041.159**
Depósitos	11	23.901	288.729
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	53.897	32.468
Obrigações por empréstimos e repasses	14	580.884	718.440
Obrigações fiscais diferidas	15b) e 21d)	2.449	1.522
Provisão para contingências	23	**2.125**	**1.982**
Patrimônio líquido		**506.467**	**469.542**
Capital social		464.225	464.225
De domiciliados no exterior	16.a	464.225	464.225
Outros resultados abrangentes	16.d	2.994	1.861
Reserva de lucros	16.b	39.248	3.456
Total do Passivo		**3.721.374**	**4.165.409**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital realizado	Reservas de lucro: Reserva legal	Reservas de lucro: Reserva lucro	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**464.225**	**–**	**–**	**(13.558)**	**(20.775)**	**429.892**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	–	–	–	15.419	–	15.419
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	24.231	24.231
Destinações:						
Reserva Legal	–	173	–	–	(173)	–
Reserva de Retenção de Lucros	–	–	3.283	–	(3.283)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**464.225**	**173**	**3.283**	**1.861**	**–**	**469.542**
Mutações do Exercício	–	173	3.283	15.419	20.775	39.650
Saldo em 30 de junho de 2023	**464.225**	**1.184**	**22.486**	**3.652**	**–**	**491.547**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	–	–	–	(658)	–	(658)
Lucro Líquido do Semestre	–	–	–	–	15.578	15.578
Destinações:						
Reserva Legal	–	779	–	–	(779)	–
Reserva de Retenção de Lucros	–	–	14.799	–	(14.799)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**464.225**	**1.963**	**37.285**	**2.994**	**–**	**506.467**
Mutações do Semestre	–	779	14.799	(658)	–	14.920
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**464.225**	**173**	**3.283**	**1.861**	**–**	**469.542**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	–	–	–	1.133	–	1.133
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	35.792	35.792
Destinações:						
Reserva Legal	–	1.790	–	–	(1.790)	–
Reserva de Retenção de Lucros	–	–	34.002	–	(34.002)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**464.225**	**1.963**	**37.285**	**2.994**	**–**	**506.467**
Mutações do Exercício	–	1.790	34.002	1.133	–	36.925

Demonstrações dos Resultados

		2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Receita de Intermediação Financeira		**217.497**	**318.767**	**333.022**
Operação de crédito	7(i)	62.604	94.526	185.480
Resultado de aplicações e títulos e valores mobiliários	6.a(ii)	113.358	219.888	103.306
Resultado de câmbio	8	41.535	4.353	44.236
Despesa de Intermediação Financeira		**(160.939)**	**(203.075)**	**(242.477)**
Captações no Mercado	11	(118.416)	(244.372)	(180.813)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	(45.953)	(61.822)	(34.049)
Variação Cambial de Empréstimos e Repasses	14	4.737	113.794	(26.445)
Reversão (provisão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7 (iv)	(1.307)	(10.675)	(1.170)
Resultado de Intermediação Financeira		**56.558**	**115.692**	**90.545**
Outras Receitas/Despesas Operacionais		**(25.215)**	**(46.727)**	**(42.949)**
Receita de Prestação de Serviços		259	717	909
Despesas de Pessoal	18	(16.313)	(30.637)	(27.110)
Outras despesas Administrativas	17	(8.651)	(16.242)	(14.649)
Despesas tributárias	19	(3.072)	(6.679)	(4.629)
Outras Receitas Operacionais	20	3.119	7.198	4.033
Outras despesas Operacionais	17	(557)	(1.084)	(1.503)
Resultado Operacional		**31.343**	**68.965**	**47.596**
Resultado não operacional		**2**	**6**	**10**
Resultado antes da Tributação e da Participação nos Lucros e Resultados		**31.345**	**68.971**	**47.606**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**(13.844)**	**(31.244)**	**(21.524)**
Provisão para Imposto de Renda	21.b	(6.064)	(14.160)	(8.706)
Provisão para Contribuição Social	21.b	(4.958)	(11.466)	(7.276)
Impostos Diferidos	21.c	(2.822)	(5.618)	(5.542)
Participação nos Lucros e Resultados		**(1.923)**	**(1.935)**	**(1.851)**
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		**15.578**	**35.792**	**24.231**
Quantidade de ações	16.a	**464.225**	**464.225**	**464.225**
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R$)		**0,034**	**0,077**	**0,052**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do Semestre/Exercício	**15.578**	**35.792**	**24.231**
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Outros Resultados abrangentes			
- Ajuste a valor de mercado	**(1.197)**	2.060	28.034
(–) Efeitos Tributários	**539**	(927)	(12.615)
Outros resultados abrangentes			
- Líquido dos Efeitos tributários	**(658)**	**1.133**	**15.419**
Total de outros resultados abrangentes	**14.920**	**36.925**	**39.650**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

		2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Lucro líquido ajustado		62.162	50.638	85.947
Lucro líquido do Semestre/Exercício		**15.578**	**35.792**	**24.231**
Ajuste ao lucro líquido		46.584	14.846	61.716
Constituição (reversão) de provisão para créditos e liquidação duvidosa	7.iv	1.307	10.675	1.170
Constituição (reversão) de Ativo fiscal diferido	21.c	2.822	5.618	5.542
Constituição (reversão) de Provisão para Contingencias	23	176	143	(23)
Depreciação e amortização	10	290	235	667
Provisão para perdas - garantias e fianças		31	84	447
Variação cambial e juros provisionados sobre empréstimos e não pago	14	41.217	(51.972)	60.494
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		757	50.064	(6.638)
(Ganho)/Perda não realizado de TVM e Derivativos		(16)	(1)	57
Variação de ativos e obrigações		**(53.644)**	**611.069**	**359.292**
(Aumento) redução em disponibilidade moeda estrangeira		(38.456)	(38.456)	–
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(105.715)	(105.715)	–
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)		231.928	483.076	24.372
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e relações		(398)	(1.285)	620
(Aumento) redução em operações de crédito		212.461	188.172	(501.910)
(Aumento) redução em operações de câmbio		285.422	517.749	(391.426)
(Aumento) redução em ativos fiscais corrente		(3.170)	(3.051)	1.039
(Aumento) redução em outros créditos e outros valores e bens		311	721	(1.461)
Aumento (redução) em depósitos		(549.469)	(347.725)	445.865
Aumento (redução) em Recursos de Aceites Cambiais		(39.994)	48.855	(95.429)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos		(66.898)	79.586	603.662
Aumento (redução) em operações de câmbio		(41.547)	(253.360)	255.462
Aumento (redução) em outras obrigações		65.937	61.525	34.667
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.056)	(19.023)	(13.332)
Aumento (redução) em resultado de exercícios futuros		–	–	(2.837)
Caixa líquido originado/(aplicado) em atividades operacionais		**8.518**	**661.707**	**445.239**
Caixa líquido originado/(aplicado) em atividades de investimentos		**(153)**	**134**	**(730)**
Aplicação no imobilizado de uso e intangível	10	(189)	(291)	(937)
Baixa do Ativo Intangível	10	36	425	207
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**8.365**	**661.841**	**444.509**
Caixa e equivalentes de caixa no início do Semestre/Exercício	4.a	1.220.499	616.330	165.183
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		(757)	(50.064)	6.638
Caixa e equivalentes de caixa no final do Semestre/Exercício	4.a	1.228.107	1.228.107	616.330
Variações nos Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa		**8.365**	**661.841**	**444.509**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 do Banco da China Brasil S.A. *(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado)*

1. Contexto operacional: O Banco da China Brasil S.A. ("Banco") é uma subsidiária integral do Bank of China Limited, com sede em São Paulo - SP; na forma de sociedade anônima de capital fechado, e está localizada na Av. Paulista nº 901, na cidade de São Paulo - SP, Brasil. O Banco obteve manifestação favorável da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (BACEN) em 10 de novembro de 2008, cujo ato foi publicado no Diário Oficial da União em 20 de fevereiro de 2009. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo, com a carteira comercial de investimentos e operações no mercado de câmbio, de acordo com as disposições legais e normas o BACEN. Atualmente, as operações do Banco são voltadas para operações de câmbio, empréstimos de capital de giro e financiamento à exportação. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O CMN, através da Resolução nº 4.924 de 24 de junho de 2021, aprovou o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologado pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: - CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.924/2021; - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 4.924/2021; - CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/2016 e Resolução CMN nº 4.817/2020; - CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 4.720/2019 e Resolução CMN nº 4.818/2020; - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.636/2018 e Resolução nº 4.818/2020; - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.924/2021; - CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 4.818/2020; - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009 e IN BCB 319/ 2022; - CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/2016; - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/2015; - CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução BCB nº 4.877/2020; - CPC 46 - Mensuração do valor justo - Resolução CMN nº 4.924/2021; - CPC 47 - Receita de contrato com cliente - Resolução CMN nº 4.924/2021. Adicionalmente, as alterações advindas da Resolução BCB nº 02/20 e da Resolução CMN nº 4.818/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram resultados não recorrentes (Nota 26). As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) que entrarão em vigor em períodos futuros. Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, complementadas pela Resolução CMN nº 5.100 e a Resolução BCB nº 352, que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2025 que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. O Banco da China Brasil S.A. de acordo com o artigo 76, Resolução CMN nº 4.966 estruturou um plano para a implementação, aprovado internamente pela diretoria, com as ações necessárias e detalhadas para a adoção da norma a partir de 1° de janeiro de 2025. O Banco vem avaliando aplicação das referidas normas e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento dos créditos decorrentes das atividades das Instituições Financeiras. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2025. O Banco da China está avaliando os impactos e as alterações necessárias para atendimento desta norma. Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 com atualizações trazidas pela Resolução nº 5.101/2023 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1° de janeiro de 2025. O Banco da China Brasil S.A. iniciou as avaliações de impacto e alterações que serão devidos para adequação aos requerimentos da resolução. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeiras desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. A autorização para a emissão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 26 de março de 2024. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "*pro rata*" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) Caixa e equivalente de caixa: São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de Disponibilidades, bem como Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, classificados na carteira livre, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo, bem como possuem prazo total de aplicação de até 90 dias. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. d) Títulos e valores mobiliários (T.V.M.): Os títulos e valores mobiliários são classificados pela Administração de acordo com a intenção de negociação independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, conforme definido pela Circular BACEN nº: 3.068, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: i) *Títulos para negociação* - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor justo são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria estão sendo apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento; ii) *Títulos disponíveis para venda* - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. O valor justo utilizado para ajuste dos títulos públicos de renda fixa foi apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). O valor justo utilizado para o ajuste do título de renda variável é apurado com base nas cotações divulgadas pela B3. e) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são avaliados pelo seu valor justo, as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. A metodologia de valorização a valor justo dos instrumentos financeiros é estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O Banco não possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022, operações com instrumentos financeiros classificados como derivativos e/ou Hedge contábil. f) Operações de crédito, adiantamento sobre contratos de câmbio e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela regulamentação vigente. g) Imobilizado de uso: O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, equipamentos e instalações e 20% para sistemas de comunicação, processamento de dados, segurança e transportes. Além da depreciação, os valores são submetidos a revisões no mínimo anuais de testes de *impairment* conforme descrito na Nota 3.i). h) Ativo intangível: Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (de acordo com a vigência dos respectivos contratos), a partir da data da sua disponibilidade de uso. i) Valor recuperável de ativos não financeiros *(impairment)*: Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. j) Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. k) Depósitos e obrigações por empréstimos e repasses: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. l) Ativos e passivos fiscais (Imposto de renda e contribuição social - Corrente e Diferido): As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 no exercício (R$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20% conforme artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019, a partir de março/2020. A Lei nº 14.446/2022 (conversão da Medida Provisória (MP) nº 1.115/2022) publicada em 5 de setembro de 2022 que dispõe sobre a majoração da alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aumenta em um ponto percentual a alíquota da CSL, de 20% para 21% durante o período de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022. Os efeitos foram contemplados nas provisões dos ativos fiscais diferidos e foram compensados nas bases até 31 de dezembro de 2022. Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre as adições, exclusões ou diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os ativos fiscais diferidos são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários e está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico. A Lei nº 14.467/2022 alterará o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. m) Ativos e passivos contingentes: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo CPC, obedecendo aos seguintes critérios: i) *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. ii) *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas avaliadas pelos assessores jurídicos com prognóstico de perda possível são divulgadas nas notas explicativas. iii) *Obrigações legais: até 2022* estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. A partir de 1º de janeiro de 2023, com a entrada em vigor da Instrução Normativa nº 319/2022 que revoga a carta circular do BACEN nº 3.429/2010, o reconhecimento contábil da provisão é aplicável caso seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação, devendo a avaliação dessa probabilidade ser efetuada pela própria instituição sujeita a honrar a obrigação no futuro. iv) *Depósitos judiciais:* são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para riscos, em atendimento as normas do BACEN. n) *Lucro (prejuízo) por ação:* i) Resultado básico por ação - O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período. ii) Resultado diluído por ação - Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados em apenas uma linha na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro líquido básico e diluído por ação". o) Avais e fianças - Provisão para garantias financeiras prestadas. O Banco classifica sua os clientes de Operações de garantias e fianças por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Banco. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

a) Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	20	15
Reservas livres	439	85
Disponibilidades em moeda estrangeira	117.155	28.167
Disponibilidades	**117.614**	**28.267**
Aplicações em operações compromissadas (Nota 5)	**801.761**	**435.179**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5 b))	**211.872**	**100.596**
Aplicações em moeda estrangeira (Nota 22 e 5 (c))	**96.860**	**52.288**
Caixa e equivalentes de caixa	**1.228.107**	**616.330**

b) Disponibilidades em moedas estrangeiras (Nota 22):	31/12/2023	31/12/2022
Bank of China - New York Branch	63.121	8.907
Bank of China - Frankfurt Branch	493	534
Bank of China - Shanghai	25.706	171
Bank of China - Hong Kong	1.774	4
Bank of América, N.A. New York	26.060	18.551
Total	**117.155**	**28.167**

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

a) Aplicações em operações compromissadas:

	Faixa de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Posição bancada			
- com livre movimentação	Até 30 dias	801.761	435.179
Total		801.761	435.179

	31/12/2023	31/12/2022
China Construction Bank (CCB-Brasil)	301.657	434.184
Banco Santander (Brasil) S.A.	500.104	–
Banco BTG Pactual S.A.	–	995
Total	**801.761**	**435.179**

As aplicações em operações compromissadas apresentam uma taxa média de 11,65% ao ano (2022 - 13,65% ao ano). **b) Aplicações em depósitos interfinanceiros:**

	Faixa de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Interfinanceiros	Até 90 dias	211.872	100.596
CDIR - Não Ligadas	Acima de 90 dias	105.715	–
Total		317.587	100.596

As aplicações de depósitos interfinanceiros realizadas com Não ligadas apresentam taxa de 102% do CDI (2022 - 103% do CDI). As aplicações financeiras em depósitos interfinanceiros vinculados ao crédito rural (CDIR) realizadas a partir de 2022 para cumprimento das exigibilidades do direcionamento das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) de acordo com o Manual de Crédito Rural (MCR) Capítulo 6 e cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$105.715 (2022 - R$ -) apresentando taxa de 100% do CDI . **c) Aplicações em moeda estrangeira:** Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações em moeda estrangeira foram realizadas no montante de R$ 135.316 (2022 - R$ 52.288) com partes relacionadas (Nota 22):

	Faixa de Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Bank of China (Panama Branch)	Até 90 dias	–	52.288
Bank of China (Uk) London	Até 90 dias	96.860	–
Bank of China (Cayman Branch)	Acima de 90 dias	38.456	–
		135.316	**52.288**

6. Títulos e valores mobiliários: Apresentada por tipo de papel, prazo de vencimento e classificação da carteira. Os títulos e valores mobiliários estão ajustados aos respectivos valores justos. **a) Títulos e valores mobiliários:** i) *Títulos para Negociação:* O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

31/12/2023

Carteira própria	Quantidade	Faixa de vencimento	Valor de Aquisição	Valor justo	Ajuste ao valor justo
Ações de Cia Aberta - Viver Incorporadora e Construtora S.A.	7.598	Sem Vencimento	1.504	39	(1.465)
Total	**7.598**		**1.504**	**39**	**(1.465)**

31/12/2022

Carteira própria	Quantidade	Faixa de vencimento	Valor de Aquisição	Valor justo	Ajuste ao valor justo
Ações de Cia Aberta - Viver Incorporadora e Construtora S.A.	7.598	Sem Vencimento	1.504	39	(1.466)
Total	**7.598**		**1.504**	**39**	**(1.466)**

As ações estão custodiadas junto ao Banco Bradesco S.A. ii) *Títulos disponíveis para venda:* O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda estavam assim apresentados:

31/12/2023

Carteira própria	Quantidade	Faixa de vencimento	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado
Livres					
LTN	217.368	Até 1 ano	197.144	201.975	4.831
LFT	15.000	Acima de 1 ano	214.081	213.968	(113)
Total - Livres	**232.368**		**411.225**	**415.943**	**4.718**
Vinculados a prestação de garantias					
LTN	32.632	Até 1 ano	29.596	30.321	725
Total - Vinculados	**32.632**		**29.596**	**30.321**	**725**
Total	**265.000**		**440.821**	**446.264**	**5.443**

31/12/2022

Carteira própria	Quantidade	Faixa de vencimento	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado
Livres					
LFT	34.137	Até 1 ano	430.726	430.892	166
NTN-F	279.000	Até 1 ano	292.571	292.464	(107)
LTN	199.271	Acima de 1 ano	158.758	161.407	2.649
Total - Livres	**512.408**		**882.055**	**884.763**	**2.708**
Vinculados a prestação de garantias					
LFT	113	Até 1 ano	1.425	1.426	1
LTN	50.729	Acima de 1 ano	40.416	41.090	674
Total - Vinculados	**50.842**		**41.841**	**42.516**	**675**
Total	**563.250**		**923.896**	**927.279**	**3.383**

Em 31 de dezembro de 2023, o ajuste a valor justo positivo de R$ 5.443 (31 de dezembro de 2022 - R$ 3.383), deduzidos dos efeitos fiscais de R$ 2.449 (31 de dezembro de 2022 - R$ 1.522) totalizando R$ 2.994 (31 de dezembro de 2022 - R$ 1.861) está registrado na rubrica ''Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custodia (SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Banco apurou uma receita com Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) e Títulos e Valores Mobiliários no montante de R$ 219.888 (2º Semestre de 2023 - R$ 113.358) (31 de dezembro de 2022 - R$ 103.306). A composição da carteira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 consideram os níveis hierárquicos de mensuração do valor justo e são demonstrados a seguir:

	31/12/2023 Nível 1	Total
Títulos para negociação	39	39
Títulos disponíveis para venda	446.264	446.264
Total - 31/12/2023	**446.303**	**446.303**
Total - 31/12/2022	**927.318**	**927.318**

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. **b) Gestão de risco:** A estrutura de gestão de riscos do Banco é baseada nos comitês de crédito, mercado, liquidez e operacional, que desenvolvem ações técnico-operacionais preventivas em reuniões periódicas para uma administração eficaz dos riscos. O objetivo é identificar fatores de risco e subsidiar as decisões da Administração para mitigar os riscos e limitar os impactos sobre os negócios da instituição sem prejuízo da eficiência. **Gerenciamento dos riscos:** Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros decorrentes dos negócios do Banco são: risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional definidos abaixo: **a)** ***Risco de crédito:*** É a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento da sua parte na operação. O Banco adota políticas conservadoras como principal diretriz na concessão de crédito. Todas as propostas submetidas têm seu risco avaliado conforme procedimentos internos determinados para os diferentes segmentos. As operações de crédito corporativo têm sua avaliação focada na capacidade de geração de caixa das empresas e nos fatores de risco associados à operação. O Banco leva também em conta o nível de relacionamento e o histórico das operações com o grupo controlador. O Banco exige garantias reais na maioria das operações de modo a mitigar os riscos de crédito, pois entende que fatores externos tais como mudanças repentinas nos mercados ou no ambiente regulatório podem afetar os seus negócios de forma negativa. **b)** ***Risco de mercado e de liquidez:*** Está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. O Banco utiliza sistema de risco para administrar os riscos de mercado e liquidez. Com base em metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco é monitorado utilizando-se um conjunto de controles que inclui o conceito de valor em risco (VAR: VALUE AT RISK) e simulações através de Stress Test. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado com o objetivo de prover a solvência da instituição ao longo do tempo, identificando previamente concentrações de exposições e GAPS de prazo de liquidação. O sistema monitora diariamente o caixa mínimo que o Banco deve manter para evitar crises de liquidez. O sistema de risco é totalmente integrado aos sistemas de empréstimos, renda fixa e câmbio, gerando relatórios consistentes e com rapidez necessária para uma gestão eficiente dos riscos. É relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos em relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. **c)** ***Risco operacional:*** É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das suas atividades. O acompanhamento das atividades operacionais e seus riscos associados devem ser classificados conforme o nível crítico, estipulando o grau de acompanhamento a ser implantado e os planos de ação aos itens considerados essenciais às atividades. Os itens mais relevantes são avaliados em reuniões de Risco Operacional com medidas preventivas para mitigar os riscos inerentes.

7. Operações de crédito e adiantamentos sobre contratos de câmbio: Composição da carteira com característica de concessão de crédito:

i) Por tipo de operações e níveis de risco:

31/12/2023

Níveis de risco	AA	A	D	H	Total
Empréstimos e títulos descontados	–	273.303	20.104	14.773	308.180
Financiamentos	586.239	263.473	–	–	849.712
Financiamentos em Moeda Estrangeira	–	33.616	–	–	33.616
Aquisição de direitos creditórios	–	1.293	–	–	1.293
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	493.347	216.626	–	–	709.973
Operações com característica de concessão de crédito	1.079.586	788.311	20.104	14.773	1.902.774

31/12/2022

Níveis de risco	AA	A	B	D	Total
Empréstimos e títulos descontados	–	369.947	30.785	28.658	429.390
Financiamentos	474.099	477.484	–	–	951.583
Adiantamento sobre contrato de câmbio (Nota 8)	514.100	386.704	–	7.059	907.863
Operações com característica de concessão de crédito	**988.199**	**1.234.135**	**30.785**	**35.717**	**2.288.836**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Banco apresentou receitas com operações de crédito no montante de R$94.526 (2º Semestre de 2023 - R$ 62.604) (31 de dezembro de 2022 - R$185.480).

ii) Por faixas de vencimentos e níveis de risco:

31/12/2023

Níveis de risco	AA	A	D	H	Total
1) Operações em atraso	–	–	–	14.773	14.773
2) Operações em curso normal					
Até 90 dias	289.935	165.481	–	–	455.416
91 a 180 dias	203.413	6.173	–	–	209.586
181 a 360 dias	–	212.978	20.104	–	233.082
361 a 1.080 dias	–	403.679	–	–	403.679
Acima de 1.080	586.238	–	–	–	586.238
Total	1.079.586	788.311	20.104	–	1.888.001
Total 1+2	1.079.586	788.311	20.104	14.773	1.902.774
Provisão requerida	–	3.942	2.010	14.773	20.725

31/12/2022

Níveis de risco	AA	A	B	D	Total
Operações em curso normal					
Até 90 dias	398.036	215.771	–	–	613.807
91 a 180 dias	116.063	275.052	30.785	–	421.900
181 a 360 dias	–	99.141	–	7.060	106.201
361 a 1.080 dias	–	468.162	–	28.658	496.820
Acima de 1.080	474.099	176.009	–	–	650.108
Total	**988.198**	**1.234.135**	**30.785**	**35.718**	**2.288.836**
Provisão requerida	**–**	**6.170**	**308**	**3.572**	**10.050**

iii) Por setor de atividade:

	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Indústria, comércio e serviços				
Agronegócio	80.195	4,21%	270.391	11,81%
Serviços Hospitalares	86.513	4,55%	86.828	3,79%
Indústria de Alimentos	20.104	1,06%	322.334	14,08%
Indústria - Equipamentos de energia	21.030	1,11%	10.456	0,46%
Indústria - Combustíveis	111.211	5,84%	113.256	4,95%
Indústria - Informática	33.616	1,77%	–	0,00%
Indústria - Geração de Energia	80.568	4,23%	–	0,00%
Indústria - Fabricação de laminados de madeira	146.437	7,70%	–	0,00%
Distribuidora de energia	85.192	4,48%	85.269	3,73%
Comércio - Combustíveis	439.802	23,11%	474.099	20,71%
Comércio - Alimentos	67.471	3,55%	109.386	4,78%
Comércio - Tabaco	577.563	30,35%	633.784	27,69%
Comércio - Agronegócio	–	0,00%	30.943	1,35%
Comércio-Telefonia e Comunicações	1.293	0,07%	–	0,00%
Transporte - Logística	151.779	7,98%	152.090	6,64%
	1.902.774	**100%**	**2.288.836**	**100%**

iv) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Saldo em 31/12/2022	Constituição (Reversão)	Saldo em 31/12/2023
Total provisionado para operações de crédito	7.387	12.248	19.635
Total provisionado para outros créditos	2.663	(1.573)	1.090
Total	**10.050**	**10.675**	**20.725**

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ (Reversão)	Saldo em 31/12/2022
Total provisionado para operações de crédito	4.884	2.503	7.387
Total provisionado para outros créditos	3.996	(1.333)	2.663
Total	**8.880**	**1.170**	**10.050**

v) Operações ativas vinculadas: As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

	Até 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 360 dias	31/12/2023 Total	31/12/2022 Total
Operações Ativas Vinculadas					
Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC)	289.935	203.413	–	493.348	438.099
Financiamento Exportação (NCE) (*)	1.216	4.139	580.884	586.239	474.099
	291.151	207.552	580.884	1.079.587	912.198
Obrigações por Operações Vinculadas Ativas					
Obrigações por Empréstimos - Exportação até 360 dias	266.164	190.963	–	457.126	452.788
Obrigações por Empréstimos - Repasse	1.216	4.139	580.884	586.239	474.099
	267.380	195.102	580.884	1.043.365	926.887

(*) Sobre as operações de repasse com vinculação ao Financiamento à Exportação (NCE) serão recebidas comissões de repasse que até 31 de dezembro de 2023, perfazem o montante de R$ 426 (31 de dezembro de 2022 - R$ 356). vi) Créditos baixados para prejuízo, renegociados e recuperados: Em cumprimento ao estabelecido na Resolução nº 2682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, o Banco possui os seguintes montantes renegociados:

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos Renegociados	199.874	73.333

1. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Banco não efetuou baixas de créditos para prejuízo. 2. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram efetuadas recuperações de créditos baixados para prejuízo. 3. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as renegociações de crédito perfazem o montante de R$ 199.854 (Em 31 de dezembro de 2022 - R$ 73.333). As operações renegociadas são compostas substancialmente por renegociação de prazos e taxas. **8. Carteira de câmbio:**

a) Circulante:

	31/12/2023 Outros créditos	31/12/2023 Outras obrigações	31/12/2022 Outros créditos	31/12/2022 Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar	640.443	–	901.950	–
Câmbio vendido a liquidar	–	1.744	–	128.916
Direitos sobre vendas de câmbio	1.753	–	128.522	–
Obrigações por compras de câmbio	–	680.678	–	874.373
Adiantamentos recebidos	(1.522)	–	(1.377)	–
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 7)	–	(679.204)	–	(746.711)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 7)	30.769	–	29.669	–
Totais	**671.443**	**3.218**	**1.058.764**	**256.578**

b) Não Circulante:

	31/12/2023 Outros créditos	31/12/2023 Outras obrigações	31/12/2022 Outros créditos	31/12/2022 Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar	–	–	130.428	–
Obrigações por compras de câmbio	–	–	–	131.483
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 7)	–	–	–	(131.483)
Totais	**–**	**–**	**130.428**	**–**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco apurou resultado com câmbio de R$ 4.353 (2º Semestre de 2023 - R$ 41.535) (31 de dezembro de 2022 - R$ 44.236). **9. Outros ativos: a) Circulante:** A rubrica diversos contempla basicamente adiantamentos e antecipações salariais, Despesas antecipadas e rendas a receber.

	31/12/2023	31/12/2022
Relações interfinanceiras	3.157	1.872
Devedores p/depósitos em garantia	137	58
Despesas antecipadas	136	164
Rendas a receber	499	1.399
Adiantamentos e antecipações	122	57
Diversos	25	–
	4.076	**3.550**

b) Não circulante:	31/12/2023	31/12/2022
Devedores por depósitos em garantia	1.853	1.815
	1.853	**1.815**

10. Permanente:

	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Outros investimentos	**9**	**–**	**–**	**9**
Imobilizado de uso				
Instalações	**2.288**	–	–	**2.288**
Móveis e equipamentos de uso	**3.440**	156	–	**3.596**
Veículos	**825**	–	–	**825**
Subtotal	**6.553**	**156**	**–**	**6.709**
(–) Depreciação acumulada	**(4.740)**	(560)	–	**(5.300)**
Total	**1.813**	**(404)**	**–**	**1.409**
Intangível	**1.615**	135	(425)	**1.325**
(–) Amortização acumulada	**(1.072)**	(100)	425	**(747)**
	543	**35**	**–**	**578**
	2.356	**(369)**	**–**	**1.987**

31/12/2022

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Imobilizado de uso				
Instalações	2.288	–	–	2.288
Móveis e equipamentos de uso	3.167	273	–	3.440
Veículos	825	–	–	825
Subtotal	**6.280**	**273**	**–**	**6.553**
(–) Depreciação acumulada	(4.157)	(583)	–	(4.740)
Total	**2.123**	**(310)**	**–**	**1.813**
Intangível	1.158	664	(207)	1.615
(–) Amortização acumulada	(988)	(291)	207	(1.072)
	170	**373**	**–**	**543**
	2.293	**63**	**–**	**2.356**

11. Depósitos à vista, interfinanceiro e a prazo: Os vencimentos estão assim distribuídos:

31/12/2023

Depósitos	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósito à vista - não ligadas	185.877	–	–	–	–	185.877
Depósitos interfinanceiros (ii)	–	17.219	–	–	107	17.326
Depósito em moeda estrangeira - não ligada	1.179	–	–	–	–	1.179
Depósito a prazo - não ligadas (i)	–	362.394	564.331	302.025	23.794	1.252.544
Total	**187.056**	**379.613**	**564.331**	**302.025**	**23.901**	**1.456.926**

31/12/2022

Depósitos	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósito à vista - não ligadas	279.627	–	–	–	–	279.626
Depósitos interfinanceiros (ii)	26.484	–	–	–	–	26.484
Depósito em moeda estrangeira - não ligada	1.648	–	–	–	–	1.648
Depósito a prazo - não ligadas (i)	–	246.289	103.765	858.109	288.729	1.496.892
Total	**307.759**	**246.289**	**103.765**	**858.109**	**288.729**	**1.804.651**

(i) Os depósitos a prazo, em 31 de dezembro de 2023, foram captados a uma taxa média de 98,77% do CDI (2022 - 99,27% do CDI) para as captações Pós-fixadas e a uma taxa média de 8,22% a.a. (2022 - 8,14% a.a.) para as captações Prefixadas. (ii) Depósitos interfinanceiros, em 31 dezembro de 2023, foram captadas a uma taxa de 99,00% do CDI (2022 - 99% do CDI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco apurou despesas de captações no mercado de R$ 244.372 (2º Semestre de 2023 - R$ 118.416) (31 de dezembro de 2022 - R$ 180.813). **12. Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco efetuou captação de recursos juntos aos clientes através de LCA - Letras de Crédito do Agronegócio a uma taxa média de 93,01% do CDI (31 de dezembro de 2022 - 95,88% do CDI) para as captações Pós-fixadas de 8,29% a.a. (31 de dezembro de 2022 - 7,64% a.a.) para as operações Prefixadas e o lastro das LCA´s foram realizadas de acordo com o Manual de crédito rural (MCR), capitulo 6 (Nota 6) e cujos valores e vencimentos estão assim distribuídos:

31/12/2023

Depósitos	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio	27.794	40.328	56.483	53.897	178.502
Total	**27.794**	**40.328**	**56.483**	**53.897**	**178.502**

31/12/2022

Depósitos	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio	61.590	9.290	26.300	32.468	129.648
Total	**61.590**	**9.290**	**26.300**	**32.468**	**129.648**

13. Relações interdependências: Os recursos em trânsito de terceiros referem-se a ordem de pagamento em moeda estrangeira a liquidar no montante R$ 101.459 (31 de dezembro de 2022 - R$ 69.641). **14. Obrigações por empréstimos e repasses: a) Empréstimos:** São representados por recursos captados em bancos no exterior em dólar (US$) para financiamento à exportação/importação até 360 dias no montante de R$ 844.241 (31 de dezembro de 2022 - R$ 928.769) à taxa média de juros de 5,37% linear/ano (31 de dezembro de 2022 - 2,72% linear/ano):

31/12/2023

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Total
Exportações até 360 dias	456.484	330.271	786.755
Obrigações em ME - Clean Advance	23.870	–	23.870
Importação até 360 dias	28.196	5.420	33.616
	508.550	335.691	844.241

31/12/2022

Vencimento	Até 90 dias	Acima de 365 dias	Total
Exportações até 360 dias	679.868	248.901	928.769
	679.868	248.901	928.769

b) Obrigações por Repasses: São representados por recursos captados (repasse do exterior) em dólar (US$) para financiamento à operações de crédito vinculadas no montante de R$ 586.239 (2022 - R$ 474.099) à taxa de juros de 4,64% ao ano (31 de dezembro de 2022 - 3,8% ao ano).

31/12/2023

Vencimento	Até 90 dias	de 90 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Obrigações por Repasses	1.216	4.139	580.884	586.239

31/12/2022

Vencimento	Até 90 dias	Acima de 365 dias	Total
Obrigações por Repasses	4.560	469.539	474.099

Os recursos de Empréstimos e Repasses no montante de R$ 1.454.350 (31 de dezembro de 2022 - R$1.328.537) foram captados junto às instituições financeiras do Grupo (Nota 22). **c) Movimentação:** A movimentação dos Empréstimos e Repasses no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão descritos a seguir:

31/12/2023

	31/12/2022	Adições/ Baixas	Juros	Variação Cambial	31/12/2023
Obrigações por empréstimos e repasses	928.768	(49.414)	39.038	(74.151)	844.241
Obrigações por repasses do exterior	474.099	128.999	22.784	(39.643)	586.239
	1.402.867	79.585	61.822	(113.794)	1.430.480

31/12/2022

	31/12/2021	Adições/ Baixas	Juros	Variação Cambial	31/12/2022
Obrigações por empréstimos e repasses	738.711	186.428	20.375	(16.746)	928.768
Obrigações por repasses do exterior	–	417.234	13.674	43.191	474.099
	738.711	603.662	34.049	26.445	1.402.867

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco apresentou encargos (juros) sobre as obrigações por empréstimos e repasses no montante de R$ 61.822 (31 de dezembro de 2022 - R$ 34.049). O efeito da variação cambial sobre os empréstimos e repasses foi positiva (receita) de R$ 113.794 (31 de dezembro de 2022 negativa (despesa) de R$ 26.445), resultando no montante de receita total de R$ 51.972 (31 de dezembro de 2022 despesa de R$ 60.494) aos quais estão sendo apresentadas na Demonstração do Resultado (Resultado de Intermediação Financeira). **15. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias e diversas: a)** Obrigações Fiscais (Corrente e Diferidos) e previdenciárias:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de imposto renda sobre lucro	14.161	8.705
Provisão de contribuição social sobre lucro	11.466	7.276
Impostos e Contribuições sobre salários	1.037	1.041
Outros impostos e contribuições a recolher	1.085	2.755
Total	**27.749**	**19.777**

Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240 mil e de 15% para contribuição social para as empresas financeiras. A alíquota da contribuição social, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. A Lei nº 14.446/2022 (conversão da Medida Provisória (MP) nº1115/2022) publicada em 5 de setembro de 2022 que dispõe sobre a majoração da alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aumenta em um ponto percentual a alíquota da CSL, de 20% para 21% durante o período de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022. Os efeitos foram contemplados nas provisões dos ativos fiscais diferidos e foram compensados das bases até 31 de dezembro de 2022.

b) Tributos diferidos:	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações fiscais diferidas (Nota 21 d)	2.449	1.522

c) Diversas:	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de despesas de pessoal	5.906	4.090
Despesas administrativas	1.029	1.018
Cobrança e arrecadação de tributos e assem.	297	91
Credores diversos no país	2.969	2.332
Provisão para participação nos lucros	1.241	1.198
Provisão para garantias financeira	557	473
	11.999	**9.202**

16. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social do Banco é de R$ 464.225 (31 de dezembro de 2022 - R$ 464.225) divididos em 464.225.000 (31 de dezembro de 2022 - 464.225.000) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$1,00. b) Reserva legal: Constituído pelo percentual de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Dividendos: Os acionistas terão direito a dividendos obrigatórios, correspondente de 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. A Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de um dividendo inferior ao dividendo obrigatório ou reter a totalidade do lucro líquido. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a proposta da administração, alinhada com os acionistas foi de não realizar a destinação de dividendos sobre o resultado do exercício findo em 31 dezembro de 2023. d) Outros resultados abrangentes: O ajuste a valor justo dos títulos Disponíveis para venda de R$ 5.443 (31 de dezembro de 2022 - R$3.383), deduzidos dos efeitos fiscais de R$ 2.449 (31 de dezembro de 2022 - R$ 1.522), totalizando R$ 2.994 (31 de dezembro de 2022 - R$ 1.861) está registrado na rubrica "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

17. Composição de outras despesas administrativas e outras despesas operacionais:

Descrição	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de água, energia e gás	(60)	(121)	(124)
Despesa de aluguéis	(1.866)	(3.731)	(3.521)
Despesa de comunicações	(193)	(394)	(389)
Despesa de contribuições filantrópicas	–	(4)	(4)
Despesa de manutenção e conservação de bens	(360)	(583)	(390)
Despesas de material	(45)	(65)	(88)
Despesa de processamento de dados	(2.533)	(4.429)	(4.189)
Despesa de promoções e relações públicas	(193)	(268)	(53)
Despesa de publicações	–	(15)	(14)
Despesa de seguros	(114)	(231)	(224)
Despesa de serviços do sistema financeiro	(365)	(738)	(609)
Despesa de serviços de terceiros	(200)	(394)	(405)
Despesa de serviços de vigilância/segurança	(3)	(7)	(7)
Despesa de serviços técnicos especializados	(827)	(1.854)	(2.152)
Despesa de transporte	(75)	(124)	(79)
Despesa de viagens ao exterior	(387)	(667)	(125)
Despesa de viagens no país	(119)	(204)	(86)
Despesas indedutíveis	(1.031)	(1.973)	(1.762)
Outras despesas administrativas	(280)	(440)	(428)
	(8.651)	**(16.242)**	**(14.649)**

Descrição	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de amortização	(47)	(100)	(291)
Despesa de depreciação	(280)	(560)	(583)
Outras despesas operacionais	(230)	(424)	(629)
	(557)	**(1.084)**	**(1.503)**

18. Despesas de pessoal:

Descrição	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Proventos	(11.246)	(20.866)	(18.592)
Encargos sociais	(2.587)	(5.340)	(4.976)
Benefícios	(2.445)	(4.381)	(3.475)
Outras	(35)	(50)	(67)
	(16.313)	**(30.637)**	**(27.110)**

19. Despesas tributárias:

Descrição	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre serviços - ISS	(285)	(881)	(730)
Contribuição ao COFINS	(2.384)	(4.912)	(3.278)
Contribuição ao PIS/PASEP	(387)	(798)	(533)
Outros impostos e taxas Federais/ Estaduais e Municipais	(16)	(88)	(88)
	(3.072)	**(6.679)**	**(4.629)**

20. Outras receitas operacionais:

Descrição	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de aplicações no exterior	543	1.926	507
Rendas de garantias prestadas	1.335	2.505	1.713
Comissão de repasse - NCE	1.064	1.857	1.076
Outras rendas operacionais	177	910	737
	3.119	**7.198**	**4.033**

21. Ativos e Passivos fiscais (Imposto de renda e contribuição social) - Corrente e Diferido: a) Ativo fiscal corrente: Refere-se a Impostos e contribuições antecipados a compensar cujo montante em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 8.445 (31 de dezembro de 2022 - R$ 5.394).

continua ★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 do Banco da China Brasil S.A. *(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado)*

b) Obrigação fiscal corrente: Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**68.971**	**68.971**	**47.606**	**47.606**
Participações no lucro	(1.935)	(1.935)	(1.851)	(1.851)
Resultado antes da tributação	**67.036**	**67.036**	**45.755**	**45.755**
Diferenças temporárias	**13.168**	**12.638**	**3.414**	**3.084**
Provisão para créditos e liquidação duvidosa	10.675	10.675	1.171	1.171
Provisão (Pagamento) de Bônus Diretoria e Colaboradores	2.267	1.737	1.765	1.435
Ganho (Perda) com títulos e valores mobiliários	(1)	(1)	56	56
Provisão (Reversão) para contingências tributária	135	135	78	78
Reversão - Provisão para Fiança e Garantias prestadas	84	84	446	446
Baixa (Provisão) Contingência trabalhista	8	8	(102)	(102)
Diferenças permanentes	**2.226**	**2.226**	**1.706**	**1.375**
Outras Adições - Despesas indedutíveis	2.226	2.226	1.706	1.375
Compensação de prejuízos fiscais	**(24.729)**	**(24.570)**	**(15.333)**	**(15.234)**
Prejuízos fiscais - exercícios anteriores	(24.729)	(24.570)	(15.333)	(15.234)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	**57.701**	**57.330**	**35.542**	**34.980**
Alíquotas de 15% para imposto de renda e adicional de 10%	(14.160)	–	(8.706)	–
Alíquota de 20% para contribuição social	–	(11.466)	–	(7.276)
Imposto de renda e contribuição social no período	**(14.160)**	**(11.466)**	**(8.706)**	**(7.276)**
Impostos correntes				
Imposto devido	(14.160)	(11.466)	(8.706)	(7.276)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(14.160)**	**(11.466)**	**(8.706)**	**(7.276)**

b.1) Obrigações fiscais correntes (Imposto de renda e contribuição social): Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240 mil e de 15% para contribuição social para as empresas financeiras. A alíquota da contribuição social foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. A Lei nº 14.446/2022 (conversão da Medida Provisória (MP) nº 1.115/2022) publicada em 5 de setembro de 2022 que dispõe sobre a majoração da alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aumenta em um ponto percentual a alíquota da CSL, de 20% para 21% durante o período de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022. Os efeitos foram contemplados nas provisões dos ativos fiscais diferidos e foram compensados das bases até 31 de dezembro de 2022. **c) Ativo fiscal diferido:** Os créditos tributários são compostos dos seguintes saldos:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.326	4.523
Provisão para passivos contingentes	957	891
Provisão para bônus de colaboradores/diretoria	1.372	800
Provisão para garantia prestada	251	213
Perdas sobre ações - Viver	659	659
Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa (CSLL)	30.339	41.436
	42.904	**48.522**

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº4.842/20. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa e perdas de créditos. O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 33.504 (2022 - R$ 35.002), tendo sido utilizadas as taxas SELIC apuradas para os respectivos períodos. As projeções de lucros tributáveis futuros, baseadas nas suas projeções de resultados/planos de negócios, incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras entre outros e considera que deverá auferir resultados, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. As estimativas citadas podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Em 31 de dezembro de 2023 não há créditos tributários não reconhecidos. A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Ano de realização	Diferenças temporárias	%	Prejuízo fiscal, Base negativa	%	Total
2024	3.117	25%	8.864	29%	11.981
2025	651	5%	8.424	28%	9.075
2026	7.315	58%	8.873	29%	16.188
2027	–	0%	4.178	14%	4.178
Após 2027 (Acima de 5 anos)	1.482	12%	–	0%	1.482
Total	**12.565**	100%	**30.339**	100%	**42.904**
Valor presente (i)	8.333		25.171		33.504

(i) para ajuste do valor presente foi utilizada a taxa SELIC. A movimentação dos créditos tributários está descrito a seguir:

	31/12/2022	Constituições	Baixas (Reversões)	31/12/2023
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.523	9.284	(4.481)	9.326
Provisão para passivos contingentes	891	112	(46)	957
Provisão para bônus de colaboradores/diretoria	800	1.798	(1.226)	1.372
Provisão para garantia prestada	213	80	(42)	251
Perdas sobre ações - Viver	659	10	(10)	659
Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa (CSLL)	41.436	–	(11.097)	30.339
	48.522	11.284	(16.902)	42.904

	31/12/2021	Constituições	Baixas (Reversões)	31/12/2022
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.996	4.020	(3.493)	4.523
Provisão para passivos contingentes	902	92	(103)	891
Provisão para bônus de colaboradores/diretoria	204	800	(204)	800
Provisão para garantia prestada	12	201	–	213
Perdas sobre ações - Viver	634	25	–	659
MTM - TVM - Disponível para venda	11.093	–	(11.093)	–
Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa (CSLL)	48.316		(6.880)	41.436
	65.157	5.138	(21.773)	48.522

d) Obrigações fiscais diferidas:

	31/12/2022	Constituições	Baixas (Reversões)	31/12/2023
MTM - TVM - Disponível para venda	1.522	2.256	(1.329)	2.449
	1.522	2.256	(1.329)	2.449

	31/12/2021	Constituições	Baixas (Reversões)	31/12/2022
MTM - TVM - Disponível para venda (Nota 6.a.II)	–	1.522	–	1.522
	–	1.522	–	1.522

22. Partes relacionadas: As operações com partes relacionadas decorrem de transações do Banco, com seu controlador Bank of China Limited e demais empresas ligadas e pessoal-chave da Administração. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

Descrição	Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Disponibilidades	Outras partes relacionadas		
Bank of China	New York Branch	63.121	8.907
Bank of China	Frankfurt Branch	493	534
Bank of China	Shanghai	25.706	171
Bank of China	Hong Kong	1.774	4
Total		**91.094**	**9.616**
Aplicação em moeda estrangeiras	Outras partes relacionadas		
Bank of China	Panama - Branch	–	52.288
Bank of China	Uk Limited London	96.860	–
Bank of China	Grand Cayman Branch	38.456	–
		135.316	**52.288**
Total Ativo		**226.410**	**61.904**

Descrição	Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Empréstimos no exterior	Outras partes relacionadas		
Bank of China	Benjing	329.629	401.650
Bank of China	New York	480.997	452.788
Bank of China	Hong Kong	23.869	–
Total		**834.495**	**854.438**
Importação até 360 dias	Outras partes relacionadas		
Bank of China	Shanghai Branch	10.705	–
Bank of China	Shenzen Branch	827	–
Bank of China	Zhangshou Branch	20.358	–
Bank of China	Shanghai Da Pu Road Sub	1.726	–
		33.616	–
Obrigações por repasses no Exterior	Outras partes relacionadas		
Bank of China	Panama Branch	**586.239**	**474.099**
Total Passivo		**1.454.350**	**1.328.537**

Descrição	Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Receitas			
Rendas de operações de câmbio	Outras partes relacionadas	11.304	15.667
Rendas de aplicação no exterior	Outras partes relacionadas	35.448	–
Receita de Empréstimo V.Cambial	Sociedade Ligadas	124.741	18.215
Total		**171.493**	**33.882**
Despesas			
Despesas de empréstimos	Outras partes relacionadas	(28.829)	(19.030)
Despesas de repasses	Outras partes relacionadas	(25.436)	(56.864)
	Sociedade Ligadas	–	–
Total		**(54.265)**	**(75.894)**

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária (AGO), é fixado o montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos próprios membros do Conselho e da Diretoria. O total da remuneração estabelecido através da AGO de 25 de abril de 2023 para o exercício de 2023 é de R$ 4.750 (2022 - R$ 4.000).

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a administradores		
Proventos	2.660	2.272
Bônus	432	270
Encargos sociais	696	571
	3.788	3.113

Outras informações: I - Conforme legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamento para: **a)** Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; **b)** Pessoa físicas ou jurídicas que participem do capital, com mais de 10%; e **c)** Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. **23. Provisão para Contingências:** Em 31 de dezembro de 2023, o Banco tem conhecimento de processos trabalhistas, relativos a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras em razão da interpretação do artigo 224 da CLT. Esses processos foram classificados pelos assessores jurídicos do Banco com probabilidade de perda provável, no montante de R$ 297 (31 de dezembro de 2022 - R$ 437). Além dos passivos contingentes classificados como perda provável, o Banco não possui processos trabalhistas classificados como perda possível em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os processos são geridos individualmente e a provisão constituída por processo, quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco tem conhecimento de processo administrativo junto a Prefeitura da Cidade de São Paulo, relativo ao ISS sobre serviço de intermediação prestado pelo Banco para pessoa jurídica domiciliada no exterior. Esse processo foi classificado pelos assessores jurídicos do Banco com probabilidade de perda possível, no montante de R$ 1.828 (31 de dezembro de 2022 - R$ 1.692), registrado em Provisão para contingências, conforme definido pela Administração. O Banco não possui outros processos judiciais tributários avaliados como perda possível em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco não possuía conhecimento sobre ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível. **24. Avais e fianças:** Em 28 de julho de 2016, o CMN emitiu a Resolução nº 4.512/2016 cujos procedimentos contábeis estabelecidos por esta resolução foram aplicados pelo Banco a partir de 1º de janeiro de 2017. O Banco possui dentro da sua carteira de produtos oferecidos aos seus clientes Operações de Garantias e Fianças e com objetivo de adotar procedimentos de prudência em relação às possíveis perdas. O Banco passou a constituir contabilmente, com base na Resolução 2.682, provisão para perda no montante de R$ 557 (31 de dezembro de 2022 - R$ 473), que está registrado no grupo Diversos - Outras Obrigações (Nota 15.c). Esta provisão visa reconhecer o risco de crédito de toda a carteira inclusive daqueles produtos registrados em contas de compensação, ou seja, produtos que representam compromissos assumidos, mas não desembolsados. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco possuía responsabilidade por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros no montante de R$ 366.029 (31 de dezembro de 2022 - R$ 295.309), cujos valores e vencimentos estão assim distribuídos:

	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Avais, garantias e fianças concedidas - 31/12/2023	61.121	20.743	80.147	204.018	366.029
Avais, garantias e fianças concedidas - 31/12/2022	14.830	32.108	61.983	186.388	295.309

25. Acordo da Basileia: As instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de zero a 100% conforme Resolução nº 4.958/2021 do CMN e legislações complementares. Em 31 de dezembro de 2023 o índice do Banco da China Brasil S.A. é de 31,70% (Dezembro/2023 - 21,06%) como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência Nível I	**475.550**	**427.563**
- Capital Principal	475.550	427.563
Patrimônio de Referência	**475.550**	**427.563**
Risco de Crédito	1.300.396	1.819.287
Risco de Mercado	24.916	81.601
Risco Operacional	174.732	129.148
Ativos ponderados pelo Risco - RWA	**1.500.044**	**2.030.036**
Índice de Basileia	31,70	21,06
Capital - Nível I	31,70	21,06

26. Resultados não recorrentes: Para a classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, o BOC Brasil considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas e passivas e demais gastos relacionados a manutenção das atividades da instituição. Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não ocorreram resultados não recorrentes de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020. **27. Outros assuntos:** O Bank of China Limited (Beijing), controlador do Banco da China Brasil S.A. adquiriu participação no China Construction Bank do Brasil (CCB Brasil). O processo já foi aprovado pelos órgãos reguladores da China e ainda necessita da aprovação final pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Em 31 de dezembro de 2023 o Banco da China Brasil S.A., permanece independente e autônomo na condução de sua governança, operações, atividades, negócios, ou seja, não é impactado pela aquisição do CCB Brasil pelo Bank of China (Beijing).

Diretoria

Zhang Guanghua - Diretor-Presidente
Deming Li - Diretor
Xu Lei - Vice-Presidente
Auro Seigui Uehara - Contador - CRC-1SP162.120/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco da China Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banco da China Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador - CRC 1SP235228/O-5

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

CNPJ: n.º 06.047.087/0001-39 - NIRE 35.300.318.099 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Na forma da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e do seu Estatuto Social, a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or" ou "Companhia") convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 11 horas, de forma exclusivamente virtual, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings*, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: I.** As contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração e dos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria; **II.** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **III.** a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos; **IV.** a eleição dos membros do Conselho de Administração para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos e a nomeação de seus respectivos Presidente e Vice-Presidente; **V.** a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2024; **VI.** a instalação do Conselho Fiscal e a eleição de seus membros; e **VII.** a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal para o novo mandato, se instalado. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária**: **I.** a alteração do art. 3º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação, nos termos da Proposta da Administração. **Informações Gerais:** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, foram publicados no Jornal Diário Comercial, na edição de 28 de março de 2024, e se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, em seu endereço eletrônico (http://ri.rededorsaoluiz.com.br) e nos endereços eletrônicos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm). Também se encontram disponíveis nestes endereços eletrônicos os documentos exigidos nos termos da Resolução CVM nº 81/22 a respeito das matérias que serão deliberadas na AGOE, inclusive a Proposta da Administração e Manual de Participação de Acionistas ("Proposta da Administração" ou "Manual"). O acionista poderá participar da AGOE **(i)** virtualmente, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings*, conforme as instruções descritas a seguir e detalhadas no Manual; ou **(ii)** por meio de boletim de voto a distância, conforme descrito a seguir, no Manual e no próprio boletim de voto. *1. Participação virtual:* Para participar da AGOE virtualmente, o acionista deverá, impreterivelmente com antecedência de pelo menos 2 (dois) dias da realização da AGOE - isto é, até o dia 28 de abril de 2024 - se cadastrar por meio da plataforma *Ten Meetings,* no link https://assembleia.ten.com.br/207266181, e apresentar **(i)** comprovante de participação acionária emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Rede D'Or, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central; e **(ii)** cópias dos seguintes documentos de comprovação de identidade e representação: (i) Pessoa Física: Documento de identidade com foto do acionista, sendo aceitos RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas; (ii) Pessoas Jurídicas: Último estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores; demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; e documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais; (iii) Fundos de Investimento: Último regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também a política de voto do fundo ou documento equivalente); último estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores, do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação e exercício do direito de voto do fundo; demais documentos societários que comprovem a representação legal do administrador ou gestor, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. Caso o acionista deseje participar da AGOE por meio de procurador, além de apresentar a documentação prevista acima, deverá apresentar também a cópia da procuração outorgada e os documentos que comprovem a identidade e o poder de representação do procurador. As procurações devem ser outorgadas por escrito e, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1.º do Código Civil (Lei nº 10.406/02), deverão conter a indicação dos respectivos lugares onde foram outorgadas, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. A Companhia dispensará a tradução juramentada de procurações que tenham sido originalmente lavradas em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas. Após a realização do cadastro e o envio da documentação pertinente, o acionista poderá acompanhar o *status* do seu cadastro no ambiente virtual da plataforma *Ten Meetings* e será informado, por e-mail, quanto à aprovação do seu cadastro ou à eventual necessidade de complementar ou corrigir os documentos enviados, sendo certo que, em qualquer cenário, tal complementação ou correção também deverá ser concluída com antecedência de pelo menos 2 (dois) dias da realização da AGOE - isto é, até o dia 28 de abril de 2024. Uma vez que o cadastro tenha sido aprovado, o acionista será credenciado a participar e exercer o seu direito de voto no âmbito da AGOE, também por meio da referida plataforma. *2. Participação por meio de boletim de voto a distância*: Caso o acionista deseje participar da AGOE por meio de boletins de voto a distância, poderá **(i)** enviar instruções de preenchimento dos boletins de voto a distância aos seus agentes de custódia, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; **(ii)** enviar instruções de preenchimento dos boletins de voto a distância ao escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou **(iii)** se cadastrar na plataforma eletrônica *Ten Meetings* e preencher, diretamente no seu ambiente virtual, os campos de votação dos boletins de voto a distância, por meio do link: https://assembleia.ten.com.br/207266181. Alternativamente, o acionista também poderá enviar os boletins de voto a distância devidamente preenchidos diretamente para o e-mail ri@rededor.com.br, igualmente acompanhados dos demais documentos descritos no item 1 acima. Nada obstante, recomenda-se aos acionistas que pretendam enviar os seus votos a distância diretamente à Companhia que o façam exclusivamente por meio do preenchimento dos campos de votação da plataforma eletrônica *Ten Meetings* descrita no item (iii) acima, em benefício da organização dos trabalhos de preparação para a AGOE. Os boletins de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, seja por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings* ou do endereço de e-mail indicado acima, deverão ser acompanhados de toda a documentação do acionista para participação na AGOE (conforme detalhada acima e no Manual) e recebidos pela Companhia, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência da data de realização da AGOE, ou seja, até 23 de abril de 2024 (inclusive). 3. *Voto múltiplo e eleição em separado*: Para os efeitos do que dispõe o art. 141 da Lei das S.A. e a Resolução CVM nº 70/22, bem como o artigo 5º, I, da Resolução CVM nº 81/22, o percentual mínimo do capital social da Companhia exigido para a solicitação de adoção do processo de voto múltiplo na AGOE é de 5% (cinco por cento). Adicionalmente, o acionista que desejar requerer a adoção ou participar da eleição em separado de membro do Conselho de Administração, na forma do artigo 141 da Lei das S.A., deverá apresentar à Companhia, independentemente da forma de participação (inclusive via boletim de voto a distância enviado por intermédio de prestadores de serviço), em adição aos demais documentos descritos nos itens 1 e 2 acima, a comprovação de titularidade ininterrupta de suas ações, emitida pela entidade competente a partir do dia 26 de abril de 2024, sendo certo que, nesse caso, tal comprovação deverá ser enviada por meio da plataforma *Ten Meetings* em conjunto aos demais documentos para participação virtual ou ao e-mail ri@rededor.com.br e somente será considerada válida se recebida pela Companhia por meio de um dos referidos canais até as 9h horas do dia 30 de abril de 2024. São Paulo, 30 de março de 2024.

FICA Empreendimentos Imobiliários S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 07.820.907/0001-46 - NIRE 35300611861

Aviso aos Acionistas

Comunicamos que no dia 1º de abril serão colocados à disposição dos Srs. Acionistas da **FICA Empreendimentos Imobiliários S.A.** ("Companhia"), na sede da Companhia e nos websites da Companhia (ri.cr2.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br), os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) a cópia das demonstrações financeiras; e (iii) o parecer dos auditores independentes. Na mesma data serão disponibilizados, nos websites acima indicados, os documentos e informações a que se referem os artigos 10, 11 e 13 da Resolução CVM nº 81 / 2022, para fins da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2024. Informa-se, por fim, que o edital de convocação da AGOE teve nesta data sua 1ª publicação no Jornal Diário Comercial e as demonstrações financeiras, além das publicações relatadas acima, serão publicadas no mesmo Jornal no dia 02 de abril de 2024, não tendo sido possível sua publicação em data anterior por problemas técnicos. São Paulo, 29 de março de 2024. **Matheus Rezende Gomes Deotti -** Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

GS SOUTO ENGENHARIA S.A

CNPJ/MF nº 04.949.655/0001-61 - NIRE 313000145921

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 26 de março de 2024, às 09:30 horas, na sede da GS SOUTO ENGENHARIA S.A. ("Companhia"), na Rua Maria Izabel Nogueira, nº 21, Santa Mônica, Itaúna, Estado de Minas Gerais, CEP 35.681-434. **2. MESA:** Presidente: Victor Pereira Souto; e Secretário: Gilson Souza Souto Jr. **3. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Tendo em vista a presença de todos os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, ficam dispensadas as formalidades de convocação, face ao que faculta o Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada ("Lei das S.A."). **4. ORDEM DO DIA:** Apreciar e deliberar sobre: **(a)** a outorga de fiança pela Companhia ("Fiança"), em garantia da totalidade das obrigações assumidas pela **UFV OLHOS DAGUA I S.A.** (CNPJ/MF: 48.319.364/0001-65) ("UFV Olhos Dagua I"), **UFV MARCELINO ALVES FERREIRA FILHO I S.A.** (CNPJ/MF: 50.205.654/0001-20) ("UFV Marcelino Alves"), **UFV TALISMA I S.A.** (CNPJ/MF: 48.315.461/0001-80) ("UFV Talisma I") e pela **UFV MIMOSO S.A.** (CNPJ/MF: 51.653.100/0001-58) ("UFV Mimoso" em conjunto, as "Cedentes"), no âmbito da cessão onerosa, pelas Cedentes à True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), em caráter irrevogável e irretratável, dos (a) os valores devidos a título de aluguel dos seguintes imóveis: (a.1) área rural localizada no Município de Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, com área total de 182.8971 hectares, descrita e caracterizada na matrícula 11.305, Livro 2-RG, no Ofício de Registro de Imóveis de Jequitinhonha/MG; (a.2) uma área rural localizada no Município de Baependi, no estado de Minas Gerais, com área total de 66.96.22 hectares, descrita e caracterizada na matrícula 23.227, Livro 2-RG, no Cartório de Registro de Imóveis de Baependi – MG; (a.3) uma área rural localizada no Município de Baependi, no estado de Minas Gerais, com área total de 46.96.42 hectares, descrita e caracterizada na matrícula 23.228, Livro 2-RG, no Cartório de Registro de Imóveis de Baependi – MG; (a.4) área rural localizada no Município de Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, com área total de 143,0459 hectares, descrita e caracterizada na matrícula 11.302, Livro 2-RG, no Ofício de Registro de Imóveis de Jequitinhonha/MG; e (a.5) área rural localizada no Município de Paraíso das Águas, no estado de Mato Grosso do Sul, com área total de 4.660,4254 hectares, descrita e caracterizada na matrícula 15.075, Livro 2-RG, no Serviço Registral de Imóveis de Chapadão do Sul – MS (em conjunto, "Imóveis"), nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão e Aquisição de Créditos Imobiliários e Outras Avenças*" ("Contrato de Cessão"); e b) os respectivos acessórios, tais como atualização monetária, encargos moratórios, multas e penalidades previstos nos Contratos de Locação (conforme definido no Contrato de Cessão) (em conjunto com o item (a), os "Créditos Imobiliários" e "Cessão de Créditos", respectivamente) e, consequentemente, a celebração, pela Companhia, na qualidade de fiadora, do Contrato de Cessão e seus posteriores aditamentos; **(b)** a autorização dos administradores da Companhia, ou seus procuradores, a negociar todos os termos e condições aplicáveis às deliberações constantes da Ordem do Dia ora aprovadas, bem como adotar todas as medidas, acordar e assinar todos e quaisquer termos e condições do Contrato de Cessão, bem como seus anexos, eventuais aditamentos e documentos relacionados e, praticar todos os atos necessários à realização e correta formalização da participação e outorga da Fiança no âmbito do Contrato de Cessão, para a efetivação das deliberações previstas acima e para que o Contrato de Cessão seja devidamente válido e eficaz de acordo com seus termos, incluindo o registro junto aos órgãos e repartições públicas competentes, incluindo, sem limitação, cartórios de registros de títulos e documentos e juntas comerciais; e **(c)** a ratificação de quaisquer atos que já tenham sido praticados pela Companhia com relação a qualquer das matérias descritas nos demais itens da Ordem do Dia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os sócios deliberaram, sem quaisquer restrições, o quanto segue: **(a)** aprovar a outorga da Fiança, pela Companhia, no âmbito do Contrato de Cessão, como garantia do fiel pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pelas Cedentes em decorrência dos Créditos Imobiliários, incluindo, mas sem limitação, a celebração, na qualidade de fiadora, do Contrato de Cessão e de seus posteriores aditamentos; **(b)** autorizar os administradores da Companhia, ou seus procuradores, a negociar todos os termos e condições aplicáveis às deliberações constantes da Ordem do Dia ora aprovadas, bem como adotar todas as medidas, acordar e assinar todos e quaisquer termos e condições do Contrato de Cessão, bem como seus anexos, eventuais aditamentos e documentos relacionados e, praticar todos os atos necessários à realização e correta formalização da participação e outorga da Fiança no âmbito do Contrato de Cessão, para a efetivação das deliberações previstas acima e para que o Contrato de Cessão seja devidamente válido e eficaz de acordo com seus termos, incluindo o registro junto aos órgãos e repartições públicas competentes, incluindo, sem limitação, cartórios de registros de títulos e documentos e juntas comerciais; e **(c)** confirmar e ratificar quaisquer atos que já tenham sido praticados pela Companhia com relação a qualquer das matérias descritas nos demais itens da Ordem do Dia. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia geral extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. **Mesa**: Presidente: Victor Pereira Souto; e Secretário: Gilson Souza Souto Jr. Confere com a original lavrada em livro próprio. **Itaúna/MG, 26 de março de 2024.** *(Página de assinatura da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GS SOUTO ENGENHARIA S.A.,* **Mesa:** Victor Pereira Souto - **Presidente da Mesa;** Gilson Souza Souto Jr. - **Secretário**. **Diretoria:** Victor Pereira Souto - CPF: 062.332.406-70; Gilson Souza Souto Jr. - CPF: 011.720.766-77**.**

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

CNPJ: n.º 06.047.087/0001-39 - NIRE 35.300.318.099 - Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 26 de março de 2024, às 10h, em reunião realizada na filial da Rede D'Or São Luiz S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Voluntários da Pátria, 138, sobreloja, Botafogo, CEP 22.270-010. **2. Convocação, Instalação e Presença:** Realizada a convocação e instalada a presente reunião com a presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho Fiscal, Srs. Mauro Moreira, Emanuel Sotelino Schifferle e Rogerio da Silva Ribeiro. Adicionalmente participaram da reunião, como convidados, os Srs. Otávio de Garcia Lazcano (diretor financeiro e de relações com investidores da Companhia), Rodrigo Guerra (*controller* da Companhia), Rosa Christina Aiub de Aquino (gerente de controladoria da Companhia), Leonardo Pacheco (gerente de controladoria da Companhia), Henrique Cipriano Policastro (gerente jurídico da Companhia), Gabriel Abrantes (gerente jurídico da Companhia), Roberta de Carolis Périssé Duarte (gerente jurídica da Companhia), e, por fim, representando a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), auditor independente da Companhia, os Srs. Diogo Afonso (sócio), Marcelo Felipe (sócio) e Camila Lacerda (gerente sênior). **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Mauro Moreira, que convidou a Sra. Roberta de Carolis Périssé Duarte para secretariar os trabalhos. **4. Ordem do Dia:** (i) Avaliação sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Avaliação sobre a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2023 e de distribuição de dividendos da Companhia; e (iii) Apresentação da Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **5. Deliberações:** Após a análise dos materiais disponibilizados e arquivados na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho Fiscal registraram suas considerações e manifestações nos seguintes termos: **5.1.** Inicialmente, os membros do Conselho Fiscal analisaram (e debateram com os executivos e com os representantes dos auditores externos) as informações sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, devidamente auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"). Após a referida apresentação e os esclarecimentos prestados, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opinou favoravelmente à aprovação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, que serão submetidas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, bem como à consequente reapresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes aos trimestres do mesmo exercício, não apresentando ressalvas em relação a seu conteúdo. **5.2.** O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado a proposta da administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, por unanimidade, é da opinião que a referida proposta se encontra em condições de ser submetida para deliberação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **5.3.** Na sequência, os representantes dos auditores externos EY fizeram uma apresentação, que fica devidamente arquivada na sede da Companhia, sobre o resumo dos trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, com destaque para os seguintes pontos relevantes: (i) o escopo dos trabalhos da auditoria das demonstrações financeiras abrangeu as demonstrações individuais e consolidadas da Companhia, incluindo as revisões trimestrais; (ii) foi realizada a verificação dos controles internos; (iii) não se constatou qualquer registro de fraude ou atos ilegais; e (iv) o relatório anual de auditoria foi elaborado já no novo formato aprovado pela regulamentação. Após a referida apresentação, os membros do Conselho Fiscal discutiram, analisaram e avaliaram o escopo do planejamento e dos trabalhos de auditoria conduzidos pela EY e não apresentaram ressalvas. **6. Aprovação e Assinatura da Ata**: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do Conselho Fiscal. Assinaturas: Mesa: Presidente: Mauro Moreira; Secretária: Roberta de Carolis Périssé Duarte. Membros do Conselho Fiscal da Companhia: Mauro Moreira, Emanuel Sotelino Schifferle e Rogerio da Silva Ribeiro. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio que fica arquivada na sede da sociedade*. Rio de Janeiro, 26 de março de 2024. Roberta de Carolis Périssé Duarte - Secretária.

UFV GVS I S.A

CNPJ/MF nº 53.600.465/0001-40

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 26 de março de 2024, às 11:00 horas, na sede da UFV GVS I S.A. ("Companhia"), na Rua Arrudas, nº 225, Anexo F, Santa Lucia, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.360-400. **2. MESA:** Presidente: Victor Pereira Souto; e Secretário: Gilson Souza Souto Jr. **3. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Tendo em vista a presença de todos os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, ficam dispensadas as formalidades de convocação, face ao que faculta o Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada ("Lei das S.A."). **4. ORDEM DO DIA:** Apreciar e deliberar sobre: **(a)** a outorga de fiança pela Companhia ("Fiança"), em garantia da totalidade das obrigações assumidas pela **UFV OLHOS DAGUA I S.A.** (CNPJ/MF: 48.319.364/0001-65) ("UFV Olhos Dagua I"), **UFV MARCELINO ALVES FERREIRA FILHO I S.A.** (CNPJ/MF: 50.205.654/0001-20) ("UFV Marcelino Alves"), **UFV TALISMA I S.A.** (CNPJ/MF: 48.315.461/0001-80) ("UFV Talisma I") e pela **UFV MIMOSO S.A.** (CNPJ/MF: 51.653.100/0001-58) ("UFV Mimoso" em conjunto, as "Cedentes"), no âmbito da cessão onerosa, pelas Cedentes à True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), em caráter irrevogável e irretratável, dos (a) os valores devidos a título de aluguel dos seguintes imóveis: (a.1) área rural localizada no Município de Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, com área total de 182.8971 hectares, descrita e caracterizada na matrícula 11.305, Livro 2-RG, no Ofício de Registro de Imóveis de Jequitinhonha/MG; (a.2) uma área rural localizada no Município de Baependi, no estado de Minas Gerais, com área total de 66.96.22 hectares, descrita e caracterizada na matrícula 23.227, Livro 2-RG, no Cartório de Registro de Imóveis de Baependi – MG; (a.3) uma área rural localizada no Município de Baependi, no estado de Minas Gerais, com área total de 46.96.42 hectares, descrita e caracterizada na matrícula 23.228, Livro 2-RG, no Cartório de Registro de Imóveis de Baependi – MG; (a.4) área rural localizada no Município de Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, com área total de 143,0459 hectares, descrita e caracterizada na matrícula 11.302, Livro 2-RG, no Ofício de Registro de Imóveis de Jequitinhonha/MG; e (a.5) área rural localizada no Município de Paraíso das Águas, no estado de Mato Grosso do Sul, com área total de 4.660,4254 hectares, descrita e caracterizada na matrícula 15.075, Livro 2-RG, no Serviço Registral de Imóveis de Chapadão do Sul – MS (em conjunto, "Imóveis"), nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão e Aquisição de Créditos Imobiliários e Outras Avenças*" ("Contrato de Cessão"); e b) os respectivos acessórios, tais como atualização monetária, encargos moratórios, multas e penalidades previstos nos Contratos de Locação (conforme definido no Contrato de Cessão) (em conjunto com o item (a), os "Créditos Imobiliários" e "Cessão de Créditos", respectivamente) e, consequentemente, a celebração, pela Companhia, na qualidade de fiadora, do Contrato de Cessão e seus posteriores aditamentos; **(b)** a alienação fiduciária da totalidade das ações, presente e futuras, de emissão das Cedentes e da **BOM RETIRO IV ENERGIA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais, na Fazenda Bom Retiro, S/N, Bairro Zona Rural, CEP 36.806-899, inscrita no CNPJ sob o nº 51.868.141/0001-61 ("Bom Retiro IV"), de titularidade da Companhia ("Ações Alienadas Fiduciariamente"), bem como todos os direitos econômicos e políticos decorrentes das Ações Alienadas Fiduciariamente ("Bens Alienados Fiduciariamente"), e, consequentemente, a celebração, pela Companhia, na qualidade de fiduciantes, do "*Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", a celebrado entre a Companhia, as Cedentes, a Bom Retiro IV e a Securitizadora, e seus posteriores aditamentos ("Alienação Fiduciária de Ações" e "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente), para garantia das obrigações decorrentes do Contrato de Cessão e do "*Instrumento Particular de Cessão e Aquisição de Créditos Imobiliários e Outras Avenças*", celebrado entre Carangola IV Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.076.078/0001-74 ("Carangola IV"), Santa Cruz Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 36.836.549/0001-68 ("Santa Cruz"), Bom Retiro Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.076.096/0001-56 ("Bom Retiro" e, quando em conjunto com Carangola IV e com a Santa Cruz, as "SPEs CRI III"), na qualidade de cedentes, a Fiduciária, na qualidade de cessionária, a Ágape Holding de Participações e Investimentos Ltda., Victor Pereira Souto e Gilson Souza Souto Jr., na qualidade de fiadores ("Contrato de Cessão CRI III"), no âmbito da cessão onerosa, pelas SPEs CRI III à Securitizadora, de determinados créditos decorrentes de contratos de locação ("Créditos Imobiliários CRI III"); **(c)** a autorização dos administradores da Companhia, ou seus procuradores, a negociar todos os termos e condições aplicáveis às deliberações constantes da Ordem do Dia ora aprovadas, bem como adotar todas as medidas, acordar e assinar todos e quaisquer termos e condições do Contrato de Cessão ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, bem como seus anexos, eventuais aditamentos e documentos relacionados e, praticar todos os atos necessários à realização e correta formalização da participação e outorga da Fiança no âmbito do Contrato de Cessão e da Alienação Fiduciária de Ações no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, para a efetivação das deliberações previstas acima e para que o Contrato de Cessão e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações sejam devidamente válidos e eficazes de acordo com seus termos, incluindo o registro junto aos órgãos e repartições públicas competentes, incluindo, sem limitação, cartórios de registros de títulos e documentos e juntas comerciais; e **(d)** a ratificação de quaisquer atos que já tenham sido praticados pela Companhia com relação a qualquer das matérias descritas nos demais itens da Ordem do Dia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os sócios deliberaram, sem quaisquer restrições, o quanto segue: **(a)** aprovar a outorga da Fiança, pela Companhia, no âmbito do Contrato de Cessão, como garantia do fiel pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pelas Cedentes em decorrência dos Créditos Imobiliários, incluindo, mas sem limitação, a celebração, na qualidade de fiadora, do Contrato de Cessão e de seus posteriores aditamentos; **(b)** aprovar a outorga da Alienação Fiduciária de Ações, pela Companhia, no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, como garantia do fiel pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pelas Cedentes e pelas SPEs CRI III em decorrência dos Créditos Imobiliários e dos Créditos Imobiliários CRI III, respectivamente, incluindo, mas sem limitação, a celebração, na qualidade de fiduciante, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e de seus posteriores aditamentos; **(c)** autorizar os administradores da Companhia, ou seus procuradores, a negociar todos os termos e condições aplicáveis às deliberações constantes da Ordem do Dia ora aprovadas, bem como adotar todas as medidas, acordar e assinar todos e quaisquer termos e condições do Contrato de Cessão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, bem como seus anexos, eventuais aditamentos e documentos relacionados e, praticar todos os atos necessários à realização e correta formalização da participação e outorga da Fiança no âmbito do Contrato de Cessão e da Alienação Fiduciária de Ações no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, para a efetivação das deliberações previstas acima e para que o Contrato de Cessão e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações sejam devidamente válidos e eficazes de acordo com seus termos, incluindo o registro junto aos órgãos e repartições públicas competentes, incluindo, sem limitação, cartórios de registros de títulos e documentos e juntas comerciais; e **(d)** confirmar e ratificar quaisquer atos que já tenham sido praticados pela Companhia com relação a qualquer das matérias descritas nos demais itens da Ordem do Dia. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia geral extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. **Mesa**: Victor Pereira Souto (Presidente) e Gilson Souza Souto Jr. (Secretário). **Acionistas Presentes**: GV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (representado por sua administradora REAG Administradora de Recursos Ltda., na pessoa de Ramon Pessoa Dantas). Confere com a original lavrada em livro próprio. **Belo Horizonte/MG, 26 de março de 2024. Mesa:** Victor Pereira Souto - **Presidente da Mesa;** Gilson Souza Souto Jr. - **Secretário. Acionistas: GV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA representado por sua administradora REAG Administradora de Recursos Ltda.)** Ramon Pessoa Dantas - CPF: 309.012.758-08.

S/A Agro Industrial Eldorado

CNPJ: 61.288.874/0001-80 - NIRE: 35.300.035.178

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convocados os acionistas da S/A Agro Industrial Eldorado, a se reunirem em AGO a realizar-se no dia 28/04/2024, às 9 horas, na sede social, na Rua Afonso Aliperti, 180 - 1º andar, na Capital de SP, para deliberar sobre a matéria constante da ordem do dia: **1. Ordinária:** a) Leitura, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; b) fixação das remunerações dos membros da diretoria; c) outros assuntos de interesse geral. Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, à Rua Afonso Aliperti, 180 - 1º andar, os documentos previstos no art. 133 da lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

São Paulo, 28 de março de 2024
Valério Dalla Valle - Diretor Presidente

Siderúrgica J. L. Aliperti S.A.

CNPJ nº 61.156.931/0001-78 - NIRE 35.300.034.309

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que, na presente data, após o fechamento do pregão da B3, se encontrarão à disposição na sede social, na Rua Alexandre Aliperti, nº 180, Água Funda, nesta Capital e no endereço eletrônico (https://aliperti.com.br), os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, relativos ao exercício social encerrado em 31-12-2023, os quais serão oportunamente disponibilizados.

São Paulo, 28 de março de 2024
Celio de Melo Almada Neto
Presidente do Conselho de Administração

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
C.N.P.J. Nº 60.659.463/0029-92

aché
mais vida para você

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. A íntegra do material pode ser acessada nos sites do Diário Comercial (https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal), e site da Companhia (www.ache.com.br)

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**357.190**	618.793	**389.309**	621.548
Contas a receber de clientes	4	**1.748.000**	1.413.166	**914.738**	856.696
Estoques	5	**1.071.721**	944.353	**1.234.984**	1.072.740
Impostos e contribuições sociais a compensar	6	**79.382**	39.912	**147.703**	75.806
Dividendos a receber	16	**4.795**	6.058	**4.795**	6.058
Despesas antecipadas		**21.485**	16.953	**22.897**	17.685
Outros créditos		**213.575**	106.981	**26.641**	23.767
Total do ativo circulante		**3.496.148**	**3.146.216**	**2.741.067**	**2.674.300**
Não circulante					
Aplicações financeiras	3	**13.656**	8.981	**13.656**	8.981
Depósitos judiciais	19	**75.752**	74.544	**75.752**	74.544
Impostos e contribuições sociais a compensar	6	**40.739**	35.248	**408.056**	289.248
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	**140.384**	40.273	**139.576**	40.273
Outros créditos		**14.240**	18.412	**14.295**	18.454
Investimentos	9	**104.491**	76.455	**81.163**	57.484
Imobilizado	10	**1.768.727**	1.659.841	**1.781.981**	1.674.869
Intangível	11	**304.456**	299.201	**313.889**	308.635
Ativo de direito de uso	13	**86.851**	26.460	**169.484**	104.861
Total do ativo não circulante		**2.549.296**	**2.239.415**	**2.997.852**	**2.577.349**
Total do Ativo		**6.045.444**	**5.385.631**	**5.738.919**	**5.251.649**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e certificado de recebíveis imobiliários	12	**540.393**	122.127	**540.393**	122.127
Arrendamentos a pagar	13	**40.195**	17.806	**58.296**	30.601
Fornecedores	14	**303.737**	644.361	**309.727**	640.600
Fornecedores - risco sacado	14	**52.453**	120.270	**52.453**	123.816
Obrigações tributárias	15	**33.659**	28.459	**44.676**	28.482
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	**165.053**	172.798	**166.431**	173.859
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16	**189.532**	155.501	**189.532**	155.501
Contas a pagar	31	**236.212**	146.161	**35.499**	41.845
Outras obrigações	18	**123.661**	65.475	**124.334**	64.489
Total do passivo circulante		**1.684.895**	**1.472.958**	**1.521.341**	**1.381.320**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e certificado de recebíveis imobiliários	12	**1.424.576**	1.163.494	**1.424.576**	1.163.494
Arrendamentos a pagar	13	**56.850**	16.518	**131.639**	91.102
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	**249.411**	238.605	**249.610**	238.827
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	**11.518**	34.924	**11.518**	34.924
Outras obrigações	18	**36.679**	16.660	**36.685**	16.673
Provisão para perda de investimento	9	**217.965**	117.163	**–**	–
Total do passivo não circulante		**1.996.999**	**1.587.364**	**1.854.028**	**1.545.020**
Total do Passivo		**3.681.894**	**3.060.322**	**3.375.369**	**2.926.340**
Patrimônio Líquido					
Capital Social	21	**440.959**	440.959	**440.959**	440.959
Reserva de capital	21	**120.246**	120.246	**120.246**	120.246
Reserva de reavaliação	21	**1.344**	1.604	**1.344**	1.604
Ajuste de avaliação patrimonial	21	**121.503**	123.012	**121.503**	123.012
Reserva de lucros	21	**1.679.498**	1.639.488	**1.679.498**	1.639.488
Total do patrimônio líquido		**2.363.550**	**2.325.309**	**2.363.550**	**2.325.309**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**6.045.444**	**5.385.631**	**5.738.919**	**5.251.649**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R$)

			Reserva de Capital			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros							
Mutações do Patrimônio Líquido	**Nota**	**Capital social**	**Reserva especial de ágio**	**Reserva de ágio na emissão de ações**	**Reserva de reava-liação**	**Em ativos próprios**	**Reser-va legal**	**Reser-vas de incentivos fiscais**	**Reserva de subvenção governa-mental**	**Reserva de novos produtos e P&D**	**Reserva para investimentos em imobilizados**	**Reserva de lucros não distribuídos**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**440.959**	**113.801**	**6.445**	**1.871**	**124.539**	**43.807**	**57.851**	**–**	**93.353**	**609.548**	**368.779**	**–**	**1.860.953**
Realização da reserva de reavaliação		–	–	–	(267)	–	–	–	–	–	–	–	267	–
Realização dos ajustes ao custo atribuído		–	–	–	–	(1.527)	–	–	–	–	–	–	1.527	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.058.439	1.058.439
Transferência para reserva de lucros		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	366.537	(366.537)	–
Destinação dos lucros para investimento em ativo imobilizado		–	–	–	–	–	–	–	–	–	278.668	(278.668)	–	–
Dividendos adicionais pagos de 2021 e 2017		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(419.780)	(419.780)
Antecipação de dividendos 2022		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	79.505	79.505
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(155.501)	–	(155.501)
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(98.307)	(98.307)
Incentivo Fiscal Sudene		–	–	–	–	–	–	43.204	–	–	–	–	(43.204)	–
Incentivo Fiscal Subvenção		–	–	–	–	–	–	–	523.352	–	(313.236)	–	(210.116)	–
Realização de reservas		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.794	(1.794)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**440.959**	**113.801**	**6.445**	**1.604**	**123.012**	**43.807**	**101.055**	**523.352**	**93.353**	**574.980**	**302.941**	**–**	**2.325.309**
Realização da reserva de reavaliação		**–**	**–**	**–**	**(260)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**260**	**–**
Realização dos ajustes ao custo atribuído		**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.509)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.509**	**–**
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**612.424**	**612.424**
Transferência para reserva de lucros		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(255.517)**	**255.517**	**–**
Transferência para reserva de lucros não distribuídos	21 item d	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(291.969)**	**291.969**	**–**	**–**
Dividendos pagos de 2022	22	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(396.499)**	**(396.499)**
Juros sobre capital próprio	22	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(177.684)**	**(177.684)**
Incentivo Fiscal Sudene	21 item c	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**12.044**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(12.044)**	**–**
Incentivo Fiscal Subvenção	21 item c	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**332.361**	**–**	**(50.647)**	**–**	**(281.714)**	**–**
Realização de reservas		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.769**	**(1.769)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**440.959**	**113.801**	**6.445**	**1.344**	**121.503**	**43.807**	**113.099**	**855.713**	**93.353**	**232.364**	**341.162**	**–**	**2.363.550**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Atividades Operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		541.847	1.131.641	571.778	1.145.282
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10,11,13	117.598	122.668	135.143	137.704
Prejuízo na venda de bens de ativo imobilizado	10,11	71	621	508	619
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	59.857	24.587	59.873	24.543
Provisão para perdas nos estoques	5	90.901	60.276	90.943	60.276
Resultado de equivalência patrimonial	9	74.714	(19.056)	(21.730)	(13.850)
Encargos de dívidas, variações monetárias e cambiais	12,13	162.359	121.090	169.296	127.336
Perdas (reversão de provisão) esperadas com crédito de liquidação duvidosa	4	(3.150)	2.635	(4.681)	6.783
Outras provisões		41.316	8.303	42.972	6.054
Outros - baixa de juros sobre arrendamento		–	(21)	–	(21)
		1.085.513	**1.452.744**	**1.044.102**	**1.494.726**
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes	4	(331.684)	(397.156)	(53.361)	(255.427)
Estoques		(218.269)	(285.674)	(253.187)	(334.867)
Impostos e contribuições sociais a compensar		(52.675)	1.162	(199.069)	(114.168)
Despesas antecipadas, depósitos judiciais e outros créditos		(108.162)	(59.329)	(5.135)	(18.824)
Fornecedores e fornecedores - risco sacado	14	(408.441)	247.210	(402.236)	255.044
Obrigações tributárias		5.200	9.113	7.550	7.021
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	(31.151)	42.758	(30.834)	43.144
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas pagos	19	(49.051)	(17.518)	(49.090)	(17.518)
Contas a pagar e outras obrigações	18,31	126.942	50.059	30.541	5.858
Caixa gerado nas operações		**18.222**	**1.043.369**	**89.281**	**1.064.989**
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	12	(144.694)	(82.013)	(144.694)	(82.013)
Pagamento de juros de contratos de arrendamentos	13	(2.340)	(4.337)	(9.803)	(9.318)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(21.820)	(101.289)	(41.648)	(117.036)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**(150.632)**	**855.730**	**(106.864)**	**856.622**
Atividades de Investimento					
Aumento de investimentos	9	(686)	–	(686)	–
Aquisição de imobilizado e intangível	10,11	(184.352)	(244.557)	(185.273)	(245.460)
Adiantamento de ativo imobilizado	10	(18.144)	(11.586)	(18.143)	(11.586)
Resgate de aplicação financeira - não circulante	3	(4.675)	(2.234)	(4.675)	(2.234)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(207.857)**	**(258.377)**	**(208.777)**	**(259.280)**
Atividades de Financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos, debêntures e certificados de recebíveis imobiliários	12	738.455	607.478	738.455	607.478
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e certificados de recebíveis imobiliários	12	(73.594)	(248.398)	(73.594)	(248.398)
Pagamento de arrendamento - principal	13	(27.822)	(26.235)	(41.306)	(33.696)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	22	(540.153)	(558.307)	(540.153)	(558.307)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		**96.886**	**(225.462)**	**83.402**	**(232.923)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(261.603)**	**371.891**	**(232.239)**	**364.419**
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	3	618.793	246.902	621.548	257.129
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	3	357.190	618.793	389.309	621.548
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(261.603)**	**371.891**	**(232.239)**	**364.419**
		31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Itens que não afetam o caixa					
Reconhecimento inicial do ativo de direito de uso e remensurações		90.220	15.122	109.741	30.105
Reconhecimento inicial dos arrendamentos a pagar (curto e longo prazo) e remensurações		(90.220)	(15.122)	(109.741)	(30.105)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

		Controladora		Consolidado	
Resultado	**Nota**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita operacional líquida	23	**4.912.451**	4.899.406	**4.959.790**	4.977.629
Custo dos produtos vendidos	24	**(1.702.834)**	(1.655.469)	**(1.785.908)**	(1.690.311)
Lucro bruto		**3.209.617**	**3.243.937**	**3.173.882**	**3.287.318**
Despesas com vendas	24	**(1.827.722)**	(1.582.854)	**(1.848.256)**	(1.599.504)
Despesas gerais e administrativas	24	**(455.785)**	(308.963)	**(459.310)**	(310.825)
Participação dos empregados e administradores no resultado	29	**(53.167)**	(79.980)	**(53.418)**	(80.331)
Resultado de equivalência patrimonial	9	**(74.714)**	19.056	**21.730**	13.850
Outras despesas operacionais, líquidas	25	**(107.827)**	(29.706)	**(108.266)**	(30.068)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**690.402**	**1.261.490**	**726.362**	**1.280.440**
Receitas financeiras	26	**41.361**	36.948	**42.456**	38.011
Despesas financeiras	26	**(192.737)**	(139.502)	**(199.860)**	(145.874)
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	26	**(12.855)**	(25.272)	**(12.855)**	(25.272)
Variação cambial, líquida	26	**15.676**	(2.023)	**15.675**	(2.023)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**541.847**	**1.131.641**	**571.778**	**1.145.282**
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	**(29.534)**	(106.811)	**(58.658)**	(120.452)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	**100.111**	33.609	**99.304**	33.609
Lucro líquido do exercício		**612.424**	**1.058.439**	**612.424**	**1.058.439**
Atribuíveis aos acionistas controladores		**612.424**	**1.058.439**	**612.424**	**1.058.439**
Lucro líquido do exercício por ação - Em reais Básico e diluído	30	**9,58**	**16,56**	**9,58**	**16,56**
RESULTADO ABRANGENTE					
Outros resultados abrangentes		–	–	–	**–**
Total do resultado abrangente do exercício		**612.424**	**1.058.439**	**612.424**	**1.058.439**
Atribuíveis aos acionistas controladores		**612.424**	**1.058.439**	**612.424**	**1.058.439**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	5.510.903	5.497.931	5.307.041	5.385.986
Perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	3.150	(2.201)	4.681	(6.349)
Outras receitas	33.105	55.816	34.548	56.409
	5.547.158	**5.551.546**	**5.346.270**	**5.436.046**
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	(1.452.851)	(1.409.012)	(1.520.368)	(1.432.146)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(687)	(14.587)	(10.458)	(21.471)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.291.624)	(975.696)	(1.302.403)	(978.470)
Perda de valores ativo	745	3.854	172	5.151
	(2.744.417)	**(2.395.441)**	**(2.833.057)**	**(2.426.936)**
Valor adicionado bruto	**2.802.741**	**3.156.105**	**2.513.213**	**3.009.110**
Depreciação e amortização	(117.598)	(122.668)	(135.143)	(137.704)
Valor adicionado produzido pela Companhia	**2.685.143**	**3.033.437**	**2.378.070**	**2.871.406**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(74.714)	19.056	21.730	13.850
Receitas financeiras	41.361	38.490	42.456	39.554
	(33.353)	**57.546**	**64.186**	**53.404**
Valor adicionado bruto a distribuir	**2.651.790**	**3.090.983**	**2.442.256**	**2.924.810**
Distribuição do valor adicionado	**2.651.790**	**3.090.983**	**2.442.256**	**2.924.810**
Pessoal	**1.061.262**	**977.224**	**1.068.377**	**982.653**
Remuneração direta	875.739	821.382	880.868	825.399
Benefícios	125.889	100.512	127.507	101.655
FGTS	59.634	55.330	60.002	55.599
Impostos, taxas e contribuições	**736.136**	**844.801**	**511.883**	**666.343**
Federais	361.997	470.580	277.053	403.293
Estaduais	334.187	339.900	194.833	228.696
Municipais	35.270	30.347	35.286	30.369
Outros tributos	4.682	3.974	4.711	3.985
Remuneração de capitais de terceiros	**241.968**	**210.519**	**249.572**	**217.375**
Juros	189.917	168.340	197.041	174.711
Aluguéis	52.051	42.179	52.531	42.664
Remuneração de capitais próprios	**612.424**	**1.058.439**	**612.424**	**1.058.439**
Juros sobre capital próprio distribuídos	177.684	98.307	177.684	98.307
Lucros retidos do exercício	434.740	960.132	434.740	960.132

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

José Vicente Marino - Diretor-Presidente

José Maurício Mora Puliti - Diretor Executivo Administrativo Financeiro

Gabriela Mallmann - Diretora Executiva de Qualidade & Assuntos Regulatórios

Wilson Nascimento Pereira Junior - Diretor Executivo Divisão Prescrição e Cuidados Especiais

Márcio Reis de Freitas - Diretor Executivo de Manufatura e Expansão

Roberto Dorsa Crestana - Diretor M&A - Unidade Genéricos

CONTADOR

Adriano Batizati | CRC-SP-249835/O-4

Relatório do Auditor Independente

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA S.A.

C.N.P.J.: 52.164.662/0001-09

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	**31/12/2023**	**31/12/2022**
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	21.850	45.638
Contas a receber de clientes	80.044	68.935
Estoques	4.585	8.223
Impostos a recuperar	24.182	20.927
Dividendos a receber	4.753	9.211
Outros ativos	4.386	1.217
Total do ativo circulante	**139.800**	**154.151**
NÃO CIRCULANTE		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.394	16.299
Imobilizado	9.562	7.968
Intangível	147.258	5.670
Investimentos	445.252	491.384
Adiantamentos por futuro aumento de capital	3.453	173.731
Direito de Uso de Ativos Arrendados	14.861	6.251
Partes relacionadas ativo	34.681	84.754
Outros ativos	307.199	312
Total do ativo não circulante	**1.000.660**	**786.369**
TOTAL DO ATIVO	**1.140.460**	**940.520**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31/12/2023**	**31/12/2022**
CIRCULANTE		
Fornecedores	64.961	24.272
Fornecedor risco sacado	-	28.700
Obrigações sociais	2.145	1.015
Obrigações tributárias	1.906	4.585
Empréstimos e financiamentos	-	58.740
Dividendos a pagar	5.459	4.649
Passivos de arrendamento	3.766	5.530
Contas a pagar por aquisições	30.386	-
Partes relacionadas	-	1.463
Outros passivos	3.400	847
Total do passivo circulante	**112.023**	**129.801**
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	-	73.346
Debêntures	547.812	549.392
Partes relacionadas	100.839	47.213
Provisão para riscos	-	28
Contas a pagar por aquisições	69.113	-
Passivos de arrendamento	16.141	3.542
Adiantamentos por futuro aumento de capital	58.340	141.778
Total do passivo não circulante	**792.245**	**815.299**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	297.476	18.498
Reserva de capital	(82.102)	(41.298)
Reservas de lucros	21.238	18.640
Ações em tesouraria	(420)	(420)
Total do patrimônio líquido	**236.192**	**(4.580)**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.140.460**	**940.520**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	**Ações em tesouraria**	**Reserva de capital**	**Reserva de retenção de lucros**	**Reserva legal**	**Lucros/Prejuízos acumulados**	**Total do Patrimônio líquido**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**18.498**	**(420)**	**11.314**	**1.044**	**2.667**	**-**	**33.103**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	19.578	19.578
Reserva legal	-	-	-	-	979	(979)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(4.649)	(4.649)
Reserva de lucros	-	-	-	13.950	-	(13.950)	-
Transação entre sócios	-	-	(52.612)	-	-	-	(52.612)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**18.498**	**(420)**	**(41.298)**	**14.994**	**3.646**	**-**	**(4.580)**
Capital social	278.978	-	-	-	-	-	278.978
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.407	3.407
Reserva legal	-	-	-	-	170	(170)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(809)	(809)
Reserva de lucros	-	-	-	2.428	-	(2.428)	-
Reserva de capital	-	-	(180)	-	-	-	(180)
Transações entre sócios	-	-	(40.624)	-	-	-	(40.624)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**297.476**	**(420)**	**(82.102)**	**17.422**	**3.816**	**-**	**236.192**

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo por ação)

	31/12/2023	**31/12/2022**
RECEITA LÍQUIDA	**298.638**	**253.294**
Custo dos serviços prestados	(190.134)	(160.426)
LUCRO BRUTO	**108.504**	**92.868**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(45.694)	(30.574)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(45.119)	(38.201)
Equivalência patrimonial	55.783	50.768
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**73.474**	**74.861**
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	4.477	40.574
Despesas financeiras	(96.640)	(109.427)
	(92.163)	**(68.853)**
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(18.689)**	**6.008**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Diferidos	22.096	13.570
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.407**	**19.578**
LUCRO POR AÇÃO		
Básico (centavos por ação - em R$)	0,08	2,11
Diluído (centavos por ação - em R$)	0,08	2,11

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	**31/12/2022**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.407**	**19.578**
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES	**3.407**	**19.578**

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DAS NOTAS EXPLICATIVAS

O Centro Paulista de Oncologia S.A. ("CPO" ou "Companhia") foi fundada em 24 de janeiro de 1983 e está sediada em São Paulo - SP. A Companhia tem por objetivo a exploração de atividades do ramo de serviços médicos, especificamente nas áreas de oncologia, hematologia e quimioterapia, diagnostico e terapias na área de oncologia e hematologia, além de assessoria e consultoria na área de oncologia e hematologia. A CPO é controlada diretamente pela Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. ("Holding). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e estão sendo divulgadas de forma completas neste jornal, no site https://diariocomercial.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024., sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	**31/12/2022**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.407	19.578
Depreciação e amortização	15.166	5.900
Provisões para perda esperadas	4.749	3.991
Provisão para riscos	(28)	(7)
Baixas de ativo	13	6
Juros sobre arrendamentos	1.550	933
Juros sobre emprestimos e debêntures	86.951	107.706
Juros sobre partes relacionadas e aquisições a pagar	1.351	(19.858)
Ajuste a valor presente	2.214	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(22.096)	13.570
Equivalência patrimonial	(55.783)	(50.768)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(15.858)	(17.962)
Estoques	3.638	(3.207)
Impostos a recuperar	(3.255)	(34.212)
Outros ativos	(2.450)	2.809
Fornecedores	11.989	17.837
Obrigações sociais	1.130	(1.001)
Obrigações tributárias	(1.251)	(3.669)
Outros passivos	2.552	979
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	33.989	42.625
Juros pagos sobre cessão de crédito por fornecedor	-	(1.093)
Juros pagos empréstimos, arrendamentos e Debêntures	(90.617)	(85.836)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(56.628)	(44.304)
Fluxo de Caixa de Atividades de Investimento		
Adições de ativo imobilizado	(2.625)	(420)
Adições de ativo intangivel	(46.212)	(1.657)
Dividendos a receber	11.402	1.509
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(173.731)
Partes relacionadas	102.236	15.317
Aquisição de investimentos	(67.878)	(398.871)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.077)	(557.853)
Fluxo de Caixa de atividades de Financiamento		
Amortização de empréstimos e Debêntures	(130.000)	(154.815)
Custo emissão de debêntures	-	(6.468)
Pagamento de Arrendamentos	(6.415)	(4.809)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(136.415)	(166.092)
Fluxo de Caixa de atividades de financiamento com acionistas		
Partes relacionadas	-	19.893
Adiantamento para futuro aumento de capital	(23.208)	141.778
Aumento de capital	195.540	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento com acionistas	172.332	161.671
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(23.788)	(606.578)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	45.638	652.216
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	21.850	45.638
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(23.788)	(606.578)

DIRETORIA
Bruno Lemos Ferrari - Diretor Presidente
Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva - Diretor Administrativo

CONTADORA
Bianca de Abreu Miranda
Contadora - MG-093615/O-3

HELPMED GESTÃO UM SPE LTDA.

CNPJ: 48.847.523/0001-02 - NIRE: 35260383812

São convocados pelo administrador **LUAN CESAR BALBINO DIAS**, os senhores sócios cotista da **HELPMED GESTÃO UM SPE LTDA.**, para participarem da **Assembleia de Sócios** a se realizar no dia 26/04/2023 às 15:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 15:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OWRjMjI1ZjQtNmFlMS00MDI5LWI2MzktNWJkNjU4NGZlOGRl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

HELPMED GESTÃO DOIS SPE LTDA.

CNPJ: 48.889.814/0001-55 - NIRE: 35260409058

São convocados pelo administrador **LUAN CESAR BALBINO DIAS**, os senhores sócios cotista da **HELPMED GESTÃO DOIS SPE LTDA.**, para participarem da **Assembleia de Sócios** a se realizar no dia 26/04/2023 às 16:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 16:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGZmMDhhMmItYzMwNS00YTg2LWJhODEtNzk5MzY5NWYxMjVj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

HELPMED GESTÃO TRÊS SPE LTDA.

CNPJ: 48.889.931/0001-19 NIRE: 35260409137

São convocados pelo administrador **LUAN CESAR BALBINO DIAS**, os senhores sócios cotista da **HELPMED GESTÃO TRÊS SPE LTDA.**, para participarem da **Assembleia de Sócios** a se realizar no dia 26/04/2023 às 17:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 17:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OWMzZWFhNWItNGY0Zi00MTc4LWI5YTItMTk3YzgxNjBkODYx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

pdtec
Uma empresa B3

PDTEC S.A.

CNPJ 09.068.493/0001-76

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 27 de março de 2024 **A Administração**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R$)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**51.332**	**35.256**
Caixa e equivalentes de caixa		2.134	18
Aplicações financeiras	4	12.179	18.965
Contas a receber	5	23.512	6.826
Impostos a recuperar		12.181	8.191
Despesa antecipada		1.326	1.256
Outros créditos		–	–
Não circulante			
Realizável a longo prazo		**14.801**	**15.569**
Imposto de renda e contribuição social diferidos		14.716	15.487
Depósitos judiciais		49	45
Investimentos		37	37
Arrendamento	6	**585**	**1.282**
Imobilizado	6	**1.969**	**3.178**
Intangível	6	**70.017**	**27.592**
Total do ativo		**138.704**	**82.877**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**42.091**	**25.610**
Fornecedores		15.495	5.410
Impostos e contribuições a recolher		3.519	1.688
Obrigações trabalhistas	7	9.323	10.804
Arrendamento a pagar		716	1.496
Outras obrigações		13.039	6.212
Não circulante		**1.285**	**879**
Provisão para riscos	8	1.285	879
Patrimônio líquido	9	**95.328**	**56.388**
Capital social		106.400	69.000
Prejuízo acumulados		(11.072)	(12.612)
Total do passivo e patrimônio líquido		**138.704**	**82.877**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receitas líquidas	10	**111.441**	**81.370**
Custos dos serviços prestados	11	(98.131)	(90.308)
Lucro bruto		**13.310**	**(8.938)**
Despesas gerais e administrativas	11	(14.062)	(14.082)
Lucro operacional		**(752)**	**(23.020)**
Resultado Financeiro	12	1.791	1.922
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.039**	**(21.098)**
Imposto de renda e contribuição social	13		
Corrente		–	–
Diferido		(667)	6.854
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício		**372**	**(14.244)**
Lucro/(Prejuízo) Líquido por Ação - em R$		–	(0,0002)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	**372**	**(14.244)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**372**	**(14.244)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**39.000**	**9.736**	**400**	**894**	**(11.856)**	**38.174**
Ajustes de exercícios anteriores/CPC 06		–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	(14.244)	(14.244)
Compensação de prejuízos		–	–	–	–	–	–
Aumento de capital social	9	30.000	–	–	–	–	30.000
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–
Dividendos propostos adicionais aos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–
Reconhecimento de plano de ações		–	2.458	–	–	–	2.458
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**69.000**	**12.194**	**400**	**894**	**(26.100)**	**56.388**
Dividendos distribuídos		–	–	–	–	–	–
Ajustes de exercícios anteriores/CPC 06		–	–	–	–	–	–
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	372	372
Compensação de prejuízos		–	–	–	–	–	–
Aumento de capital social	9	37.400	–	–	–	–	37.400
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–
Dividendos propostos adicionais aos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–
Reconhecimento de plano de ações		–	1.168	–	–	–	1.168
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**106.400**	**13.362**	**400**	**894**	**(25.728)**	**95.328**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R$)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		**372**	**(14.244)**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Ajustes de exercícios anteriores		–	–
Depreciação e amortização	6	9.288	9.655
Imposto de renda e contribuição social diferidos		667	(6.854)
Baixa do valor residual do ativo imobilizado		193	282
Arrendamento		(818)	(1.035)
Provisão programa de ações		1.168	2.458
Provisão para participação nos lucros		3.308	4.154
Provisão para riscos		406	205
(Aumento/Redução) diminuição dos ativos e passivos:			
Contas a receber		(16.686)	(3.976)
Impostos a recuperar		(3.990)	1.368
Despesa antecipada		(70)	76
Outros créditos		–	–
Depósitos judiciais		(3)	16
Fornecedores		10.085	(3.051)
Impostos e contribuições a recolher		1.831	(1.951)
Obrigações trabalhistas		(4.789)	(9.044)
Outras contas a pagar		6.827	5.810
Caixa utilizado pelas atividades operacionais		**7.788**	**(16.131)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	6	(42)	(18)
Aquisição de intangível	6	(49.801)	(6.019)
Aquisição/Redução de arrendamento		(16)	142
Aumento/Redução de investimentos		–	68
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(49.859)**	**(5.827)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de Capital Social		37.400	30.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**37.400**	**30.000**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(4.671)**	**8.042**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		18.983	10.941
No fim do exercício		14.313	18.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R$)

1. Contexto operacional: A PDTEC S.A. ("PDTEC") é uma companhia por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Tucunaré, 550 - 3º andar, bairro Tamboré, Barueri - SP, e realiza as seguintes atividades: Registro de documentos, visando à obtenção de valor probante e eficácia jurídica, utilização de comunicações extrajudiciais mediante uso de certificação digital, disponibilização de sistema de gerenciamento, controle de imagem, tráfego de ida e volta a cartórios e outros órgãos. Serviços de suporte em tecnologia, processamento, gestão e tratamento eletrônico de dados, permitindo a produção de listagens, realização de consultas, serviços de aplicação e serviços de dados para processamento. Elaboração e gestão de conteúdos e outros serviços de informação na internet, bem como cessão de uso de programas de computação e certificação digital. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela diretoria financeira da PDTEC em 29 de março de 2024. **2. Base para elaboração:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade *(International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela CVM. **3. Resumo das principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalentes de caixa:** A PDTEC considera como saldos de caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, numerários em espécie e depósitos bancários à vista. **b) Instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração:** A PDTEC classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado com empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente ou ativos designados pela PDTEC, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. **Recebíveis:** Registrados primeiramente pelos valores faturados com base nos contratos firmados com cada cliente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se aplicável, em montante determinado pela Administração para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. A PDTEC incorre em certos gastos em nome de seus clientes que posteriormente são apresentados para reembolso mediante a emissão de notas de débito. Os gastos reembolsáveis são reconhecidos quando incorridos. **(ii) Valor justo:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A PDTEC avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). **c) Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição ou valor de reavaliação, deduzido de depreciações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 6, considerando a vida útil econômica dos bens. **d) Intangível:** Licenças adquiridas de programas de computador são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. **e) Arrendamento:** Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros atualizados de acordo com os índices ou taxas de correções contratuais projetados. O passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao ativo de direito de uso (imobilizado). O passivo do arrendamento é reavaliado na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, mudança nos pagamentos futuros, alteração de um índice ou taxa utilizada para determinar os pagamentos. O valor da apuração é reconhecido como um ajuste ao ativo de direito de uso. Os juros incorridos são registrados como despesa financeira e os pagamentos realizados reduzem o valor contábil do passivo de arrendamento. O pagamento de contratos de curto prazo (12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa quando ocorridos. **f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*, e havendo indícios de possível *impairment* são reavaliados em períodos menores. Os ativos que estão sujeitos à amortização, com vida útil definida, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25. • **Ativos contingentes -** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a PDTEC possui total controle da situação, não cabendo sobre eles mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. • **Passivos contingentes -** são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; a similaridade com processos anteriores; e, no posicionamento de tribunais, sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não são provisionados nem divulgados. • **Obrigações legais -** são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais a PDTEC tem por diretriz contábil reconhecer contabilmente, quando aplicável. **h) Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas em conformidade com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato que estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com o Cliente e que tem por finalidade evidenciar se foram ou não, satisfeitos os critérios para o registro das receitas, portando, o PDTEC reconhece a receita quando: (i) identifica o contrato com o cliente; (ii) identifica as diferentes obrigações de desempenho contratadas; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações do contrato; e (v) satisfaz as obrigações de desempenho estabelecidas no contrato. As receitas compreendem o valor que reflete a expectativa de caixa em decorrência da prestação de serviços no curso normal das atividades da PDTEC. **Tributos sobre as receitas:** A PDTEC calcula as contribuições às alíquotas de 1,65% para o PIS e de 7,60% para a COFINS, exceto pelas atividades sujeitas ao regime cumulativo que são calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e de 3% para a COFINS. A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa efetiva de juros. **i) Impostos e taxas:** O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos da PDTEC, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240 mil. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando aplicáveis, são calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de despesas para fins contábeis e fiscais, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros. **j) Benefícios a funcionários:** A PDTEC fornece a seus colaboradores a título de benefícios, vale-transporte, vale-refeição ou alimentação pagos pela PDTEC, plano de saúde e odontológico além de plano de participação nos resultados, baseado nos resultados individuais e coletivos. **k) Incentivo de Longo Prazo:** A PDTEC mantém um plano de incentivo de longo prazo aplicável a seus administradores e empregados, cuja participação está condicionada ao resultado da avaliação, nível de responsabilidade e da função estratégica que ocupa. **l) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis relevantes e o exercício de julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas da PDTEC. Determinadas premissas e estimativas foram adotadas em decorrência de experiências históricas e outros fatores considerados como relevantes. Os resultados reais em exercícios futuros poderão divergir dos estimados em decorrência de variáveis, estimativas ou condições diferentes daquelas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e reconhecidas prospectivamente. Aquelas premissas que requerem maior nível de julgamento, possuem maior complexidade e são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, são: **m) Vida útil estimada do ativo imobilizado e intangível:** As premissas utilizadas levam em consideração a expectativa do tempo de uso, reposição, obsolescência e de seu benefício econômico para a PDTEC, entretanto, as vidas úteis reais podem ser diferentes em decorrência de atualizações tecnológicas, uso inadequado, falta de manutenção, entre outros. **n) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, ativos e passivos contingentes:** A PDTEC revisa periodicamente suas contingências nos termos das diretrizes de avaliação de contingências da PDTEC, que também leva em consideração a análise dos escritórios externos responsáveis pela demanda. A classificação da probabilidade de perda e os valores estimados podem divergir dos valores efetivamente realizados em decorrência de fatores externos não controláveis pelo PDTEC. **o) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** A PDTEC avalia a recuperabilidade do ativo fiscal diferido baseada em premissas adotadas pela administração que levam em consideração os prazos prováveis de realização de lucros tributáveis futuros. Essas projeções internas são atualizadas anualmente para refletir os dados mais recentes. Dado a natureza de longo prazo, mudança na legislação tributária ou nas premissas adotadas, entre outros fatores, o valor real de recuperabilidade do ativo fiscal diferido poderá divergir das estimativas o que poderá exigir ajustes futuros nos impostos registrados (Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro). **p) Despesas antecipadas:** Representadas por contratos firmados com fornecedores decorrentes de diversas prestações de serviços pagas antecipadamente. As despesas são apropriadas para o resultado em função do prazo de cada contrato e à medida que os serviços são recebidos. **q) Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos e de realização/liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. **Provisões para contingências:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25. Tais valores decorrem de processos judiciais movidos por terceiros e ex-funcionários envolvendo ações trabalhistas, tributárias e cíveis. Essas contingências são avaliadas pela PDTEC e por seus consultores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. **4. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras da PDTEC estão classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, designados pela Administração no momento inicial da contratação. As aplicações financeiras estão classificadas no ativo circulante independente do prazo de vencimento.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado		
Fundos de investimento	12.179	18.965
Total	**12.179**	**18.965**

As cotas de fundos de investimento, não possuem vencimento e estão representadas por aplicações no fundo "Santander FI Cedro Renda Fixa" e "Araucária RF FI" administrados pelo Banco Santander S.A. e Banco Itaú S.A., respectivamente. A carteira do fundo de investimento no qual a PDTEC aplica está preponderantemente composta por aplicações em títulos públicos federais. O valor justo das aplicações em títulos públicos federais é determinado de acordo com os valores e preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ou, na ausência destes, pelo preço definido pela Administração que melhor reflita seu valor de venda, apurado através de pesquisas junto a outras instituições. Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. **Política de gestão de riscos financeiros:** A PDTEC possui política de aplicação do saldo em caixa que privilegia alternativas de baixo risco. Dessa forma, as aplicações financeiras estão basicamente representadas por ativos financeiros conservadores, de alta liquidez, cuja rentabilidade está atrelada à taxa Selic e/ou CDI. **Risco de taxa de juros:** Advém da possibilidade de oscilações das taxas de juros futuras para os respectivos vencimentos poderem gerar um impacto sobre os valores justos das aplicações da PDTEC. **Análise de sensibilidade:** Os impactos de uma variação de 25% a 50% sob o cenário provável da taxa Selic para os próximos três meses estão representados a seguir:

Fator de risco	-50%	-25%	Impacto Cenário Provável	+25%	+50%
CDI/SELIC	44	65	85	106	125
TaxaCDI	6,85%	10,27%	13,69%	17,11%	20,54%

5. Contas a receber: Prática contábil: Os recebíveis da PDTEC compreendem, substancialmente, contas a receber de clientes. São registrados inicialmente pelo valor da transação e posteriormente pelo custo amortizado, utilizando o método de juro efetivo, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. As perdas são estimadas através da utilização de uma matriz de provisão baseada em dias de atrasos e segmentada por clientes e serviços que apresentam padrões semelhantes de perdas. A matriz de provisão é revisada e atualizada de acordo com a experiência histórica e expectativa de perdas da carteira de recebíveis da PDTEC.

	2023	2022
Contas a receber de clientes	17.301	2.212
Valores reembolsáveis (*)	6.211	4.614
Total	**23.512**	**6.826**

(*) Durante a execução dos serviços contratados, a PDTEC incorre em certos gastos que posteriormente são apresentados a seus clientes para reembolso mediante a emissão de notas de débito. Esses gastos são relativos à cobertura de custas em cartórios e correios, necessárias para a integração de registro de documentos. O montante de R$ 6.211 inclui notas de débito a receber de R$ 461 e valores a serem aprovados pelos clientes de R$ 5.750 (em 2022 o montante de R$ 4.614 era composto por R$ 1.063 de nota de débito a receber e R$ 3.550 a serem aprovados pelos clientes). **6. Imobilizado e intangível: Prática contábil:** Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e o seu valor residual. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no fim de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. A despesa de depreciação é reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo. A depreciação de ativos imobilizados utilizados para atividades de desenvolvimento é incluída como parte do custo de um ativo intangível. **Softwares e projetos:** Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo PDTEC e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. A despesa de amortização é reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo. Nesses casos, a amortização de ativos intangíveis utilizados para atividades de desenvolvimento é incluída como parte do custo de outro ativo intangível. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

Movimentação - Imobilizado	Equiptos. informática	Máquinas e equiptos.	Instalações	Móveis e utensílios	Equiptos. telefônicos	Total
Saldo em 31/12/2021	**976**	**3.786**	**2**	**166**	**7**	**4.937**
Adições	–	2	–	–	16	18
Baixas	–	(278)	–	(4)	–	(282)
Depreciação	(501)	(944)	(1)	(47)	(2)	(1.495)
Saldo em 31/12/2022	**475**	**2.566**	**1**	**115**	**21**	**3.178**
Adições	–	42	–	–	–	42
Baixas	(55)	(138)	–	–	–	(193)
Depreciação	(264)	(760)	–	(31)	(3)	(1.058)
Saldo em 31/12/2023	**156**	**1.710**	**1**	**84**	**18**	**1.969**
Custo	7.133	5.059	12	915	149	13.268
Depreciação acumulada	(6.977)	(3.349)	(11)	(831)	(131)	(11.299)
Saldo em 31/12/2023	**156**	**1.710**	**1**	**84**	**18**	**1.969**
Taxas médias anuais de depreciação 2023	20%	20%	10%	10%	20%	20%

Movimentação - Intangível	Software	Marcas e patentes	Desenvolvimento de software	Total
Saldo em 31/12/2021	**21.564**	**3**	**7.535**	**29.102**
Adições	10.276	–	–	10.276
Baixas	–	–	(4.257)	(4.257)
Amortização	(7.529)	–	–	(7.529)
Saldo em 31/12/2022	**24.311**	**3**	**3.278**	**27.592**
Adições	–	–	49.801	49.801
Baixas	–	–	–	–
Amortização	(7.376)	–	–	(7.376)
Saldo em 31/12/2023	**16.935**	**3**	**53.079**	**70.017**
Custo	46.009	3	53.079	49.290
Amortização acumulada	(29.074)	–	–	(21.698)
Saldo em 31/12/2023	**16.935**	**3**	**53.079**	**70.017**
Taxas médias anuais de amortização **2023**	**20%**			

Arrendamento	2023	2022
Ativos de direito de uso		
Imóveis	3.863	3.847
Depreciação acumulada	(3.278)	(2.565)
	585	**1.282**

7. Obrigações trabalhistas:

	2023	2022
Provisões de férias e stock grant	7.385	7.735
Provisões stock grant	1.168	1.674
Obrigações previdenciárias	685	571
Outros	85	824
Total	**9.323**	**10.804**

8. Provisão para contingências e obrigações legais: Prática contábil: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25/ IAS 37. As provisões são reconhecidas quando: (i) a PDTEC tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor possa ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes não são reconhecidos, pois não se espera que saídas de recursos sejam requeridas para sua liquidação ou não seja possível mensurar o montante da obrigação com confiabilidade, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível. Em casos relevantes em que a probabilidade de perda seja classificada como remota, a PDTEC possui como prática a divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras em decorrência das incertezas sobre as suas realizações.

	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**674**
Provisão	232
Baixas	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**879**
Provisão	473
Baixas	(67)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.285**

9. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 04 de fevereiro de 2022 e 01 de junho de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um aumento do Capital Social da PDTEC, de R$39.000 e de R$49.000 para R$ 69.000 respectivamente, ambas com emissão de novas ações ordinárias. Em 23 de março de 2023; 10 de maio de 2023; 05 de junho de 2023; 14 de agosto de 2023; e 25 de outubro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou os aumentos do Capital Social da PDTEC, de R$ 79.000; R$ 87.600; R$ 90.400; R$ 101.400; para R$ 106.400, respectivamente, com emissão de novas ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social de R$106.400 (31 de dezembro de 2022 - R$69.000) é representado por 104.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (Em 31 de dezembro de 2022 o capital social era de R$69.000 representado por 67.200.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal). **b) Reserva legal:** A PDTEC destina 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, à constituição do fundo de reserva legal, que não excede 20% do capital social. **c) Dividendos:** O estatuto social da PDTEC estabelece que os lucros líquidos anualmente obtidos terão a aplicação que lhes for determinada pelos acionistas, garantida a todos os acionistas sua participação proporcional, de maneira que os acionistas participem nos lucros e nas perdas da PDTEC na proporção das ações que possuem.

10. Receitas:

	2023	2022
Soluções p/cadeia de financiamento	34.784	32.683
Produtos imobiliários	21.841	35.064
Tecnologia, dados e serviços	64.757	21.144
(–) Impostos incidentes sobre vendas	(9.941)	(7.521)
Receitas líquidas	**111.441**	**81.370**

11. Custos e despesas por natureza:

	2023	2022
Pessoal	(47.608)	(53.685)
Aluguéis e condomínios	(513)	(671)
Serviços de terceiros (a)	(45.468)	(32.036)
Cartório	(7.542)	(6.545)
Conservação e manutenção	(201)	(256)
Correios	(435)	(381)
Depreciação e amortização	(9.288)	(9.655)
Pró-Labore	(646)	(588)
Outras	(492)	(574)
	(112.193)	**(104.391)**
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(98.131)	(90.308)
Despesas gerais e administrativas	(14.062)	(14.082)

(a) Refere-se principalmente aos gastos com consultoria, assessoria jurídica e serviços de tecnologia da informação.

12. Resultado financeiro:

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.933	1.711
Outras	433	517
	2.366	2.228
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(35)	(37)
Descontos concedidos	0	(11)
Juros de arrendamento	(77)	(95)
Outras	(463)	(163)
	(575)	(306)
Resultado financeiro	**1.791**	**1.922**

13. Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.039**	**(21.098)**
Taxa de impostos combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social antes das adições e exclusões	(353)	7.173
Diferenças permanentes	200	199
Diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(514)	(518)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(667)**	**6.854**

A Diretoria

Contador

Valter Grégio Junior - CRC 1SP245209/O-3

M&G FIBRAS HOLDING S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ n.º 18.731.866/0001-38 - NIRE 35.300.455.916
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da **M&G FIBRAS HOLDING S.A.** são convidados pelo Conselho de Administração a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em sua sede social, localizada na Avenida das Nações Unidas, 12551 – 8º andar – Parte V – São Paulo/SP, no dia 05 de abril 2024, às 08:30, a fim de:

1. Em razão da exigência recebida da Junta Comercial de São Paulo, para que a Companhia comprove a publicação de seu balanço na Central de Balanços da JUCESP, antes da realização da AGO da Companhia em 16 de fevereiro de 2024, o que só aconteceu em 03 de março de 2024 e para cumprir com os requisitos legais dispostos nos arts. 133 e 289, II da Lei 6.404/76, será realizada nova Assembleia Geral Ordinária para rerratificar as deliberações realizadas naquela AGO.

Em consonância com o Parágrafo único do artigo 28 do Estatuto Social em vigor da Companhia, os mandatos de representação na Assembleia Geral deverão ser depositados na sede social da Companhia até às 17h (dezessete horas) do dia 04 de abril de 2024.

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão novamente à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

A **M&G FIBRAS HOLDING S.A.** informa ainda que o foro judicial competente para dirimir questões que envolva a sua acionista **M&G FIBRAS PARTICIPAÇÕES LTDA.** é o da cidade de São Paulo, onde está localizada a sua sede, nos termos do artigo 119 da Lei das Sociedades Anônimas.

São Paulo, 28 de março de 2024.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
M&G FIBRAS HOLDING S.A

Alfa Rodobus S/A Transportes, Administração e Participação

CNPJ/MF nº 97.528.044/0001-20 - NIRE 35.300.394.054
Aviso aos Acionistas

A companhia informa, em observância ao artigo 133 da LSA, que encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas em sua sede social: o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 26 de março de 2024
Willamys da Silva Bezerra - Presidente

CARBON HOLDING FINANCEIRA S.A.

CNPJ/MF: 29.267.972/0001-29 - NIRE: 35.300.511.344
Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos senhores acionistas da Carbon Holding Financeira S.A. ("Companhia") que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 3.186, Jardim Paulista, CEP 01406-000, todos os documentos e informações referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 28 de março de 2024. **Carbon Holding Financeira S.A. -** Marcelo Kalim - Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente.

Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas

CNPJ nº 61.413.282/0001-43 - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Senhores Acionistas da **Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas,** para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, na sede social, na Avenida Presidente Wilson, 1230, nesta Capital, às 10:00 horas do dia 30 de abril do corrente ano, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: I - Ordinariamente:** a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrativos Financeiros referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) Destinação a ser dada ao resultado apurado no exercício; **II - Extraordinariamente:** a) Aumento do capital social; b) Alteração do artigo 5º do capital Social do Estatuto Social; c) alteração do artigo 3º do Objeto Social para incluir o parágrafo único, a seguir: "O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da companhia deverá considerar: a) os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus Acionistas; b) os efeitos econômicos, sociais, ambientais, e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Companhia em relação aos empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da Companhia, como também em relação à comunidade local e global em que ela atua; c) alteração do artigo 8º do Estatuto Social que trata sobre a administração e representação da companhia, para incluir o parágrafo 6º a seguir: "No desempenho de suas funções, os administradores da Companhia deverão considerar o melhor interesse da Companhia incluindo os interesses, as expectativas e os efeitos de curto e longo prazo sobre os seguintes atos relacionados à Companhia: I) acionistas; II) os empregados ativos; III) os fornecedores, consumidores e demais credores; e IV) a comunidade e o meio ambiente local e global." d) Discussão e aprovação sobre o número de conselheiros, composição e orçamento do Conselho; e) Outros assuntos de interesse social." Outrossim comunicamos que acham-se à disposição dos acionistas na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023.

São Paulo, 27/03/2023. **Antonella Bertolucci Locoselli -** Presidente do Conselho

Credz S.A. Instituição de Pagamento

CNPJ 12.109.247/0001-20 - NIRE JUCESP 35.300.516.451
Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os Srs. Acionistas convocados para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada **em 05/04/2024, às 9h, exclusivamente por vídeoconferência, por meio da plataforma Teams,** que será considerada realizada na sua sede social, situada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1309, 11º andar, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01452-002, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: Análise, discussão e deliberação, acerca das seguintes matérias: (i) ratificação, pelos Acionistas, da celebração pela Companhia, com a **DM Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** e Outras, do Acordo de Transação em 18/03/2023, e do respectivo Primeiro Aditamento ao Acordo de Transação, em 22/03/2024; (ii) autorização para que os Diretores da Companhia adotem todas as medidas necessárias para a implementação da Transação, podendo assinar todo e qualquer documento, desde que não alterem o objeto e resultado da Transação; e (iii) deliberação a respeito da alteração do objeto social da Companhia, de modo a ajustá-lo aos termos e condições do Contrato de Prestação de Serviços a ser celebrado com a DM Financeira, por ocasião do fechamento da operação, cuja minuta acompanha o Primeiro Aditamento ao Acordo de Transação como Anexo G, e consequente alteração do Artigo 3º do Estatuto Social. A Assembleia será realizada de forma eletrônica, por videoconferência, conforme os dados de conexão a seguir, cuja respectiva senha de acesso será encaminhada nesta data, via e-mail, aos Acionistas: **ID da reunião 278 403 346 689.** A Companhia admitirá voto à distância, conforme modelo de Boletim de Voto à Distância a ser enviado por e-mail, nesta data, aos Acionistas. O Boletim de Voto à Distância deverá ser enviado por e-mail, ao endereço eletrônico grace.cury@credz.com.br, junto com os documentos que comprovem a representação dos respectivos signatários, **até às 23:59h do dia 31/03/2024,** podendo ser assinado eletronicamente, com certificado emitido pela Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP Brasil. A Companhia esclarece que serão considerados presentes na Assembleia os Acionistas que enviarem seu Boletim de Voto à Distância dentro do prazo estabelecido, ou comparecerem, de forma eletrônica, na data da realização da Assembleia. São Paulo, 28/03/2024. **Diretoria.**

DROGARIAS DPSP S.A.

CNPJ/MF: 14.553.607/0001-03 - NIRE: 35.300.414.748
AVISO AOS ACIONISTAS

Drogarias DPSP S.A. ("Companhia") comunica aos seus acionistas que se encontram à disposição, na sede da Companhia, todos os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023. A Companhia está à disposição para eventuais esclarecimentos através do contato.acionistas@dpsp.com.br - São Paulo, 28 de março de 2024. Jonas Cezar Laurindvicius - Diretor Presidente

CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.591.787/0001-39 - NIRE 35300479017
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas de **Capitalpart Participações S.A.** ("Companhia") convocados para se reunir em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") a realizar-se no dia **29 de abril de 2024, às 11 horas**, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 21º andar, conjunto 2101, CEP 01.452-000, Jardim Paulistano, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) Fixação do número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; (iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Fixação do limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **Instruções Gerais:** Poderão participar da Assembleia ora convocada os titulares de ações emitidas pela Companhia e escrituradas em seu nome na instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., consoante dispõe o artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas deverão apresentar, quando da assinatura do Livro de Presença de Acionistas, os documentos listados abaixo, além daqueles indicados no item de Instruções Especiais deste edital: • Comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da Assembleia. • Caso o acionista seja representado por procurador, este deverá apresentar-se no local de realização da Assembleia com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, portando documento de identificação com foto e instrumento de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia, outorgados nos termos do art. 126 da Lei das S.A. **Instruções Especiais:** Os acionistas deverão apresentar, adicionalmente, quando da assinatura do Livro de Presença de Acionistas, os documentos listados abaixo: - Acionistas Pessoas Físicas • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas). - Acionistas Pessoas Jurídicas • Cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores, ata de eleição dos membros do conselho de administração, se houver, e/ou procuração). Fundos de Investimento - • Cópia autenticada do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores, ata de eleição dos membros do conselho de administração, se houver, e/ ou procuração). Toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos websites da Companhia (https://migr-capitalpartparticipacoes.mz-sites.com/) e da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br). São Paulo, 27 de março de 2024. **José Carlos Rodrigues Rosa** - Diretor de Relação com Investidores.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

Localiza Veículos Especiais S.A.

CNPJ nº 02.491.558/0001-42

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: O ano de 2023 foi marcado por grandes avanços e grandes desafios, avançamos no processo de integração com captura de sinergias acima do esperado entre a Companhia e a Localiza (RENT3). Aprimoramos nossas práticas e processos internos com ganho de produtividade, além de simplificarmos e automatizarmos nossos processos com melhoria da experiência em toda a cadeia. Vivenciamos um cenário macroeconômico complexo, de juros altos e restrição de crédito e sentimos o efeito da Medida Provisória do Carro Popular. Apesar disso, do ponto de vista operacional e competitivo estamos mais fortes e começamos a ver as variáveis de juros e crédito com tendência positiva para o ciclo de 2024. Todo esse avanço foi suportado por um time altamente engajado, pelo adensamento de talentos, por um processo robusto de Gestão & Cultura e pela disciplina na alocação de capital.

2 - CONDIÇÕES MACROECONÔMICAS: O ambiente externo, apesar de ainda volátil, começa a apresentar sinais de recuperação refletidos no arrefecimento das taxas de juros de longo prazo nos Estados Unidos e na redução da pressão inflacionária global, indicadores que, apesar de apresentarem evolução, ainda permanecem em níveis elevados. Os bancos centrais das principais economias seguem empenhados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas. Nesse contexto, o cenário internacional menos adverso, sugere o início da inflexão das políticas monetárias mais restritivas que vinham sendo praticadas, o que deveria colaborar para o aumento da atividade econômica. No Brasil, a inflação segue trajetória de queda, fazendo com que o ciclo de aperto monetário experimentado durante o ano comece a arrefecer, conforme pode ser observado pelas recentes reduções na taxa Selic. A menor taxa de juros, atrelada a recomposição de parte da renda disponível do consumidor, tende a impulsionar o setor de aluguel de carros e a reduzir o custo de acesso ao mercado de crédito. Em 2023, focamos os nossos esforços em iniciar o ciclo de recomposição dos patamares históricos de ROIC *spread* da companhia, crescendo em volume mesmo com repasses de preço no aluguel. Em Seminovos, o ambiente de restrição de crédito, o alto nível de juros e os efeitos da MP do carro popular no 2T23, aceleraram o ciclo de convergência das margens para os patamares históricos. Nesse contexto, continuamos disciplinados na alocação de capital e cautelosos na gestão de caixa e dívida, mantendo indicadores de alavancagem e liquidez em patamares saudáveis. Como ponto de atenção, permanece o contexto fiscal, com os gastos do governo superando as receitas, o que poderia incentivar o aumento das medidas arrecadatórias, trazendo desafios adicionais a economia, além dos fatores geopolíticos como as guerras no Leste Europeu e no Oriente Médio.

3 - RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES: Para garantir que não sejam contratados serviços extra auditoria que possam comprometer a independência dos seus auditores, a Controladora Localiza possui documento normativo sobre Contratação de Serviços Extra-Auditoria, revisada e monitorada pelo Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e da Companhia de Locação das Américas ("Locamérica"), controladora direta, cujos honorários referentes ao exercício de 2023 foram contratados pela Locamérica. A Companhia não contratou durante 2023 outros serviços prestados pelos auditores além da auditoria das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial - Em milhares de reais

	Nota	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	86.202	128.626	90.612	150.759
Títulos e valores mobiliários	6	99.199	-	119.357	-
Contas a receber	7	148.868	98.070	155.894	103.628
Dividendos a receber	9(c)	12.351	13.663	-	-
Veículos em desativação para renovação de frota	11(b)	96.630	40.269	100.099	40.831
Tributos a recuperar	8	17.768	1.237	19.776	2.143
Outros ativos circulantes		6.317	1.492	6.470	1.683
Total do ativo circulante		**467.335**	**283.357**	**492.208**	**299.044**
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Depósitos judiciais	16(a)	172	159	185	159
Tributos a recuperar	8	26.932	-	26.932	-
Outros ativos não circulantes		-	226	-	226
Total do realizável a longo prazo		**27.104**	**385**	**27.117**	**385**
Investimentos	9(b)	86.303	86.303	-	-
Imobilizado	11(a)	2.271.218	1.776.015	2.348.077	1.854.903
Intangível		-	2	-	2
Total do ativo não circulante		**2.384.625**	**1.862.705**	**2.375.194**	**1.855.290**
Total do ativo		**2.851.960**	**2.146.062**	**2.867.402**	**2.154.334**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Circulante					
Fornecedores	12	166.680	155.245	177.184	159.831
Obrigações sociais e trabalhistas	13	4.829	2.781	5.137	3.060
Arrendamento por direito de uso	15	927	2.590	927	2.590
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	2.675	1.218	3.998
Dividendos a pagar	18(c)	43.445	21.394	43.445	21.394
Outros passivos circulantes		2.751	3.761	2.944	4.183
Total do passivo circulante		**218.632**	**188.446**	**230.855**	**195.056**
Não circulante					
Arrendamento por direito de uso	15	153	1.371	153	1.371
Provisão para riscos	16(b)	1.445	1.230	1.575	1.320
Impostos de renda e contribuição social diferidos	17	155.000	66.735	158.089	68.307
Outros passivos não circulantes		572	-	572	-
Total do passivo não circulante		**157.170**	**69.336**	**160.389**	**70.998**
Total do passivo		**375.802**	**257.782**	**391.244**	**266.054**
Patrimônio líquido	18				
Capital social		2.176.510	1.728.417	2.176.510	1.728.417
Reservas de capital		1.655	1.351	1.655	1.351
Reservas de lucros		297.993	158.512	297.993	158.512
Total do patrimônio líquido		**2.476.158**	**1.888.280**	**2.476.158**	**1.888.280**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.851.960**	**2.146.062**	**2.867.402**	**2.154.334**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Individual e Consolidado

	Nota	Capital social	Reservas de capital: Reservas de opções outorgadas	Reservas de capital: Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de investimentos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**1.085.306**	**668**	**-**	**3.913**	**57.930**	**37**	**-**	**1.147.854**
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	128.913	128.913
Aumento de capital social		643.111	-	-	-	-	-	-	643.111
Plano de benefício em ações		-	753	-	-	-	-	-	753
Opções e ações exercidas		-	(438)	331	-	-	-	-	(107)
Reserva de capital		-	-	37	-	-	(37)	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:									-
Constituição de reserva legal		-	-	-	6.446	-	-	(6.446)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(10.850)	(10.850)
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	-	-	(21.394)	(21.394)
Retenção de lucros		-	-	-	-	90.223	-	(90.223)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**1.728.417**	**983**	**368**	**10.359**	**148.153**	**-**	**-**	**1.888.280**
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	182.926	182.926
Aumento de capital social	18(a)	448.093	-	-	-	-	-	-	448.093
Plano de benefício em ações		-	419	-	-	-	-	-	419
Opções e ações exercidas		-	(115)	-	-	-	-	-	(115)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Constituição de reserva legal		-	-	-	9.146	-	-	(9.146)	-
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	-	-	(43.445)	(43.445)
Retenção de lucros		-	-	-	-	130.335	-	(130.335)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**2.176.510**	**1.287**	**368**	**19.505**	**278.488**	**-**	**-**	**2.476.158**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional, líquida	19	749.417	467.093	790.576	513.664
Custos operacionais	20	(465.014)	(287.073)	(488.615)	(315.237)
Lucro bruto		**284.403**	**180.020**	**301.961**	**198.427**
Despesas com vendas	20	(14.585)	(5.669)	(15.149)	(5.993)
Despesas gerais, administrativas e outras	20	(12.570)	(3.450)	(13.165)	(3.609)
Resultado de equivalência patrimonial	9(c)	12.351	13.675	-	-
Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos		**269.599**	**184.576**	**273.647**	**188.825**
Receitas financeiras	21	5.510	3.936	7.998	6.835
Despesas financeiras	21	(3.893)	(5.133)	(3.990)	(5.257)
Despesas financeiras, líquidas		**1.617**	**(1.197)**	**4.008**	**1.578**
Lucro antes dos impostos		**271.216**	**183.379**	**277.655**	**190.403**
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	17(b)	(25)	(12.683)	(4.947)	(18.471)
Diferido	17(b)	(88.265)	(41.783)	(89.782)	(43.019)
		(88.290)	**(54.466)**	**(94.729)**	**(61.490)**
Lucro líquido do exercício		**182.926**	**128.913**	**182.926**	**128.913**
Lucro por ação – básico e diluído - R$	18(e)	-	-	0,10	0,11

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	182.926	128.913	182.926	128.913
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	182.926	128.913	182.926	128.913

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		182.926	128.913	182.926	128.913
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17(b)	88.265	41.783	89.782	43.019
Equivalência patrimonial	9(c)	(12.351)	(13.675)	-	-
Depreciação e amortização	22(iii)	204.590	118.473	216.539	127.417
Valor residual de veículos vendidos	20	119.724	55.366	123.394	68.176
Valor residual dos veículos roubados		3.501	2.915	3.655	3.168
Ajuste ao valor recuperável de ativos	20	1.034	-	1.040	-
Provisão de pagamento baseado em ações		419	753	419	753
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	20	6.804	(1.831)	7.145	(1.904)
Provisão de participação nos resultados		2.470	815	2.577	850
Juros de arrendamento	21	381	374	381	376
Juros de cessão de crédito por fornecedores	21	-	3.346	-	3.346
Atualização monetária de títulos e valores mobiliários		(1.857)	-	(4.346)	-
Outros		274	827	313	929
		596.180	**338.059**	**623.825**	**375.043**
(Acréscimo) decréscimo de ativos					
Contas a receber de clientes		(57.602)	(57.286)	(59.411)	(56.637)
Impostos a recuperar		(44.797)	(2.944)	(47.233)	(3.770)
Outros ativos circulantes e não circulantes		(4.593)	90	(4.567)	52
		(106.992)	**(60.140)**	**(111.211)**	**(60.355)**
Acréscimo (decréscimo) de passivos					
Aquisição de veículos e acessórios líquido do saldo a pagar a fornecedores - veículos		(868.955)	(814.109)	(879.826)	(869.951)
Fornecedores (exceto montadoras de veículos)		(634)	5.574	(491)	5.169
Outros passivos circulantes e não circulantes		3.843	5.953	8.888	11.612
		(865.746)	**(802.582)**	**(871.429)**	**(853.170)**
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(376.558)	(524.663)	(358.815)	(538.482)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(6.044)	(9.837)	(10.167)	(15.379)
Pagamento de juros de arrendamento	15	(360)	(394)	(360)	(397)
Pagamento de juros de cessão de crédito por fornecedores	14	-	(3.172)	-	(3.172)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais		**(382.962)**	**(538.066)**	**(369.342)**	**(557.430)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de controladas		13.663	14.061	-	-
Aquisições de outros imobilizados e ativos intangíveis	11	(95)	(509)	(106)	(519)
Títulos e valores mobiliários		(97.342)	-	(115.011)	-
Incorporação de controlada		-	1.239	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**(83.774)**	**14.791**	**(115.117)**	**(519)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital social	18(a)	448.093	618.179	448.093	618.179
Pagamento do principal de arrendamento	15	(2.272)	(2.415)	(2.272)	(2.513)
Recursos provenientes do plano de opções de ações		(115)	-	(115)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(21.394)	-	(21.394)	-
Pagamento do principal de cessão de crédito por fornecedores	14	-	(131.963)	-	(131.963)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**424.312**	**483.801**	**424.312**	**483.703**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(42.424)**	**(39.474)**	**(60.147)**	**(74.246)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**128.626**	**168.100**	**150.759**	**225.005**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**86.202**	**128.626**	**90.612**	**150.759**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Localiza Veículos Especiais S.A. ("Localiza Veículos Especiais" ou "Companhia"), anteriormente denominada Locamérica Veículos Especiais S.A., é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, constituída em 24 de abril de 1998 e controlada pela Companhia de Locação das Américas, que, por sua vez, é controlada pela Localiza Rent a Car. A sede da Companhia é domiciliada na Avenida Deputado Rubens Granja, 121, Sacomã, São Paulo, SP - Brasil. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo"), atuam em diversos estados brasileiros, por meio de suas filiais e têm por objeto as seguintes atividades: • Locação de veículos nacionais e importados sem motorista; • Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; • Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista; • Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal; • Estacionamento de veículos; • Serviços de reboque de veículos; • Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; • Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; • Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico; e • UTI móvel. **(a) Aprovação das demonstrações financeiras:** Essas demonstrações financeiras demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria Executiva em 28 de março de 2024. **1.1 Cenário Macroeconômico:** Em 2023, a economia brasileira enfrentou desafios complexos, marcados pela volatilidade nos mercados globais e pressões inflacionárias persistentes. O país implementou medidas para estimular a recuperação econômica, incluindo a recente redução nas taxas de juros, que teve um papel crucial na dinâmica econômica ao tornar o crédito mais acessível. Essa política impulsionou diversos setores, incentivando investimentos e estimulando o consumo, sendo a disponibilidade do crédito uma peça-chave na tentativa de alavancar a economia. Apesar dos esforços, a trajetória econômica foi influenciada por incertezas políticas e ajustes nas políticas monetária e fiscal. Mesmo com as medidas implementadas para impulsionar a recuperação, a incerteza política e os ajustes destacaram a complexidade do cenário. A busca contínua por reformas estruturais, visando impulsionar o crescimento sustentável, e a gestão cuidadosa da dívida pública permaneceram como elementos cruciais ao longo do ano. Em meio a esse contexto desafiador, a necessidade persistente dessas reformas e a gestão prudente da dívida são fundamentais para assegurar uma base sólida para o crescimento econômico futuro. **1.2 Medida Provisória nº 1.175/2023 – Incentivos concedidos à Indústria Automotiva:** Em 5 de junho de 2023 o Governo Federal anunciou, por meio da Medida Provisória nº 1.175/2023 um programa que concedeu incentivos à indústria automotiva para fomentar a demanda por carros através da concessão de descontos, de R$2 (dois mil reais) a R$8 (oito mil reais), voltados inicialmente para pessoas físicas, em carros com preço até R$120 (cento e vinte mil reais) financiados por créditos tributários concedidos às montadoras. A redução nos preços dos carros novos reverbera também nos carros seminovos. Deste modo, a Companhia observou a necessidade de redução dos preços praticados para venda dos carros desativados após o uso nas operações de aluguel. Nesse sentido, foi reconhecido no resultado de 2023, um impacto negativo de R$3.170 e R$4.201, no individual e consolidado, respectivamente, antes de impostos, sendo R$2.135 e R$3.161 de depreciação adicional da frota, no individual e consolidado, respectivamente, e R$1.035 e R$1.040 de ajuste ao valor recuperável de veículos em desativação para renovação da frota, no individual e consolidado, respectivamente. O efeito negativo representou cerca de 0,17% do valor da frota consolidada ao final do 2023. Os principais fatores considerados nas análises foram: • Magnitude das mudanças de preço praticados no mercado: Há impacto não só pelo desconto diretamente associado ao benefício concedido pela Medida Provisória nº 1.175/2023, mas também pela redução de preços praticados por parte das montadoras e concessionárias. Adicionalmente, os carros não contemplados diretamente no programa tendiam a ter seus preços reduzidos como observado em comunicações veiculadas na mídia; • Perspectiva de duração dos preços reduzidos no mercado: o efeito poderia extrapolar o prazo do incentivo (inicialmente limitado a quatro meses), considerando as experiências em eventos similares do passado; • Parcela da frota afetada pela medida: Carros desativados e disponíveis para venda, carros em preparação, e expectativa de venda e de desativação para o período no qual os preços foram impactados; • Valor contábil dos carros impactados: Residual contábil atual destes veículos em relação à nova expectativa de preço de venda. Adicionalmente, o caixa foi positivamente impactado pelo menor investimento em renovação e crescimento, com a compra de carros com preço reduzido, em virtude da MP 1.175 que teve vigência até outubro de 2023.

2 Base de elaboração, apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como "Individual" e "Consolidado", foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo. **2.2 Bases de consolidação e investimento em subsidiárias:** A Companhia consolida todas as empresas sobre as quais detêm o controle. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais da controladora e das subsidiárias, todas sediadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em subsidiárias pelo método da equivalência patrimonial. Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das subsidiárias, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas decorrentes de transações efetuadas entre as empresas. A classificação das contas contábeis do consolidado segue as premissas de agrupamento da Controladora. As controladas, da Companhia estão sumariadas na nota 9 (a). As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas na nota 2.5 e nas demais notas explicativas. **2.3 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como de receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras. As estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) definição da vida útil e do valor residual dos veículos (nota 11); (ii) provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (nota 7); (iii) mensuração do passivo de arrendamento (nota 15); (iv) provisões para riscos (nota 16); (v) apuração do imposto de renda e contribuição social (nota 17); (vi) mensuração dos custos dos planos de incentivo de longo prazo (nota 18). **2.4 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima. **2.5 Resumo das principais políticas contábeis materiais:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras, estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados para Companhia. **2.5.1 Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e o custo médio efetivo da dívida da Companhia, exceto pelo direito de uso e passivo de arrendamento cujo valor presente é calculado com base na expectativa da taxa livre de risco divulgada pelo Banco Central, acrescido do *spread* de captação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (exceto pelo direito de uso e passivo de arrendamento), a Companhia concluiu que seus ativos e passivos circulantes e não circulantes não apresentaram efeitos relevantes quando trazidos a valor presente. **2.5.2 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros:** Para os ativos não financeiros sujeitos a amortização ou depreciação, a Companhia avalia, ao fim de cada exercício, se há alguma indicação de redução do valor recuperável. Se houver tal indicação, uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. **2.5.3 Ativos e passivos sujeitos a atualização monetária e variação cambial:** Os ativos e passivos em Reais e sujeitos à indexação contratual, legal ou cambial são atualizados nas datas dos balanços pela aplicação do correspondente índice. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias e cambiais são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

3 Normas, alterações e interpretações de normas

3.1 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2023. • **IFRS 17 – Contratos de seguro:** em maio de 2017 o IASB emitiu a IFRS 17 em substituição a IFRS 4 – Contratos de seguro, com mudanças significativas nos princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. A referida norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • **Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2 – Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • **Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • **Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • **Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro — Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois**: Em dezembro de 2021 a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE"), no âmbito do projeto do *Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting* ("BEPS"), divulgou as regras modelo do Pilar Dois (ou *Global Anti-Base Erosion Model Rules* – GloBE), objetivando uma abordagem em comum da tributação corporativa internacional, de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras apurem os tributos sobre o lucro a uma alíquota mínima efetiva de 15% em cada país onde operam. Tais regras deverão ser aprovadas localmente em cada país que aderir à proposta, via legislação aplicável, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro para permitir isenção temporária na contabilização de tributos sobre o lucro diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. As alterações acima não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.2 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia:** As mudanças nas IFRSs a seguir foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. • **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16 – Responsabilidade de locação em uma venda e relocação:** Em setembro de 2022, o IASB publicou alterações ao IFRS 16 que exigem que o vendedor-arrendatário determine pagamentos de arrendamento ou pagamentos de arrendamento revisados de modo que não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou perda reconhecido pelo vendedor-arrendatário em relação à rescisão parcial ou total de um arrendamento. Um vendedor-arrendatário aplica a alteração retrospectivamente de acordo com a IAS 8 Políticas, mudanças nas estimativas contábeis e erros nas transações de venda e relocação inseridas após a data da aplicação inicial (ou seja, desde o início do período de relatório anual o qual a entidade aplicou pela primeira vez a IFRS 16). As alterações são efetivas para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 com aplicação anterior permitida. • **Alteração ao IAS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores:** Em maio de 2023, o IASB emitiu novos requisitos de divulgação, com o objetivo de dar maior transparência dos acordos de financiamento de fornecedores e os seus efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez das empresas. As alterações contemplam os requisitos já existentes em outras IFRSs e será necessário divulgar (i) termos e condições do acordo; (ii) montante dos passivos que compõem o acordo, discriminando os valores pagos aos fornecedores pelas instituições financeiras e onde está registrado no balanço; (iii) intervalos de datas de vencimento e; (iv) informações sobre risco de liquidez. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando as alterações e não espera impactos relevantes.

4 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados: (i) ao valor justo por meio do resultado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) ao custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas subsidiárias mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas subsidiárias se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas subsidiárias tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados: (i) ao custo amortizado ou (ii) ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de *hedge* designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros e é incluído na rubrica "resultado financeiro" no resultado. Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado. Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros são como segue:

Ativos financeiros	Nota	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	69.967	128.626	71.078	150.759
Contas a receber	7	148.868	98.070	155.894	103.628
Depósitos judiciais	16(a)	172	159	185	159
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.235	-	19.534	-
Títulos e valores mobiliários	6	99.199	-	119.357	-
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	12	(166.680)	(155.245)	(177.184)	(159.831)
Arrendamento por direito de uso	15	(1.080)	(3.961)	(1.080)	(3.961)
Outras contas a pagar		(952)	(3.244)	(952)	(3.496)

a) Gerenciamento de riscos: As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, que identifica, avalia e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades. As práticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, para monitorar riscos e aderência aos limites. A administração da Companhia criou comitês especializados de forma a tratar de temas críticos do negócio, além de ter estruturado um sistema de controles internos para auxiliar o alcance de seus objetivos operacionais e estratégicos. ***(i) Risco de mercado:*** O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis de riscos considerados aceitáveis no contexto de suas operações. Os instrumentos financeiros da Companhia que são afetados pelo risco de mercado incluem: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários e (iii) contas a receber de clientes. • **Risco de taxa de juros** – É o risco de que o valor justo ou o fluxo de caixa futuro de determinado instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Como estratégia de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas com instituições financeiras e mantém contínuo monitoramento do CDI, com o propósito de, se necessário, ajustar as tarifas de aluguel para mitigar essas flutuações. Adicionalmente, a totalidade do saldo de equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia é também indexada à variação do CDI, mesmo indexador das dívidas pós-fixadas. Em 31 de dezembro de 2023, se o CDI reduzisse em torno de 1,46%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro líquido do exercício apresentaria variação de R$2.819 negativo no Individual e R$1.255 negativo no consolidado (R$276 e R$123 negativos, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022 se o CDI reduzisse em torno de 0,20%).

Impacto no lucro líquido

	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários indexadas ao CDI	(2.819)	(276)	(1.255)	(123)
(Aumento) redução estimado nas despesas financeiras – CDI	(2.819)	(276)	(1.255)	(123)
Aumento) redução estimado nas despesas financeiras total	**(2.819)**	**(276)**	**(1.255)**	**(123)**

(ii) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco de crédito na Companhia recai, em suma, nas contas a receber de clientes, no caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras depositados/aplicados em bancos e instituições financeiras, que incluem os montantes aplicados em cotas de fundos de investimento em renda fixa, instrumentos financeiros e depósitos judiciais. A exposição máxima ao risco de crédito, de acordo com o valor contábil líquido dos respectivos ativos financeiros, é como segue:

	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Caixa e equivalentes de caixa:				
No mínimo Aa3 na escala da *Moody´s* ou equivalente em outra agência	83.871	128.573	88.255	150.336
Caixa e bancos	2.331	53	2.357	423
Total caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	**86.202**	**128.626**	**90.612**	**150.759**
Títulos e valores mobiliários:				
No mínimo Aa3 na escala da *Moody´s* ou equivalente em outra agência	99.199	-	119.357	-
Total títulos e valores mobiliários (nota 6)	**99.199**	**-**	**119.357**	**-**
Contas a receber:				
Contas a receber – clientes	147.091	97.792	154.042	103.350
Contas a receber – cartões de crédito:				
Aaa na escala da *Moody´s*	1.777	278	1.852	278
Total contas a receber (nota 7)	**148.868**	**98.070**	**155.894**	**103.628**
Depósitos judiciais (nota 16)	172	159	185	159
Total outros ativos financeiros	**172**	**159**	**185**	**159**
Total	**334.441**	**226.855**	**366.048**	**254.546**

(iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, a administração considera que o acesso ao crédito de terceiros é facilitado, tendo em vista o *rating* de crédito corporativo da Localiza junto às principais agências de *rating* do mercado. A Companhia e sua subsidiária efetuam o gerenciamento da liquidez e de seu fluxo de caixa periodicamente, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção dos seus compromissos. A análise dos vencimentos dos fluxos de caixa contratuais consolidados não descontados dos instrumentos financeiros passivos, considerando a taxa de juros originalmente contratada de cada operação e o CDI de 11,65% (conforme B3[1]), em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Individual

31/12/23	2024	2025	2026	Total
Fornecedores	(166.680)	-	-	(166.680)
Arrendamento de imóveis	(855)	(205)	(101)	(1.161)
Outras contas a pagar	(952)	-	-	(952)
Total	**(168.487)**	**(205)**	**(101)**	**(168.793)**

Consolidado

31/12/23	2024	2025	2026	Total
Fornecedores	(177.184)	-	-	(177.184)
Arrendamento de imóveis	(855)	(205)	(101)	(1.161)
Outras contas a pagar	(952)	-	-	(952)
Total	**(178.991)**	**(205)**	**(101)**	**(179.297)**

a) Gestão de capital: Os negócios da Companhia requerem capital intensivo de longo prazo para financiamento da frota, objetivando a implementação de sua estratégia de expansão e renovação. Os principais objetivos da gestão do capital são: (i) garantir a continuidade operacional da Companhia; (ii) assegurar uma classificação de crédito forte; (iii) maximizar o retorno ao acionista; e (iv) garantir a vantagem competitiva da Companhia na captação de recursos. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a administração pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. O monitoramento do capital é feito com base no índice de endividamento da Companhia, que corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A tabela abaixo apresenta os índices de endividamento da Companhia:

	Nota	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Caixa e equivalentes de caixa	5	86.202	128.626	90.612	150.759
Títulos e valores mobiliários	6	99.199	-	119.357	-
Dívida líquida		**185.401**	**128.626**	**209.969**	**150.759**
Patrimônio líquido		(2.476.158)	(1.888.280)	(2.476.158)	(1.888.280)
Índice de endividamento		**(7,49)%**	**(6,81)%**	**(8,48)%**	**(7,98)%**

5 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A composição de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Caixa e bancos	2.331	53	2.357	423
Certificados de depósito bancário ("CDB") e operações compromissadas	83.871	128.573	88.255	150.336
Total de caixa e equivalentes de caixa	**86.202**	**128.626**	**90.612**	**150.759**

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras apresentaram remuneração média ponderada anual de 97,28% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na controladora e 99,16% no consolidado (92,27% na controladora e 94,52% no consolidado em 31 de dezembro de 2022).

6 Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia considera como títulos e valor mobiliários, os depósitos bancários e outros investimentos de liquidez de curto e longo prazos que não atendem a todos os critérios para serem classificadas como equivalentes de caixa nos termos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A composição do saldo de títulos e valores mobiliários é como segue:

	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Cotas de fundos de investimentos	99.199	-	119.357	-
Total	**99.199**	**-**	**119.357**	**-**
Circulante	**99.199**	**-**	**119.357**	**-**
Não circulante	**-**	**-**	**-**	**-**

Em 31 de dezembro de 2023, os títulos e valores mobiliários apresentam remuneração média ponderada de 106,95% do CDI no Individual e 109,06% no Consolidado.

7 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber corresponde aos valores a receber de clientes pela gestão de frotas e pela venda de veículos desativados para renovação de frotas no curso normal das atividades da Companhia. Para os contratos que estão em andamento e serão faturados após o encerramento do exercício, o montante é calculado com base nos dias incorridos e contabilizado como receita a faturar até o momento em que toda a obrigação contratual for satisfeita. Ao final de cada exercício, a Companhia avalia a necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas e créditos de liquidação duvidosa, com o objetivo de ajustá-los aos seus valores prováveis de realização. Essa análise, que tem como objetivo atribuir determinada classificação de risco ao cliente de acordo com os critérios internos definidos pela Administração, leva em consideração a situação financeira atual do cliente, a experiência passada, a posição dos títulos vencidos e a perda de crédito histórica. As perdas estimadas sobre os saldos de contas a receber a vencer foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito no último ano. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada categoria de atuação, utilizando o percentual de inadimplência observado no período entre 90 e 180 dias após o vencimento, uma vez que, após este período, a efetividade dos processos de cobrança deixa de ser representativa. As posições dentro de cada categoria foram segregadas com base em características comuns de risco de crédito, como classificação de risco de crédito, tipo de produto comprado, forma de pagamento e nível de inadimplência. A composição do saldo do contas a receber de clientes é como segue:

	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Gestão de frotas	150.203	98.128	157.490	**103.769**
Venda de veículos	4.653	309	4.829	**341**
Clientes *intercompany*	1.595	973	1.571	**1.025**
	156.451	**99.410**	**163.890**	**105.135**
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(7.583)	(1.340)	(7.996)	**(1.507)**
Total	**148.868**	**98.070**	**155.894**	**103.628**
Circulante	**148.868**	**98.070**	**155.894**	**103.628**
Não circulante	**-**	**-**	**-**	**-**

A posição do contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
A vencer	105.306	83.028	110.363	**87.802**
1 a 30 dias	20.570	10.161	21.801	**10.426**
31 a 60 dias	11.097	3.009	11.500	**3.212**
61 a 90 dias	8.528	1.865	8.849	**1.879**
91 a 180 dias	5.407	1.086	5.699	**1.482**
Acima de 180 dias	5.543	261	5.678	**334**
	156.451	**99.410**	**163.890**	**105.135**

A composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas por vencimento é como segue:

	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
A vencer	(1.458)	(197)	(1.535)	(218)
Vencidos				
1 a 30 dias	(285)	(36)	(301)	(38)
31 a 60 dias	(140)	(13)	(145)	(14)
61 a 90 dias	(106)	(6)	(110)	(6)
91 a 180 dias	(2.533)	(829)	(2.717)	(924)
Acima de 180 dias	(3.061)	(259)	(3.188)	(307)
	(7.583)	**(1.340)**	**(7.996)**	**(1.507)**

A movimentação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas é como segue:

	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Saldos no início exercício	(1.340)	(7.588)	(1.507)	(7.959)
Montante constituído	(16.558)	(12.157)	(17.355)	(14.458)
Montante revertido	10.315	18.405	10.866	20.910
Saldo no final do exercício	**(7.583)**	**(1.340)**	**(7.996)**	**(1.507)**

a) refere-se a títulos vencidos há mais de 365 dias, que estavam integralmente provisionados, mas que, terão suas cobranças administrativas e judiciais mantidas. Não há impacto no saldo líquido do contas a receber e nos fluxos de caixa correspondentes. A despesa com a constituição de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica de despesas de vendas na demonstração de resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores são compensados contra a baixa definitiva do título

8 Tributos a recuperar

A composição do saldo tributos a recuperar é como segue:

	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
PIS e COFINS a recuperar	27.789	-	27.823	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	15.911	1.237	17.855	2.141
Outros tributos a recuperar	1.000	-	1.030	2
Total de tributos a recuperar	**44.700**	**1.237**	**46.708**	**2.143**
Circulante	**17.768**	**1.237**	**19.776**	**2.143**
Não Circulante	**26.932**	**-**	**26.932**	**-**

a) Laudo de revisão de vida útil: Periodicamente a Companhia realiza a revisão da vida útil fiscal de determinados veículos da frota, por meio de laudo técnico emitido por entidade devidamente qualificada, em conformidade com o art. 320 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/18). Como resultado dessa revisão foram emitidos laudos técnicos alterando a vida útil fiscal média desses veículos, consequentemente, em decorrência do aumento da depreciação, do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social, houve o reconhecimento retroativo a 1º de janeiro de 2023 referente ao crédito de PIS/COFINS (antes de imposto de renda e contribuição social) e, imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo. Em 2023 os montantes reconhecidos estão demonstrados abaixo:

2023

Empresa	Data da revisão Laudo INT	Vida útil fiscal (média/ meses)	Crédito de PIS e COFINS	IRPJ e CSLL diferido ativo	IRPJ e CSLL diferido passivo
Localiza Veículos Especiais	21/11/2023	25	32.809	132.282	138.047
			32.809	**132.282**	**138.047**

b) Medida provisória: Em 30 de maio de 2023 entrou em vigor a Lei nº 14.592/2023, que entre outras providências, traz a convalidação da Medida Provisória nº 1.159/2023, que trata sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do crédito de PIS e COFINS na modalidade não cumulativa. Adicionalmente, a IN 2121/22 traz a vedação ao crédito sobre IPI, frete e seguros. Nesse sentido houve redução no valor de créditos apropriados pela Companhia a partir dessa data.

9 Investimentos

(a) Investidas direta

Nome	Sede	Exercício de aquisição/ constituição	Relacionamento	Participação (%)	Atividade
Costa Dourada Veículos Ltda.	Maceió - AL	2020	Controlada direta	100	Gestão de frotas
Amorim & Amorim Ltda. (*)	Maceió - AL	2020	Controlada direta	-	Gestão de frotas

(*) em 31 de julho de 2022 a Controlada Amorim & Amorim Ltda. foi incorporada pela Companhia, passando todos os seus ativos e passivos a serem partes integrantes de sua controladora.

Em 01 de agosto de 2022, foi deliberado e aprovado, conforme instrumento de distrato social, o encerramento das atividades da Amorim & Amorim LTDA., subsidiária integral da Companhia, passando todos os seus ativos e passivos a serem partes integrantes da sua controladora a partir de 01 de agosto de 2022.

(b) Composição dos investimentos

	Individual 31/12/23	Individual 31/12/22
Costa Dourada Veículos Ltda.	86.303	86.303
	86.303	**86.303**

(c) Movimentação dos investimentos

Individual

	Costa Dourada Veículos Ltda.	Amorim & Amorim Ltda.(*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**95.764**	**5.827**	**101.591**
Equivalência patrimonial	13.663	12	13.675
Dividendos a receber	(23.124)	(4.600)	(27.724)
Baixa de investimento de controlada por incorporação		(1.239)	(1.239)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**86.303**	**-**	**86.303**
Equivalência patrimonial	12.351	-	12.351
Dividendos a receber	(12.351)	-	(12.351)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**86.303**	**-**	**86.303**

(*) em 31 de julho de 2022 a Controlada Amorim & Amorim Ltda. foi incorporada pela Companhia, passando todos os seus ativos e passivos a serem partes integrantes de sua controladora.

(d) Resumo das informações financeiras: Os quadros abaixo apresentam um resumo das informações financeiras das investidas da Companhia em 2023 e 2022:

	31/12/2023 Ativo	31/12/2023 Passivo	31/12/2023 Patrimônio líquido	31/12/2023 Resultado do exercício	31/12/2022 Ativo	31/12/2022 Passivo	31/12/2022 Patrimônio líquido	31/12/2022 Resultado do exercício
Costa Dourada Veículos Ltda.	114.119	114.119	86.303	12.351	108.238	21.935	86.303	13.663
Amorim & Amorim Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	12

(e) Incorporação da Amorim & Amorim LTDA. - Em 31 de julho de 2022, foi deliberado e aprovado, o encerramento das atividades da Amorim & Amorim LTDA., subsidiária integral da Companhia. Após a quitação dos passivos da Sociedade extinta, o saldo remanescente dos ativos correspondente a R$ 1.240, foi adicionado aos ativos da Companhia. Para fins das demonstrações do fluxo de caixa, os ativos e passivos incorporados são classificados como transações não caixa, exceto pela rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa".

Os saldos patrimoniais incorporados são conforme apresentados abaixo:

Ativo	31/07/22
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.240
Total do ativo circulante	**1.240**
Total do ativo	**1.240**

Passivo e patrimônio líquido	31/07/22
Circulante	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1
Total do passivo circulante	**1**
Total do passivo	**1**
Patrimônio líquido	
Capital social	1.000
Reserva de Lucro	227
Lucro acumulado	12
Total do patrimônio líquido	**1.239**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.240**

10 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão classificadas no balanço de acordo com sua natureza, sendo elas: contas a receber, registradas no grupo de contas a receber de clientes; contas a pagar registradas em fornecedores e outras contas a pagar; dividendos e juros sobre capital próprio a receber e a pagar. **(a) Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração do pessoal-chave da administração (diretores estatutários) por categoria para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	Individual e Consolidado 31/12/23	Individual e Consolidado 31/12/22
Diretoria Executiva		
Benefícios de curto prazo	1.583	2.065
Remuneração baseado em ações	536	1.059
	2.119	**3.124**

(b) Transações com partes relacionadas

Individual

Patrimonial	Contas a receber 31/12/23	Outras contas a receber 31/12/23	Dividendos a receber e (a pagar) 31/12/23	Contas a pagar 31/12/23	Outras contas a pagar 31/12/23	Total 31/12/23
Companhia de Locação das Américas	1.230	2.548	(43.445)	(208)	-	**(39.875)**
Via Trucks Comércio de Caminhões Ltda.	341	-	-	-	-	**341**
Costa Dourada Ltda.	24	-	12.351	-	-	**12.375**
Iter Tecnologia S.A	-	-	-	(93)	-	**(93)**
Localiza Fleet S.A.	-	10	-	-	-	**10**
Localiza Rent a Car S.A.	-	-	-	(2.367)	(1.694)	**(4.061)**
	1.595	**2.558**	**(31.094)**	**(2.668)**	**(1.694)**	**(31.303)**

Individual

Patrimonial	Contas a receber 31/12/22	Dividendos a receber e (a pagar) 31/12/22	Contas a pagar 31/12/22	Total 31/12/22
Companhia de Locação das Américas	350	(21.394)	(235)	**(21.279)**
Via Trucks Comércio de Caminhões Ltda.	613	-	-	**613**
Locamérica Rent a Car S.A	10	-	(77)	**(67)**
Costa Dourada Ltda.	-	13.663	-	**13.663**
Iter Tecnologia S.A	-	-	(251)	**(251)**
Localiza Fleet S.A.	-	-	(6)	**(6)**
Localiza Rent a Car S.A.	-	-	(994)	**(994)**
	973	**(7.731)**	**(1.563)**	**(8.321)**

Consolidado

Patrimonial	Contas a receber 31/12/23	Outras contas a receber 31/12/23	Dividendos a receber e (a pagar) 31/12/23	Contas a pagar 31/12/23	Outras contas a pagar 31/12/23	Total 31/12/23
Companhia de Locação das Américas	1.230	2.657	(43.445)	(225)	-	**(39.783)**
Via Trucks Comércio de Caminhões Ltda.	341	-	-	-	-	**341**
Iter Tecnologia S.A	-	-	-	(93)	-	**(93)**
Localiza Fleet S.A.	-	10	-	-	-	**10**
Localiza Rent a Car S.A.	-	-	-	(2.367)	(1.719)	**(4.086)**
	1.571	**2.667**	**(43.445)**	**(2.685)**	**(1.719)**	**(43.611)**

Consolidado

Patrimonial	Contas a receber 31/12/22	Dividendos a receber e (a pagar) 31/12/22	Contas a pagar 31/12/22	Total 31/12/22
Companhia de Locação das Américas	24	(21.394)	(238)	**(21.608)**
Via Trucks Comércio de Caminhões Ltda.	613	-	-	**613**
Locamérica Rent a Car S.A	388	-	(79)	**309**
Iter Tecnologia S.A	-	-	(260)	**(260)**
Localiza Fleet S.A.	-	-	(6)	**(6)**
Localiza Rent a Car S.A.	-	-	(1.005)	**(1.005)**
	1.025	**(21.394)**	**(1.588)**	**(21.957)**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

Localiza Veículos Especiais S.A.

CNPJ nº 02.491.558/0001-42

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Individual	Receita de locação de veículos, gestão de frotas e seminovos		Custos, despesas operacionais e recuperações de custos		Total	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Partes relacionadas (Resultado)						
Companhia de Locação das Américas	2.302	205	(775)	(688)	**1.527**	**(483)**
Iter Tecnologia S.A	-	-	-	(1.247)	**-**	**(1.247)**
Via Trucks Comércio de Caminhões Ltda.	341	2.793	-	-	**341**	**2.793**
Costa Dourada Ltda.	24	1.385	-	(12)	**24**	**1.373**
Acelero Comércio de Veículos S.A.	-	208	-	-	**-**	**208**
Locamérica Rent a Car S.A.	-	245	-	(2.716)	**-**	**(2.471)**
Localiza Fleet S.A.	-	-	176	7	**176**	**7**
Localiza Rent a Car S.A.	-	-	(8.955)	(810)	**(8.955)**	**(810)**
	2.667	**4.836**	**(9.554)**	**(5.466)**	**(6.887)**	**(630)**

Consolidado	Receita de locação de veículos, gestão de frotas e seminovos		Custos, despesas operacionais e recuperações de custos		Total	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Partes relacionadas (Resultado)						
Companhia de Locação das Américas	2.379	205	(1.208)	(688)	**1.171**	**(483)**
Iter Tecnologia S.A	-	-	-	(1.247)	**-**	**(1.247)**
Via Trucks Comércio de Caminhões Ltda.	341	2.793	-	-	**341**	**2.793**
Acelero Comércio de Veículos S.A.	-	208	-	-	**-**	**208**
Locamérica Rent a Car S.A.	-	245	-	(2.716)	**-**	**(2.471)**
Localiza Fleet S.A.	-	-	175	7	**175**	**7**
Localiza Rent a Car S.A.	-	-	(9.050)	(810)	**(9.050)**	**(810)**
	2.720	**3.451**	**(10.083)**	**(5.454)**	**(7.363)**	**(2.003)**

(c) Grau de relacionamento exercido entre a Companhia e suas partes relacionadas: No curso normal de seus negócios, são efetuadas operações entre as empresas do Grupo, sendo as principais: locação de veículos entre as empresas para atendimento aos seus clientes, locação de imóveis, valores a receber decorrentes de dividendos e juros sobre capital próprio. Os montantes dos saldos e das transações são efetuados em condições negociadas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Nome	Relacionamento	Transação
Localiza Rent a Car S.A.	Controladora indireta	Compartilhamento de custos de venda seminovos, locação de veículos e prestação de serviço de guincho.
Companhia de Locação das Américas	Controladora	Operação de locação de veículos e dividendos a pagar.
Locamerica Rent a Car S.A.	Mesmo grupo econômico	Operação de locação de veículos. A Companhia foi incorporada em 31 de dezembro de 2023 pela Companhia de Locação das Américas.
Acelero Comércio de Veículos S.A.	Mesmo grupo econômico	Receita de locação de veículos.
Iter Tecnologia S.A	Mesmo grupo econômico	Operações de compra de equipamentos, serviços de licença de software e soluções para rastreamento e telemetria.
Costa Dourada Veículos Ltda.	Controlada direta	Receita de locação de veículos e compartilhamento de custos operacionais.
Localiza Fleet S.A.	Mesmo grupo econômico	Compartilhamento de despesas de vendas de seminovos.
Via Trucks Comércio de Caminhões Ltda.	Parte relacionada	Operação de compra e venda de veículos seminovos.

11 Imobilizado

(a) Imobilizado: O imobilizado é demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Os veículos em operação, seja nas atividades de aluguel de veículos ou de gestão de frotas, estão classificados no ativo imobilizado, enquanto os veículos em desativação, após o uso nessas atividades, são apresentados como "veículos em desativação para renovação da frota", no ativo circulante (nota 11(b)). Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil líquido do ativo e são reconhecidos no resultado. A Companhia efetua, recorrentemente, revisões do prazo de vida útil estimada e do valor residual da frota de carros e, anualmente, dos demais itens do imobilizado. O efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil de depreciação dos bens do imobilizado, em anos, está apresentada a seguir:

Individual e Consolidada	
Ativos	**Anos**
Veículos	1-3
Acessórios para veículos	1-5
Imóveis e benfeitorias	5
Móveis e utensílios	10
Outros imobilizados	5-10

A despesa com depreciação do ativo imobilizado é alocada nas rubricas "custos", e "despesas gerais, administrativas e outras", na demonstração do resultado do exercício, conforme sua natureza e alocação. **Depreciação dos veículos e acessórios para veículos:** A depreciação estimada dos veículos é calculada pela diferença entre o custo de aquisição dos veículos e seu valor estimado para a data prevista de venda, deduzidos os descontos comerciais e as despesas de venda estimados, sendo reconhecida de modo que o valor a depreciar seja integralmente reconhecido até o final da vida útil estimada, pelo método linear. A Companhia reavalia periodicamente a aderência dos métodos de depreciação para melhor refletir a equalização dos custos de manutenção e depreciação durante a vida útil dos veículos. A estimativa do valor residual, considera premissas que podem afetar a depreciação: - Descontos comerciais estimados: nas vendas para consumidores e principalmente para revendedores são negociados descontos comerciais. Estimativas de descontos abaixo do realizado impactam negativamente o resultado quando da venda dos veículos. - Despesas estimadas de venda: as vendas para revendedores e principalmente para consumidores necessitam de uma rede de lojas, equipe de vendedores e gastos com publicidade. Estimativas destes gastos abaixo do realizado também impactam negativamente o resultado quando da venda dos veículos. **Depreciação de outros imobilizados:** O direito de uso é depreciado conforme os respectivos prazos contratuais dos aluguéis de imóveis, pelo método linear. A Companhia também adota a política contábil de classificação das aquisições de veículos e acessórios como atividades operacionais, na demonstração dos fluxos de caixa.

Individual — Custo	Veículos	Imóveis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Direito de uso	Outros imobilizados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	1.072.604	1.016	282	7.739	768	**1.082.409**
Adições	983.904	357	55	3.180	97	**987.593**
Baixas/Transferências (*)	(100.980)	(42)	-	(360)	-	**(101.382)**
Em 31 de dezembro de 2022	1.955.528	1.331	337	10.559	865	**1.968.620**
Adições	881.024	95	-	72	-	**881.191**
Baixas/Transferências (*)	(209.662)	(3)	-	(3.877)	-	**(213.542)**
Em 31 de dezembro de 2023	2.626.890	1.423	337	6.754	865	**2.636.269**
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2021	(88.929)	(83)	(85)	(4.420)	(310)	**(93.827)**
Adições	(115.905)	(234)	(32)	(2.318)	(102)	**(118.591)**
Baixas/Transferências (*)	19.863	-	-	(50)	-	**19.813**
Em 31 de dezembro de 2022	(184.971)	(317)	(117)	(6.788)	(412)	**(192.605)**
Adições	(202.060)	(272)	(34)	(2.185)	(104)	**(204.655)**
Baixas/Transferências (*)	29.031	-	-	3.178	-	**32.209**
Em 31 de dezembro de 2023	(358.000)	(589)	(151)	(5.795)	(516)	**(365.051)**
Valor líquido						
Em 31 de dezembro de 2023	**2.268.890**	**834**	**186**	**959**	**349**	**2.271.218**
Em 31 de dezembro de 2022	**1.770.557**	**1.014**	**220**	**3.771**	**453**	**1.776.015**

(*) Contemplam as baixas por venda, roubo e sinistro e as transferências dos veículos desativados para renovação da frota para ativos à venda, as transferências para imobilização definitiva e as baixas do direito de uso por encerramento de contratos.

Consolidado — Custo	Veículos	Imóveis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Direito de uso	Outros imobilizados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	1.142.005	1.016	331	5.439	1.016	**1.149.807**
Adições	1.018.071	357	64	3.279	98	**1.021.869**
Baixas/Transferências (*)	(116.752)	(42)	-	(360)	-	**(117.154)**
Em 31 de dezembro de 2022	2.043.324	1.331	395	8.358	1.114	**2.054.522**
Adições	897.670	103	3	72	-	**897.848**
Baixas/Transferências (*)	(218.246)	(3)	-	(3.700)	-	**(221.949)**
Em 31 de dezembro de 2023	2.722.748	1.431	398	4.730	1.114	**2.730.421**
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2021	(93.908)	(84)	(109)	(2.120)	(503)	**(96.724)**
Adições	(124.751)	(234)	(37)	(2.386)	(127)	**(127.535)**
Baixas/Transferências (*)	24.721	-	-	(81)	-	**24.640**
Em 31 de dezembro de 2022	(193.938)	(318)	(146)	(4.587)	(630)	**(199.619)**
Adições	(213.977)	(273)	(40)	(2.185)	(129)	**(216.604)**
Baixas/Transferências (*)	30.878	-	-	3.001	-	**33.879**
Em 31 de dezembro de 2023	(377.037)	(591)	(186)	(3.771)	(759)	**(382.344)**
Valor líquido						
Em 31 de dezembro de 2023	**2.345.711**	**840**	**212**	**959**	**355**	**2.348.077**
Em 31 de dezembro de 2022	**1.849.386**	**1.013**	**249**	**3.771**	**484**	**1.854.903**

(*) Contemplam as baixas por venda, roubo e sinistro e as transferências dos veículos desativados para renovação da frota para ativos à venda, as transferências para imobilização definitiva e as baixas do direito de uso por encerramento de contratos

b) Veículos em desativação para renovação de frota: Os "Veículos em desativação para renovação de frota" são reconhecidos pelo valor residual quando da transferência da conta de imobilizado para a conta de "Veículos em desativação para renovação de frota". Os saldos destes veículos são apresentados pelo seu valor de custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os veículos após o término de contrato de locação são reclassificados para a conta de "Veículos em desativação para renovação de frota" e passam a ser destinados para venda (atividade acessória à operação da Companhia). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado do veículo, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.
Abaixo a composição do saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Individual		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Veículos em desativação para renovação de frota	96.630	40.269	100.099	40.831
Total	**96.630**	**40.269**	**100.099**	**40.831**

Não há ativos relacionados a veículos em desativação para renovação de frota ou para revenda mantidos como garantia.

12 Fornecedores

Os saldos de fornecedores, referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor das faturas e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	Individual		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Fornecedores de veículos	155.613	143.544	165.762	147.918
Serviço de manutenção e peças	6.167	6.330	6.416	6.426
Serviços de tecnologia da informação	37	105	37	107
Fornecedores *intercompany*	2.668	1.563	2.685	1.588
Outros	2.195	3.703	2.284	3.792
	166.680	**155.245**	**177.184**	**159.831**

13 Obrigações sociais e trabalhistas

A composição do saldo de salários, encargos e contribuições sociais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Individual		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Provisão de férias	1.373	1.240	1.505	1.394
Provisão para participações de resultados (*)	1.856	815	1.978	850
INSS	887	195	936	284
FGTS	121	-	127	-
Provisão de incentivos de longo prazo	-	92	-	92
Encargos sociais de incentivos de longo prazo	471	336	471	336
Outros	121	103	120	104
Total	**4.829**	**2.781**	**5.137**	**3.060**

(*) A Companhia possui programa de participações de resultados para os colaboradores na forma da Lei nº 10.101/00 de acordo com os resultados apurados em cada exercício. O montante anual a pagar é definido através da combinação dos resultados e indicadores de desempenho da Companhia, além do desempenho individual de cada colaborador, medido principalmente a partir de indicadores e metas objetivas e mensuráveis e do orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. A contrapartida da provisão para participação de resultados é classificada como "custos", "despesas com vendas" e "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado, conforme alocação funcional dos respectivos colaboradores.

14 Cessão de crédito por fornecedores

Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. A Companhia possui como política contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de créditos por fornecedores" e na demonstração dos fluxos de caixa como atividade de financiamento. A Companhia tem como parte estratégica de sua operação a realização de grandes volumes de aquisições de veículos junto às montadoras, de forma a obter melhores condições financeiras. Essas compras são negociadas com os fornecedores com prazos de pagamento inferiores a 6 meses. Os fornecedores, por sua vez, descontam os títulos junto a instituições financeiras de primeira linha através de uma operação de cessão de crédito, a qual consiste, basicamente, na venda desses recebíveis, sem direito de regresso. Desta forma, os títulos deixam de ser pagos aos fornecedores e passam a ser pagos às instituições financeiras, as quais levam em consideração o risco de crédito da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui saldo de cessão, porém, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores durante o exercício de 2022, junto às instituições financeiras no mercado interno ficaram entre 0,90% a 1,30% dos valores destas operações, sendo os custos financeiros pagos pela Companhia. A Companhia não possui mais a intenção de firmar novas transações de cessão de crédito com fornecedores onde a Companhia assume o encargo financeiro ou altere o prazo de pagamento, sendo o saldo de 2022 e 2023 integralmente realizado. Abaixo, encontra-se disposta a movimentação de cessão referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022:

	Individual	Consolidado
	31/12/22	31/12/22
Saldo no início do exercício	17.207	17.207
Operação com cessão de créditos com fornecedores	114.582	114.582
Pagamento de juros de cessão de crédito por fornecedores	(3.172)	(3.172)
Pagamento do principal de cessão de crédito por fornecedores	(131.963)	(131.963)
Juros de cessão de crédito por fornecedores no resultado	3.346	3.346
Saldo no final do exercício	-	-

15 Arrendamento por direito de uso

A Companhia, em decorrência de suas operações, aluga diversos andares de prédios comerciais para sua área administrativa. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. A Companhia reconhece os arrendamentos como um ativo de direito de uso (nota 10) e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os pagamentos de arrendamento são descontados pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário na data de aplicação inicial e, se necessário, o valor contábil é remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento. A Companhia aplica taxa de desconto apurada com base na expectativa da taxa livre de risco divulgada pelo Banco Central para o prazo ponderado de seus contratos, ajustada à realidade da Companhia ("*spread*"). A taxa de desconto utilizada é revisada anualmente, ou quando necessário, e aplicada a contratos de arrendamento novos ou modificados conforme previsto pela norma. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia aplicou a taxa de desconto média de 10,79% no individual e 10,71% no consolidado (10,79% no individual e 10,71% no consolidado em 31 de dezembro de 2022). A movimentação do arrendamento por direito de uso referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	Individual		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Saldo no início do exercício	3.961	3.549	3.961	3.549
Adição novos contratos/ remensuração	72	3.180	72	3.279
Baixas	(681)	(353)	(681)	(354)
Contraprestação pagas	(2.632)	(2.809)	(2.632)	(2.910)
Juros	360	394	360	397
Saldo no final do exercício	**1.080**	**3.961**	**1.080**	**3.961**
Circulante	**927**	**2.590**	**927**	**2.590**
Não circulante	**153**	**1.371**	**153**	**1.371**

Apresentamos, no quadro abaixo, a análise de maturidade dos contratos:

	Individual		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
2023	-	2.621	-	2.621
2024	855	1.436	855	1.436
2025	205	199	205	199
2026	101	87	101	87
Total	**1.161**	**4.343**	**1.161**	**4.343**
Juros embutidos	(81)	(382)	(81)	(382)
Saldo do passivo de arrendamento	**1.080**	**3.961**	**1.080**	**3.961**

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, a Companhia apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento e do direito de uso projetando a inflação de, 3,87% ao ano para 2024, 3,50% ao ano para 2025 e 3,50% para anos posteriores a 2025, conforme boletim Focus.
Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com o os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

31/12/23	Individual			Consolidado		
	Sem inflação	Com inflação	% variação	Sem inflação	Com inflação	% variação
Direito de uso líquido (Nota 11)	959	960	0,3%	959	960	0,3%
Arrendamento de imóveis	1.150	1.153	0,3%	1.150	1.153	0,3%

Em 31 dezembro de 2023, o valor estimado do crédito de PIS e COFINS embutido nas contraprestações não descontadas de arrendamento totaliza R$107 na Controladora e no Consolidado (R$402 na Controladora e no Consolidado, descontadas a valor presente em 31 de dezembro de 2022). Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescido da inflação futura projetada, não gera distorções significativas no passivo e direito de uso, cujo efeito líquido representa 0,001% do patrimônio líquido na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023 (0,004% na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2022).

16 Provisões para riscos e depósitos judiciais

A Companhia adota a prática de reconhecer provisões para obrigações presentes resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente e representam a melhor estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A efetiva liquidação das provisões poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(a) Movimentação das provisões e dos depósitos judiciais:** Durante o exercício de 2023, ocorreram movimentações no saldo das provisões conforme demonstrado abaixo:

Individual	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis e criminais	Total
Em 31 de dezembro de 2022	78	988	164	1.230
Constituição	107	321	288	716
Reversão	(7)	(330)	(164)	(501)
Em 31 de dezembro de 2023	178	979	288	1.445

Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis e criminais	Total
Em 31 de dezembro de 2022	78	1.051	191	1.320
Constituição	107	450	288	845
Reversão	(6)	(394)	(190)	(590)
Em 31 de dezembro de 2023	179	1.107	289	1.575

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados aos processos judiciais contingentes, cuja movimentação, segregada por natureza, é como segue:

Individual	Trabalhistas	Cíveis e criminais	Total
Em 31 de dezembro de 2022	153	6	159
Depósito	2	7	9
Baixa	(35)	-	(35)
Atualização monetária, líquida	17	-	17
Transferências para pagamento	22	-	22
Em 31 de dezembro de 2023	159	13	172

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis e criminais	Total
Em 31 de dezembro de 2022	153	6	159
Depósito	16	7	23
Baixa	(39)	-	(39)
Atualização monetária, líquida	20	-	20
Transferências para pagamento	22	-	22
Em 31 de dezembro de 2023	172	13	185

(b) Passivos contingentes em andamento prováveis
O sumário das principais discussões da Companhia que se encontram em diversas fases administrativas e judiciais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está apresentado abaixo:

Individual	31/12/23			31/12/22		
	Quantidade de processos	Valor provisionado	Depósito judicial	Quantidade de processos	Valor provisionado	Depósito judicial
Tributárias	1	178	-	1	78	-
Trabalhistas	11	979	153	10	988	153
Cíveis e criminais	20	288	-	5	164	6
Total	32	1.445	153	16	1.230	159

Consolidado	31/12/23			31/12/22		
	Quantidade de processos	Valor provisionado	Depósito judicial	Quantidade de processos	Valor provisionado	Depósito judicial
Tributárias	1	179	-	1	78	-
Trabalhistas	13	1.107	166	11	1.051	153
Cíveis e criminais	20	289	-	7	191	6
Total	34	1.575	166	19	1.320	159

(c) Passivos contingentes em andamento com risco de perda possível
Os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos do Grupo são de natureza cível, trabalhista e tributária. A composição dos saldos, por natureza, está demonstrada abaixo:

	Individual 31/12/2023			Consolidado 31/12/2023		
	Quantidade de processos	Valor discutido	Depósito Judicial	Quantidade de processos	Valor discutido	Depósito Judicial
Tributário	4	281	-	4	512	-
Trabalhistas	20	1.154	-	22	1.682	-
Cíveis	30	4.306	19	32	4.306	19
Total	54	5.741	19	58	6.500	19

17 Tributos sobre o lucro - Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: A Companhia adota o procedimento contábil de reconhecer crédito tributário de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável de cada período, bem como sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Individual		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Diferenças temporais na dedutibilidade de provisões:				
Provisão para riscos	452	416	502	447
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.167	1.330	3.332	1.408
Provisão para pagamento de serviços em andamento e outros	1.712	932	1.825	968
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	148.261	-	148.261	-
Arrendamento mercantil (**)	364	1.354	364	1.354
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	**153.956**	**4.032**	**154.284**	**4.177**
Depreciação de veículos (*)	(308.630)	(69.485)	(312.047)	(71.202)
Arrendamento mercantil (**)	(326)	(1.282)	(326)	(1.282)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	**(308.956)**	**(70.767)**	**(312.373)**	**(72.484)**
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	**(155.000)**	**(66.735)**	**(158.089)**	**(68.307)**
Ativo não circulante	**-**	**-**	**-**	**673**
Passivo não circulante	**(155.000)**	**(301.746)**	**(158.089)**	**(555.052)**

(*) Refere-se à diferença temporária decorrente do cálculo da depreciação contábil (nota 11) em relação à base fiscal. A Companhia calcula, para fins fiscais, a despesa de depreciação dos veículos pela regra geral de 1/60 meses ou em conformidade com laudo técnico. (**) Refere-se à apresentação relacionada a alteração trazida pelo CPC32, no qual a entidade deve aplicar tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado.
Abaixo encontra-se a movimentação do imposto diferido nos exercícios de 2023 e 2022:

Individual	Provisões	Prejuízo fiscal e base negativa	Depreciação de veículos	Outros	Total
Ativo e passivo de imposto diferido:					
Em 1º de janeiro de 2022	**3.800**	**-**	**(28.922)**	**170**	**(24.952)**
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	(1.122)	-	(40.563)	(98)	(41.783)
Em 31 de dezembro de 2022	**2.678**	**-**	**(69.485)**	**72**	**(66.735)**
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	2.653	148.261	(239.145)	(34)	(88.265)
Em 31 de dezembro de 2023	**5.331**	**148.261**	**(308.630)**	**38**	**(155.000)**

Consolidado	Provisões	Prejuízo fiscal e base negativa	Depreciação de veículos	Outros	Total
Ativo e passivo de imposto diferido:					
Em 1º de janeiro de 2022	**3.925**	**-**	**(29.385)**	**172**	**(25.288)**
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	(1.102)	-	(41.817)	(100)	(43.019)
Em 31 de dezembro de 2022	**2.823**	**-**	**(71.202)**	**72**	**(68.307)**
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	2.836	148.261	(240.845)	(34)	(89.782)
Em 31 de dezembro de 2023	**5.659**	**148.261**	**(312.047)**	**38**	**(158.089)**

A realização dos créditos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal e bases negativas de contribuição social está condicionada a eventos futuros, que tornarão dedutíveis as provisões que lhe deram origem e possibilitarão a compensação do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social, com lucros tributáveis futuros, nos termos da legislação fiscal em vigor. Anualmente a Companhia revisa a recuperabilidade dos saldos dos ativos diferidos. Essa avaliação é suportada por laudo técnico, elaborado por especialistas em avaliar a projeção de lucros futuros tributáveis, permitindo estimativa de recuperabilidade desses ativos diferidos. O Ativo fiscal diferido no individual e consolidado possui o seguinte prazo estimado de realização:

	Individual	Consolidado
2024	23.348	23.625
2025	23.315	23.315
2026	23.306	23.306
2027 em diante	83.987	84.038
Total	**153.956**	**154.284**

(b) Imposto de renda e contribuição social – conciliação entre as taxas nominal e efetiva
A Companhia e sua subsidiária calculam a provisão para imposto de renda e contribuição social com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, bem como exclui itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente, conforme legislação tributária vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa, pelos regimes do lucro real ou lucro presumido, com base nas alíquotas vigentes. A conciliação entre as taxas nominal e efetiva para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	Individual		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	271.216	183.379	277.655	190.403
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal	**(92.213)**	**(62.349)**	**(94.403)**	**(64.737)**
Ajustes à despesa nominal:				
Equivalência patrimonial	4.199	4.649	-	-
Juros sobre capital próprio (destinado)	-	3.689	-	3.689
Exclusões (adições) permanentes líquidas e outras	(276)	(455)	(326)	(442)
Despesa efetiva	**(88.290)**	**(54.466)**	**(94.729)**	**(61.490)**
Alíquota efetiva	**33%**	**30%**	**34%**	**32%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(25)**	**(12.683)**	**(4.947)**	**(18.471)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(88.265)**	**(41.783)**	**(89.782)**	**(43.019)**

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social: Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas durante o exercício de 2023, foram aprovados aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 448.093.330 novas ações, no montante de R$448.093 (643.110.509 novas ações no montante de R$643.111, em 2022), conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
Capitalização de dividendos mínimos obrigatórios	-	15.710
Capitalização de juros sobre o capital próprio	-	9.222
Aporte em moeda corrente nacional	448.093	618.179
Aumento de capital no período	**448.093**	**643.111**

O capital social subscrito e integralizado está representado por 2.176.510.261 (1.728.416.931 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas adquiridas em sua totalidade pela Companhia de Locação das Américas correspondentes a R$2.176.510 (R$1.728.417 em 31 de dezembro de 2022). **(b) Reserva de lucros: • Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social nos termos do art. 193 da lei 6.404/76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 19.505 (R$10.359 em 31 de dezembro de 2022). **• Reserva de investimentos:** Conforme artigo 23, § 2ºdo seu Estatuto social, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por finalidade o reforço de caixa para condução dos negócios da Companhia, bem como possibilitar o crescimento orgânico da Companhia, e que será formada por 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções e destinações legais e estatutárias, salvo se de outra forma deliberado pelos acionistas, reunidos em Assembleia Geral. O limite máximo para a constituição da Reserva de Investimentos será o montante correspondente ao valor do capital social da Companhia subtraído dos saldos das demais reservas de lucros da Companhia, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que, atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2023 o montante de reserva de investimentos era de R$ 278.488 (R$148.153 em 31 de dezembro de 2022). **(c) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A Companhia adota o procedimento de registrar os juros creditados a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, a débito de lucros acumulados, tratamento semelhante aos dividendos. Os valores pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, são deduzidos do valor do dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249/95 e com base no parágrafo 23 do artigo 26 do Estatuto Social. Conforme definido no Estatuto Social, a Companhia distribui aos acionistas dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei nº 6.404/76. Os juros sobre o capital próprio e dividendos foram calculados como segue:

	Individual	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	182.926	128.913
Reserva legal (5%)	(9.146)	(6.446)
Lucro líquido do exercício, base para proposição de dividendos	**173.780**	**122.467**
Dividendos mínimos (25%)	**43.445**	**30.617**
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos/distribuídos:		
Juros sobre o capital próprio distribuídos	-	10.850
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	-	(1.627)
Juros sobre o capital próprio distribuídos, líquidos	-	9.223
Dividendo mínimo obrigatório	43.445	21.394
Total	**43.445**	**30.617**
Percentual sobre o lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal	25%	25%
Dividendos e juros sobre o capital próprio bruto por ação, líquidos das ações em tesouraria no final do exercício (em R$)	**R$0,020**	**R$0,018**

(d) Reserva de capital e opções outorgadas: A Companhia constituiu reserva de ações e opções outorgadas correspondente as ações do plano de remuneração baseado em ações. O saldo de ações outorgadas em 31 de dezembro de 2023 é de R$1.655 (R$1.351 em 31 de dezembro de 2022). **(i) Substituição de planos de pagamentos baseados em ações:** Conforme previsto no Acordo de Incorporação de Ações celebrado no âmbito da operação com a Localiza, o Conselho de Administração da Localiza aprovou, em 29 de setembro de 2022, a outorga dos planos de ações diferidas e de *matching* de ações da Companhia, motivo pelo qual os participantes de referidos planos passaram a ter seus incentivos substituídos por incentivos economicamente equivalentes outorgados pela Localiza, sendo eles: (a) 1º Programa de Bônus em Ações Diferidas ("1º Programa de Ações Diferidas"); (b) 2º Programa de Bônus em Ações Diferidas ("2º Programa de Ações Diferidas"); (c) 3º Programa de Bônus em Ações Diferidas da Companhia ("3º Programa de Ações Diferidas"), bem como (d) Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa – Ações Virtuais da Companhia ("Programa de Ações Virtuais"). Os *vestings* dos planos substituídos permanecem inalterados e ocorrem de forma proporcional, gradual e anual, com base no total de ações outorgadas, divididos em 5 anos igualitários e consecutivos, sendo que cada ano representa 20% da quantidade de ações outorgadas ao beneficiário. O *vesting* é condicionado a permanência do beneficiário na Companhia no período de, no mínimo, 1 ano a, no máximo, 5 anos. A Companhia tem 30 dias a partir da data de *vesting* para realizar a transferência das ações (para os programas de ações diferidas) ou a liquidação em caixa (para o programa de ações virtuais) e o pagamento dos reflexos trabalhistas. As principais características dos programas dos planos de outorga, bem como movimentação das ações de cada programa para o exercício findo em 2023 é demonstrada como segue:

Principais características e premissas			Movimentação quantitativa		
Plano	Ano da outorga	Valor médio do período por ação	Saldo em 31/12/22	Exercidas	Saldo em 31/12/23
Ações diferidas	2022	61,09	29.139	(7.285)	21.854
			29.139	(7.285)	21.854

(e) Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

	Individual e Consolidado	
	31/12/23	31/12/22
Lucro por ação básico e diluído:		
Lucro atribuível aos acionistas	182.926	128.913
Média ponderada de ações ordinárias em circulação (ex tesouraria) (milhares)	1.812.055	1.154.987
Lucro básico e diluído por ação - R$	**0,10**	**0,11**

19 Receita operacional líquida

A receita líquida é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos descontos, abatimentos e impostos sobre vendas, e reconhecida na extensão em que for provável a geração de benefícios econômicos para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas é como segue: **• Receita de locação de veículos e gestão de frotas:** A receita de locação de veículos e gestão de frotas é medida pelo valor justo da contraprestação dos serviços de locação receber, e são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel. **• Receita de venda de veículos:** A receita da venda de veículos é uma atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados à possível devolução de veículos possam ser estimados de forma confiável, não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e o valor da receita líquida operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.
Abaixo apresentamos a reconciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas nas demonstrações de resultado (receita líquida):

	Individual		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Receita bruta	827.745	514.007	873.183	564.187
Deduções:				
Descontos	(13.934)	(6.018)	(14.393)	(6.773)
Impostos	(64.394)	(40.896)	(68.214)	(43.750)
Receita líquida	749.417	467.093	790.576	513.664
Gestão de frotas de terceiros	637.137	402.225	674.589	431.124
Venda de veículos seminovos (*)	112.280	64.868	115.987	82.540
Receita líquida	749.417	467.093	790.576	513.664

(*) Não há a incidência dos impostos PIS e COFINS sobre a venda de seminovos já que os mesmos são caracterizados como "ativo imobilizado".

20 Natureza dos custos e despesas operacionais

Os custos e despesas são registrados no resultado quando incorridos, obedecendo ao regime de competência. As informações sobre a natureza dos custos e das despesas operacionais reconhecidas na demonstração do resultado são como segue:

Individual	Custos de locação e venda de veículos		Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras		Total	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Custo de venda dos veículos seminovos	(119.724)	(55.366)	-	-	**(119.724)**	**(55.366)**
Ajuste ao valor recuperável de ativos (a)	(1.034)	-	-	-	**(1.034)**	**-**
Manutenção de veículos, IPVA e outros	(158.969)	(96.353)	-	-	**(158.969)**	**(96.353)**
Depreciação de veículos (b)	(202.060)	(115.904)	-	-	**(202.060)**	**(115.904)**
Depreciação e amortização de outros imobilizados e intangíveis	(2.354)	(2.405)	(176)	(164)	**(2.530)**	**(2.569)**
Salários, encargos e benefícios	(28.739)	(31.143)	(8.544)	(5.976)	**(37.283)**	**(37.119)**
PECLD e baixa de incobráveis	-	-	(6.804)	1.831	**(6.804)**	**1.831**
Serviços de terceiros	(13.464)	(8.124)	(3.928)	(2.254)	**(17.392)**	**(10.378)**
Comissões	-	-	(82)	(34)	**(82)**	**(34)**
Custos e despesas com ocupação	(900)	(774)	(311)	(255)	**(1.211)**	**(1.029)**
Propaganda e *marketing*	-	-	(652)	(96)	**(652)**	**(96)**
Recuperação de créditos de PIS/COFINS	72.879	29.301	-	-	**72.879**	**29.301**
Outros	(10.649)	(6.305)	(6.658)	(2.171)	**(17.307)**	**(8.476)**
Total	**(465.014)**	**(287.073)**	**(27.155)**	**(9.119)**	**(492.169)**	**(296.192)**

Consolidado	Custos de locação e venda de veículos		Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras		Total	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Custo de venda dos veículos seminovos	(123.394)	(68.176)	-	-	**(123.394)**	**(68.176)**
Ajuste ao valor recuperável de ativos (a)	(1.040)	-	-	-	**(1.040)**	**-**
Manutenção de veículos, IPVA e outros	(165.060)	(101.570)	-	-	**(165.060)**	**(101.570)**
Depreciação de veículos (b)	(213.977)	(124.750)	-	-	**(213.977)**	**(124.750)**
Depreciação e amortização de outros imobilizados e intangíveis	(2.386)	(2.503)	(176)	(164)	**(2.562)**	**(2.667)**
Salários, encargos e benefícios	(30.765)	(33.042)	(8.652)	(6.111)	**(39.417)**	**(39.153)**
PECLD e baixa de incobráveis	-	-	(7.145)	1.904	**(7.145)**	**1.904**
Serviços de terceiros	(13.643)	(8.551)	(3.963)	(2.311)	**(17.606)**	**(10.862)**
Comissões	-	-	(86)	(37)	**(86)**	**(37)**
Custos e despesas com ocupação	(1.257)	(1.032)	(321)	(293)	**(1.578)**	**(1.325)**
Propaganda e *marketing*	-	-	(664)	(98)	**(664)**	**(98)**
Recuperação de créditos de PIS/COFINS	74.674	30.786	-	-	**74.674**	**30.786**
Outros	(11.767)	(6.399)	(7.307)	(2.492)	**(19.074)**	**(8.891)**
Total	**(488.615)**	**(315.237)**	**(28.314)**	**(9.602)**	**(516.929)**	**(324.839)**

(a) Ajuste ao valor recuperável de veículos em desativação para renovação de frota em decorrência da Medida Provisória nº 1.175/2023, conforme divulgado na nota 1.2.
(b) Em 2023 foi reconhecido R$2.135 no individual e R$3.161 no consolidado, referente a depreciação adicional em decorrência da Medida Provisória nº .175/2023, conforme divulgado na nota 1.2.

21 Despesas financeiras, líquidas

As receitas/despesas de juros de ativos/passivos financeiros são reconhecidas com base no tempo e na taxa de juros efetiva pelo regime de competência.
As receitas e despesas financeiras reconhecidas na demonstração dos resultados são como segue:

	Individual		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Juros de aplicações financeiras e clientes	5.573	4.082	8.117	7.120
PIS e COFINS sobre receita financeira	(268)	(191)	(389)	(331)
Outras receitas de juros	205	45	270	46
Total das receitas financeiras	**5.510**	**3.936**	**7.998**	**6.835**
Despesas de juros de arrendamentos	(381)	(374)	(381)	(376)
Juros de cessão de fornecedores	-	(3.346)	-	(3.346)
Descontos concedidos	(3.326)	(1.010)	(3.365)	(1.072)
Outras despesas de juros	(186)	(403)	(244)	(463)
Total das despesas financeiras	**(3.893)**	**(5.133)**	**(3.990)**	**(5.257)**
Total	**1.617**	**(1.197)**	**4.008**	**1.578**

22 Informações suplementares ao fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IAS 07 - *Statement of Cash Flows*.

(i) Aquisição de veículos

Divulgação suplementar sobre as informações do fluxo de caixa	Nota	Individual		Consolidado	
Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Total de veículos e acessórios adquiridos para o ativo imobilizado	11	(881.024)	(983.904)	(897.670)	(1.018.071)
Variação líquida do saldo de fornecedores – veículos		12.069	55.213	17.844	33.538
Variação líquida do saldo de cessão por fornecedores – veículos		-	(17.381)	-	(17.381)
Total de caixa pago na aquisição de veículos e acessórios		**(868.955)**	**(946.072)**	**(879.826)**	**(1.001.914)**
Aquisição de veículos e acessórios líquido do saldo a pagar a fornecedores - veículos		(868.955)	(814.109)	(879.826)	(869.951)
Pagamento do principal de cessão de crédito por fornecedores	14	-	(131.963)	-	(131.963)

(ii) Atividades que não afetam caixa

Atividades que não afetam o caixa	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Dividendos provisionado e não pago	18(c)	43.445	21.394	43.445	21.394
Dividendos provisionado e não recebido		(13.663)	(13.663)	-	-
Aumento de capital com dividendos e juros sobre o capital próprio	18(a)	-	(24.932)	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio utilizados para aumento de capital		-	24.932	-	-
Adição de direito de uso de imóveis e veículos	11	(72)	(3.180)	(72)	(3.279)
Adição de arrendamento de imóveis e veículos	15	72	3.180	72	3.279
Transferência de imobilizado para veículos em desativação de frota		180.618	-	187.355	-
Veículos em desativação de frota		(180.618)	-	(187.355)	-
Compensação de imposto de renda e contribuição social com impostos a recuperar		(1.334)	(2.530)	(2.668)	(2.540)
Impostos a recuperar compensados com imposto de renda e contribuição social		1.334	2.530	2.668	2.540
Transferência de fornecedores para cessão de crédito		-	(114.582)	-	(114.582)
Operação com cessão de crédito com fornecedores	14	-	114.582	-	114.582
		29.782	**7.731**	**43.445**	**21.394**

(iii) Conciliação da depreciação e amortização para fins de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Depreciação de imobilizado	11	204.655	118.591	216.604	127.535
Amortização de intangível		2	3	2	3
PIS/COFINS sobre depreciação direito de uso		(67)	(121)	(67)	(121)
Total		**204.590**	**118.473**	**216.539**	**127.417**

(iv) Conciliação da despesa de juros de arrendamento para fins de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Juros do arrendamento de imóveis e veículos	15	360	394	360	397
PIS/COFINS sobre Juros arrendamento de imóveis e veículos		21	(20)	21	(21)
Total		**381**	**374**	**381**	**376**

DIRETORIA

Paulo Emílio Pimentel Uzêda
Presidente

Rodrigo Tavares Gonçalves de Souza
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Mauro Antonio de Figueiredo
Gerente Contábil - CRC/MG 54.967/O

***

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

Localiza Veículos Especiais S.A.

CNPJ nº 02.491.558/0001-42

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Localiza Veículos Especiais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Localiza Veículos Especiais S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Localiza Veículos Especiais S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2024.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

Daniel de Carvalho Primo
Contador - CRC nº MG 076441/O-9

3/3

Equipav
Há 63 anos promovendo desenvolvimento e prosperidade

Equipav Saneamento S.A.

(Anteriormente Grua Investimentos S.A.)

CNPJ: 15.385.166/0001-40

Relatório da Administração

Financeiros: A Equipav Saneamento S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Grua Investimentos S.A., é uma holding e todos os seus principais resultados financeiros advêm da consolidação de sua controlada direta Aegea Saneamento e Participações S.A. e das controladas indiretas nela consolidadas ("Grupo"), sempre relacionada a Saneamento Básico, com gestão de água e esgoto. **Destaques financeiros do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023:** • Receita Líquida Proforma do Ecossistema do Grupo (incluindo a coligada Águas do Rio) atinge R$ 14,3 bilhões no 12M23, um crescimento de 71,3% em relação ao 12M22. O resultado Proforma contempla os resultados da coligadas Águas do Rio, que não são consolidadas nas Demonstrações Financeiras e da nova controlada indireta Corsan, adquirida em julho de 2023. • EBITDA Proforma do Ecossistema do Grupo atinge R$ 6,3 bilhões no 12M23, um aumento de 77,3% em relação ao 12M22; • Redução da alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida/EBITDA, para 2,35x (de 3,15x) no Grupo e para 3,71x (de 4,34x) no Ecossistema do Grupo (Proforma) na comparação ano contra ano; • Vitória em leilões em novembro de 2023: concessões de água e esgoto em Jaru (RO), com uma população de cerca de 50 mil habitantes e em Governador Valadares (MG), com uma população de mais de 250 mil habitantes, sendo essa a primeira operação do Grupo no estado de Minas Gerais; • Início das operações, em 26 de janeiro de 2024, da Ambiental Paraná, Parceria Público-Privada (PPP) para a prestação dos serviços de esgotamento sanitário em 16 municípios do estado, com uma população total de 670 mil pessoas; • Assinatura do contrato de financiamento de longo prazo de R$ 556 milhões junto ao Banco do Nordeste (BNB) pela controlada indireta Ambiental Ceará; • Atualização, em novembro, do Rating ESG da controlada Aegea, que ficou na 1ª posição mundial, ou seja, com o melhor ESG Risk Rating entre os pares de saneamento. A controlada Aegea ficou também em 1º lugar mundial entre os pares nos quesitos Governança Corporativa e Relacionamento com Comunidades. **Aquisição, consolidação e integração da Corsan:** O contrato para a aquisição da Corsan foi assinado em 07 de julho de 2023, através da controlada indireta Saneamento Consultoria S.A. ("Sanco") e da coligada Parsan S.A. ("Parsan"), nas quais a controlada Aegea detém a participação de 75% e 50%, respectivamente, do capital social votante. O valor total da aquisição foi de R$ 4,3 bilhões e os recursos necessários para o pagamento foram provenientes de: (i) aportes de capital nas empresas Sanco e Parsan, sendo R$ 326,7 milhões aportados pela controlada Aegea e R$ 978 milhões aportados por fundos de infraestrutura geridos pela Perfin e pela Kinea; e (ii) debêntures emitidas pela Parsan, no valor de R$ 3 bilhões. A Corsan passa a ser consolidada na Equipav nas suas Demonstrações Financeiras, através da controlada Aegea, que por sua vez consolida através da sua controlada Sanco. A Parsan é controlada em conjunto com os demais acionistas e, portanto, não é consolidada no Grupo. Com a assunção das operações, o Grupo implementou o seu plano de ação na Corsan com base em três principais pilares: (i) aditivação dos contratos de concessão; (ii) melhoria da performance operacional e financeira e (iii) avanço no plano de investimentos. Neste sentido, destacam-se os seguintes progressos: (i) Aditivação dos contratos de concessão: ao todo já foram aditivados na gestão 200 dos 317 contratos, que em conjunto com aqueles aditivados antes da nossa assunção, totalizam 227 contratos, representando 82% da receita da Corsan e, ampliando o prazo médio da concessão de 28 para 35 anos. A aditivação teve como objetivos principais: a) inclusão das metas de universalização do saneamento em conformidade com o disposto no marco legal; b) adoção do modelo de regulação contratual com reajustes tarifários anuais por índices inflacionários durante todo o período de vigência dos contratos; e c) extensão do prazo de vencimento para 2062. A aditivação destes contratos resultou no pagamento de R$ 531,0 milhões de outorgas aos municípios. (ii) Performance operacional e financeira: implementação do Programa de Desligamento Incentivado-PDI, com adesão de cerca de 2 mil colaboradores. Os custos do Acordo de Desligamento Indenizado totalizaram R$ 204,0 milhões no 4T23 e R$ 391,6 milhões em 2023. Excluindo este efeito, os custos com pessoal na Corsan apresentaram redução de 24% no 4T23 em comparação ao 4T22. A Corsan encerrou 2023 com 3.410 colaboradores, redução de 2.205 comparado a 2022. Adicionalmente, no ano a companhia fez a migração para 55% da energia consumida contratada para o mercado livre, com fontes de energia 100% renováveis, dentre outras medidas de aumento de eficiência; (iii) Avanço nos investimentos: o Capex totalizou R$ 1,7 bilhão em 2023, ou R$ 1,2 bilhão excluindo as outorgas pagas aos municípios, praticamente o dobro comparado aos R$ 642 milhões investidos em 2022, com aceleração dos projetos de segurança hídrica e de expansão da cobertura de esgoto. No 4T23 a Corsan realizou a sua emissão de debêntures, no montante de R$ 1,5 bilhão, com prazo médio de vencimento de 4,2 anos.

Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais

Ativos	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	21	3.072	138.976	77.126
Aplicações financeiras	7	22.289	147.505	4.737.637	1.901.775
Contas a receber de clientes	8	–	–	1.848.528	1.038.364
Ativos financeiros contratuais	9	–	–	333.560	81.012
Estoques		–	–	179.139	33.520
Tributos a recuperar		–	4.941	195.376	150.984
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	1.188	4.723	–	147.486
Instrumentos financeiros derivativos	26	–	–	71.530	1.806
Outros créditos		35	–	322.168	91.216
Total do ativo circulante		23.533	160.241	7.826.914	3.523.289
Aplicações financeiras	7	–	–	172.788	113.178
Contas a receber de clientes	8	–	–	491.522	953.206
Ativos financeiros contratuais	9	–	–	512.043	–
Tributos a recuperar		7.494	–	167.369	157.934
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	–	–	835.226	–
Contas correntes a receber de partes relacionadas	10	–	1.228	–	1.228
Ativo fiscal diferido	25 b.	–	–	709.390	42.587
Instrumentos financeiros derivativos	26	–	–	541.514	25.104
Depósitos judiciais	18	–	–	480.964	55.328
Títulos e valores mobiliários		–	–	6.533.143	5.293.435
Outros créditos		–	–	220.119	38.738
Total do realizável a longo prazo		7.494	1.228	10.664.078	6.680.738
Investimentos	11	2.285.472	2.162.357	676.583	827.861
Imobilizado		43	–	763.494	412.255
Ativo de contrato da concessão	12	–	–	3.010.743	602.199
Intangível	13	–	–	11.264.792	5.298.651
Total do ativo não circulante		2.293.009	2.163.585	26.379.690	13.821.704
Total do ativo		2.316.542	2.323.826	34.206.604	17.344.993

Passivos	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores e empreiteiros	14	128	74	612.910	188.644
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	67.813	88.317	1.519.488	1.417.760
Obrigações trabalhistas e sociais	16	83	–	658.457	131.623
Obrigações fiscais		226	69	141.369	37.527
Dividendos a pagar	10	12.803	11.843	160.921	15.327
Imposto de renda e contribuição social	25 a.	–	–	146.734	66.747
Instrumentos financeiros derivativos	26	–	–	540.798	81.629
Parcelamentos de tributos		–	–	604	638
Outros tributos diferidos		–	–	30.774	11.234
Outras contas a pagar	17	–	–	288.561	141.712
Total do passivo circulante		81.053	100.303	4.100.616	2.092.841
Fornecedores e empreiteiros	14	–	–	65.615	54.334
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	476.499	565.758	16.104.099	9.041.184
Mútuo a pagar para partes relacionadas	10	–	136.359	–	136.359
Parcelamentos de tributos		–	–	1.614	2.034
Provisões	18	–	–	1.687.645	68.883
Passivo fiscal diferido	25 b.	–	–	328.935	236.412
Instrumentos financeiros derivativos	26	–	–	289.827	84.837
Provisão para perda de investimentos	11	371.309	332.265	–	–
Provisão de Benefício Pós-Emprego	19	–	–	622.578	–
Outros tributos diferidos		–	–	55.465	33.153
Outras contas a pagar	17	–	–	1.208.470	612.916
Total do passivo não circulante		847.808	1.034.382	20.364.248	10.270.112
Total do passivo		928.861	1.134.685	24.464.864	12.362.953
Patrimônio líquido	20				
Capital social		526.711	416.458	526.711	416.458
Reserva de capital		(18.357)	(18.357)	(18.357)	(18.357)
Reservas de lucros		865.183	861.947	865.183	861.947
Ajuste de avaliação patrimonial		12.023	(73.028)	12.023	(73.028)
Ajuste de conversão de balanço		2.121	2.121	2.121	2.121
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.387.681	1.189.141	1.387.681	1.189.141
Participação de não controladores		–	–	8.354.059	3.792.899
Total do patrimônio líquido		1.387.681	1.189.141	9.741.740	4.982.040
Total do passivo e patrimônio líquido		2.316.542	2.323.826	34.206.604	17.344.993

Demonstrações de resultados

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	21	–	–	8.562.966	4.634.045
Custos dos serviços prestados	22	–	–	(4.445.058)	(2.269.087)
Lucro bruto		–	–	4.117.908	2.364.958
Despesas administrativas e gerais	22	(10.251)	(4.764)	(954.658)	(686.734)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	22	–	–	(23.358)	(14.064)
Outras receitas operacionais	23	–	–	401.672	102.094
Outras despesas operacionais		(2)	–	(8.185)	(3.440)
Resultado de equivalência patrimonial	11	200.142	188.324	256.934	240.065
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		189.889	183.560	3.790.313	2.002.879
Receitas financeiras	24	8.166	19.537	1.516.733	1.470.123
Despesas financeiras	24	(109.307)	(115.149)	(3.411.732)	(2.781.298)
Resultado financeiro		(101.141)	(95.612)	(1.894.999)	(1.311.175)
Resultado antes dos tributos		88.748	87.948	1.895.314	691.704
Imposto de renda e contribuição social	25 a.	–	–	(724.435)	(373.973)
Lucro líquido do exercício		88.748	87.948	1.170.879	317.731
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		88.748	87.948	88.748	87.948
Acionistas não controladores		–	–	1.082.131	229.783
Lucro líquido do exercício		88.748	87.948	1.170.879	317.731
Resultado por ação					
Lucro por ação - Básico e diluído (em R$)		0,20	0,21	0,20	0,21

Demonstrações de resultados abrangentes

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício		88.748	87.948	1.170.879	317.731
Valor justo de derivativos		74.111	(202.761)	185.620	(507.244)
IR/CS diferidos sobre valor justo de derivativos		(232)	68.939	(405)	172.463
Valor justo de títulos e valores mobiliários		19.430	–	42.338	–
IR/CS valor justo de títulos e valores mobiliários		(8.258)	–	(14.395)	–
Realização da reserva de reavaliação		–	–	(1.505)	–
Perdas atuariais líquidas de tributos diferidos - Fundação Corsan		–	–	11.290	–
Ajuste de conversão de balanço		–	(3.569)	–	(8.918)
Resultado abrangente total		173.799	(49.443)	1.393.822	(25.968)
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		173.799	(49.443)	285.308	(49.443)
Acionistas não controladores		–	–	1.108.514	23.475
Resultado abrangente total		173.799	(49.443)	1.393.822	(25.968)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Atribuível aos acionistas controladores: Capital social subscrito	Reserva de capital	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de conversão de balanço	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	416.458	(18.357)	28.280	784.917	61.612	5.690	–	1.278.600	4.083.485	5.362.085
Valor justo derivativos (*Hedge accounting*)	–	–	–	–	(133.822)	–	–	(133.822)	(106.732)	(334.781)
Ajuste de conversão de balanço	–	–	–	–	–	(3.569)	–	(3.569)	(5.349)	(8.918)
Diluição de participação societária	–	–	–	–	(818)	–	–	(818)	(1.228)	(2.046)
Outros efeitos reflexos	–	–	–	(15.651)	–	–	–	(15.651)	–	(15.651)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	87.948	87.948	229.783	317.731
Destinações:										
Reserva legal	–	–	4.397	–	–	–	(4.397)	–	–	–
Dividendos	–	–	–	–	–	–	(23.547)	(23.547)	(312.833)	(336.380)
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	60.004	–	–	(60.004)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	416.458	(18.357)	32.677	829.270	(73.028)	2.121	–	1.189.141	3.887.126	4.982.040
Aumento de capital social	110.253	–	–	–	–	–	–	110.253	112.377	222.630
Aquisição de participação em não controladas	–	–	–	–	–	–	–	–	3.736.361	3.736.361
Valor justo derivativos (*Hedge accounting*)	–	–	–	–	73.879	–	–	73.879	111.336	185.215
Valor justo dos títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	11.172	–	–	11.172	16.771	27.943
Incentivo fiscal	–	–	–	96	–	–	–	96	145	241
Outros efeitos operações com acionistas	–	–	–	(15.722)				(15.722)	15.722	–
Perdas atuariais	–	–	–	–	–	–	–	–	11.290	11.290
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	88.748	88.748	1.082.131	1.170.879
Destinações:								–		–
Reserva legal	–	–	4.436	–	–	–	(4.436)	–	–	–
Dividendos	–	–	–	–	–	–	(69.886)	(69.886)	(524.973)	(594.859)
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	14.426	–	–	(14.426)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	526.711	(18.357)	37.113	828.070	12.023	2.121	–	1.387.681	8.354.059	9.741.740

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas	–	–	9.742.912	5.062.744
Serviços	–	–	7.021.063	3.686.823
Receita de construção	–	–	2.207.338	1.272.982
Outras receitas	–	–	401.672	102.556
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	112.839	383
Insumos adquiridos de terceiros	(4.845)	(4.764)	(4.767.063)	(2.588.711)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custo de construção	–	–	(1.983.153)	(1.105.104)
Custos dos serviços prestados	–	–	(1.176.312)	(581.524)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.845)	(4.764)	(1.607.598)	(902.083)
Valor adicionado bruto	(4.845)	(4.764)	4.975.849	2.474.033
Amortização e depreciação	–	–	(685.913)	(442.622)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(4.845)	(4.764)	4.289.936	2.031.411
Valor adicionado recebido em transferência	208.307	207.861	1.999.098	1.848.736
Resultado de equivalência patrimonial	200.142	188.324	457.076	428.389
Receitas financeiras	8.166	19.537	1.542.022	1.420.347
Valor adicionado total a distribuir	203.462	203.097	6.289.034	3.880.147

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Distribuição do valor adicionado	203.462	203.097	6.289.033	3.880.147
Pessoal	5.407	–	1.106.430	401.512
Remuneração direta	5.039	–	964.476	306.998
Benefícios	322	–	114.057	75.816
F.G.T.S	46	–	27.897	18.698
Impostos, taxas e contribuições	–	–	1.511.049	786.209
Impostos federais	–	–	1.452.143	764.459
Impostos estaduais	–	–	932	2.963
Impostos municipais	–	–	57.974	18.787
Remuneração de capitais de terceiros	109.307	115.149	2.231.516	2.187.604
Juros	109.307	115.149	2.129.380	2.137.533
Aluguéis	–	–	102.136	50.071
Remuneração de capitais próprios	88.748	87.948	1.440.038	504.822
Dividendos	69.886	–	362.756	246.947
Lucros retidos	18.862	87.948	307.527	100.945
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	769.755	156.930

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos		88.748	87.948	1.895.314	691.704
Ajustes para:					
Amortização e depreciação	22	3	–	685.916	442.622
Reversões de provisão para contingências	18 e 22	–	–	(345.174)	(1.485)
Reversão de perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	8 e 22	–	–	(112.839)	(383)
Baixa de títulos do contas a receber	8 e 22	–	–	166.744	120.329
Baixa do ativo do contrato	12	–	–	709	–
Reversão de provisões para benefício pós-emprego	23	–	–	(115.544)	–
Resultado na baixa de intangível e imobilizado		–	–	1.714	7.774
Resultado de equivalência patrimonial	11	(200.142)	(188.324)	(256.934)	(240.065)
Receita de dividendos	23	–	–	(266.179)	(86.277)
Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas	24	(8.166)	(19.514)	(282.379)	(353.659)
(Ganho) Perda líquidas com instrumentos financeiros derivativos	24	–	–	593.764	366.013
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15 e 24	105.881	111.541	1.446.634	1.095.858
Juros de mútuo com partes relacionadas	24	–	–	–	49.987
Amortização do custo de captação	15	2.592	2.595	62.684	–
Variação cambial líquida	24	–	–	(364.604)	(96.113)
Valor justo líquido da dívida por meio do resultado	24	–	–	103.345	(31.482)
Ajuste a valor presente de clientes de clientes	8 e 24	–	–	65.046	45.380
Ajuste a valor presente de clientes sobre ativos financeiros	24	–	–	(16.923)	–
Atualização monetária de provisão para contingências	18	–	–	43.727	313
Atualização de outras contas a pagar		–	–	49.414	(21.322)
Bônus para diretoria		–	–	–	79.497
		(11.084)	(5.754)	3.354.435	2.068.691
Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição					
Contas a receber de clientes		–	–	(443.106)	(670.674)
Ativos financeiros contratuais		–	–	(60.068)	–
Estoques		–	–	(21.131)	(10.675)
Tributos a recuperar		–	217	(210.074)	5.798
Depósitos judiciais		–	–	31.544	(4.635)
Outros créditos		(35)	113	(218)	(6.262)
Fornecedores e empreiteiros		199	(137)	(38.349)	(3.228)
Obrigações trabalhistas e sociais		82	–	(164.085)	23.961
Obrigações fiscais		159	28	45.239	2.777
Parcelamentos de tributos		–	–	(454)	(394)
Pagamentos de demandas judiciais	18	–	–	(28.433)	(28.598)
Outros tributos diferidos		–	–	41.853	11.438
Outras contas a pagar		–	–	79.020	(181.871)
Juros pagos	15	(129.621)	(104.100)	(1.426.653)	(968.049)
Imposto de renda e contribuição social pagos	25 a.	–	–	(407.298)	(272.056)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		(140.300)	(109.633)	752.222	(33.777)
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aplicações financeiras e debêntures privadas, líquidas		118.293	(67.872)	(2.793.994)	511.781
Juros recebidos de aplicações financeiras e debêntures privadas		12.535	14.328	194.606	268.447
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		189.029	165.922	–	–
Aporte de capital em controladas	11 g.	–	–	–	(1.050.074)
Aporte de capital em coligadas	11 g.	–	–	(1.210.436)	–
Mútuo com partes relacionadas		–	–	–	–
Reserva de incentivo fiscal		–	–	241	–
Aquisição do ativo financeiro		–	–	(13.964)	–
Aquisição da controlada CORSAN, líquido do caixa obtido na aquisição		–	–	391.137	–
Aquisição de imobilizado		(46)	–	(75.677)	(10.148)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	12	–	–	(1.623.482)	(913.213)
Aquisição de intangível		–	–	(645.163)	(50.522)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento		319.811	112.378	(5.776.732)	(1.243.729)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	15	–	–	7.577.412	4.603.868
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	15	–	–	(124.922)	(211.819)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	15	(88.615)	(53.750)	(1.263.887)	(3.222.957)
Mútuo com partes relacionadas		–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos recebidos		–	–	1.309	637.014
Instrumentos financeiros derivativos pagos		–	(23.200)	(331.985)	(183.562)
Dividendos pagos		(68.927)	–	(640.243)	(370.979)
Pagamentos de arrendamentos	17 *(ii)*	–	–	(218.692)	–
Recursos provenientes de aporte de capital		110.110	–	222.498	–
Ganho de diluição na participação societária		–	–	–	(2.047)
Conta corrente líquida - partes relacionadas		(135.130)	77.270	(135.130)	77.260
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		(182.562)	320	5.086.360	1.326.778
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(3.051)	3.065	61.850	49.272
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6	3.072	7	77.126	105.732
Ajuste de conversão de balanço		–	–	–	(77.878)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6	21	3.072	138.976	77.126
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(3.051)	3.065	61.850	49.272

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

Contexto operacional: A Equipav Saneamento S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Grua Investimentos S.A., é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital de fechado domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1188, 6º andar, conjunto 65, sala 6, Jardim Paulistano, São Paulo - SP e tem por objeto social a participação e administração de investimentos em outras sociedades como quotista ou acionista. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$ 50.027. A Companhia possui suporte financeiro da controladora Arcos Saneamento e Participações S.A. ("Arcos"). Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia recebeu aporte de capital social da controladora Arcos no montante de R$ 109.150, conforme detalhado na nota 31. Esse aporte de capital é suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia, sendo que, caso necessário, novos aportes serão realizados pela controladora Arcos. Segmento Operacional: A Companhia e suas controladas diretas e indiretas (em conjunto denominadas "Grupo") tem por objeto social a participação e administração de investimentos em outras sociedades como quotista ou acionista. A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que suas investidas diretas e indiretas operam e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. **Base de preparação:** a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Grupo") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Diretoria em 27 de março de 2024. Decorrente da aquisição da Corsan pela controlada direta Aegea Saneamento e Participações S.A., divulgado na nota explicativa nº 5, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo passaram a incluir essa investida indireta, motivo pelo qual comparabilidade das demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixas e do valor adicionado está afetada. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 8); • Mensuração de ativos e passivos a valor justo na combinação de negócios (nota explicativa nº 5); • Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 13); • Reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa nº 18); • Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 21); e • Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos, em decorrência de disponibilidade de lucro tributável futuro, contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (nota explicativa nº 25). d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 26. **Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Diretoria

Danilo Dias Garcez de Castro Doria - Diretor Presidente

Leandro Antonio Grisi - Diretor Administrativo

Contador

Fábio Roberto Benvindo - CRC 1SP255684/O-3

Resumo do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas da Equipav Saneamento S.A. ("Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia. O referido relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2024.

HELPMED GESTÃO QUATRO SPE LTDA.

CNPJ: 48.896.281/0001-39 - NIRE: 35260412901

São convocados pelo administrador **LUAN CESAR BALBINO DIAS**, os senhores sócios cotista da **HELPMED GESTÃO QUATRO SPE LTDA.**, para participarem da **Assembleia de Sócios** a se realizar no dia 26/04/2023 às 18:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 18:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmYzYmFjZGUtNzIyYi00NmRkLWEyN2QtOTcwM2YyYTFhMzM4%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

HELPMED GESTÃO CINCO SPE LTDA.

CNPJ: 48.951.293/0001-19 - NIRE: 35260448272

São convocados pelo administrador **LUAN CESAR BALBINO DIAS**, os senhores sócios cotista da **HELPMED GESTÃO CINCO SPE LTDA.**, para participarem da **Assembleia de Sócios** a se realizar no dia 25/04/2023 às 07:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 07:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZTQ2YTU4YjEtNTRlYy00ZjYwLWI4ODYtYjdhZDdiZmMxMTBk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

HELPMED GESTÃO SEIS SPE LTDA.

CNPJ: 48.897.695/0001-82 - NIRE: 35260414084

São convocados pelo administrador **LUAN CESAR BALBINO DIAS**, os senhores sócios cotista da **HELPMED GESTÃO SEIS SPE LTDA.**, para participarem da **Assembleia de Sócios** a se realizar no dia 25/04/2023 às 08:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 08:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODA4NDZIM2YtMTlmMS00OTM3LWI5NGYtM2VmNmNjYTkxYzYw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

V.TAL - REDE NEUTRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ 02.041.460/0001-93

Relatório da Administração - Demonstrações Financeiras de 31/12/2023

Perfil Corporativo

A V.tal - Rede Neutra de Telecomunicações S.A. ("Companhia" ou "V.tal") é uma empresa de infraestrutura digital focada na implantação de rede de FTTx (*Fiber to the x,* ou fibra para diversas aplicações), com ênfase em FTTH (*Fiber to the Home,* ou fibra até a casa), serviços de conectividade (atacado) nacional e internacional e data center; com cobertura nacional e posicionada no maior mercado de banda larga da América Latina. A empresa se posiciona como rede neutra (*white-label*), isto é, oferece infraestrutura digital para empresas que atendem clientes residenciais, corporativos e governamentais. À medida que a demanda global do setor de telecomunicações cresce e as empresas do setor de telecomunicações continuam a migrar de tecnologias legadas para sistemas baseados em fibra ótica, a infraestrutura, expertise e tamanho colocam a Companhia em uma posição única para conceber e fornecer soluções e serviços de infraestrutura digital.

Desempenho Operacional e Econômico-Financeiro

A receita líquida consolidada da V.tal no exercício social de 2023 foi de R$5,8 bilhões, um crescimento de 14% em relação ao mesmo período do ano anterior (R$5,1 bilhões). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido foi de R$386 milhões, comparativamente a um prejuízo líquido de R$443,3 milhões no exercício social findo em 2022, o que representou uma variação de R$829 milhões.

Em seu primeiro ano de operação independente após a conclusão da Operação da UPI Infraco em junho de 2022, os resultados econômico-financeiros da V.tal refletem a evolução do seu modelo de rede neutra (conforme apresentado abaixo), associado à implementação de uma série de iniciativas de otimização, simplificação de processos e da sua infraestrutura de rede.

Com mais de 80 clientes no segmento de infraestrutura para varejo, a V.tal atingiu em 2023 mais de 4,2 milhões de casas conectadas em uma base de 22 milhões de casas-passadas. Na modalidade "segundo cliente" (cliente não-âncora), a V.tal alcançou uma base de casas-conectadas que a qualificaria como um dos 15 maiores players do setor. Além disso, a Companhia firmou em 2023 parcerias relevantes com a Vero (que utiliza a rede neutra da V.tal desde 2021), Sky e Ligga, exemplos que reforçam a bem-sucedida execução da sua estratégia.

Beneficiando-se da infraestrutura com cobertura nacional e de mais de 28 mil km de cabos submarinos com presença internacional, o segmento de conectividade (atacado) nacional e internacional implementou importantes parcerias estratégicas ao longo do ano, ancorada em uma reformulação de sua estratégia, que contempla a otimização de processos e o foco em prover soluções completas de infraestrutura para grandes clientes. Um dos destaques de 2023 é a operação com a TIM para viabilizar a conectividade para o 5G na modalidade FTTS (*fiber-to-the-site*).

Como parte de sua plataforma neutra, a V.tal detém e opera data centers no Brasil e na Colômbia, colocando-a em posição única para atender a demanda crescente por transferência de dados e soluções de conectividade que viabilizam latências mais baixas, adoção de cloud e inteligência artificial. Em 2023, a V.tal avançou nesta atividade com (i) o ingresso e fortalecimento de parcerias com clientes, especialmente provedoras de conteúdo, (ii) a expansão em sua já existente unidade em Fortaleza, um dos principais pontos de interconexão no Brasil, e (iii) a aquisição de um terreno para construção de um novo data center na mesma região.

A V.tal pretende também beneficiar-se de sua infraestrutura existente com escala nacional e base de clientes para formar uma completa plataforma de infraestrutura digital. Novas alavancas de crescimento incluem, por exemplo, soluções de small cells (DAS/SLS)[1].

[1] As *small cells*, pequenas células com antenas que melhoram a cobertura de sinal com mínima infraestrutura, serão peças-chave para a implantação do 5G no país. Eles são implantados para resolver problemas de capacidade de rede em uma área relativamente pequena, como um "hot spot", ou uma zona importante, tal como em shopping centers, arenas esportivas e hospitais.

Com a obtenção das aprovações aplicáveis, a V.tal iniciou durante o exercício de 2023 a extração e compra de sucata de cobre inservíveis às atividades da Oi no contexto da proposta firme de apoio ao plano de recuperação judicial da Oi, com a correspondente compensação e/ou redução de parte das obrigações take-or-pay da Oi estabelecidas no Acordo de Cessão de Direito de Uso de Fração de Espectro de Fibras Ópticas Apagadas, celebrado em 20 de dezembro de 2013 entre a Oi e a Globenet Cabos Submarinos S.A. (sucedida por incorporação pela V.tal), conforme aditado para o período entre 2025 e 2028.

A tabela abaixo apresenta os indicadores de receita líquida e lucro líquido nos últimos exercícios sociais de 2023 e 2022.

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
Indicadores financeiros (em R$ mil)	**2023**	**2022**
Receita Líquida	5.822.708	5.119.719
Lucro (Prejuízo) Líquido	385.622	(443.340)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R$ 24,8 bilhões, comparativamente a R$24,5 bilhões no exercício de 2022, o que representou um aumento de R$0,3 bilhões ou 1,59%. A administração acredita que sua atual estrutura de capital apresentou no período indicado uma estrutura equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em sua visão, com suas atividades.

A administração entende que suas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar o seu plano de negócios para os próximos doze meses e cumprir com seus passivos de curto prazo. A administração entende que a geração de caixa operacional da Companhia, juntamente com recursos de terceiros disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios para os próximos doze meses.

Para mais informações sobre a comparabilidade dos resultados dos exercícios de 2022 e de 2023, vide item abaixo "*Considerações sobre a comparação dos resultados das demonstrações financeiras da V.tal*".

Histórico Recente

A V.tal surgiu no âmbito do processo de separação estrutural dos ativos de infraestrutura de fibra ótica da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial ("**Oi**") e de outras empresas do grupo econômico da Oi, resultado do aditamento ao plano de recuperação judicial da Oi homologado em outubro de 2020 ("**Aditamento ao PRJ**" e "**Juízo da Recuperação Judicial**", respectivamente).

No âmbito do Aditamento ao PRJ, a Oi e outras empresas do seu grupo econômico foram autorizadas a segregar determinados ativos de fibra ótica e infraestrutura através de uma unidade produtiva isolada ("**UPI InfraCo**") para criar uma estrutura corporativa mais flexível e eficiente e assim acelerar os investimentos na expansão de rede de fibra ótica.

A criação da UPI InfraCo seguiu uma lógica de separação estrutural entre as operações de serviços e a de infraestrutura, com o objetivo de maximizar o valor dos negócios, com estratégias claras focadas na experiência do cliente e inovação de produtos e serviços de um lado, e na massificação de infraestrutura de fibra e otimização de sua operação técnica, do outro.

A UPI InfraCo era originalmente composta por 100% das ações de emissão da Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A., anterior denominação da Companhia, que passou a reunir os ativos, passivos e direitos relacionados às atividades de fibra ótica e infraestrutura descritos no Aditamento ao PRJ. O Aditamento ao PRJ previa a alienação parcial da UPI InfraCo por meio de um procedimento competitivo, mediante a apresentação de propostas fechadas para a aquisição da maioria das ações votantes de emissão da Companhia, representativas do seu controle societário.

Após a realização do procedimento competitivo, em 7 de julho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial homologou a proposta para aquisição parcial da UPI InfraCo, a qual foi apresentada, em conjunto, por Globenet Cabos Submarinos S.A. e BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (em conjunto "**Investidor**").

Em 1º de outubro de 2021, foi celebrado Acordo de Investimento e Outras Avenças entre a Oi e a Globenet Cabos Submarinos S.A ("**Contrato UPI InfraCo**" e "**Globenet**", respectivamente), dentre outras partes, que tinha por objeto a alienação de ações representativas do controle da Companhia ao referido investidor ("**Operação UPI InfraCo**").

Em 9 de junho de 2022, após o cumprimento (ou dispensa temporária) das condições precedentes previstas no Contrato UPI InfraCo, ocorreu a conclusão da Operação UPI InfraCo.

Em razão da incorporação da Globenet pela Companhia, realizada em 30 de junho de 2022, a Companhia passou a deter e operar data centers no Brasil e na Colômbia; e sistema de cabos submarinos de fibra ótica que permite o tráfego de dados por meio de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes nacionais e internacionais com presença na Argentina, Brasil, Bermuda, Chile, Colômbia, Estados Unidos da América e Venezuela.

Considerações sobre a comparação dos resultados das demonstrações financeiras da V.tal

Para fins de esclarecimento, os números contábeis referentes ao exercício social encerrado em 2022 não refletem adequadamente a realidade econômica da Companhia, em razão dos seguintes principais elementos: (i) os termos previstos na Operação UPI Infraco tornaram-se eficazes a partir de 9 de junho de 2022, quando foi realizado o seu fechamento, incluindo o contrato celebrado com a Oi para a operação no segmento FTTH, (ii) a incorporação da Globenet pela Companhia realizada em 30 junho de 2022, e (iii) a reorganização e a contribuição de ativos necessárias à formação da UPI InfraCo. A Administração da Companhia entende que a posição patrimonial, resultados das operações e fluxos de caixa da Companhia até a conclusão da transação em junho de 2022 não são comparáveis aos resultados posteriores a esta data. Portanto, os eventos descritos neste item impactam a comparabilidade das informações financeiras históricas aqui apresentadas.

Auditores independentes

A Companhia contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. para prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A contratação dos serviços de auditoria externa pela Companhia e suas controladas fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos, que preservam a independência dos trabalhos dessa natureza e consistem nas seguintes práticas: (i) o auditor não pode desempenhar funções executivas e gerenciais na Companhia nem nas controladas; (ii) o auditor não pode exercer atividades operacionais na Companhia e nas controladas que venham a comprometer a eficácia dos trabalhos de auditoria; e (iii) o auditor deve manter a imparcialidade – evitando a existência de conflito de interesse e a perda de independência – e a objetividade em seus pareceres e sobre as demonstrações financeiras.

Durante o presente exercício social, que contempla todo o período em que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. exerceu a função de auditores externos independentes da Companhia e suas controladas, não foram prestados pelos auditores externos independentes e nem por partes a eles relacionadas, outros serviços não relacionados à auditoria externa.

Avisos Legais

Algumas das informações realizadas nesse documento foram baseadas em hipóteses, premissas e perspectivas da Administração da Companhia, levando-se em conta dados e informações disponíveis na data de elaboração do documento. Os resultados reais, desempenhos e eventos podem divergir significativamente daqueles aqui expressos, como um resultado de diversos fatores, tais como condições gerais e econômicas do Brasil e outros países; níveis de câmbio, entre outros. Certas informações percentuais e valores divulgados neste documento podem ter sido arredondados para fins de divulgação. O presente relatório de desempenho inclui dados contábeis e não contábeis tais como operacionais, financeiros proforma e projeções com base na expectativa da Administração da Companhia. Os dados não contábeis não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes da Companhia.

1) As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das Demonstrações Financeiras Completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

2) As Demonstrações Financeiras Completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/ b) http://ri.vtal.com/ c) www.cvm.gov.br

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	**4.778.932**	4.561.139	**4.851.695**	4.665.186
Aplicações financeiras	8	**523.221**	2.466.171	**523.221**	2.466.171
Contas a receber	9	**1.314.821**	1.041.651	**1.377.057**	1.094.422
Estoque		**29.338**	–	**29.338**	–
Tributos correntes a recuperar	10	**208.555**	130.064	**212.665**	132.814
Outros tributos	11	**227.964**	188.304	**239.333**	199.782
Ativo relacionado aos fundos de pensão		**1.977**	1.102	**1.977**	1.102
Outros ativos		**187.048**	86.675	**229.910**	133.561
		7.271.856	8.475.106	**7.465.196**	8.693.038
Não circulante					
Contas a receber	9	**502.779**	149.365	**539.937**	192.329
Tributos diferido	10	**–**	–	**28.350**	–
Outros tributos	11	**391.492**	440.778	**391.492**	440.778
Depósitos e bloqueios judiciais	12	**48.838**	53.174	**49.116**	53.519
Ativo relacionado aos fundos de pensão		**1.746**	2.259	**1.746**	2.259
Outros ativos		**104.808**	107.324	**54.407**	64.054
Investimentos	13	**389.844**	353.652	**–**	–
Imobilizado	14	**18.391.011**	18.617.544	**18.840.500**	19.065.203
Intangível	15	**7.149.455**	7.538.505	**7.151.067**	7.541.232
		26.979.973	27.262.601	**27.056.615**	27.359.374
Total do ativo		**34.251.829**	35.737.707	**34.521.811**	36.052.412

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante					
Fornecedores	16	**1.301.965**	1.757.984	**1.356.919**	1.827.477
Salários, encargos sociais e benefícios		**140.446**	188.676	**148.513**	199.335
Empréstimos e financiamentos	17	**3.183**	14.338	**3.183**	14.338
Instrumentos financeiros derivativos	18	**–**	1.063	**–**	1.063
Dívidas com partes relacionadas	25	**8.887**	9.087	**–**	–
Obrigações fiscais	10	**5.110**	–	**7.527**	–
Outros tributos	11	**211.140**	159.114	**246.531**	158.615
Programa de refinanciamento fiscal		**140**	151	**140**	151
Arrendamentos a pagar	19	**18.986**	28.148	**20.586**	30.216
Provisões para contingências	20	**–**	98	**–**	98
Outras obrigações	21	**1.461.541**	2.777.792	**1.562.739**	2.912.893
		3.151.398	4.936.451	**3.346.138**	5.144.186
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	**5.713.233**	5.691.987	**5.713.233**	5.691.987
Dívidas com partes relacionadas	25	**206.940**	220.783	**–**	–
Programa de refinanciamento fiscal		**–**	137	**–**	137
Provisões para contingências	20	**82.377**	71.123	**82.377**	71.123
Outros tributos	11	**4.305**	4.347	**4.305**	4.347
Tributos diferidos	10	**3.168**	189.504	**3.168**	155.130
Arrendamentos a pagar	19	**28.053**	25.521	**32.232**	31.471
Outras obrigações	21	**170.067**	95.018	**448.070**	451.195
		6.208.143	6.298.420	**6.283.385**	6.405.390
Patrimônio líquido	22				
Capital social		**12.689.598**	12.689.598	**12.689.598**	12.689.598
Reservas de capital		**13.274.319**	13.238.182	**13.274.319**	13.238.182
Outros resultados abrangentes		**(36.135)**	(3.828)	**(36.135)**	(3.828)
Prejuízos acumulados		**(1.035.494)**	(1.421.116)	**(1.035.494)**	(1.421.116)
		24.892.288	24.502.836	**24.892.288**	24.502.836
Total do passivo e patrimônio líquido		**34.251.829**	35.737.707	**34.521.811**	36.052.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita de serviços	4	**5.495.709**	4.960.693	**5.822.708**	5.119.719
Custo dos serviços prestados	5	**(4.636.522)**	(4.481.216)	**(4.779.123)**	(4.574.678)
Lucro (prejuízo) bruto		**859.187**	479.477	**1.043.585**	545.041
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	5	**68.180**	25.159	**–**	–
Despesas com vendas	5	**(54.706)**	(67.030)	**(66.536)**	(66.578)
Despesas gerais e administrativas	5	**(704.297)**	(389.407)	**(768.667)**	(410.583)
Outras receitas operacionais, líquidas	5	**185.039**	198.441	**170.759**	197.206
		(505.784)	(232.837)	**(664.444)**	(279.955)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		**353.403**	246.640	**379.141**	265.086
Receitas financeiras	6	**977.177**	522.216	**978.742**	536.618
Despesas financeiras	6	**(1.100.316)**	(1.661.951)	**(1.114.686)**	(1.683.866)
Resultado financeiro, líquido		**(123.139)**	(1.139.735)	**(135.944)**	(1.147.248)
Lucro (Prejuízo) antes das tributações		**230.264**	(893.095)	**243.197**	(882.162)
Imposto de renda e contribuição social	7				
Corrente		**(30.978)**	79.275	**(40.323)**	96.814
Diferido		**186.336**	370.480	**182.748**	342.008
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**385.622**	(443.340)	**385.622**	(443.340)
Lucro (Prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expressos em R$ por ação)		**0,02**	(0,05)	**0,02**	(0,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**385.622**	(443.340)	**385.622**	(443.340)
Outros resultados abrangentes					
Ganho atuarial	23	**584**	3.343	**584**	3.343
Ajustes de conversão do exercício		**(32.891)**	(7.822)	**(32.891)**	(7.822)
Total do resultado abrangente do exercício		**353.315**	(447.819)	**353.315**	(447.819)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reserva de capital							
	Capital social	**Reserva especial de incorporação - Acervo líquido**	**Contribuição de capital na transferência de ativos**	**Remuneração baseada em ações**	**Prejuízos acumulados**	**Outros resultados abrangentes**	**Total**	**Adiamento para futuro aumento de capital (AFAC)**	**Total do patrimônio Líquido**
Em 31 de dezembro de 2021	10.112.170	1.499.928	323.853	–	(1.089.676)	651	10.846.926	–	10.846.926
Conversão de debêntures	100	3.526.082	–	–	–	–	3.526.182	–	3.526.182
Emissão de AFAC em caixa	–	–	–	–	–	–	–	1.417.535	1.417.535
Conversão de AFAC em reserva especial	–	1.417.535	–	–	–	–	1.417.535	(1.417.535)	–
Transferências de ativos da Oi	100	3.493	–	–	–	–	3.593	–	3.593
Transferências de ativos para a Bérgamo	–	(1.538.763)	–	–	–	–	(1.538.763)	–	(1.538.763)
Aumento de capital em caixa	2.577.128	3.797.839	–	–	–	–	6.374.967	–	6.374.967
Incorporação da Globenet	100	2.878.427	–	–	111.900	–	2.990.427	–	2.990.427
Parcela da mais-valia do não-controlador	–	1.318.748	–	–	–	–	1.318.748	–	1.318.748
Ajuste de conversão líquido de impostos	–	–	–	–	–	(7.822)	(7.822)	–	(7.822)
Ganhos/perdas atuariais	–	–	–	–	–	3.343	3.343	–	3.343
Remuneração baseada em ações	–	–	–	11.040	–	–	11.040	–	11.040
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(443.340)	–	(443.340)	–	(443.340)
Em 31 de dezembro de 2022	12.689.598	12.903.289	323.853	11.040	(1.421.116)	(3.828)	24.502.836	–	24.502.836
Ajuste de conversão líquido de impostos	–	–	–	**–**	**–**	**(32.891)**	**(32.891)**	**–**	**(32.891)**
Ganhos/perdas atuariais	–	–	–	**–**	**–**	**584**	**584**		**584**
Remuneração baseada em ações	–	–	–	**36.137**	**–**	**–**	**36.137**	**–**	**36.137**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	**–**	**385.622**	**–**	**385.622**	**–**	**385.622**
Em 31 de dezembro de 2023	**12.689.598**	**12.903.289**	**323.853**	**47.177**	**(1.035.494)**	**(36.135)**	**24.892.288**	**–**	**24.892.288**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) antes das tributações	**230.264**	(893.095)	**243.197**	(882.162)
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	**1.004.525**	1.692.766	**1.005.564**	1.537.856
Atualização monetária de provisões para contingências (Nota 6)	**10.656**	9.641	**10.656**	9.641
Depreciação e amortização (Nota 5)	**2.913.596**	2.267.037	**2.946.284**	2.286.016
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 5)	**22.695**	28.935	**33.872**	27.989
Provisões para contingências (Nota 5)	**5.287**	(3.207)	**5.287**	(3.207)
Equivalência Patrimonial	**(68.180)**	(25.159)	**–**	–
Resultado com alienações e baixa de ativos	**153.478**	241.924	**153.482**	241.930
Participação de empregados e administradores	**101.680**	103.393	**101.680**	103.133
Outros	**4.222**	28.735	**4.222**	(21.583)
Mutações patrimoniais				
Contas a receber	**(1.678.530)**	(624.378)	**(1.693.366)**	(719.167)
Estoque	**(29.338)**	–	**(29.338)**	–
Tributos	**(37.129)**	505.460	**(6.983)**	456.359
Pessoal, encargos sociais e benefícios	**(113.773)**	10.236	**(116.365)**	21.155
Fornecedores	**(456.019)**	64.331	**(470.558)**	304.681
Provisões para contingências	**–**	286	**–**	286
Outras contas ativas e passivas	**(325.116)**	1.960.853	**(477.895)**	2.482.124
	1.738.318	5.367.758	**1.709.739**	5.845.051
Juros sobre empréstimo e financiamentos	**(954.202)**	(473.333)	**(954.202)**	(473.333)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(5.619)**	(5.837)	**(5.619)**	(5.837)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**778.497**	4.888.588	**749.918**	5.365.881
Atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	**(2.431.239)**	(4.787.217)	**(2.431.263)**	(4.986.575)
Aplicações financeiras	**(2.892.107)**	(7.602.055)	**(2.892.107)**	(7.602.055)
Resgate de aplicações financeiras	**4.835.057**	5.150.038	**4.835.057**	5.150.038
Depósitos judiciais	**(3.182)**	(7.241)	**(3.115)**	(7.587)
Resgates de depósitos judiciais	**–**	4.604	**–**	4.604
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(491.471)**	(7.241.871)	**(491.428)**	(7.441.575)
Captação líquidas de custos de captação	**–**	5.641.660	**–**	5.641.660
Pagamento de principal de empréstimos e Financiamentos (Nota 17)	**–**	(6.882.921)	**–**	(6.882.921)
Pagamento de derivativos e leasing	**(38.071)**	–	**(38.071)**	–
Programa de refinanciamento fiscal	**(148)**	(152)	**(148)**	(152)
Arrendamentos (Nota 19)	**(31.014)**	(58.034)	**(33.762)**	(59.298)
Aumento de capital	**–**	7.792.502	**–**	7.792.502
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação	**–**	249.089	**–**	249.089
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**(69.233)**	6.742.144	**(71.981)**	6.740.880
Fluxo de caixa do exercício	**217.793**	4.388.861	**186.509**	4.665.186
Saldo final	**4.778.932**	4.561.139	**4.851.695**	4.665.186
Saldo inicial	**4.561.139**	172.278	**4.665.186**	–
Variação no exercício	**217.793**	4.388.861	**186.509**	4.665.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas					
Vendas de serviços e mercadorias	4	**6.676.875**	5.662.593	**7.009.217**	5.826.323
Descontos incondicionais e devoluções	4	**(72.002)**	–	**(77.346)**	(4.704)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	5	**(22.695)**	(28.935)	**(33.872)**	(27.989)
Outras receitas		**301.653**	358.539	**301.750**	375.378
		6.883.831	5.992.197	**7.199.749**	6.169.008
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais e energia		**(394.683)**	(509.456)	**(404.739)**	(512.640)
Serviços de terceiros		**(875.476)**	(998.040)	**(952.295)**	(1.044.401)
Outros		**(3.653)**	(32.493)	**(61.864)**	(78.251)
		(1.273.812)	(1.539.989)	**(1.418.898)**	(1.635.292)
Valor adicionado bruto		**5.610.019**	4.452.208	**5.780.851**	4.533.716
Retenções					
Depreciação e amortização	5	**(2.913.596)**	(2.267.037)	**(2.946.284)**	(2.286.016)
Provisões/Reversões (Inclui atualização monetária)		**(16.112)**	(6.434)	**(16.112)**	(6.434)
Outras despesas		**(25.839)**	(18.264)	**(34.821)**	(18.829)
		(2.955.547)	(2.291.735)	**(2.997.217)**	(2.311.279)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**2.654.472**	2.160.473	**2.783.634**	2.222.437
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	5	**68.180**	25.159	**–**	–
Receitas financeiras	6	**977.177**	522.216	**978.742**	536.618
		1.045.357	547.375	**978.742**	536.618
Valor adicionado total a distribuir		**3.699.829**	2.707.848	**3.762.376**	2.759.055
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		**(273.999)**	(314.162)	**(304.122)**	(327.901)
Benefícios		**(55.649)**	(52.345)	**(61.915)**	(57.843)
FGTS		**(30.966)**	(18.388)	**(30.966)**	(18.388)
INSS		**(49.539)**	(48.494)	**(49.539)**	(48.494)
Outros		**(7.247)**	(7.648)	**(8.231)**	(8.217)
		(417.400)	(441.037)	**(454.773)**	(460.843)
Impostos e taxas					
Federais		**(234.352)**	(115.395)	**(240.993)**	(122.646)
Estaduais		**(621.708)**	(318.527)	**(619.898)**	(318.527)
Municipais		**(55.569)**	(29.742)	**(57.922)**	(30.671)
		(911.629)	(463.664)	**(918.813)**	(471.844)
Remuneração de capital de terceiros					
Juros e demais encargos financeiros	6	**(1.011.797)**	(1.293.684)	**(1.024.008)**	(1.314.180)
Aluguéis, arrendamentos e seguros	5	**(973.381)**	(952.803)	**(979.160)**	(955.528)
		(1.985.178)	(2.246.487)	**(2.003.168)**	(2.269.708)
Remuneração de capitais próprios					
(Lucro) líquido / prejuízos retidos		**(385.622)**	443.340	**(385.622)**	443.340
Valor adicionado distribuído		**(3.699.829)**	(2.707.848)	**(3.762.376)**	(2.759.055)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A V.tal - Rede Neutra de Telecomunicações S.A. ("Companhia", "V.tal" ou consolidado "Grupo") é a maior rede neutra de infraestrutura digital focada na implantação de rede de FTTx (Fiber to the x ou fibra para diversas aplicações), com ênfase em FTTH (Fiber to the Home ou fibra até a casa) ("FTTH"), data centers e outros serviços de atacado.

Em 9 de junho de 2022, o seu controle acionário foi transferido da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi") para a Globenet Cabos Submarinos S.A. ("Globenet").

A partir de 30 de junho de 2022, em razão da incorporação da Globenet pela V.tal, a Companhia passou a ser controlada diretamente por fundos de investimento sob a gestão do grupo BTG Pactual e a deter e a operar *data centers* no Brasil e Colômbia, assim como um sistema de cabos submarinos de fibra ótica que permite o tráfego de dados por meio de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes nacionais e internacionais com presença na Argentina, Brasil, Bermuda, Chile, Colômbia, Venezuela e Estados Unidos da América.

Em 20 de julho de 2022, a Globenet Cabos Submarinos Bermuda Ltd. exerceu opção de compra para a aquisição de ações da integralidade do capital social da Globenet Cabos Submarinos America, Inc.

No contexto da criação da UPI InfraCo, a Companhia passou por um processo significativo de contribuições de ativos, transferência de contratos e assunção de obrigações e aumentos de capital por seus acionistas, notadamente (i) em 9 de junho de 2022, a transferência do seu controle acionário da Oi para a Globenet Cabos Submarinos S.A.; e (ii) em 30 de junho de 2022, a incorporação da Globenet pela V.tal, inclusive com aumentos de capital realizados por seus atuais acionistas em referida data e em datas subsequentes.

A operação de aquisição da UPI InfraCo envolveu, a partir de janeiro de 2022, a realização de ajustes pro forma como se as condições comerciais previstas em determinados instrumentos operacionais entre a Oi e a Companhia fossem integralmente refletidas nos correspondentes contratos então em vigor, e como se passassem a ser integralmente observadas a partir de 1º de janeiro de 2022, até que tais contratos fossem substituídos pelos respectivos instrumentos na data de fechamento (isto é, a partir de 9 de junho de 2022), como se, a partir de 1º de janeiro de 2022, todos os termos e condições de tais instrumentos tivessem passado a ser integralmente vigentes e aplicáveis aos cálculos de resultados. A diferença entre o resultado apurado por essa metodologia pro forma e o efetivo resultado apurado pela Companhia foi verificado pela Companhia em outubro de 2022 no valor de aproximadamente R$1,4 bilhão ("Ajuste Lock-box"). O aporte dos valores decorrentes do Ajuste Lock-box foi aportado pela Oi no âmbito do closing da operação de aquisição da UPI InfraCo e mediante aporte de recursos em dezembro de 2022.

A implementação do modelo de negócios de rede neutra, assim como de outras linhas de negócio da Companhia após a conclusão da operação da UPI InfraCo, pressupõe a diversificação da carteira de clientes e de receitas da Companhia, assim como a expansão do volume das suas operações, entre outros eventos, os quais não estão integralmente consignados nas demonstrações financeiras históricas da Companhia.

Os referidos eventos - incluindo determinados ajustes pro forma para refletir as práticas contábeis e negociais adotadas pela Companhia após a conclusão da aquisição - impactam a comparabilidade das demonstrações financeiras históricas aqui apresentadas no que tange especificamente ao resultado do exercício e os fluxos de caixa entre os períodos de 2022 e de 2023, pois as demonstrações financeiras não refletem a metodologia pro forma , ou seja, como se a companhia estivesse operando sob o mesmo contrato com o cliente âncora (no caso, a Oi) e com os mesmos ativos.

Diante do exposto acima, a Administração da Companhia entende que os resultados das operações e fluxos de caixa da Companhia poderiam ter sido diferentes daqueles apresentados em suas demonstrações financeiras comparativas, caso a Companhia viesse operando em um modelo de rede neutra desde 2019 ou por todo o período comparativo de 2022, por exemplo.

Com uma rede de cobertura nacional e posicionada no maior mercado de banda larga da América Latina, a V.tal - Rede Neutra de Telecomunicações S.A. é a maior empresa de infraestrutura digital focada na implantação de rede de FTTx, com ênfase em FTTH, data centers e outros serviços de atacado.

A Companhia usa a sua ampla e robusta infraestrutura de fibra de mais de 480 mil km para habilitar e apoiar conexões de internet de alta velocidade e serviços através de uma solução neutra (*white-label*), única no mercado brasileiro, com aproximadamente 22 milhões de HPs (*Homes Passed* ou "casas passadas com fibra"), de natureza multitenant, prestada em regime de atacado para quaisquer operadoras e provedores de internet de tamanhos variados e em diferentes regiões. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia já tinha fechado mais de 80 contratos com operadoras de escala nacional ou regional de serviços de banda larga.

Aproveitando a maior infraestrutura de fibra pura do Brasil, conectividade internacional e recursos de data center, a V.tal está em uma posição diferenciada para se tornar uma plataforma única para necessidades futuras de conectividade e infraestrutura da economia digital (5G, data center, IoT e outros). A V.tal está construindo uma rede de última geração para atender a um ecossistema digital cada vez mais convergente.

Dessa forma, a V.tal nasce como a maior empresa de infraestrutura digital do Brasil e a única com um modelo de negócio realmente neutro. Diferentemente de seus competidores, o controle acionário da V.tal não é detido por um operador de serviços de telecomunicações com atuação no mercado de varejo, mas por fundos de investimento sob a gestão do grupo BTG Pactual e sem qualquer interesse conflitante com os interesses dos clientes da V.tal, o que lhe garante uma gestão realmente neutra. Adicionalmente: (i) os fundos de investimento sob a gestão do grupo BTG Pactual possuem 7 assentos de um total de 10 no Conselho de Administração, tendo efetivo controle da Companhia, (ii) um Comitê de Neutralidade com membros independentes garante que nenhuma informação dos clientes da V.tal seja compartilhada com outros players do setor, inclusive com a Oi, e (iii) a Diretoria da V.tal foi integralmente apontada pelos fundos de investimento sob a gestão do grupo BTG Pactual.

Por meio da infraestrutura descrita acima, a V.tal oferece a seus clientes uma capacidade de conexão de usuários finais de modo ágil, considerando a sua capilaridade em território nacional - principalmente uma redução de despesas e investimentos em uma infraestrutura própria. Para tanto, a Companhia tem sua escala continental como um pilar estratégico, associado à crescente alavancagem operacional e ao proporcional crescimento de sua taxa de ocupação, que é um fator primordial para a competitividade nesse mercado.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

continuação

V.TAL - REDE NEUTRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ 02.041.460/0001-93

A estratégia acima permite uma maior competitividade de preços e principalmente um retorno sobre o capital empregado (ROIC) de seus clientes e do ecossistema em si. O compartilhamento de infraestrutura pela rede neutra da V.tal tem o potencial de mitigar um relevante custo de oportunidade aos seus clientes de possuir uma rede própria e consequentemente, assegurando uma maior ocupação (*take-up*), volume e eficiência da rede neutra.

A extensão da estrutura da V.tal e posicionamento como empresa neutra, pronta para atender a todos os nossos clientes - as "ClientCos" -, tem como finalidade ampliar o acesso à fibra ótica no Brasil.

A Companhia estimula também a entrada de novos players no setor de telecomunicações, mitigando as barreiras relacionadas aos altos custos de implantação e operação de infraestrutura e aumentando a competividade no mercado de varejo. A Companhia oferece também ganhos de eficiência significativos ao mercado, através de sua infraestrutura de rede de fibra ótica a quaisquer operadoras em bases abertas e neutras de um conhecimento tecnológico amplo e profundo de engenharia e desenvolvimento de produtos.

Diante disso, os clientes da V.tal podem focar na prestação dos serviços aos seus clientes, reduzindo os investimentos em infraestrutura e sua velocidade de acesso ao mercado e início de suas operações (*time-to-market*). Seu plano de crescimento e investimento em desenvolvimento da sua rede está associado diretamente à expansão das atividades de seus clientes, em suas diferentes linhas de negócio.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha como objeto social: (i) o desenvolvimento, a construção e a operação de redes de telecomunicações e o fornecimento de serviços de telecomunicações e de valor adicionado, incluindo, mas não se limitando: (a) alternativa de acesso local a serviços de dados, vídeo e auxiliares de voz; (b) outros serviços de valor adicionado e acesso à internet; (c) a prestação de serviços de internet; (d) a implantação, operação e locação de meios e sistemas para telecomunicações e atividades correlatas; (e) a compra, a venda, a importação e a exportação de equipamentos; e (f) o fornecimento de capacidade, meio e infraestrutura a empresas que detenham autorização, permissão ou concessão para exploração de serviços de telecomunicações; (ii) a cessão onerosa de meios de redes de telecomunicações; (iii) a prestação de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM; (iv) a prestação de serviços de Tecnologia da Informação (TI); (v) a locação, manutenção e operação de equipamentos; (vi) a locação de espaço físico e infraestrutura de hospedagem web (*housing*); (vii) a prestação de serviços de manutenção, instalação e disponibilização de infraestrutura e rede e locação de meios físicos, inclusive para colocação de equipamentos e para os serviços de tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas, bem como a prestação de atividades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação, recuperação e transmissão de informações, incluindo a elaboração de projetos, execução, implementação, comercialização, operação, manutenção (assistência técnica) e faturamento de sistemas relacionados a essas atividades e demais serviços de valor adicionado; (viii) a importação, comercialização e exportação relacionadas às atividades desenvolvidas pela Companhia, inclusive de programas de computação, hardware, equipamentos, suprimentos e acessórios de informática em geral; (ix) o desenvolvimento, licenciamento ou cessão de direito de uso de programa de computação, customizáveis ou não customizáveis; (x) a prestação de serviços de consultoria, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (xi) os serviços de tratamento e processamento de dados e análise de sistemas; (xii) a representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros; (xiii) a participação no capital social de outras sociedades, comerciais ou civis, como sócio, acionista ou quotista; (xiv) comercialização e operações com sucatas em geral, próprias ou de terceiros, inclusive sucata de cobre; (xv) depósitos de bens, mercadorias, sucatas para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda móveis; (xvi) geração de energia elétrica para consumo próprio com possibilidade de comercialização do excedente e (xvii) o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social. A Companhia é sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro da Vila Olímpia, Rua Casa do Ator, 919, CEP 04546-003.

Em 11 de novembro de 2022, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") concedeu o registro de Companhia aberta, na categoria "B", para a Companhia.

Contrato de longo prazo e recebíveis com empresa em recuperação judicial

A Companhia possui ativos intangíveis de vida útil definida relacionados a contratos de longo prazo ("Contratos") com a Oi que representam um montante total em 31 de dezembro de 2023 de R$1.810.535 (R$571.748, líquido da amortização acumulada) referente ao contrato de longo prazo relativo à cessão de direito de uso de fração de espectro em fibra óptica apagada relacionados originalmente à entidade incorporada Globenet, sendo este contrato ainda vigente, R$2.405.492 (R$2.220.454 líquido da amortização acumulada) referente ao contrato de FTTH e R$273.692 (R$225.393, líquido da amortização acumulada) referente ao contrato de B2B, que foram registrados como parte dos ativos identificáveis a valor justo na aquisição da Companhia. Os contratos com o referido cliente são de modalidade "Take or pay" e vigentes pelos prazos de 13 anos (13 anos, "Take or pay"), 20 anos (20 anos, "Take or pay") e 20 anos (8 anos, "Take or pay") respectivamente, considerando o início da vigência de cada um desses contratos. Os serviços prestados estão sendo pagos tempestivamente pela Oi por seu valor integral.

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores legais e os fatos e circunstâncias conhecidos até a data de emissão dessas demonstrações financeiras acredita que o valor do ativo intangível será integralmente recuperado pela Companhia mediante a manutenção dos contratos com a Oi até o seu vencimento e nos termos originalmente acordados.

A V.tal apresentou à Oi uma proposta firme de apoio e adesão aos termos de um futuro plano de recuperação judicial no que diz respeito a créditos - ainda que de natureza extraconcursal - relacionados ao Acordo de Cessão de Direito de Uso de longo prazo "*Take-or-Pay*" ("LTLA") detidos originalmente pela Globenet Cabos Submarinos S.A. (incorporada pela Companhia) contra a Oi ("Proposta"). A Proposta envolvia o compromisso da V.tal em aderir ao plano na qualidade de credor extraconcursal aderente para os fins de conceder um desconto de até 50% dos futuros créditos decorrentes das obrigações futuras de 2025 a 2028 previstas no LTLA para os anos de 2025 a 2028, observado o cumprimento de determinadas condições. Dentre as condições da Proposta, o pagamento de 44% dos créditos remanescentes do LTLA pós-desconto deveria ser efetuado por meio de dação em pagamento, mediante um acordo para o recebimento de um valor mínimo de infraestrutura de cabos de rede (sucata) juntamente com a assunção pela V.tal da responsabilidade pelos custos de extração. Todos os demais créditos relacionados ao LTLA deverão ser pagos de acordo com seu cronograma original de 2025 a 2028.

Em 16 de março de 2023 a Oi informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo da RJ") deferiu o processamento do seu pedido de recuperação judicial e de suas subsidiárias Portugal Telecom International Finance B.V. e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. ("Requerentes" e "Recuperação Judicial"), a qual se encontra em andamento nos termos divulgado pela Oi em sua página de Relações com Investidores.

Em 27 de outubro de 2023, a Companhia informou ao mercado em geral que celebrou com a Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi"), Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Sucata e Outras Avenças ("Contrato de Cessão de Sucata") e demais documentos correlatos ("Transação"). Em linha com a proposta de apoio ao plano de recuperação judicial da Oi apresentada pela Companhia (conforme nota explicativa 1), a Transação envolve a aquisição, pela Companhia, de cabos de rede de cobre inservíveis às atividades da Oi ("Sucata"), em regime de exclusividade. De acordo com os instrumentos celebrados, a Companhia se obrigou a adquirir e a Oi se obrigou a vender um determinado volume de Sucata terrestre, com a correspondente compensação de até 22% das obrigações de pagamento da Oi no âmbito do Acordo de Cessão de Direito de Uso de Fração de Espectro de Fibras Ópticas Apagadas, celebrado em 20 de dezembro de 2013, entre Oi e Globenet Cabos Submarinos S.A. (sucedida por incorporação pela Companhia), conforme aditado ("Contrato LTLA"). Adicionalmente a Companhia se comprometeu a reduzir o saldo das obrigações de contratação sob o Contrato LTLA, proporcionalmente ao volume de Sucata efetivamente adquirido e quitado no âmbito da Transação, até o limite de 50%. O Contrato de Cessão de Sucata estabelece também o direito da Companhia de adquirir a Sucata de rede aérea, com a correspondente compensação das obrigações *take-or-pay* remanescentes no âmbito do Contrato LTLA, bem como os termos e condições para a extração, transporte e armazenamento dos cabos de rede desativados, que serão de responsabilidade da Companhia. O Contrato de Cessão de Sucata e demais documentos correlatos foram celebrados sob condição suspensiva.

Em 24 de novembro de 2023, a Companhia comunicou que a condição suspensiva foi verificada, de modo que o Contrato de Cessão de Sucata, celebrado entre a Companhia e a Oi, os instrumentos de garantia correspondentes e demais documentos correlatos passaram a ser plenamente eficazes.

A Companhia monitora a evolução da operação da Oi, inclusive a recuperação judicial, novos fatos que possam modificar as estimativas e o julgamento de sua Administração acerca dos ativos relacionados a Oi.

A realização dos ativos intangíveis com a Oi, relacionados aos contratos de longo prazo que foram registrados como parte da combinação de negócios e incorporação reversa da Globenet na V.tal, está diretamente vinculada à manutenção da base de clientes e infraestrutura de fibra do Grupo Oi.

Em 31 de dezembro de 2023, a receita bruta com a Oi representava 80% (80% em dezembro 2022) dos serviços prestados pela Companhia, cujos montantes faturados pela Companhia junto a Oi vêm sendo liquidados dentro dos seus vencimentos originais acordados.

Continuidade das operações

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, as informações individuais e consolidadas demonstram um patrimônio líquido de R$24.892.288 (R$24.502.836 em 31 de dezembro de 2022), neste período a Companhia passou a operar em posição de lucro líquido no período de R$385.622 (prejuízo de R$443.340 em 31 de dezembro de 2022) e o capital circulante líquido positivo consolidado de R$4.119.058 (R$3.548.852 em 31 de dezembro de 2022).

A Administração leva em conta os seguintes fatos e circunstâncias conhecidos até a data de aprovações das demonstrações financeiras, os quais incluem aumentos de capital realizados pelos novos acionistas da Companhia a partir de 9 de junho de 2022, no âmbito da aquisição do controle acionário da Companhia pela Globenet, posteriormente também pelos aportes realizados pelos fundos BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pela Oi, no valor total de R$1.927.791, além da captação de R$ 5.720.000 de uma dívida com um sindicato de bancos com vencimento de principal em junho de 2025 e com pagamento de juros semestrais, além de duas novas capitalizações realizadas em 17 de novembro de 2022 no valor de R$76.528 e em 15 de dezembro de 2022 no valor de R$2.500.000, que contribuíram para tornar o capital circulante líquido da Companhia positivo.

A rede neutra de fibras óticas da Companhia é um ativo sem equivalentes no território brasileiro, o qual é uma infra-estrutura crítica e necessária para que seus clientes ofertem serviços a seus clientes finais, fato esse que se aplica à própria Oi. Adicionalmente, como parte das operações da Companhia, existem mecanismos de proteções relacionados aos contratos de prestação de serviço entre a Companhia e a Oi, notadamente uma estrutura pautada por uma alienação fiduciária de contas que garante que os recursos mensais de parte dos clientes do segmento FTTH da Oi sejam usados para pagar a V.tal, através de uma instituição financeira independente, combinados a iniciativas de diversificação da base de clientes com a rede de atendimento neutra, entre outros. Os fatos e circunstâncias conhecidos até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não indicam a existência de impactos significativos que possam vir a afetar as operações da Companhia, em decorrência do pedido de recuperação judicial da Oi.

Baseado nestes fatores, na posição de caixa da Companhia, combinada à expectativa de geração de resultados das suas operações e da capacidade de acesso à linha de crédito para financiar seus gastos de capital, a Administração da Companhia acredita que possuirá os recursos necessários e a capacidade para a manutenção das operações da Companhia e para financiar o plano de expansão dos seus negócios no curto e longo prazo.

2. Principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM e que estão em conformidade com as IFRS - *"International Financial Reporting Standards"* emitidas pelo IASB - *"International Accounting Standards Board"*.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) *Base de elaboração*

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de março de 2024.

b) *Principais políticas contábeis*

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:
• Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
• Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;

A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:
• O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
• Direitos originados de acordos contratuais;
• Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Os ativos, passivos e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

As demonstrações financeiras do Grupo incluem as empresas relacionadas a seguir, que operam um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão no Brasil, na Colômbia, nos Estados Unidos da América, nas Ilhas Bermudas, na Argentina e na Venezuela, que permite o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes nacionais e internacionais.

		% de participação	
Nome	**País**	**Dez/2023**	**Dez/2022**
Participação direta da V.tal			
Globenet Cabos Submarinos Bermuda Ltd.	Bermuda	**100**	100
Globenet Cabos Submarinos Participações Ltda.	Brasil	**100**	100
Globenet Cabos Submarinos Argentina S.R.L.	Argentina	**0,11**	0,11
Globenet Cabos Submarinos Uruguay S.A.	Uruguay	**100**	100
Globenet Cabos Submarinos Chile SPA	Chile	**100**	100
Participação indireta da V.tal via Globenet Cabos Submarinos Bermuda Ltd.			
Globenet Cabos Submarinos Colômbia SAS	Colômbia	**100**	100
Globenet Cabos Submarinos América Inc.	EUA	**100**	100
Globenet Cabos Submarinos VZLA S.A.	Venezuela	**100**	100
Globenet Cabos Submarinos Argentina S.R.L.	Argentina	**99,89**	99,89
Participação indireta da V.tal via Globenet Cabos Submarinos Uruguay S.A.			
Globenet Cabos Submarinos International S.A.	Uruguay	**100**	100

Moeda funcional e de apresentação

O Grupo atua, como operador no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R$).

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Informações por segmentos

A Administração monitora e acompanha o desempenho das ofertas de serviços na visão de um único segmento de clientes do atacado, sendo os resultados no que tange os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas, consistentes com os relatórios internos fornecidos para a Diretoria. Informações sobre o segmento operacional são apresentados na Nota 24.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado por contas bancárias e equivalentes caixa de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo na data de encerramento do exercício apresentado e não superam o valor de mercado (Nota 8).

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a sua finalidade em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo por meio do resultado.

O Grupo classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração: (1) ativos mensurados ao custo amortizado - ou seja, ativos financeiros que atendem às seguintes condições: (i) o modelo de negócios sob o qual os ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas especificadas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto (contas a receber, empréstimos e equivalentes de caixa). O custo amortizado é reduzido por perdas por "*impairment*"; (2) ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e "*impairment*" são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; e (3) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos no reconhecimento inicial.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios. A estimativa das perdas esperadas em contas a receber de clientes é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa das perdas esperadas em contas a receber de clientes é elaborado com base no modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Nota 9).

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (quando aplicável). Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para o Grupo. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, para a qual o Grupo revisa anualmente (Nota 14).

Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Considerando as convergências dos serviços prestados, além de que o principal ativo operacional da Companhia é uma rede única, neutra e amplamente integrada, a qual é utilizada para prover todos os serviços a seus clientes, a Companhia define seu negócio como uma única UGC.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *"impairment"* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida têm seu valor recuperável testado anualmente conforme determinado no CPC 01 / IAS 36.

Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital; e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis a UGC.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso através da metodologia de fluxo de caixa descontado são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar os serviços prestados).

Deterioração de ativos financeiros

O Grupo avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

O passivo financeiro de empréstimos e financiamentos é desreconhecido quando a dívida é extinta ou quando ocorre modificação substancial nos termos contratuais.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge (proteção)

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, swaps de moeda, para fornecer proteção contra os riscos de variações nas taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de celebração do contrato e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

A forma de registro do ganho ou da perda resultante dessa, subsequente remensuração, depende do derivativo ter sido designado como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

O Grupo não adota a política de *hedge accounting*, apesar de fazer uso de derivativos com o objetivo de proteção, e, sendo assim, as variações no valor justo de qualquer um dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, em "Receitas (despesas) financeiras". Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Arrendamentos

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento mercantil em seu balanço patrimonial com relação aos ativos arrendados. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que consiste no valor inicial da mensuração do passivo de arrendamento mercantil, acrescidos de custos diretos iniciais incorridos, estimativa de custos para desmontar e remover o ativo no final do arrendamento, outros pagamentos feitos antes da data de início do arrendamento, e calculados a valor presente, descontados pela taxa de empréstimo incremental que foram estimadas.

Provisões para contingências

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos (Nota 20).

Para a mensuração do valor das provisões a constituir o Grupo adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar o Grupo considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo.

O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo o Grupo faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 / IAS 37, bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda, quando aplicável.

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo o Grupo faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

• Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pelo Grupo em benefício de seus empregados são administrados pela Fundação Atlântico de Seguridade Social. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência (Nota 23).

O Grupo conta com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

• Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico, o custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

• Plano de remuneração baseada em ações - A Companhia mantém plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, quando há o exercício da opção de compra pelo participante, os quais a entidade recebe os serviços dos empregados participantes como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido. O valor justo dos serviços do empregado participante, recebidos em troca da outorga de ações, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das ações outorgadas, com base no tempo de serviço dos empregados participantes, correspondente à quantidade de ações que o beneficiário fará jus na data de exercício das ações outorgadas. O valor total da despesa é reconhecido durante o período o qual as condições de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, o Grupo revisa as estimativas da quantidade de ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido.

O valor justo dos serviços do empregado participante recebidos em troca das ações, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções de compra de ações são exercidas.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades do Grupo.

A receita é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para o Grupo, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades do Grupo.

O Grupo aplicou os julgamentos que afetam significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de contrato com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfeita a obrigação de desempenho.

Dentre os serviços prestados pelo Grupo destacamos: (i) serviço de cessão onerosa de meio de rede fibra óptica (capacidade de rede) cuja receita é reconhecida, mensalmente, pela prestação do serviço, sendo o valor da contraprestação determinado pelo volume contratado ao longo do tempo e (ii) serviço de instalação/habilitação para seus clientes, quando previsto contratualmente, o valor da contraprestação é fixo, cuja receita é reconhecida quando as condições contratuais são atingidas, que ocorrem quando a instalação é concluída e o serviço é aprovado pelo cliente em momento específico no tempo. Esses serviços são prestados, substancialmente, à Oi S.A., conforme Nota 25. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, os custos são contabilizados obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros incorridos e demais encargos sobre obrigações ou transações financeiras (Nota 6).

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. O Grupo elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração considerando a continuidade da empresa. O Grupo reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pela diretoria, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos (Nota 7).

Resultado por ação

O objetivo da informação relativa ao resultado básico por ação é proporcionar a mensuração da participação de cada ação da companhia no desempenho da entidade durante o exercício. A administração do Grupo calcula o valor do resultado básico por ação a partir do lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (ou capital próprio ordinário) do Grupo e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuível a esses titulares de ações ordinárias.

c) *Estimativas e julgamentos contábeis críticos*

A Administração do Grupo se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem divergir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas e julgamentos contábeis críticos que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita do Grupo é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado.

Provisão para perda de crédito esperada

A provisão para perda de crédito esperada está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de clientes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de tais créditos.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Notas 14 e 15, respectivamente.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento projetado para exercícios futuros e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da UGC, objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda, sendo dos dois o maior. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que o Grupo fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Arrendamentos

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro do Grupo. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Valor justo de passivos financeiros

As premissas sobre taxas de desconto utilizadas no cálculo do valor justo de nossos passivos financeiros estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e o desempenho financeiro do Grupo. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor justo dos passivos financeiros pode ter um efeito material sobre o valor justo estimado desses passivos financeiros e os valores registrados como empréstimos e financiamentos no balanço patrimonial, bem como os valores registrados no resultado.

Provisões para contingências

O Grupo reconhece, nos termos do CPC 25 / IAS 37, provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 20.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

continuação

V.TAL - REDE NEUTRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ 02.041.460/0001-93

Dependendo da natureza da contingência, a Administração do Grupo faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias o Grupo usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entende serem adequadas, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas, para eventuais consequências de interpretação divergente por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade de geração de lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e suas controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo atribuído ao não controlador ou pela proporção da participação do não controlador sobre os ativos líquidos identificados a valor justo na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que pode incluir a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

d) *Novas normas, alterações e interpretações de normas*

d.1) *Novas normas adotadas em 1º de janeiro de 2023*

	Normas e emendas a normas	Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante e Divulgação de políticas contábeis.	1 de janeiro de 2023
IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1 de janeiro de 2023
IAS 12	Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação	1 de janeiro de 2023
IFRS 4	Contrato de seguros - Isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras	1 de janeiro de 2023
IFRS 17	Nova norma para Contratos de Seguros em substituição do IFRS 4	1 de janeiro de 2023

As alterações nas referidas normas não tiveram impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

d.2) *Novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2024*

	Normas e emendas a normas	Aplicações obrigatórias com início em ou após
IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1 de janeiro de 2024
IAS 7 e IFRS 7	Acordo de financiamento com fornecedores.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de Locação de venda e retroarrendamento.	1 de janeiro de 2024

O Grupo não espera impacto significativo dessas alterações nas normas contábeis.

Sergio R. Rodrigues
Diretor de Controladoria e Tesouraria

Ana Guerra
Gerente de Contabilidade e Relatórios Financeiros CRC - 084.465-O/6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores da
V.tal - Rede Neutra de Telecomunicações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da V.tal Rede Neutra de Telecomunicações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boa*rd (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Avaliação de perda por impairment de ativo intangível de vida útil indefinida

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ativo intangível de vida útil indefinida registrados como ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") no montante de R$4.083.304 mil referente à aquisição de empresas em anos anteriores. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade (teste de impairment). A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desse ativo, para determinar se houve perda no seu valor recuperável utilizando o método do valor em uso através da elaboração de modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em crescimento de receita, evolução da margem operacional, volume de investimentos em bens de capital para anos futuros, bem como sobre a taxa de desconto utilizada. Este procedimento envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia tomadas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos relacionados a avaliação de perda por impairment de ativo intangível de vida útil indefinida incluiram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às premissas mais significativas do modelo, incluindo as projeções das informações financeiras utilizadas no modelo, avaliação da taxa de desconto utilizada para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, bem como na análise de sensibilidade e avaliação se uma variação razoável nas premissas mais significativas poderiam determinar perda no valor recuperável. Além disso, os procedimentos incluíram a avaliação dos controles internos mantidos pela Companhia no processo de preparação e revisão do teste de recuperabilidade, bem como a avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em relação ao tema, as quais estão incluídas nas notas explicativas anteriormente mencionadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre avaliação de perda por impairment de ativo intangível de vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas contábeis e os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita sobre serviços a faturar

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita por serviços de telecomunicações prestados a faturar pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 foram de R$ 569.269 mil (controladora) e R$ 597.250 mil (consolidado), substancialmente referente a estimativa dos serviços de telecomunicações prestados através de sua rede neutra de dados e instalação de equipamentos, mas que ainda não foram faturados. O processo de reconhecimento de receita da Companhia é complexo, envolve alto volume de transações, demanda asseguração da integridade das análises e dos lançamentos manuais executados nos sistemas utilizados como elementos essenciais nos cálculos da apuração da estimativa da receita a faturar e, portanto, do correto reconhecimento das receitas da Companhia. Eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Por essas razões consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Atualização de nosso entendimento do processo e avaliação dos controles relacionados sobre os critérios adotados pela diretoria da Companhia para mensuração da receita dos serviços prestados e ainda não faturada no final do exercício incluindo a estimativa do reconhecimento de receita, os termos contratuais relacionados aos serviços prestados, e do ambiente de tecnologia da informação; (ii) Exames documentais de transações de receitas de vendas de serviços, em base amostral; (iii) Recálculo da estimativa da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício, bem como a comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente após o fechamento do balanço patrimonial e o respectivo faturamento e liquidação subsequente ; e, (iv) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita a faturar, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas contábeis e os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2024
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC RJ-116384/O

Blau Farmacêutica S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF n° 58.430.828/0001-60 - NIRE 35.300.416.406 | Código CVM n° 2462-7

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **Blau Farmacêutica S.A.**, sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2462-7, com sede na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rodovia Raposo Tavares, Km 30,5, nº 2.833, Unidade I, Prédios 100/110, Barro Branco, CEP 06705-030, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.416.406 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 58.430.828/0001-60, ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 14:30 horas ("AGO"), **de modo exclusivamente digital**, nos termos do artigo 121 e do artigo 124, §2º-A, ambos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 5º, §2º, I, e 28 da Resolução da CVM nº 81 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81") a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a proposta da Administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão ser representados na AGO por procurador constituído nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGO munidos de documentos que comprovem a sua identidade e/ou os seus poderes, conforme o caso. Para participarem, os acionistas deverão acessar o *link:* https://assembleia.ten.com.br/389437806, até o dia 27 de abril de 2024, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados abaixo neste Edital de Convocação e/ou na Proposta da Administração. Os acionistas que não realizarem o cadastro no prazo acima referido não poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. Para pessoas físicas: • Documento de identidade com foto do acionista; • Instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso; • cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira depositária; ou, em se tratando de acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas, extrato contendo a sua respectiva posição acionária, emitido em até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia Geral. Para pessoas jurídicas: • Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, devidamente registrados perante a autoridade competente; • Documento de identidade com foto do representante legal; • Instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso; e • cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira depositária; ou, em se tratando de acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas, extrato contendo a sua respectiva posição acionária, emitido em até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia Geral. Para fundos de investimento: • Último regulamento consolidado do fundo, com comprovante de seu depósito no site da CVM; • Estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação, devidamente registrados perante a autoridade competente; • Documento de identidade com foto do representante legal; • Instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso; e • cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira depositária; ou, em se tratando de acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas, extrato contendo a sua respectiva posição acionária, emitido em até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia Geral. Para aqueles acionistas que forem representados por procuração, além dos documentos indicados acima, deverão apresentar (i) cópia da procuração autenticada, quando não for apresentada com assinatura digital (por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por meio do portal "Gov.br"), a qual deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano, (ii) cópia do documento de identificação do procurador com foto; e (iii) cópia da documentação societária que comprove os poderes do(s) representante(s) legal(is) que outorgaram a procuração em nome da pessoa jurídica. A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada dos documentos acima indicados. Adicionalmente, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81 e as instruções contidas na Proposta da Administração para a AGO ora convocada, o acionista também poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela Companhia nos websites da própria Companhia (http://ri.blau.com/), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (https://b3.com.br) e da CVM (https://www.gov.br/cvm). As instruções detalhadas para participação na AGO, bem como todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na AGO, incluindo este Edital de Convocação, a Proposta da Administração, bem como aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Resolução CVM 81 encontram-se disponíveis aos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (http://ri.blau.com/), na página da B3 (https://b3.com.br) e na página da CVM (https://www.gov.br/cvm).

Cotia, 27 de março de 2024. **Rodolfo Alfredo Gerardo Hahn -** Presidente do Conselho de Administração

ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A.

Companhia Aberta – CVM nº 2612-3 CNPJ/MF Nº 12.104.241/0004-02

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.** ("Companhia") para se reunirem nas assembleias gerais ordinária e extraordinária, a serem realizadas, conjuntamente, às 9h00min do dia 29 de abril de 2024 ("Assembleias"), no auditório do prédio da sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, Vila Nova Conceição, CEP 04543-906, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(2)** fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (1)** deliberar sobre a alteração do Plano de Opções de Compra de Ações e do Plano de Ações Restritas; **(2)** deliberar acerca da independência do Sr. Marcelo Del Vigna, candidato para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; **(3)** eleger o Sr. Marcelo Del Vigna para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, por um prazo de mandato unificado com os demais membros do Conselho de Administração, a encerrar-se na data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia votarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(4)** aprovar o "Protocolo e Justificação de Cisões Parciais de Unity Participações S.A., de Céu de Brasília Participações S.A., de CETTRO – Centro de Tratamento Ltda. e de AIO – Instituto do Câncer de Brasília Ltda. com Versão dos Acervos Líquidos Cindidos para Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A." ("Protocolo"); **(5)** ratificar a nomeação e a contratação da empresa de avaliação Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., como responsável pela elaboração dos laudos de avaliação patrimonial contábil do acervo líquido cindido da Unity Participações S.A. ("Unity" e "Laudo de Avaliação Unity"), do acervo líquido cindido da Céu de Brasília Participações S.A. ("Céu" e "Laudo de Avaliação Céu I"), do acervo líquido cindido da Céu ("Laudo de Avaliação Céu II"), do acervo líquido cindido da CETTRO – Centro de Tratamento Ltda. ("Cettro" e "Laudo de Avaliação Cettro) e do acervo líquido cindido da AIO – Instituto do Câncer de Brasília Ltda. ("AIO" e, quando em conjunto com Unity, Céu e Cettro, as "Cindidas" e "Laudo de Avaliação AIO" e, em conjunto com Laudo de Avaliação Unity, Laudo de Avaliação Céu I, Laudo de Avaliação Céu II e Laudo de Avaliação Cettro, "Laudos de Avaliação"), a serem vertidos para a Companhia; **(6)** aprovar os Laudos de Avaliação; **(7)** aprovar as propostas de cisões parciais de Unity, Céu, Cettro e AIO, com versão dos acervos líquidos cindidos para a Companhia, nos termos e condições previstos no Protocolo ("Operações"); **(8)** autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e providências necessários à implementação das Operações; **(9)** deliberar sobre as seguintes alterações ao estatuto social da Companhia: (i) a atualização do *caput* do artigo 5º, de forma a refletir o valor do capital social e a quantidade total de ações de emissão da Companhia, consignado nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 9 de junho de 2023 e em 20 de junho de 2023; (ii) a exclusão do inciso (xxxviii) do artigo 18º, com a consequente renumeração do inciso subsequente, a alteração do *caput* do artigo 20º, a exclusão do parágrafo 3º do artigo 22º com a consequente renumeração dos parágrafos subsequentes e a alteração do *caput* e do parágrafo 1º do artigo 26º do estatuto social da Companhia, de forma a refletir a exclusão do cargo de Diretor Técnico da Companhia; e (iii) a alteração do *caput* do artigo 20º, do inciso (vi) do parágrafo 1º e dos parágrafos 4º, 5º e 6º do artigo 22º, do *caput* e do parágrafo 1º do artigo 26º e do parágrafo 3º do artigo 39º, para alterar a nomenclatura dos cargos **de** Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Jurídico e de *Compliance* **para**, respectivamente, Diretor Executivo Financeiro, Diretor Executivo de Relações com Investidores e Diretor Executivo Jurídico, *Compliance* e *ESG*. **(10)** deliberar sobre a consolidação do estatuto social da Companhia para refletir as alterações previstas no item (9) acima; e **(11)** deliberar sobre a rerratificação da remuneração global dos administradores da Companhia referente ao exercício social de 2023, fixada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2023. **Informações Gerais:** A Proposta da Administração e o Manual das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Manual"), contendo e orientações detalhadas para participação nas Assembleias, bem como todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas Assembleias, encontram-se à disposição dos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu *website* de relações com investidores (https://ri.grupooncoclinicas.com/), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). A participação dos Acionistas poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual. Sem prejuízo das informações detalhadas no Manual, a Companhia destaca as seguintes informações acerca das formas de participação nas Assembleias: Pessoal: Solicita-se que os Acionistas que optarem por participar pessoalmente das Assembleias efetuem seu cadastramento até o dia 25 de abril de 2024 (inclusive). O Acionista deverá comparecer às Assembleias munido de documento que comprove a sua identidade. Por Procurador: As procurações poderão ser outorgadas de forma física, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e no Manual. O representante legal do Acionista deverá comparecer às Assembleias munido da procuração e demais documentos indicados no Manual, além de documento que comprove a sua identidade. Via Boletim de Voto a Distância: A Companhia disponibilizará para a participação nas Assembleias o sistema de votação a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81") permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do Manual. A Companhia realizará as Assembleias, de modo presencial, no auditório do prédio de sua sede. Nos termos da Resolução CVM 81, serão considerados presentes às Assembleias os acionistas que a ela compareçam fisicamente ou que nela se façam representar, ou cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia.

28 de março de 2024
David Castelblanco
Presidente do Conselho de Administração

AEGEA Saneamento e Participações

CNPJ/ME nº 08.827.501/0001 - NIRE 35.300.435.613 *(Companhia Aberta)*

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 14 de março de 2024

14/03/2024, às 10:00h, na sede social ("Companhia"). **Presença:** a presença da totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: **Sr. Luis Vital de Sousa Ramos Vettorazzo;** Secretário: **Sr. André Pires de Oliveira Dias. V. Deliberações:** (i) aprovar a distribuição e pagamento dos Dividendos Intercalares aos acionistas da Companhia, da seguinte forma: (a) o valor total de R$ 152.047.912,30 aos acionistas detentores de ações ordinárias, a ser pago em uma ou mais parcelas, a saber: **(a.1)** R$ 87.236.134,67 à Equipav Saneamento S.A.; **(a.2)** R$ 20.295.837,17 ao Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia; **(a.3)** R$ 29.007.053,48 à Angelo Investment Private Limited; e **(a.4)** R$ 15.508.886,98 à Itaúsa S.A.; (b) o valor total de R$ 25.341.318,72 aos acionistas detentores de ações preferenciais classe "A", a ser pago em uma ou mais parcelas, a saber: **(b.1)** R$ 6.421.236,69 ao Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia; e **(b.2)** R$ 18.920.082,03 à Angelo Investment Private Limited; **(c)** o valor total de R$ 25.341.318,72 aos acionistas detentores de ações preferenciais Classe "D", a ser pago em uma ou m

BRASIL TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 35.764.708/0001-01 | NIRE 35300546113

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro (21/03/2024), às onze horas e trinta minutos (11h30min), na sede da **BRASIL TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES S/A.** ("Companhia" ou "Brasil TecPar"), inscrita no CNPJ nº 35.764.708/0001-01, localizada na Rua Gomes Carvalho, n° 1.510, Conjunto 12, Vila Olímpia, CEP 04547-005, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, transmitida para todos os participantes, simultaneamente, por meio de videoconferência utilizando a plataforma *"Google Meet"*. **Mesa:** Gustavo Pozzebon Stock – **Presidente**; Alcyr Soares Cardoso – **Secretário**. **Convocação**: Dispensada a convocação prévia em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por meio de videoconferência, nos termos do art. 11, parágrafo 7º do Estatuto Social da Companhia. **ORDEM DO DIA:** deliberar sobre: **a)** 8ª (oitava) emissão pela Companhia de notas comerciais escriturais, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Notas Comerciais" e "Lei das S.A.", respectivamente) no valor total de R$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) ("Emissão"), para distribuição pública, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); b) autorização à Diretoria da Companhia e seus representantes legais, em conjunto com a **TRUSTEE DTVM LTDA**., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 11º andar, conjuntos 111, 112, 113 e 114, Torre Norte – Pátio Victor Malzoni, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-1333, na qualidade de agente fiduciário das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário"), para adotar todos e quaisquer atos, negociar e celebrar documentos necessários à efetivação das deliberações a serem aprovadas nesta assembleia; e **c)** ratificação de todos os atos já praticados pela administração da Companhia e/ou por seus representantes legais para a consecução da Emissão e da Oferta. **DELIBERAÇÕES**: Após exame dos itens constantes da ordem do dia, os conselheiros deliberaram por unanimidade de votos, sem ressalvas: **a)** autorizar a realização da Emissão e da Oferta, que serão formalizadas nos termos do *"Termo de Emissão da 8ª (Oitava) Emissão de Notas Comerciais, com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Brasil Tecnologia e Participações S.A."* ("Termo de Emissão") e atenderão às características abaixo descritas, dentre outras: **I. Número da Emissão.** A Emissão constitui a 8ª (oitava) emissão de Notas Comerciais da Companhia. **II. Número de Séries.** A Emissão será realizada em série única. **III. Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão é de R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), na Data de Emissão. **IV. Quantidade.** Serão emitidas 90.000 (noventa mil) Notas Comerciais. **V. Garantia Fidejussória.** Para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento de quaisquer das obrigações principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, perante os titulares de Notas Comerciais, representados pelo Agente Fiduciário, no âmbito da Emissão, nos termos deste Termo de Emissão, o que inclui, mas não se limita, o pagamento das Notas Comerciais, abrangendo o saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) e a Remuneração (conforme abaixo definido), bem como o ressarcimento de todo e qualquer custo, encargo, despesa ou importância que comprovadamente venha a ser desembolsada pelos perante os titulares de Notas Comerciais, representados pelo Agente Fiduciário, inclusive por conta da constituição e/ou aperfeiçoamento das Garantias (conforme abaixo definido), e todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Companhia no âmbito deste Termo de Emissão, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos, tributos e despesas deste Termo de Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, a encargos moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários extrajudiciais ou arbitrados em juízo, indenizações, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido pelos titulares de Notas Comerciais, representados pelo Agente Fiduciário, inclusive, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos titulares de Notas Comerciais, representados pelo Agente Fiduciário e da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos titulares de Notas Comerciais, representados pelo Agente Fiduciário, decorrentes do Termo de Emissão, devidamente comprovados ("Obrigações Garantidas"), as Notas Comerciais Escriturais contarão com fiança em favor dos titulares de Notas Comerciais, representados pelo Agente Fiduciário, prestada pela (i) Gaúcha Tecnologia e Participações S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, n° 700, sala 1113, Boa Vista, CEP 90.480-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.979.721/0001-90 ("Gaúcha"); (ii) Magnum Mello Folleto, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade de Registro Geral ("RG") nº 6084993994, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob nº 821.473.700-10, domiciliado na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Artur Rocha, nº 1067, CEP 90.450-171 ("Magnum"); e (iii) Gustavo Pozzebon Stock, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, comerciante, portador da cédula de identidade de RG nº 6033780451-SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 610.062.970-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gomes Carvalho, n° 1.510, Conjunto 12, Vila Olímpia, CEP 04547-005 ("Gustavo" e, em conjunto ao Magnum, "Fiadores Pessoas Físicas" e, em conjunto com a Gaúcha, os "Fiadores"), que respondem, de maneira irrevogável e irretratável, como principais pagadores e devedores solidários junto à Companhia, pelo cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, até sua plena liquidação, conforme melhor descrito no Termo de Emissão ("Fiança"). **VI. Garantias Reais.** Para assegurar o pontual e integral adimplemento das Obrigações Garantidas, a Brasil Administração e Serviços de Cobrança Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Anita Garibaldi, nº 976, Andar 3, Sala 02, CEP 90.450-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.488.393/0001-83 ("BSC" e quando em conjunto com os Fiadores, os "Garantidores da Oferta"), de forma irrevogável e irretratável, cede e transfere fiduciariamente, em favor dos titulares de Notas Comerciais, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, de acordo com as disposições nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004 e, no que for aplicável, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil ("Cessão Fiduciária" ou "Garantias Reais" e, em conjunto à Fiança, as "Garantias"): a conta corrente mantida pela BSC junto ao Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, na Vila Yara, na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, onde serão creditados os valores referentes à recebíveis de titularidade da BSC ("Contas Vinculadas"), os quais serão liberados nos termos e condições a serem definidos no *"Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças"*, a ser celebrado entre a BSC, o Agente Fiduciário e a Companhia, como interveniente anuente ("Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada"). **VII. Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Notas Comerciais será de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). **VIII. Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será aquela definida no Termo de Emissão ("Data de Emissão"). **IX. Data de Início da Rentabilidade**. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da primeira integralização das Notas Comerciais ("Data de Início da Rentabilidade"). **X. Prazo e Data de Vencimento.** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Notas Comerciais em razão do resgate antecipado total nos termos do Termo de Emissão ou do resgate antecipado total decorrente da Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos previstos no Termo de Emissão, as Notas Comerciais terão prazo de vencimento de 1.826 (mil oitocentos e vinte e seis) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 28 de março de 2029 ("Data de Vencimento"). **XI. Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica.** As Notas Comerciais serão depositadas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas e as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3. **XII. Preço de Subscrição e Forma de Integralização.** As Notas Comerciais poderão ser subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, divulgada por meio de anúncio de início de distribuição, nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Notas Comerciais previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo que as Notas Comerciais serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela B3 ("Data de Integralização"). Na primeira data de integralização as Notas Comerciais serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário ("Primeira Data de Integralização"). Caso qualquer Notas Comercial venha a ser integralizada em data posterior à primeira data de integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais, calculados *pro rata temporis* a partir da Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização. As Notas Comerciais poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, de comum acordo entre a Companhia e o Coordenador Líder, no ato de subscrição das Notas Comerciais, observado que referido ágio ou deságio deverá ser aplicado de forma igualitária à totalidade dos titulares das Notas Comerciais Escriturais em cada data de integralização. **XIII. Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade**. As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do titular das notas comerciais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais. **XIV. Destinação dos Recursos.** Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Notas Comerciais serão destinados para implementar o plano de crescimento inorgânico da Companhia e suas controladas, viabilizando a aquisição, pela Companhia ou por uma de suas subsidiárias, de determinadas sociedades e/ou ativos de tais sociedades, a exclusivo critério da Companhia e/ou de suas controladas. **XV. Colocação e Procedimento de Distribuição**. As Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública, sob o rito automático de registro perante a CVM e sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder"), responsável pela colocação das Notas Comerciais, nos termos do *"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Comerciais, com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 8ª (Oitava) Emissão da Brasil Tecnologia e Participações S.A."*, a ser celebrado entre a Companhia, o Coordenador Líder, os Garantidores e os Fiadores ("Contrato de Distribuição"). O plano de distribuição seguirá o procedimento previsto no Contrato de Distribuição, nos termos do artigo 49 da Resolução CVM 160. **XVI. Atualização Monetária das Notas Comerciais.** O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente. **XVII. Remuneração das Notas Comerciais.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br), acrescida de sobretaxa equivalente a 3,60% (três inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização, inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, exclusive, para a primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo), e desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, para as demais Datas de Pagamento da Remuneração. A Remuneração deverá ser calculada de acordo a fórmula presente no Termo de Emissão. **XVIII. Pagamento da Remuneração.** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Notas Comerciais em razão do resgate antecipado total nos termos do Termo de Emissão ou do resgate antecipado total decorrente da Oferta de Resgate Antecipado ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente a partir da Data de Emissão das Notas Comerciais, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de abril de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 28 (vinte e oito) dos meses subsequentes, até a Data de Vencimento, conforme tabela prevista no Termo de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). **XIX. Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário**. Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Notas Comerciais em razão do resgate antecipado total nos termos do Termo de Emissão ou do resgate antecipado total decorrente da Oferta de Resgate Antecipado ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos previstos no Termo de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais será amortizado mensalmente, após 12 (doze) meses contados a partir da Data de Emissão das Notas Comerciais, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de março de 2025, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 28 (vinte e oito) dos meses subsequentes, até a Data de Vencimento, conforme tabela prevista no Termo de Emissão. **XX. Prorrogação dos Prazos.** Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia que não houver expediente bancário no local de pagamento das Notas Comerciais, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente do Termo de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com Dia Útil. A expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais na República Federativa do Brasil. **XXI. Local de Pagamento.** Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento e em conformidade, conforme o caso: (a) com os procedimentos adotados pela B3, para as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) com os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Notas Comerciais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. **XXII. Encargos Moratórios.** Sem prejuízo da Remuneração e do disposto na Cláusula VI abaixo, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares de Notas Comerciais, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados pro rata temporis desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"). **XXIII.Repactuação.** As Notas Comerciais não serão objeto de repactuação programada. **XXIV. Classificação de Risco**. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Emissão. **XXV. Resgate Antecipado Facultativo.** A Companhia poderá, a partir de 28 de abril de 2024 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo"), sem necessidade de qualquer aprovação adicional pelos titulares das Notas Comerciais Escriturais, os quais deverão obrigatoriamente aceitar a realização do Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos no Termo de Emissão. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Companhia será equivalente ao **(i)** saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem regatadas, acrescido **(ii)** da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem regatadas, **(iii)** demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, não sendo devidas, entretanto, quaisquer penalidades em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo, e **(iv)** de prêmio flat equivalente a tabela prevista no Termo de Emissão. **XXVI. Amortização Extraordinária Facultativa.** Não será admitida a amortização extraordinária facultativa das Notas Comerciais. **XXVII. Oferta de Resgate Antecipado Facultativo.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Notas Comerciais, sendo vedada a oferta de resgate antecipado parcial, com o consequente cancelamento das Notas Comerciais, endereçada a todos os titulares das Notas Comerciais, sendo assegurado a todos os titulares das Notas Comerciais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da forma prevista no Termo de Emissão. O valor a ser pago aos titulares das Notas Comerciais deverá ser equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Notas Comerciais objeto da Oferta de Resgate Antecipado e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado e, se for o caso, aplicando-se sobre o valor total um prêmio informado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, se ofertado pela Companhia. **XXVIII. Aquisição Facultativa.** As Notas Comerciais poderão ser adquiridas pela Companhia, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo titular de Notas Comerciais vendedor, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Notas Comerciais que venham a ser adquiridas poderão: (i) ser canceladas (neste caso, desde que permitido e devidamente regulamentado pela legislação aplicável); (ii) permanecer na tesouraria da Companhia; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Notas Comerciais adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Remuneração das demais Notas Comerciais. **XXIX. Vencimento Antecipado.** As obrigações relativas às Notas Comerciais poderão ou deverão, conforme o caso, ser consideradas antecipadamente vencidas, observado o disposto no Termo de Emissão, mediante a ocorrência de determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático a serem previstas no Termo de Emissão. Caso ocorra o vencimento antecipado, a Companhia obriga-se a realizar o pagamento referente à totalidade das Notas Comerciais, obrigando-se ao pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido da Remuneração, calculados pro rata temporis, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos moratórios, obrigações pecuniárias e outros acréscimos, se houver, devidos nos termos do Termo de Emissão. **XXX. Demais Condições.** As demais características da Emissão e da Oferta constarão no Termo de Emissão. **b)** autorizar os diretores e/ou procuradores da Companhia a realizar os seguintes atos: **(a)** celebração dos seguintes documentos, seus eventuais aditamentos e documentos que deles derivem: **(1)** Termo de Emissão e futuros aditamentos ao Termo de Emissão; **(2)** Contrato de Distribuição; **(3)** Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada; **(4)** outros documentos que se mostrem necessários à realização da Emissão, da Oferta e constituição e formalização da Fiança e da Cessão Fiduciária, incluindo eventuais aditamentos; e **(b)** contratação do Coordenador Líder, dos consultores jurídicos, do escriturador, do banco liquidante, da B3, do Agente Fiduciário e das demais instituições cuja contratação eventualmente se faça necessária para a realização da Oferta e da Emissão, fixando-lhes os respectivos honorários. Os diretores e/ou procuradores da Companhia ficam também autorizada a realizar a publicação e o registro dos documentos de natureza societária ou outros relativos à Oferta e à Emissão perante os órgãos competentes, inclusive o respectivo pagamento de eventuais taxas que se fizerem necessárias. Todos os atos relativos às deliberações ora aprovadas que tenham sido praticados pelos diretores e/ou procuradores da Companhia anteriormente à data desta assembleia ficam também expressamente confirmados e ratificados; **c)** ratificar todos os atos já praticados pela administração da Companhia e/ou por seus representantes legais para a consecução da Emissão e da Oferta; e **d)** os signatários reconhecem como válidas e eficazes as ferramentas de assinatura digital disponibilizadas para a assinatura da presente ata, bem como de todos os demais documentos assinados, por si ou por seus representantes legais, conforme aplicável, por meio de tais ferramentas, e declaram-se cientes e de acordo que esta ata e todos os demais documentos assinados eletronicamente serão considerados, para todos os efeitos, válidos e exequíveis, bem como renunciam ao direito de impugnação de que trata o artigo 225 do Código Civil, reconhecendo expressamente que as reproduções mecânicas ou eletrônicas de fatos ou de coisas fazem prova plena desses. Todos os itens foram analisados e aprovados pelos presentes, que declaram, ainda, ter pleno conhecimento de todos os termos explanados e transcritos nessa ata. Cumprida a pauta, o Sr. Gustavo Pozzebon Stock agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 12h (doze horas). Nada mais foi dito, tratado ou deliberado e, assim, eu Alcyr Soares Cardoso, Secretário da reunião, lavrei a presente ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes que, igualmente a assinam. São Paulo, 21 de março de 2024. Certifico e dou fé que é cópia fiel do documento lavrado no livro próprio. Mesa: **GUSTAVO POZZEBON STOCK –** CPF 610.062.970-49 - Presidente, **ALCYR SOARES CARDOSO** – CPF 371.281.670-72 - Secretário.

PREVISÃO

Feriado de Páscoa terá chuva na cidade de SP

O tempo deve continuar nublado na cidade de São Paulo entre a sexta-feira santa (29) e o domingo de Páscoa (31). De acordo com o Centro de Emergências Climáticas da Prefeitura (CGE), é esperada uma gradativa elevação nas temperaturas, com possibilidade de chuvas isoladas.

Segundo a Meteoblue, Ubatuba terá mínima de 22ºC e máxima de 27ºC, com chuva na sexta-feira santa e no sábado, mas não no domingo - apesar de o tempo continuar nublado. Ao Sul, só chove na sexta no Guarujá, que deve ter mínima de 21ºC e máxima de 27ºC, com tempo predominantemente nublado.

Já em São José do Rio Preto, no interior do Estado, faz chuva fraca na sexta e no sábado. No domingo, o tempo continua nublado, mas sem chuva. A mínima é de 21ºC em todo o fim de semana e a máxima de 27ºC até sábado. No domingo, a máxima sobe para 30ºC. O clima é similar em Ribeirão Preto.

Em Bauru, no centro do Estado, o padrão de chuvas é o mesmo: acontece na sexta e no sábado e para no domingo. Já a temperatura tende a ficar mais alta: mínima de 20ºC e máxima de 31ºC, sem grandes variações ao longo dos dias. O clima é similar mais ao oeste do Estado, em Presidente Prudente.

Ns Região Sul: a sexta-feira santa será de sol, com condições para pancadas de chuva com raios, principalmente à tarde e à noite, na maioria das áreas. No Domingo de Páscoa, uma frente fia avança, trazendo chuva forte para o centro e oeste do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o oeste e o sul do Paraná;

Na Região Sudeste: o tempo fica úmido e quente com possibilidades de pancadas de chuva no fim da tarde e noite em todos os estados, mas especialmente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. No Espírito Santo, há risco de chuva forte no domingo de Páscoa;

Na Região Centro-oeste: o ar quente e úmido faz com que nuvens carregadas, cresçam sobre toda a região ao longo do fim de semana. Na sexta-feira e no sábado, especialmente à tarde e à noite, Mato Grosso, Goiás, o Distrito Federal e praticamente todo o Mato Grosso do Sul devem ter pancadas de chuva com raios.

Na Região Nordeste: o tempo fica instável, com grandes chances de chuva nos três dias no litoral e no interior de todos os Estados. Na sexta e no sábado, os maiores volumes de chuva devem cair no Maranhão e no Piauí. Já no domingo, o risco é maior no interior do Rio Grande do Norte e da Paraíba, no Piauí e no Ceará.

Na Região Norte: o tempo é instável ao longo do feriado por conta da grande disponibilidade de ar quente úmido. A Zona de Convergência Intertropical ajuda a manter as condições para precipitação e todos os estados terão períodos com sol, muitas nuvens e pancadas de chuva frequentes, principalmente à tarde e à noite.

Rochester Distribuidora de Auto Peças S.A.

CNPJ nº 61.170.841/0001-31

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. As demonstrações financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial	2023	2022
Ativo/Circulante	**62.851.626**	**54.478.282**
Disponibilidades	4.843.213	4.553.072
Clientes	27.526.583	19.565.523
Créditos tributários	371.635	160.621
Adiantamentos e outros créditos	476.786	321.490
Estoques	29.576.387	29.828.443
Despesas antecipadas	57.022	49.133
Não Circulante	**12.658.168**	**14.265.345**
Depósito para compra de ações	3.601.860	–
Créditos com pessoas ligadas	3.714.413	8.105.815
Outros créditos e depósitos	2.215.597	3.353.822
Intangível	33.013	63.629
Investimentos	2.775	2.775
Imobilizado em uso	10.282.575	9.517.110
(–) Depreciações	(7.192.065)	(6.777.806)
Total	**75.509.794**	**68.743.627**

Balanço Patrimonial	2023	2022
Passivo/Circulante	**23.111.472**	**26.413.386**
Fornecedores	9.210.272	11.933.985
Empréstimos e financiamentos	3.508.692	4.770.289
Parcelamentos fiscais	1.013.777	1.044.956
Obrigações trabalhistas	695.768	621.191
Dividendos	2.400.000	3.757.272
Obrigações tributárias	3.253.730	1.585.138
Contas a pagar diversas	2.506.438	2.259.333
Provisões diversas	522.795	441.222
Não Circulante	**10.052.370**	**8.894.011**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	119.000
Parcelamentos fiscais	3.648.253	4.315.979
Empréstimos e financiamentos	5.541.870	3.596.785
Outras contas	151.868	151.868
Provisão para Contencioso Fiscal	710.379	710.379
Patrimônio Líquido	**42.345.952**	**33.436.230**
Capital Social	11.000.000	11.000.000
Reservas	31.345.952	22.436.230
Total	**75.509.794**	**68.743.627**

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva legal	Reserva reinvestimentos	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**4.574.400**	**1.003.277**	**15.795.731**	**21.373.408**
Reversão de reserva	–	(88.397)	–	–
Aumento de capital	6.425.600	–	(6.425.600)	–
Resultado do exercício	–	–	15.820.094	15.820.094
Constituição de reserva	–	791.005	(791.005)	–
Dividendos propostos	–	–	(3.757.272)	(3.757.272)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**11.000.000**	**1.705.885**	**20.730.345**	**33.436.230**
Complemento nos dividendos propostos de 2022 - AGO 04/2023	–	–	(3.488.756)	**(3.488.756)**
Antecipação de dividendos 2023 - Reunião Diretoria 12/23	–	–	(3.000.000)	**(3.000.000)**
Lucro Líquido exercício	–	–	15.398.477	**15.398.477**
Reserva legal	–	494.115	(494.115)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**11.000.000**	**2.200.000**	**29.145.952**	**42.345.952**

Demonstração do Resultado

	2023	2022
Receita bruta de vendas	214.518.372	185.621.897
(–) Deduções de Vendas	(36.782.623)	(31.650.642)
Receita Líquida	**177.735.749**	**153.971.255**
Custo das mercadorias vendidas	(111.823.197)	(92.826.471)
Lucro Bruto	**65.912.552**	**61.144.784**
Despesas Operacionais	**(42.779.101)**	**(37.325.366)**
Despesas da operação	(15.283.188)	(12.917.063)
Despesas comerciais	(15.292.674)	(11.875.748)
Despesas administrativas	(11.135.257)	(9.862.796)
Encargos financeiros líquidos	(2.164.294)	(2.524.563)
Outras receitas e despesas	1.096.312	(145.196)
Lucro antes da CS e IR	**23.133.451**	**23.819.418**
Contribuição social	(2.440.390)	(2.154.593)
Imposto de renda	(5.294.584)	(5.844.731)
Lucro Líquido do Exercício	**15.398.477**	**15.820.094**

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	15.398.477	15.820.094
Outros Resultados Abrangentes		
Total dos Resultados Abrangentes dos Exercícios	**15.398.477**	**15.820.094**

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.398.477	15.820.094
Depreciação e amortização	414.259	295.534
	15.812.736	**16.115.628**
(Aumento) redução na contas do ativo circulante		
Contas a receber	(7.961.060)	(516.652)
Estoque	252.056	(7.837.810)
Impostos a compensar	(211.014)	(687.157)
Adiantamentos diversos	(155.296)	(174.626)
Despesas antecipadas	(7.889)	(38.827)
Outros créditos	1.138.225	(724.503)
Aumento (redução) na contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	(2.723.713)	4.077.750
Salários e encargos	74.577	72.699
Impostos e contribuições	1.668.592	(259.808)
Provisões	81.573	(108.794)
Outras contas a pagar	128.105	(2.362.460)
Dividendos a distribuir	(1.357.272)	3.757.272
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(9.073.116)**	**(4.802.916)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(734.849)	(1.602.730)
Dividendos propostos	(6.488.756)	(3.757.272)
Depósito para aquisição de ações	(3.601.860)	–
	(10.825.465)	**(5.360.002)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	683.488	(5.864.816)
Parcelamentos	(698.905)	(855.111)
Créditos com pessoas ligadas	4.391.403	657.218
	4.375.986	**(6.062.709)**
Total do aumento (redução) de disponibilidade	**290.141**	**(109.999)**
Aumento (redução) de disponibilidade		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.553.072	4.663.071
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.843.213	4.553.072
Total do aumento (Redução) de caixa	**290.141**	**(109.999)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que contemplam os entendimentos da NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela resolução CFC n° 1.255/09 (que aprova o pronunciamento técnico emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC), e as demais normas do Conselho Federal de Contabilidade que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Assistência Social Dom José Gaspar

CNPJ 61.734.232/0001-68

Demonstrações Contábeis - Exercícios Sociais Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (R$ sem centavos)

Balanço Patrimonial

Ativo	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	**741.250**	**443.672**
Caixa e Equivalente de Caixa	**691.741**	**433.270**
Caixa	17.690	26.361
Bancos Conta Movimento	10.475	5.703
Aplicações Financeiras	663.576	401.206
Realizável	**49.509**	**10.402**
Despesas Antecipadas	17.113	3.269
Outros Créditos	32.396	7.133
Ativo Não Circulante	**531.665**	**527.134**
Contas a Receber	531.665	527.134
Imobilizado	**5.400.977**	**4.879.538**
Terrenos	1.068.716	1.068.716
Edificações e Benfeitorias	3.500.140	3.500.140
Imóveis	264.370	
Instalações	1.020.127	1.015.324
Móveis e Utensílios	1.659.610	1.420.564
Veículos	772.060	473.060
Jazigos	42.775	42.775
Computadores e Periféricos	121.580	97.795
(–) Depreciações Acumuladas	(3.048.401)	(2.738.836)
Conta de Compensação	**914.495**	**846.634**
Custo de Isenção INSS	914.495	846.634
Total do Ativo	**7.588.387**	**6.696.979**

Passivo	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	**788.567**	**613.695**
Exigível	**788.567**	**613.695**
Fornecedores	240.326	43.392
Obrigações Trab. Previdenciárias	449.206	457.085
Outras Obrigações	99.035	113.218
Patrimônio Líquido	**5.885.325**	**5.236.649**
Patrimônio Social	5.236.649	4.642.429
Doações Patrimoniais	264.370	–
Déficit/Superávit do Exercício	384.306	594.220
Contas de Compensação	**914.495**	**846.634**
Isenção de INSS - Usufruída	914.495	846.634
Total do Passivo	**7.588.387**	**6.696.979**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldo Início do Exercício	5.236.649
Superávit (Déficit) do Exercício	384.306
Doações Patrimoniais	264.370
Saldo no Fim do Período	**5.885.325**
Mutação no Período	**384.306**
Saldo em 01/01/2022	4.642.429
Superávit (Déficit) do Exercício	594.220
Saldo em 31.12.2022	**5.236.649**
Mutação no Período	**594.220**

Demonstração do Resultado

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas	**7.640.815**	**7.623.471**
Receitas Operacionais	**7.520.902**	**7.465.332**
Contribuições e Donativos Recebidos	4.085.832	3.496.353
Donativos Recebidos em Alimento	38.973	122.588
Donativos Recebidos em Materiais	50.964	111.451
Rendas Diversas	635.492	552.758
Rendas com Eventos	1.779.241	1.618.142
Incentivos Fiscais	547.697	501.325
Emenda Parlamentar	150.000	125.000
Atividades Ocupacionais	1.909	3.105
Receitas Financeiras	22.495	13.550
Donativos/Subsídios - Projeto JICA	208.299	921.060
Outras Receitas Operacionais	**119.913**	**158.139**
Trabalho Voluntário	115.213	154.879
Benefícios Sociais/Indenização Seguros	4.700	3.260
Despesas	**7.256.509**	**7.029.251**
Operacionais	**7.141.296**	**6.874.046**
Administrativas	417.966	370.847
Assistenciais	6.439.470	6.325.349
Manutenção	252.784	147.768
Financeiras	31.077	30.081
Outras Despesas Operacionais	**115.213**	**155.205**
Trabalho Voluntário	115.213	154.879
Franquia - Seguros	–	326
Déficit/Superávit	**384.306**	**594.220**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Atividades Operacionais	31.12.2023	31.12.2022
Superávit (Déficit) do Exercício	384.306	594.220
Ajuste Por:		
Depreciação Acumulada no Período	309.566	377.073
Variação nas Contas do Ativo e Passivo		
Aumento das Despesas Antecipadas	(13.844)	(390)
Diminuição em Outros Créditos	(25.262)	700.421
Diminuição de Contas a Receber	(4.531)	134.394
Diminuição de Fornecedores	196.933	(1.161.480)
Diminuição de Salários a Pagar		(20.969)
Aumento de Encargos Sociais	818	12.030
Aumento de Provisões Sociais	(8.697)	69.922
Aumento de Outras Obrigações	(14.182)	40.139
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**825.106**	**745.360**
Atividades de Investimento		
Aumento Líquido do Imobilizado		
Aquisição do Imobilizado	(566.635)	(1.067.880)
Baixa do Imobilizado	–	–
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**(566.635)**	**(1.067.880)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**258.471**	**(322.520)**
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Período	433.270	755.790
No Fim do Período	691.741	433.270
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**258.471**	**(322.520)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: A Assistência Social Dom José Gaspar, cujas atividades iniciaram em junho do ano de 1942, é uma entidade social sem fins lucrativos, destinada a prestar assistência social, moral e material às pessoas necessitadas sem distinção de credo, raça ou nacionalidade. Especializou-se no atendimento a população idosa, praticando as atividades no Jardim de Repouso São Francisco localizado no bairro de Bonsucesso, município e comarca de Guarulhos/SP. Os trabalhos são executados pelo corpo de funcionários, sendo que em 31.12.23 contava com 96 (noventa e seis) lotados na atual sede social no Jardim de Repouso São Francisco - Guarulhos/SP, e 05 (cinco) que atuam no escritório administrativo sito à Rua São Joaquim 381 - 4º andar - São Paulo/SP, bem como pela diretoria e grupos de voluntários, sendo que, apenas os funcionários percebem remuneração. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e apresentadas de acordo com a Resolução CFC nº 1.409 de 29.09.12 que aprovou a Interpretação ITG 2002 e NBC TG 26 aplicável às entidades sem finalidade de lucros. **3. Principais Práticas Contábeis:** As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/08, bem como pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC modificaram a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, entretanto nenhum ajuste contábil foi necessário. **4. Aplicações Financeiras:** As aplicações financeiras em fundos de investimentos e CDB's se encontram avaliadas pelo valor justo ou de mercado na data do balanço, conforme preceituado pela NBC TG 46. **5. Imobilizado:** Demonstramos a seguir, a movimentação na conta Imobilizado, ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Imobilizado	31.12.22	Adições	Baixas	31.12.23
Terrenos	1.068.716	–	–	1.068.716
Edificações e Benfeitorias	1.575.896	–	–	1.575.896
Imóvel	–	264.370	–	264.370
Instalações	985.349	4.803	–	990.152
Móveis e Utensílios	609.394	23.759	–	633.153
Veículos	473.060	299.000	–	772.060
Jazigos	42.775		–	42.775
Computadores e Periféricos	97.795	10.284	(1.208)	106.871
Total 1	**4.852.984**	**602.217**	**(1.208)**	**5.453.993**
Edificações e Benfeitorias (Projeto JICA)	1.924.244	–	–	1.924.244
Instalações (Projeto JICA)	29.976	–	–	29.976
Computadores e Periféricos	–	14.709	–	14.709
Móveis e Utensílios (Projeto JICA)	811.170	215.286	–	1.026.457
Total JICA	**2.765.390**	**229.996**	**–**	**2.995.386**
Total 1 + JICA	**7.618.374**	**832.212**	**(1.208)**	**8.449.378**
(–) Depreciações Acumuladas	(2.738.836)	(309.566)	**–**	(3.048.401)
Total Geral	**4.879.538**	**522.647**	**(1.208)**	**5.400.977**

O Imobilizado encontra-se registrado pelo valor do custo atribuído na aquisição, sendo reconhecido o efeito redutor das depreciações com base em taxas que consideram a vida útil dos bens e o seu valor agregado não ultrapassa o valor recuperável. Os bens componentes do imobilizado se encontram segurados, cujo risco e cobertura estão de acordo com as condições usuais de mercado. **6. Doação Projeto Jica:** A Entidade foi beneficiada com o Subsídio de R$288.030 conforme Comunicado de Aprovação de Concessão datado de 24.03.2023 oriundo da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), cujo recurso corresponde a 90% do custo para equipamentos hospitalares.

PROJETO JICA - 2023

Data	Descrição	Valor (90%)	Total a Investir
28/04/2023	CRÉDITO JICA	288.030,49	320.033,88
03/05/2023	Notebooks 4un	13.238,46	14.709,40
04/05/2023	Diversos Itens - Hospitalar	75.398,13	83.775,70
15/05/2023	Mesa Auxiliar KY(713)C	3.444,75	3.827,50
09/05/2023	Monitor Beira de Leito - Life Scope Balança de Bioimpedância	67.142,63	74.602,92
11/05/2023	Tanita RD545	5.922,00	6.580,00
07/06/2023	Maca Hospitalar 1un, Suporte Soro 5un	41.850,00	46.500,00
	Total Contabilizado no Ativo	**206.995,97**	**229.995,52**
31/07/2023	Inalador Omron 10un	1.718,09	1.908,99
01/08/2023	Termômetros 10un	238,41	264,90
05/10/2023	Monitor Pressão Arterial 5un	1.064,12	1.182,35
05/05/2023	Aparelhos de Pressão	491,94	546,60
05/05/2023	Termômetro Digital Testa	811,44	901,60
	Total Contabilizado no Resultado	**4.324,00**	**4.804,44**
	Total Investido	**211.319,96**	**234.799,96**
	Total DOAÇÃO JICA	**288.030,49**	**320.033,88**
	à investir	**76.710,53**	**85.233,92**

7. Contribuições e Donativos Recebidos: As receitas da entidade são apuradas basicamente: pelas contribuições de idosos permitido em lei e de associados; donativos e doações espontâneas recebidos de familiares dos idosos e pessoas físicas e jurídicas diversas; e do retorno de eventos beneficente realizados no formato presencial devido ao controle efetivo da pandemia da COVID-19, proporcionando considerável incremento de recursos de modo a assegurar bem estar dos idosos residentes. **8. Despesas:** As despesas da entidade consistem, na maior parte, da folha de pagamento para o custeio assistencial e administrativo, estando classificadas em Despesas Administrativas e Assistenciais, respectivamente. **9. Voluntários:** Contabilizado em receitas e despesas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade - ITG 2002 o total calculado do serviço voluntário foi de R$ 115.212,50, conforme registro de horas dedicadas basicamente pelos Diretores dirigentes e Conselheiros à Entidade, devidamente documentado e arquivado na Entidade. **10. Gratuidade:** A título de gratuidade foi apurado o total de R$ 4.114.380 em 2023, determinado entre Despesas mencionados no item 8 e Receitas: Contribuição dos Associados; Donativo dos Familiares dos Idosos; Ajuda do Governo Japonês e Participação do Idoso (70% da Pensão).

1.803.422,19	Donativos, Participação dos Idosos e Ajuda do Japão
405.222,63	Contribuição dos Associados
2.208.644,82	Total Arrecadado
(6.323).025,22	Total Despesas Operacionais
(4.114).380,40	Gratuidade

11. Imunidade/Isenções Usufruidas: Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 - entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da Renúncia Fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	2023	2022
INSS	914.495	846.634

12. Patrimônio Social: O patrimônio social é formado pelas contribuições dos associados e por todos os bens móveis e imóveis de propriedade da Assistência Social Dom José Gaspar. **13. Imóvel Recebido em Doação:** A Entidade recebeu a título de doação 1(hum) Apartamento localizado no 3º andar do Conjunto Residencial Angaturama na rua Romão Puiggari, 1287 - Vila Nossa Senhora das Merces - São Paulo - SP no valor de R$ 264.370,00 sendo contabilizado a débito de Imobilizado em contra partida do Patrimônio Líquido. **14. Contingências:** Para o exercício de 2023 encontra-se reconhecido o montante de R$88.000 a título de Contingência Trabalhista com base em relatório de processos em andamento e orientação do jurídico da Entidade. **15. Isenção Usufruida:** A entidade está isenta do recolhimento ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social dos valores relativos às contribuições patronais, sendo que o montante apurado está registrado em Contas de Compensação.

Diretoria

Izumu Honda - Presidente

Contador

Renato Hideo Ikeda - CRC - SP 198830/O-9

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Assistência Social Dom José Gaspar, abaixo assinados, tendo examinado os livros, documentos e as contas apresentadas pela Diretoria, os Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado, Demonstração de Mutações do Patrimônio Social e Fluxo de Caixas correspondentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, e tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem, são de opinião que os mesmos devem ser aprovados por Assembleia Ordinária.

Tuyoci Ohara **Nagato Hara** **Renato Kenji Nakaya**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Membros dos Conselhos Fiscal e Consultivo da **Assistência Social Dom José Gaspar - Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Assistência Social Dom José Gaspar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Assistência Social Dom José Gaspar em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Conforme divulgada em nota explicativa no.... foi contabilizado o montante de 264 mil proveniente de doação de um apartamento localizado no 3º andar do conjunto residencial Angaturama, sito a rua Romão Pulgari 1287 - Saúde Subdistrito de São Paulo - SP. Tal fato produziu reflexos nas contas do imobilizado e patrimônio líquido sem quaisquer efeitos na conta de resultado. Nossa opinião não contém ressalva com relação a estes assuntos. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda encerrar as atividades da Entidade, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 05 de março de 2024

Nara-Koiseki
Auditores Independentes
CRC - 2SP009812/O-7

Sergio Massashi Horiishi
Contador CRC - 1SP179094/O-0 "T" - SP

Cobasi Comércio de Produtos Básicos e Industrializados S.A.

Cobasi — Essencial para a vida

CNPJ nº 53.153.938/0001-08

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Demonstrações Financeiras - Em 31/12/2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

Ativo/Circulante	Notas	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Caixa e equivalentes de caixa	4	97.551	108.005	98.385	112.428
Aplicações financeiras	5	47.478	–	47.478	–
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	255.540	240.108	256.017	240.131
Estoques	7	339.704	284.968	340.363	285.059
Tributos a recuperar	8	7.188	31.909	7.190	31.900
Despesas antecipadas		4.606	2.905	4.606	2.907
Outros ativos	9	1.278	114.688	1.318	114.688
Total do ativo circulante		**753.345**	**782.583**	**755.357**	**787.113**
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	5	71.343	32.952	71.343	32.952
IR e CS diferido	18	62.924	36.329	62.923	36.329
Depósitos judiciais	21	12.719	11.526	12.719	11.526
Outros ativos	9	1.598	–	1.599	–
Total do realizável a longo prazo		**148.584**	**80.807**	**148.584**	**80.807**
Investimentos	10	6.832	11.901	–	–
Imobilizado	12	595.568	469.275	599.568	470.670
Ativo de direito de uso	13	746.508	677.171	746.508	677.171
Intangível	14	45.199	32.475	48.910	36.421
Total do ativo não circulante		**1.542.691**	**1.271.629**	**1.543.570**	**1.265.069**
Total do ativo		**2.296.036**	**2.054.212**	**2.298.927**	**2.052.182**

Passivo/Passivo circulante	Notas	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Fornecedores	15	379.065	349.218	380.123	349.279
Fornecedor risco sacado	15	24.981	28.504	24.981	28.504
Obrigações sociais e trabalhistas	16	64.756	53.298	66.167	53.676
Obrigações tributárias	17	3.006	14.348	3.060	14.403
IR e CS a recolher		8.337	5.432	8.599	5.432
Passivos de arrendamento	13	117.660	97.747	117.660	97.747
Programa fidelidade Amigo Cobasi	19	19.982	18.734	19.982	18.734
Outros passivos	20	48.183	34.460	48.285	34.911
Total do passivo circulante		**665.970**	**601.741**	**668.857**	**602.686**
Passivo não circulante					
Passivos de arrendamento	13	734.552	649.567	734.552	649.567
Partes Relacionadas		–	3.020	–	–
Dividendos a pagar		558	788	558	788
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	21	6.472	939	6.476	939
Outros passivos	20	3.703	3.354	3.703	3.399
Total do passivo não circulante		**745.285**	**657.668**	**745.289**	**654.693**
Patrimônio líquido					
Capital social	22	407.610	107.110	407.610	107.110
Reserva de ágio na emissão de ações	22	189.642	200.000	189.642	200.000
Opções outorgadas	22	23.643	17.489	23.643	17.489
Reserva legal	22	10.641	7.704	10.641	7.704
Reservas de lucros para expansão	22	253.245	–	253.245	–
Lucros à disposição da assembleia geral	22	–	462.500	–	462.500
Total do patrimônio líquido		**884.781**	**794.803**	**884.781**	**794.803**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.296.036**	**2.054.212**	**2.298.927**	**2.052.182**

Demonstrações do resultado

	Notas	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Receita líquida de vendas	23	2.561.352	2.141.977	2.582.827	2.141.981
Custo das mercadorias revendidas	24	(1.443.864)	(1.180.829)	(1.454.153)	(1.180.829)
Lucro bruto		**1.117.488**	**961.148**	**1.128.674**	**961.152**
Despesas com vendas	25	(776.376)	(699.954)	(795.183)	(703.628)
Despesas gerais e administrativas	26	(200.364)	(136.344)	(205.036)	(137.525)
Outras receitas operacionais	27	19.298	17.950	19.355	17.950
Resultado antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial		**160.046**	**142.800**	**147.810**	**137.949**
Resultado de equivalência patrimonial		(13.765)	(4.865)	–	–
Receitas financeiras	28	24.851	34.724	25.256	34.733
Despesas financeiras	28	(87.734)	(64.617)	(88.823)	(64.637)
Resultado financeiro	28	**(62.883)**	**(29.893)**	**(63.567)**	**(29.904)**
Resultado antes do IR e CS		**83.398**	**108.042**	**84.243**	**108.045**
IR e CS corrente	18	(51.253)	(43.816)	(52.098)	(43.819)
IR e CS diferido	18	26.595	16.660	26.595	16.660
Resultado do exercício		**58.740**	**80.886**	**58.740**	**80.886**
Lucro por ação - básico (em Reais)	31	15,95	22,11	15,95	22,11
Lucro ação- diluído (em Reais)	31	15,57	21,58	15,57	21,58

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Lucro líquido do exercício	**58.740**	**80.886**	**58.740**	**80.886**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**58.740**	**80.886**	**58.740**	**80.886**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital Social	Reservas de capital: Ágio	Reservas de capital: Opções outorgadas	Reservas de lucro: Reserva de expansão	Reservas de lucro: Reserva legal	Lucros à disposição da assembleia geral	Lucro líquido do exercício	Total
Saldos em 1ºde janeiro de 2022		**107.110**	**200.000**	**–**	**–**	**3.660**	**386.426**	**–**	**697.196**
Lucro líquido do exercício	22	–	–	–	–	–	–	80.886	80.886
Destinação do Lucro: Constituição de reserva legal	22	–	–	–	–	4.044	–	(4.044)	–
Opções outorgadas	22	–	–	17.489	–	–	–	–	17.489
Lucros à disposição da assembleia geral	22	–	–	–	–	–	76.074	(76.074)	–
Dividendos	22	–	–	–	–	–	–	(768)	(768)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**107.110**	**200.000**	**17.489**	**–**	**7.704**	**462.500**	**–**	**794.803**
Saldos em 1º de janeiro de 2023		**107.110**	**200.000**	**17.489**		**7.704**	**462.500**		**794.803**
Lucro líquido do exercício	22	–	–	–	–	–	–	58.740	**58.740**
Aumento de capital	22	36.000	–	–	–	–	–	–	**36.000**
Reserva de ágio na emissão de ações	22	–	17.409	–	–	–	–	–	**17.409**
Reserva de deságio na Incorporação de ações	22	–	(27.767)	–	–	–	–	–	**(27.767)**
Opções outorgadas	22	–	–	6.154	–	–	–	–	**6.154**
Destinação do lucro: Aumento de capital com reservas	22	264.500	–	–	–	–	(264.500)	–	**–**
Reserva de expansão com lucros acumulados	22	–	–	–	198.000	–	(198.000)	–	**–**
Constituição de reserva legal		–	–	–	–	2.937	–	(2.937)	**–**
Dividendos		–	–	–	–	–	–	(558)	**(558)**
Reserva de expansão com o resultado do exercício					55.245			(55.245)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**407.610**	**189.642**	**23.643**	**253.245**	**10.641**	**–**	**–**	**884.781**

Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Lucro antes do IR e CS		**83.398**	108.042	**84.243**	108.045
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Amortização de mais valia		**–**	–	**–**	401
Depreciação e amortização	12/14	**75.546**	53.383	**75.893**	53.468
Efeito da compra vantajosa em combinação de negócios	10 a.	**(2.389)**	–	**(2.389)**	–
Depreciação de direito de uso	13	**123.236**	101.897	**124.073**	101.897
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável dos estoques	7	**(328)**	1.255	**(328)**	1.255
Correção depósitos judiciais	21.4	**(1.290)**	(1.325)	**(1.290)**	(1.325)
Juros sobre empréstimos e financiamentos		**–**	3	**–**	3
Juros sobre arrendamentos	13.2	**82.586**	60.803	**83.449**	60.803
Juros SELIC sobre créditos extemporâneos	26	**–**	(3.707)	**–**	(3.707)
Juros IPCA sobre a receber dos sócios	28	**(3.065)**	(12.281)	**(3.065)**	(12.281)
Equivalência patrimonial	10 e	**13.765**	4.865	**–**	–
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21.2	**2.617**	405	**2.621**	405
Provisão programa fidelidade Amigo Cobasi	19	**30.843**	32.472	**30.843**	32.472
Opções outorgadas	22.a	**6.154**	17.489	**6.154**	17.489
Rendimentos sobre aplicações financeiras		**(7.936)**	(12.419)	**(7.936)**	(12.426)
Perda (ganho) na alienação, líquido de baixa dos ativos	12/13	**5.601**	393	**6.108**	393
		408.738	351.275	**398.376**	**346.892**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	**(5.906)**	(63.310)	**(6.360)**	(63.306)
Estoques	7	**(50.056)**	(68.919)	**(50.624)**	(69.010)
Despesas antecipadas		**(887)**	195	**(885)**	192
Tributos a recuperar	8	**24.558**	13.463	**24.547**	13.469
Depósitos judiciais	21.4	**100**	(7.089)	**100**	(7.089)
Outros ativos		**43**	70	**4**	155
Variação nos ativos operacionais		**(32.148)**	**(125.590)**	**(33.218)**	**(125.589)**
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	15	**11.543**	50.649	**12.234**	50.709
Obrigações sociais e trabalhistas	16	**8.145**	11.978	**9.178**	12.294
Obrigações tributárias	17	**(11.812)**	(3.452)	**(11.813)**	(3.407)
Programa fidelidade Amigo Cobasi	19	**(29.595)**	(27.020)	**(29.595)**	(27.020)
Outros passivos		**8.064**	7.704	**13.640**	8.035
Variação nos passivos operacionais		**(13.655)**	39.859	**(6.356)**	**40.611**
IR e CS pagos		**(48.086)**	(19.555)	**(48.669)**	(19.555)
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais		**314.849**	245.989	**310.133**	**242.359**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Efeito do caixa da incorporação de controlada		**6.480**	–	**6.480**	–
Integralização de capital em controlada	10 e.	**(5.818)**	(6.980)	**–**	–
Aquisição de investimento			(2.942)		
Aquisição de imobilizado		**(158.284)**	(176.974)	**(161.295)**	(178.353)
Aquisição fundo de comércio		**–**	(200)	**–**	(200)
Aquisição de ativo intangível	14	**(22.444)**	(22.146)	**(22.710)**	(22.347)
Aplicações financeiras		**(94.462)**	(130.665)	**(94.462)**	(131.058)
Resgate aplicações financeiras		**16.531**	160.755	**16.529**	160.757
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		**(257.997)**	**(179.152)**	**(255.458)**	**(171.201)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Recursos provenientes de aportes de acionistas	9	**115.346**	111.953	**115.346**	111.953
Pagamento de dividendos		**(788)**	(1.101)	**(788)**	(1.101)
Pagamento de empréstimos		**–**	(109)	**–**	(109)
Pagamento de arrendamentos principal	13	**(99.278)**	(80.392)	**(99.827)**	(80.392)
Pagamento de arrendamentos juros	13	**(82.586)**	(60.803)	**(83.449)**	(60.803)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		**(67.306)**	**(30.452)**	**(68.718)**	**(30.452)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(10.454)**	**36.385**	**(14.043)**	**40.706**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**108.005**	71.620	**112.428**	71.722
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**97.551**	108.005	**98.385**	112.428
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(10.454)**	**36.385**	**(14.043)**	**40.706**

Demonstrações do valor adicionado

| Receitas | Nota | Controladora 31/12/23 | Controladora 31/12/22

EXPOSIÇÃO

Capital paulista recebe até junho mostra inédita com peças arqueológicas da Itália

A capital paulista recebe exposição com peças arqueológicas da época pré-romana na Itália, datadas dos séculos IV a II antes de Cristo (a.C.), pertencentes à cultura Daunia. "Formas e Cores da Itália Pré-romana. Canosa di Puglia", estreia na quinta-feira (28), no Instituto Italiano de Cultura de São Paulo (IICSP), e fica em cartaz até 8 de junho. A entrada é gratuita.

"A exposição tem a intenção de mostrar no Brasil que, antes dos romanos, tinham populações muito avançadas que viviam na Itália. Eles tinham um nível muito alto nas artes, na organização política e social. A exposição mostra a força dos povos, o povo Dauni, que eram influenciados pelos gregos e viviam no Sul da Itália", explicou Lillo Teodoro Guarneri, diretor do IICSP.

Lillo ressalta que a mostra pretende ainda apresentar peças às quais o público não tem tanto acesso. "As peças ficam em uma cidade que se chama Canosa, no Sul da Itália, que não é tão famosa, mas que pode oferecer esta maravilha de peças arqueológicas. Algumas destas peças estão em alguns acervos que não são mostrados ao público, esta é a peculiaridade", disse.

A exposição é organizada pelo Instituto Italiano de Cultura de São Paulo, com colaboração da Direção-Geral dos Museus do Ministério da Cultura (MiC) e da Direção-Geral da Diplomacia Pública e Cultural do Ministério das Relações Exteriores da Itália, e do Consulado Geral da Itália em São Paulo.

Segundo Lillo, é importante entender a história como um fluxo. "Um fluxo de histórias, de cultura, de capacidade, de habilidade. E acho que é importante entender, no fluxo da história, o que tinha antes dos romanos. Porque a Itália ficou muito famosa, obviamente, pelos romanos, depois, a Idade Média e o Renascimento", disse.

"Os romanos tiveram aquele apogeu, aquela história importante. Isso aconteceu porque já nos séculos VI, VII, VIII a.C. havia povos influenciados pelos gregos, os povos etruscos, que tinham esse grande nível de habilidade e conhecimento", acrescentou.

São cerca de 70 peças selecionadas para a mostra. Elas têm origem, em grande parte, nos depósitos dos museus arqueológicos de importantes cidades de Puglia, como Bari e Taranto, além da própria Canosa, onde ainda é possível visitar os sítios em que algumas peças foram encontradas.

A organização ressalta que esta é a primeira vez que armaduras, joias, cerâmicas, acessórios matrimoniais, ornamentos e outros artefatos arqueológicos da região são expostos no Brasil. Algumas das peças da mostra não chegaram a ser expostas ainda na Itália, elas estão percorrendo cidades da América Latina, já tendo passado por Santiago, no Chile, e Buenos Aires, na Argentina. De São Paulo, seguirá para a Cidade do México, em agosto.

Segundo Luca Mercuri, um dos curadores da exposição, o Museu Arqueológico Nacional de Canosa é pequeno e não consegue hospedar todos esses materiais, por isso, o plano é alocar as peças em uma nova construção na região. "Essas peças serão expostas, depois, no museu que está sendo construído em Canosa. Mas são peças que ainda não estão expostas. Então, é algo inédito, seja para a Itália, seja para o Brasil", disse.

Antes da unificação ocorrida sob o domínio de Roma, a península italiana era habitada por povos culturalmente diversos. Na Puglia, desde a segunda metade do século VII a.C., conviviam os colonos gregos fundadores de Taranto algumas dezenas de anos antes, os Messapi no sul da região, os Peucezi no centro e os Dauni na parte mais setentrional.

A exposição apresenta traços da cultura dos Dauni, especificamente. Entre os séculos IV e o II a.C., pessoas da elite local eram sepultadas em tumbas de família - os hipogeus - com ricos acessórios funerários que ostentavam seus status econômico e cultural. "Dentro dos túmulos, eles tentavam colocar materiais que representassem o que o falecido havia sido em sua vida", relatou o curador. Uma das peças da mostra é uma armadura, que representava a figura guerreira da pessoa sepultada.

Entre as peças, estão também vasos feitos para este uso funerário. Segundo Mercuri, era uma produção típica e única de Canosa, com inspiração nos vasos típicos da cultura grega. "A exposição se chama Formas e Cores, exatamente porque são as características mais surpreendentes. Esta cor rosa e estas formas aplicadas nos vasos, agregando pequenas esculturas cerâmicas às urnas funerárias", apontou o curador.

Professor do Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), Vagner Porto avalia que as peças da mostra são de extrema importância, inclusive pelo ineditismo. Ele conta que, ao longo do século XX, muitos objetos foram escavados do solo e foram deixados em reservas técnicas de museus, mas têm um enorme potencial de estudo, pesquisa e de exposição.

"A preciosidade das peças a serem expostas estão em sua riqueza de cores e tantos diferentes formatos, mas também será uma grande chance de o público brasileiro ter a chance de conhecer mais sobre as culturas que se formavam naquele espaço que viria a ser a Itália, bem antes do Império Romano se formar", explicou.

A arqueologia é extremamente importante para a compreensão da história humana porque permite acessar aspectos da história que muitas vezes o documento textual não permite, disse Porto. Ressalta que, até pouco tempo, vinculava-se a arqueologia a civilizações muito antigas como a egípcia, grega ou romana. Atualmente, além dessa possibilidade, já há um entendimento de que a arqueologia tem potencial para que se entenda mais e melhor o passado recente do Brasil.

UFV MARCELINO ALVES FERREIRA FILHO I S.A.

CNPJ/MF nº 50.205.654/0001-20 - NIRE 31213981497

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 26 de março de 2024, às 10:30 horas, na sede da UFV Marcelino Alves Ferreira Filho I S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Fazenda Ressaca, S/N, Zona Rural, CEP 37.443-000. **2. MESA:** Presidente: Victor Pereira Souto; e Secretário: Gilson Souza Souto Jr. **3. CONVOCAÇÃO**: Tendo em vista a presença de todos os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, ficam dispensadas as formalidades de convocação, face ao que faculta o Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada ("Lei das S.A."). **4. PRESENÇA:** Presente a totalidade das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **5. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a aprovação da realização pela Companhia da Cessão de Créditos Imobiliários (conforme abaixo definida), representados pela CCI (conforme abaixo definida) à **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, (CNPJ/MF: 12.130.744/0001-00) ("Cessionária" ou "Securitizadora"); (ii) a aprovação da emissão, pela Companhia, da CCI, a ser formalizada nos termos da Escritura de Emissão de CCI (conforme definida respectivamente abaixo), representativa dos Créditos Imobiliários, que será vinculada aos CRI (conforme definido abaixo); (iii) a aprovação da constituição, pela Companhia, em garantia do pagamento da totalidade das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definidas): (a) da Alienação Fiduciária de Equipamentos (conforme definida abaixo), e, consequentemente, a celebração, pela Companhia, do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e (b) da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definida abaixo); (iv) a autorização para que os representantes legais da Companhia outorguem procurações no âmbito Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, por prazo de validade equivalente à vigência dos respectivos contratos; (v) a autorização para que os representantes legais e procuradores da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos e adotem todas as medidas necessárias à realização da emissão de 92.000 (noventa e dois) certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") da 1ª série da 283ª emissão da Securitizadora, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 ("Lei 9.514"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução 60"), e demais leis e regulamentações aplicáveis, equivalente a R$ 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de reais), sendo que os CRI serão objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Oferta"), bem como à outorga e constituição das garantias mencionadas no subitem (iii) acima, incluindo, mas não se limitando à discussão, negociação e definição dos termos e condições da emissão Operação e da Oferta, dos Contratos de Garantia (conforme definidos abaixo), do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários sem Coobrigação e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Companhia, as demais empresas de seu grupo econômico envolvidas na Oferta e a Securitizadora ("Contrato de Cessão"), a Escritura de Emissão de CCI, o Contrato de O&M e Locação de Equipamento (conforme definido no Contrato de Cessão), o Contrato de O&M (conforme definido no Contrato de Cessão), o Contrato de Locação (conforme abaixo definido), os Contratos de Garantia, (conforme abaixo definido) e quaisquer outros documentos relacionados à Operação e à Oferta de que seja parte, e seus eventuais aditamentos; (vi) a assunção de coobrigação com as demais empresas de seu grupo econômico, com relação às obrigações decorrentes do Contrato de Cessão; e (vii) ratificação de todos os atos já praticados, relacionados às matérias de deliberações acima. **6. DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, as acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, deliberaram o quanto segue: **6.1.** Aprovar a cessão, pela Companhia à Securitizadora, nos termos do Contrato de Cessão, dos valores do aluguel do (i) imóvel descrito e caracterizado na matrícula 23.227, Livro 2-RG, no Cartório de Registro de Imóveis de Baependi – MG; e (ii) imóvel descrito e caracterizado na matrícula 23.228, Livro 2-RG, no Cartório de Registro de Imóveis de Baependi – MG; amboss inscritas no Cadastro Imobiliário Brasileiro – CIB sob o nº 0.704.735-5, conforme Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), de propriedade de Levenhagen Ferreira Holding Administração e Participações Ltda., mas de posse da Companhia ("Imóvel") devidamente qualificado no Contrato de Cessão, bem como todos e quaisquer valores, presentes e futuros, devidos pelo Consócio GV VII (CNPJ/MF: 36.922.309/0001-86) ("Consórcio"), em decorrência do "*Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial e Outras Avenças*" a ser firmado entre a Companhia e o Consócio, no qual a Companhia locou o Imóvel ao Consórcio ("Contrato de Locação"); **6.2.** Aprovar a emissão, pela Companhia, da cédula de crédito imobiliário integral ("CCI"), representativa de 100% (cem por cento) todos e quaisquer valores, presentes e futuros, oriundos do Contrato de Locação (em conjunto, os "Créditos Imobiliários"), nos termos do "*Instrumento Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral sem Garantia Real Imobiliária sob a Forma Escritural*" a ser celebrada pela Companhia ("Escritura de Emissão de CCI"), bem como a cessão dos Créditos Imobiliários, representados pela CCI à Securitizadora, os quais serão vinculados a Operação, por meio do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, em série única da 283ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da True Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pelo Consórcio GV VII*" ("Termo de Securitização"), nos termos da Lei 9.514, da Instrução CVM 60 e demais leis e regulamentações aplicáveis, sendo que os CRI serão objeto de Oferta; **6.3.** A aprovação da constituição, pela Companhia, em garantia do integral, fiel e pontual pagamento e/ou cumprimento (1.a) de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas e que venham a ser assumidas pela Companhia e pelas demais empresas de seu grupo econômico no Contrato de Cessão, incluindo, mas não se limitando ao pagamento da totalidade do Valor de Recompra Compulsória (conforme definido no Contrato de Cessão), da Multa Indenizatória (conforme definido no Contrato de Cessão) e das demais obrigações pecuniárias previstas no Contrato de Cessão; (1.b) de todos os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação às CCI e aos CRI, incluindo, sem limitação, para fins de cobrança dos Créditos Imobiliários oriundos das CCI e dos CRI e excussão das Garantias (conforme abaixo definido), penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido pelo Agente Fiduciário dos CRI (incluindo suas remunerações) e/ou pelos Titulares de CRI (conforme definido no Termo de Securitização), inclusive no caso de utilização do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização) para arcar com tais custos; (1.c) de todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações, assumidas pelas Fiduciantes perante a Securitizadora, nos termos do Contrato de Cessão e demais Documentos da Operação, incluindo, sem limitação, os valores devidos em caso de um Evento de Recompra Compulsória ou de um Evento de Multa Indenizatória (conforme definidos no Contrato de Cessão) (em conjunto, as "Obrigações Garantidas CRI V"); (2.a) todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive, mas sem limitações, decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações relativas às debêntures emitidas pela Carangola IV Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.076.078/0001-74 ("Carangola IV"), pela Santa Cruz Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 36.836.549/0001-68 ("Santa Cruz") e Bom Retiro Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.076.096/0001-56 ("Bom Retiro" e, quando em conjunto com Carangola IV e com a Santa Cruz, as "SPEs CRI III") e subscritas pela Securitizadora para que figurassem como lastro dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 80ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Debêntures CRI III" e "CRI III", respectivamente), bem como das demais obrigações assumidas pela Carangola IV, Bom Retiro e Santa Cruz perante a Securitizadora no âmbito do: (2.i) "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Carangola IV Energia S.A.*" ("Escritura de Emissão das Debêntures Carangola IV"); (2.ii) o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A.*" ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Bom Retiro Energia S.A.*" ("Escritura de Emissão das Debêntures Bom Retiro" e, em conjunto com Escritura de Emissão de Emissão das Debêntures Carangola IV e a Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz, as "Escrituras de Emissão das Debêntures CRI II"), incluindo, sem limitação, o Valor Nominal Unitário (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III) ou Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III), conforme o caso, a Remuneração (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III), o Valor de Resgate Antecipado (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III), o Valor da Amortização Antecipada (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III) e aos Encargos Moratórios (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III); (2.b) cumprimento fiel e integral de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas e que venham a ser assumidas pela Carangola IV, Bom Retiro e Santa Cruz no "*Instrumento Particular de Cessão e Aquisição de Créditos Imobiliários e Outras Avenças*", celebrado entre Carangola IV, Santa Cruz, Bom Retiro, na qualidade de cedentes, a Fiduciária, na qualidade de cessionária, a Ágape Holding de Participações e Investimentos Ltda., Victor Pereira Souto e Gilson Souza Souto Jr., na qualidade de fiadores, no âmbito da cessão onerosa, pela Carangola IV, Santa Cruz, Bom Retiro à Securitizadora dos Créditos Imobiliários Locação ("Cessão de Créditos CRI III" e "Contrato de Cessão de Locação CRI III", respectivamente), incluindo, mas não se limitando ao pagamento da totalidade do Valor da Amortização Extraordinária Obrigatória e das demais obrigações pecuniárias da Carangola IV, Bom Retiro e Santa Cruz previstas no Contrato de Cessão de Locação CRI III; (2.c) de todos os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação às cédulas de crédito imobiliário emitidas no âmbito do "*Instrumento Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral, Sem Garantia Real Imobiliária, sob a Forma Escritural e Outras* Avenças", firmado entre a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e o Agente Fiduciário dos CRI ("Escritura de Emissão de CCI Locação CRI III" e as "CCI CRI III", respectivamente), que por sua vez serviram para lastrear os CRI III, incluindo, sem limitação, para fins de cobrança dos Créditos Imobiliários CRI III oriundos das CCI CRI III e aos CRI III e excussão das Garantias (conforme definido no Contrato de Cessão de Locação CRI III), incluindo penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido pelo Agente Fiduciário (incluindo suas remunerações) e/ou pelos titulares de CRI III, inclusive no caso de utilização do patrimônio separado do CRI III para arcar com tais custos; e (2.d) de todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações, assumidas pela Carangola IV, Bom Retiro e Santa Cruz perante a Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão de Locação CRI III e demais documentos da operação relacionados ao CRI III, incluindo, sem limitação, os valores de um Evento de Recompra Compulsória (conforme definido no Contrato de Cessão de Locação CRI III) ("Obrigações Garantidas CRI III" e, quando em conjunto com as Obrigações Garantidas CRI V, as "Obrigações Garantidas") serão constituídas, por meio da assinatura e registro junto aos cartórios competentes, as seguintes garantias (as "Garantias"): (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia e demais empresas envolvidas na operação, nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças*" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Cluster 5" e "Alienação Fiduciária de Ações Cluster 5"); (ii) cessão fiduciária (A) dos direitos creditórios, presentes e futuros, correspondentes aos créditos devidos à Companhia e demais empresas envolvidas na operação (A.1) no âmbito de cada um dos Contratos de O&M, (A.2) no âmbito das apólices de seguro e eventuais indenizações ou outros direitos creditórios oriundos dos seguros de *performance bond* e *completion* que venham a ser contratados por cada umas das SPEs nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido abaixo); (A.3) no âmbito dos demais direitos advindos dos contratos de *Engineering, Procurement and Construction* celebrados junto à GV Engenharia Ltda., conforme identificados no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis; (A.4) em razão da titularidade superveniente de créditos de compensação de energia; (B) de todos e quaisquer direitos creditórios de titularidade das SPEs contra o Consórcio (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis) e do Consórcio contra seus consorciados; (C) de todos e quaisquer direitos creditórios de titularidade do Consórcio nos termos do CUSD; e (D) de todos e quaisquer direitos, atuais ou futuros, decorrentes da Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis), nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis Cluster 5"); (iii) alienação fiduciária dos equipamentos e direitos correlatos listados no "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças*" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos Cluster 5" e "Alienação Fiduciária de Equipamentos Cluster 5", respectivamente); **6.4.** A autorização para que os representantes legais da Companhia outorguem procurações no âmbito Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos Cluster 5 e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis Cluster 5, por prazo de validade equivalente à vigência dos respectivos contratos; **6.5.** A autorização para que os representantes legais e procuradores da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos e adotem todas as medidas necessárias à realização da Operação, a cessão dos Créditos Imobiliários e à emissão da CCI, sendo que os CRI serão objeto de Oferta, bem como à outorga e constituição das garantias mencionadas acima, incluindo, mas não se limitando à discussão, negociação e definição dos termos e condições da emissão, da Operação e da Oferta, da Escritura de Emissão de CCI, do Contrato de O&M, do Contrato de Locação), dos Contratos de Garantia e quaisquer outros documentos relacionados à Operação e à Oferta de que seja parte, e seus eventuais aditamentos; **6.6.** A autorização para que os representantes legais e procuradores da Companhia assuma as obrigações decorrentes do Contrato de Cessão em coobrigação com as demais empresas de seu grupo econômico; e **6.7.** A ratificação de todos os atos já praticados, relacionados às matérias de deliberações acima. **7. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. **Mesa**: Victor Pereira Souto (Presidente) e Gilson Souza Souto Jr. (Secretário). **Acionistas Presentes**: UFV GVS I (representado por Gilson Souza Souto Jr. E Victor Pereira Souto). Confere com a original lavrada em livro próprio. Baependi/MG, 26 de março de 2024.**Mesa:** Victor Pereira Souto - **Presidente da Mesa;** Gilson Souza Souto Jr. - **Secretário**. **Acionistas: UFV GVS I S.A.** Victor Pereira Souto, CPF: 062.332.406-70; Gilson Souza Souto Jr., CPF: 011.720.766-77.

UFV MIMOSO S.A.

CNPJ/MF nº 51.653.100/0001-58 - NIRE 5420166289-7

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 26 de março de 2024, às 10:00 horas, na sede da UFV Mimoso S.A. ("Companhia"), na Cidade de Paraíso da Águas, Estado do Mato Grosso do Sul, na Rodovia BR 060, S/N, km 180, Zona Rural, CEP 79.556-000. **2. MESA:** Presidente: Victor Pereira Souto; e Secretário: Gilson Souza Souto Jr. **3. CONVOCAÇÃO**: Tendo em vista a presença de todos os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, ficam dispensadas as formalidades de convocação, face ao que faculta o Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada ("Lei das S.A."). **4. PRESENÇA:** Presente a totalidade das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **5. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a aprovação da realização pela Companhia da Cessão de Créditos Imobiliários (conforme abaixo definida), representados pela CCI (conforme abaixo definida) à **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, (CNPJ/MF: 12.130.744/0001-00) ("Cessionária" ou "Securitizadora"); (ii) a aprovação da emissão, pela Companhia, da CCI, a ser formalizada nos termos da Escritura de Emissão de CCI (conforme definida respectivamente abaixo), representativa dos Créditos Imobiliários, que será vinculada aos CRI (conforme definido abaixo); (iii) a aprovação da constituição, pela Companhia, em garantia do pagamento da totalidade das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definidas): (a) da Alienação Fiduciária de Equipamentos (conforme definida abaixo), e, consequentemente, a celebração, pela Companhia, do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e (b) da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definida abaixo); (iv) a autorização para que os representantes legais da Companhia outorguem procurações no âmbito Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, por prazo de validade equivalente à vigência dos respectivos contratos; (v) a autorização para que os representantes legais e procuradores da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos e adotem todas as medidas necessárias à realização da emissão de 92.000 (noventa e dois) certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") da 1ª série da 283ª emissão da Securitizadora, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 ("Lei 9.514"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução 60"), e demais leis e regulamentações aplicáveis, equivalente a R$ 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de reais), sendo que os CRI serão objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Oferta"), bem como à outorga e constituição das garantias mencionadas no subitem (iii) acima, incluindo, mas não se limitando à discussão, negociação e definição dos termos e condições da emissão Operação e da Oferta, dos Contratos de Garantia (conforme definidos abaixo), do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários sem Coobrigação e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Companhia, as demais empresas de seu grupo econômico envolvidas na Oferta e a Securitizadora ("Contrato de Cessão"), a Escritura de Emissão de CCI, o Contrato de O&M e Locação de Equipamento (conforme definido no Contrato de Cessão), o Contrato de O&M (conforme definido no Contrato de Cessão), o Contrato de Locação (conforme abaixo definido), os Contratos de Garantia, (conforme abaixo definido) e quaisquer outros documentos relacionados à Operação e à Oferta de que seja parte, e seus eventuais aditamentos; (vi) a assunção de coobrigação com as demais empresas de seu grupo econômico, com relação às obrigações decorrentes do Contrato de Cessão; e (vii) ratificação de todos os atos já praticados, relacionados às matérias de deliberações acima. **6. DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, as acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, deliberaram o quanto segue: **6.1.** Aprovar a cessão, pela Companhia à Securitizadora, nos termos do Contrato de Cessão, dos valores do aluguel do imóvel descrito e caracterizado na matrícula 15.075, Livro 2-RG, no Serviço Registral de Imóveis de Chapadão do Sul – MS, inscrita no Cadastro Imobiliário Brasileiro – CIB sob o nº 2.991.748-4, conforme Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), de propriedade de Agropecuária Mimoso Ltda., mas de posse da Companhia ("Imóvel") devidamente qualificado no Contrato de Cessão, bem como todos e quaisquer valores, presentes e futuros, devidos pelo Consócio GV VII (CNPJ/MF: 36.922.309/0001-86) ("Consórcio"), em decorrência do "*Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial e Outras Avenças*" a ser firmado entre a Companhia e o Consócio, no qual a Companhia locou o Imóvel ao Consórcio ("Contrato de Locação"); **6.2.** Aprovar a emissão, pela Companhia, da cédula de crédito imobiliário integral ("CCI"), representativa de 100% (cem por cento) todos e quaisquer valores, presentes e futuros, oriundos do Contrato de Locação (em conjunto, os "Créditos Imobiliários"), nos termos do "*Instrumento Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral sem Garantia Real Imobiliária sob a Forma Escritural*" a ser celebrada pela Companhia ("Escritura de Emissão de CCI"), bem como a cessão dos Créditos Imobiliários, representados pela CCI à Securitizadora, os quais serão vinculados a Operação, por meio do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, em série única da 283ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da True Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pelo Consórcio GV VII*" ("Termo de Securitização"), nos termos da Lei 9.514, da Instrução CVM 60 e demais leis e regulamentações aplicáveis, sendo que os CRI serão objeto de Oferta; **6.3.** A aprovação da constituição, pela Companhia, em garantia do integral, fiel e pontual pagamento e/ou cumprimento (1.a) de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas e que venham a ser assumidas pela Companhia e pelas demais empresas de seu grupo econômico no Contrato de Cessão, incluindo, mas não se limitando ao pagamento da totalidade do Valor de Recompra Compulsória (conforme definido no Contrato de Cessão), da Multa Indenizatória (conforme definido no Contrato de Cessão) e das demais obrigações pecuniárias previstas no Contrato de Cessão; (1.b) de todos os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação às CCI e aos CRI, incluindo, sem limitação, para fins de cobrança dos Créditos Imobiliários oriundos das CCI e dos CRI e excussão das Garantias (conforme abaixo definido), penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido pelo Agente Fiduciário dos CRI (incluindo suas remunerações) e/ou pelos Titulares de CRI (conforme definido no Termo de Securitização), inclusive no caso de utilização do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização) para arcar com tais custos; (1.c) de todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações, assumidas pelas Fiduciantes perante a Securitizadora, nos termos do Contrato de Cessão e demais Documentos da Operação, incluindo, sem limitação, os valores devidos em caso de um Evento de Recompra Compulsória ou de um Evento de Multa Indenizatória (conforme definidos no Contrato de Cessão) (em conjunto, as "Obrigações Garantidas CRI V"); (2.a) todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive, mas sem limitações, decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações relativas às debêntures emitidas pela Carangola IV Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.076.078/0001-74 ("Carangola IV"), pela Santa Cruz Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 36.836.549/0001-68 ("Santa Cruz") e Bom Retiro Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.076.096/0001-56 ("Bom Retiro" e, quando em conjunto com Carangola IV e com a Santa Cruz, as "SPEs CRI III") e subscritas pela Securitizadora para que figurassem como lastro dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 80ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Debêntures CRI III" e "CRI III", respectivamente), bem como das demais obrigações assumidas pela Carangola IV, Bom Retiro e Santa Cruz perante a Securitizadora no âmbito do: (2.i) "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Carangola IV Energia S.A.*" ("Escritura de Emissão das Debêntures Carangola IV"); (2.ii) o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A.*" ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Bom Retiro Energia S.A.*" ("Escritura de Emissão das Debêntures Bom Retiro" e, em conjunto com Escritura de Emissão de Emissão das Debêntures Carangola IV e a Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz, as "Escrituras de Emissão das Debêntures CRI II"), incluindo, sem limitação, o Valor Nominal Unitário (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III) ou Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III), conforme o caso, a Remuneração (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III), o Valor de Resgate Antecipado (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III), o Valor da Amortização Antecipada (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III) e aos Encargos Moratórios (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III); (2.b) cumprimento fiel e integral de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas e que venham a ser assumidas pela Carangola IV, Bom Retiro e Santa Cruz no "*Instrumento Particular de Cessão e Aquisição de Créditos Imobiliários e Outras Avenças*", celebrado entre Carangola IV, Santa Cruz, Bom Retiro, na qualidade de cedentes, a Fiduciária, na qualidade de cessionária, a Ágape Holding de Participações e Investimentos Ltda., Victor Pereira Souto e Gilson Souza Souto Jr., na qualidade de fiadores, no âmbito da cessão onerosa, pela Carangola IV, Santa Cruz, Bom Retiro à Securitizadora dos Créditos Imobiliários Locação ("Cessão de Créditos CRI III" e "Contrato de Cessão de Locação CRI III", respectivamente), incluindo, mas não se limitando ao pagamento da totalidade do Valor da Amortização Extraordinária Obrigatória e das demais obrigações pecuniárias da Carangola IV, Bom Retiro e Santa Cruz previstas no Contrato de Cessão de Locação CRI III; (2.c) de todos os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação às cédulas de crédito imobiliário emitidas no âmbito do "*Instrumento Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral, Sem Garantia Real Imobiliária, sob a Forma Escritural e Outras* Avenças", firmado entre a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e o Agente Fiduciário dos CRI ("Escritura de Emissão de CCI Locação CRI III" e as "CCI CRI III", respectivamente), que por sua vez serviram para lastrear os CRI III, incluindo, sem limitação, para fins de cobrança dos Créditos Imobiliários CRI III oriundos das CCI CRI III e aos CRI III e excussão das Garantias (conforme definido no Contrato de Cessão de Locação CRI III), incluindo penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido pelo Agente Fiduciário (incluindo suas remunerações) e/ou pelos titulares de CRI III, inclusive no caso de utilização do patrimônio separado do CRI III para arcar com tais custos; e (2.d) de todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações, assumidas pela Carangola IV, Bom Retiro e Santa Cruz perante a Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão de Locação CRI III e demais documentos da operação relacionados ao CRI III, incluindo, sem limitação, os valores de um Evento de Recompra Compulsória (conforme definido no Contrato de Cessão de Locação CRI III) ("Obrigações Garantidas CRI III" e, quando em conjunto com as Obrigações

UFV TALISMÃ I S.A.

CNPJ/MF nº 48.315.461/0001-80 - NIRE 31300153746

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 26 de março de 2024, às 09:30 horas, na sede da UFV Talismã I S.A. ("Companhia"), na Fazenda Talisma, S/N, Zona Rural, CEP 39.960-000, na cidade de Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais, CEP 30.360-400. **2. MESA:** Presidente: Victor Pereira Souto; e Secretário: Gilson Souza Souto Jr. **3. CONVOCAÇÃO**: Tendo em vista a presença de todos os sócios representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, ficam dispensadas as formalidades de convocação, face ao que faculta o Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada ("Lei das S.A."). **4. PRESENÇA:** Presente a totalidade das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **5. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a aprovação da realização pela Companhia da Cessão de Créditos Imobiliários (conforme abaixo definida), representados pela CCI (conforme abaixo definida) à **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, (CNPJ/MF: 12.130.744/0001-00) ("Cessionária" ou "Securitizadora"); (ii) a aprovação da emissão, pela Companhia, da CCI, a ser formalizada nos termos da Escritura de Emissão de CCI (conforme definida respectivamente abaixo), representativa dos Créditos Imobiliários, que será vinculada aos CRI (conforme definido abaixo); (iii) a aprovação da constituição, pela Companhia, em garantia do pagamento da totalidade das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definidas): (a) da Alienação Fiduciária de Equipamentos (conforme definida abaixo), e, consequentemente, a celebração, pela Companhia, do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e (b) da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definida abaixo); (iv) a autorização para que os representantes legais da Companhia outorguem procurações no âmbito Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, por prazo de validade equivalente à vigência dos respectivos contratos; (v) a autorização para que os representantes legais e procuradores da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos e adotem todas as medidas necessárias à realização da emissão de 92.000 (noventa e dois) certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") da 1ª série da 283ª emissão da Securitizadora, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 ("Lei 9.514"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução 60"), e demais leis e regulamentações aplicáveis, equivalente a R$ 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de reais), sendo que os CRI serão objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Oferta"), bem como à outorga e constituição das garantias mencionadas no subitem (iii) acima, incluindo, mas não se limitando à discussão, negociação e definição dos termos e condições da emissão Operação e da Oferta, dos Contratos de Garantia (conforme definidos abaixo), do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários sem Coobrigação e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Companhia, as demais empresas de seu grupo econômico envolvidas na Oferta e a Securitizadora ("Contrato de Cessão"), a Escritura de Emissão de CCI, o Contrato de O&M e Locação de Equipamento (conforme definido no Contrato de Cessão), o Contrato de O&M (conforme definido no Contrato de Cessão), o Contrato de Locação (conforme abaixo definido), os Contratos de Garantia, (conforme abaixo definido) e quaisquer outros documentos relacionados à Operação e à Oferta de que seja parte, e seus eventuais aditamentos; (vi) a assunção de coobrigação com as demais empresas de seu grupo econômico, com relação às obrigações decorrentes do Contrato de Cessão; e (vii) ratificação de todos os atos já praticados, relacionados às matérias de deliberações acima. **6. DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, as acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, deliberaram o quanto segue: **6.1.** Aprovar a cessão, pela Companhia à Securitizadora, nos termos do Contrato de Cessão, dos valores do aluguel do imóvel descrito e caracterizado na matrícula 11.302, Livro 2-RG, no Ofício de Registro de Imóveis de Jequitinhonha/MG, inscrita no Cadastro Imobiliário Brasileiro – CIB sob o nº 0.642.463-5, conforme Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), de propriedade de Antônio Peixoto de Lucena Cunha, mas de posse da Companhia ("Imóvel") devidamente qualificado no Contrato de Cessão, bem como todos e quaisquer valores, presentes e futuros, devidos pelo Consócio GV VII (CNPJ/MF: 36.922.309/0001-86) ("Consórcio"), em decorrência do "*Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial e Outras Avenças*" a ser firmado entre a Companhia e o Consócio, no qual a Companhia locou o Imóvel ao Consórcio ("Contrato de Locação"); **6.2.** Aprovar a emissão, pela Companhia, da cédula de crédito imobiliário integral ("CCI"), representativa de 100% (cem por cento) todos e quaisquer valores, presentes e futuros, oriundos do Contrato de Locação (em conjunto, os "Créditos Imobiliários"), nos termos do "*Instrumento Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral sem Garantia Real Imobiliária sob a Forma Escritural*" a ser celebrada pela Companhia ("Escritura de Emissão de CCI"), bem como a cessão dos Créditos Imobiliários, representados pela CCI à Securitizadora, os quais serão vinculados a Operação, por meio do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, em série única da 283ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da True Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pelo Consórcio GV VII*" ("Termo de Securitização"), nos termos da Lei 9.514, da Instrução CVM 60 e demais leis e regulamentações aplicáveis, sendo que os CRI serão objeto de Oferta; **6.3.** A aprovação da constituição, pela Companhia, em garantia do integral, fiel e pontual pagamento e/ou cumprimento (1.a) de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas e que venham a ser assumidas pela Companhia e pelas demais empresas de seu grupo econômico no Contrato de Cessão, incluindo, mas não se limitando ao pagamento da totalidade do Valor de Recompra Compulsória (conforme definido no Contrato de Cessão), da Multa Indenizatória (conforme definido no Contrato de Cessão) e das demais obrigações pecuniárias previstas no Contrato de Cessão; (1.b) de todos os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação às CCI e aos CRI, incluindo, sem limitação, para fins de cobrança dos Créditos Imobiliários oriundos das CCI e dos CRI e excussão das Garantias (conforme abaixo definido), penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido pelo Agente Fiduciário dos CRI (incluindo suas remunerações) e/ou pelos Titulares de CRI (conforme definido no Termo de Securitização), inclusive no caso de utilização do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização) para arcar com tais custos; (1.c) de todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações, assumidas pelas Fiduciantes perante a Securitizadora, nos termos do Contrato de Cessão e demais Documentos da Operação, incluindo, sem limitação, os valores devidos em caso de um Evento de Recompra Compulsória ou de um Evento de Multa Indenizatória (conforme definidos no Contrato de Cessão) (em conjunto, as "Obrigações Garantidas CRI V"); (2.a) todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive, mas sem limitações, decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações relativas às debêntures emitidas pela Carangola IV Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.076.078/0001-74 ("Carangola IV"), pela Santa Cruz Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 36.836.549/0001-68 ("Santa Cruz") e Bom Retiro Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.076.096/0001-56 ("Bom Retiro" e, quando em conjunto com Carangola IV e com a Santa Cruz, as "SPEs CRI III") e subscritas pela Securitizadora para que figurassem como lastro dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 80ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Debêntures CRI III" e "CRI III", respectivamente), bem como das demais obrigações assumidas pela Carangola IV, Bom Retiro e Santa Cruz perante a Securitizadora no âmbito do: (2.i) "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Carangola IV Energia S.A.*" ("Escritura de Emissão das Debêntures Carangola IV"); (2.ii) o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A.*" ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Bom Retiro Energia S.A.*" ("Escritura de Emissão das Debêntures Bom Retiro" e, em conjunto com Escritura de Emissão de Emissão das Debêntures Carangola IV e a Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz, as "Escrituras de Emissão das Debêntures CRI II"), incluindo, sem limitação, o Valor Nominal Unitário (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III) ou Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III), conforme o caso, a Remuneração (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III), o Valor de Resgate Antecipado (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III), o Valor da Amortização Antecipada (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III) e aos Encargos Moratórios (conforme definido nas Escrituras de Emissão das Debêntures CRI III); (2.b) cumprimento fiel e integral de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas e que venham a ser assumidas pela Carangola IV, Bom Retiro e Santa Cruz no "*Instrumento Particular de Cessão e Aquisição de Créditos Imobiliários e Outras Avenças*", celebrado entre Carangola IV, Santa Cruz, Bom Retiro, na qualidade de cedentes, a Fiduciária, na qualidade de cessionária, a Ágape Holding de Participações e Investimentos Ltda., Victor Pereira Souto e Gilson Souza Souto Jr., na qualidade de fiadores, no âmbito da cessão onerosa, pela Carangola IV, Santa Cruz, Bom Retiro à Securitizadora dos Créditos Imobiliários Locação ("Cessão de Créditos CRI III" e "Contrato de Cessão de Locação CRI III", respectivamente), incluindo, mas não se limitando ao pagamento da totalidade do Valor da Amortização Extraordinária Obrigatória e das demais obrigações pecuniárias da Carangola IV, Bom Retiro e Santa Cruz previstas no Contrato de Cessão de Locação CRI III; (2.c) de todos os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação às cédulas de crédito imobiliário emitidas no âmbito do "*Instrumento Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral, Sem Garantia Real Imobiliária, sob a Forma Escritural e Outras* Avenças", firmado entre a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e o Agente Fiduciário dos CRI ("Escritura de Emissão de CCI Locação CRI III" e as "CCI CRI III", respectivamente), que por sua vez serviram para lastrear os CRI III, incluindo, sem limitação, para fins de cobrança dos Créditos Imobiliários CRI III oriundos das CCI CRI III e aos CRI III e excussão das Garantias (conforme definido no Contrato de Cessão de Locação CRI III), incluindo penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido pelo Agente Fiduciário (incluindo suas remunerações) e/ou pelos titulares de CRI III, inclusive no caso de utilização do patrimônio separado do CRI III para arcar com tais custos; e (2.d) de todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações, assumidas pela Carangola IV, Bom Retiro e Santa Cruz perante a Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão de Locação CRI III e demais documentos da operação relacionados ao CRI III, incluindo, sem limitação, os valores de um Evento de Recompra Compulsória (conforme definido no Contrato de Cessão de Locação CRI III) ("Obrigações Garantidas CRI III" e, quando em conjunto com as Obrigações Garantidas CRI V, as "Obrigações Garantidas") serão constituídas, por meio da assinatura e registro junto aos cartórios competentes, as seguintes garantias (as "Garantias"): (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia e demais empresas envolvidas na operação, nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças*" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Cluster 5" e "Alienação Fiduciária de Ações Cluster 5"); (ii) cessão fiduciária (A) dos direitos creditórios, presentes e futuros, correspondentes aos créditos devidos à Companhia e demais empresas envolvidas na operação (A.1) no âmbito de cada um dos Contratos de O&M, (A.2) no âmbito das apólices de seguro e eventuais indenizações ou outros direitos creditórios oriundos dos seguros de *performance bond* e *completion* que venham a ser contratados por cada umas das SPEs nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido abaixo); (A.3) no âmbito dos demais direitos advindos dos contratos de *Engineering, Procurement and Construction* celebrados junto à GV Engenharia Ltda., conforme identificados no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis; (A.4) em razão da titularidade superveniente de créditos de compensação de energia; (B) de todos e quaisquer direitos creditórios de titularidade das SPEs contra o Consórcio (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis) e do Consórcio contra seus consorciados; (C) de todos e quaisquer direitos creditórios de titularidade do Consórcio nos termos do CUSD; e (D) de todos e quaisquer direitos, atuais ou futuros, decorrentes da Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis), nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis Cluster 5"); (iii) alienação fiduciária dos equipamentos e direitos correlatos listados no "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças*" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos Cluster 5" e "Alienação Fiduciária de Equipamentos Cluster 5", respectivamente); **6.4.** A autorização para que os representantes legais da Companhia outorguem procurações no âmbito Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos Cluster 5 e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis Cluster 5, por prazo de validade equivalente à vigência dos respectivos contratos; **6.5.** A autorização para que os representantes legais e procuradores da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos e adotem todas as medidas necessárias à realização da Operação, a cessão dos Créditos Imobiliários e à emissão da CCI, sendo que os CRI serão objeto de Oferta, bem como à outorga e constituição das garantias mencionadas acima, incluindo, mas não se limitando à discussão, negociação e definição dos termos e condições da emissão, da Operação e da Oferta, da Escritura de Emissão de CCI, do Contrato de O&M, do Contrato de Locação), dos Contratos de Garantia e quaisquer outros documentos relacionados à Operação e à Oferta de que seja parte, e seus eventuais aditamentos; **6.6.** A autorização para que os representantes legais e procuradores da Companhia assuma as obrigações decorrentes do Contrato de Cessão em coobrigação com as demais empresas de seu grupo econômico; e **6.7.** A ratificação de todos os atos já praticados, relacionados às matérias de deliberações acima. **7. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia geral extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. **Mesa**: Victor Pereira Souto (Presidente) e Gilson Souza Souto Jr. (Secretário). **Acionistas Presentes**: UFV GVS I (representado por Gilson Souza Souto Jr. E Victor Pereira Souto). Confere com a original lavrada em livro próprio. Jequitinhonha/MG, 26 de março de 2024. **Mesa:** Victor Pereira Souto - **Presidente da Mesa;** Gilson Souza Souto Jr. - **Secretário. Acionistas: UFV GVS I S.A.** Victor Pereira Souto - CPF: 062.332.406-70; Gilson Souza Souto Jr. - CPF: 011.720.766-77.

Takaoka Participações S.A.

CNPJ nº 39.429.693/0001-78

Aviso aos Acionistas - Artigo 133 da Lei nº 6.404/76

Comunicamos aos Senhores Acionistas que os documentos elencados no artigo 133 da Lei de Sociedades Anônimas (Lei n° 6.404/76), referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se à disposição, a partir desta data, nas dependências da Companhia, situada na Rua Doutor Fernandes Coelho, nº 64, 1º andar, Pinheiros, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.423-911.

São Paulo/SP, 29 de março de 2024.

Elton Lucio Silva De Souza

Presidente do Conselho de Administração

INFRACOMMERCE CXAAS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300.577.361

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Infracommerce CXaaS S.A. ("Companhia") convocados, na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") que será realizada às 13h do dia 30 de abril de 2024, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, inciso III e §2º, inciso I, e artigo 28, §2º, inciso II, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a fim de apreciarem e deliberarem sobre os itens da Ordem do Dia descritos neste Edital. **1. Ordem do Dia:** A) Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório anual da administração, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia; **(ii)** ratificar a eleição de 2 (dois) membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iii)** eleger 1 (um) membro titular do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** eleger 1 (um) membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e **(v)** indicar o membro do Conselho de Administração que ocupará a posição de Presidente do Conselho de Administração. B) Em Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** alterar o *caput* do artigo 5º do estatuto social da Companhia, para atualizar o valor do capital social em razão dos aumentos anteriormente aprovados. Conforme disposto no artigo 125 da Lei das S.A., a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem 1/4 (um quarto), no mínimo, do capital social com direito a voto da Companhia, com exceção do item da Ordem do Dia em sede de assembleia geral extraordinária, que, nos termos do artigo 135 da Lei das S.A., dependerá do comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital social com direito a voto da Companhia. Caso não se atinja algum dos referidos quóruns de instalação para a deliberação das respectivas matérias acima, proceder-se-á à instalação da Assembleia apenas com relação às matérias para as quais se verificou o quórum de instalação e proceder-se-á à nova convocação, por meio da publicação de novo Edital de Convocação, para a matéria cujo quórum não tiver sido atingido, anunciando a nova data para realização da Assembleia para o referido tema em segunda convocação, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, sendo a Assembleia instalada mediante a presença de qualquer número de acionistas. **2. Instruções Gerais:** Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia, a partir desta data, na forma prevista na Lei das S.A. e na Resolução CVM 81, na sede social da Infracommerce, no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.infracommerce.com.br/), no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site da B3 (http://www.b3.com.br): **(i)** este Edital de Convocação; **(ii)** o Manual de Participação em Assembleia ("Manual da Assembleia"), contendo a Proposta da Administração para a Ordem do Dia da Assembleia, contemplando seus anexos; e **(iii)** Boletins de Voto a Distância. Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A. e da decisão do Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na Assembleia: **(i)** se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); **(ii)** se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil; e **(iii)** se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil. A participação do acionista será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos descritos acima, bem como no Manual da Assembleia. Conforme dispõe o artigo 28, §1°, da Resolução CVM 81, a Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia assegurará: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/589406981) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 28 de abril de 2024, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista poderá utilizar seu login e senha individuais para acessar a Plataforma Digital. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos, bem como da tradução simples de referidos documentos estrangeiros, quando aplicável, através da Plataforma Digital (link acima mencionado). Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM 81. Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, de acordo com as instruções contidas no Manual da Assembleia, conforme modelos dos boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia. As demais orientações e informações para a participação virtual na Assembleia, bem como todos os documentos relativos à Ordem do Dia, devem ser consultados no Manual da Assembleia, que contém a Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 (http://www.b3.com.br) e da Companhia (ri.infracommerce.com.br/).

São Paulo/SP, 28 de março de 2024

Pedro Jereissati - Presidente do Conselho de Administração

FICA Empreendimentos Imobiliários S/A

Companhia Aberta - CNPJ nº 07.820.907/0001-46 - NIRE nº 35300611861

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Convocamos os acionistas da **FICA Empreendimentos Imobiliários S.A.,** companhia aberta com sede na Av. Santo Amaro, nº 48, conjunto 62, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04.506-000 ("Cia."), a se reunirem, em primeira convocação, no dia **30 de abril de 2024**, **às 10:00 h**, em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"), por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) Deliberar sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração; (iii) Deliberar sobre a eleição e/ou recondução dos membros que comporão o Conselho de Administração, com mandato até a AGO que examinar e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2024; e (iv) Deliberar sobre a remuneração global dos administradores para o exercício de 2024. **Informações Gerais: A. Documentos à Disposição dos Acionistas:** Conforme a Lei n° 6.404/1976 ("LSA") e a RCVM 81, a Companhia informa que serão disponibilizados aos acionistas da Cia. no dia 1º de abril de 2024, na sede, no seu portal de Relações com Investidores (www.ri.cr2.com.br), bem como nos sites da CVM e da B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, os documentos previstos na RCVM 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na AGO. **B. Habilitação e Acesso à Videoconferência:** A AGO ocorrerá exclusivamente por meio da Plataforma Digital. Para participar, o acionista deverá enviar, para ri@fica.net.br, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO, os seguintes documentos: **(i)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da LSA, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e **(ii)** cópia simples ou digitalização da via original do documento de identificação do acionista, observados os documentos abaixo elencados que serão aceitos pela Cia. para fins de identificação: • Para pessoas físicas: identidade com foto do acionista e, se for o caso, identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração. • Para pessoas jurídicas: estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e identidade com foto do representante legal. • Para fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; documento de identidade com foto do representante legal. **(iii)** aos acionistas que forem representados por meio de procuração com firma reconhecida em cartório, deverá ser enviado o instrumento de mandato outorgado há menos de um ano. **(iv)** nome, CPF e endereço eletrônico para o qual deverá ser enviado o *link* de acesso à AGO. Uma vez recebida e verificada a documentação fornecida, a Cia. enviará ao acionista os dados para participação na AGO por meio da Plataforma Digital. O acionista poderá exercer o seu direito de voto e será considerado presente e assinante da ata, na forma do art. 47, §1º da RCVM 81. Caso o acionista não receba o *link* de acesso com até vinte e quatro horas de antecedência da realização da AGO, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Cia., para que seja prestado o suporte remoto. A partir do credenciamento, o participante se compromete a **(i)** utilizar o *link* individual única e exclusivamente para participação na AGO, **(ii)** não transferir ou divulgar o *link* individual a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o referido *link* intransferível, e **(iii)** não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das AGO. Para participar da AGO, o acionista precisará ter instalado em seu dispositivo eletrônico a plataforma *Microsoft Teams,* cujo download poderá ser realizado pelo *link* https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/download-app. Todo acionista, representante ou procurador poderá passar por uma verificação visual a fim de confirmar a identidade do participante e regularidade de sua participação. Nesta verificação poderá ser solicitada a exposição do documento de identificação do participante na câmera de seu dispositivo, de modo que a foto e todas as informações do referido documento estejam visíveis e legíveis. Poderá ser exigido que o participante mantenha a câmera de seu dispositivo ligada ao longo de toda a AGO, devendo estar posicionado em frente à câmera, de forma a permanecer visível durante toda a Assembleia. O participante que desligar a câmera ou se ausentar da frente dela poderá ser notificado para que retorne ou religue o dispositivo. Em caso de não atendimento à solicitação, o participante poderá ser retirado da videoconferência. Como forma de otimizar a interação dos presentes, o áudio dos participantes por meio de videoconferência ficará automaticamente silenciado. Os participantes poderão manifestar-se por mensagens, a qualquer momento ou áudio, mediante solicitação por mensagem para a liberação oportuna de seu áudio. Além disso, informamos que a AGO será gravada, nos termos do art. 28, §1º, inciso II da RCVM 81 e que a Cia. não se responsabiliza por problemas de conexão que os participantes credenciados possam enfrentar ou outras situações que não estejam sob o controle da Cia., tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da plataforma *Microsoft Teams* com o equipamento do participante. Dúvidas sobre o acesso poderão ser sanadas com antecedência através do e-mail ri@fica.net.br. **C. Adoção de Voto Múltiplo:** Eventual requerimento para adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração deverá ser formulado por escrito com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para a realização da AGO, nos termos do §1º do art. 141 da LSA. Para os efeitos do que dispõem o art. 141 da LSA e a RCVM nº 70, de 22/03/22, bem como o art. 5º, I, da RCVM 81, o percentual mínimo do capital social votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de cinco por cento. **D. Boletim de Voto a Distância:** Os acionistas que optarem por participar da AGO por meio do exercício do direito do voto via boletim de voto a distância deverão (i) transmitir as instruções de preenchimento do boletim aos seus agentes de custódia ou ao escriturador (para tanto os acionistas deverão entrar em contato diretamente com o escriturador ou com os respectivos agentes de custódia); ou (ii) enviar o boletim diretamente à Cia., conforme previsto abaixo, e desde que devidamente preenchido, rubricado, assinado e acompanhado da documentação indicada no Manual de Participação da AGO. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o boletim de voto a distância deverá ser recebido até, no máximo, **sete dias** antes da data de realização da AGO. **Aqueles recebidos após esta data serão desconsiderados**. Caso o acionista opte por enviar o boletim de voto à distância diretamente à Cia., deverá encaminhar os seguintes documentos aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, preferencialmente por meio do e-mail ri@fica.net.br, com solicitação de confirmação de recebimento, no mesmo prazo acima informado, dos documentos abaixo: i) via física original ou digitalização da via original do boletim de voto a distância relativo à AGO devidamente preenchido, rubricado e assinado; ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da LSA, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e iii) cópia simples ou digitalização da via original do documento de identificação do acionista, observados os documentos abaixo elencados que serão aceitos pela Companhia para fins de identificação do acionista: **• Para pessoas físicas:** identidade com foto do acionista e, se for o caso, identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração. **• Para pessoas jurídicas:** estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e documento de identidade com foto do representante legal. **• Para fundos de investimento:** último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; documento de identidade com foto do representante legal. Em caso de envio de documentos via correio, tal documentação deve ser direcionada à filial da Cia., na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, nº 222/01, sala 1511, Barra da Tijuca, CEP 22.631-455, Rio de Janeiro/RJ, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. São Paulo, 29 de março de 2024. **Alexandre Pereira Coelho -** Presidente do Conselho de Administração.

HELPMED GESTÃO DEZ SPE LTDA.

CNPJ: 50.615.679/0001-00 - NIRE: 35261288317

São convocados pelo administrador **LUAN CESAR BALBINO DIAS,** os senhores sócios cotista da **HELPMED GESTAO DEZ SPE LTDA.**, para participarem da **Assembleia de Sócios** a se realizar no dia 25/04/2023 às 13:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 13:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NmNmNzBhZmQtMTI0NS00YjgxLWFhOTQtNWYxZWJjMmUyNWVh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

HELPMED GESTÃO DEZ SPE LTDA.

CNPJ: 50.615.679/0001-00 - NIRE: 35261288317

São convocados pelo administrador **LUAN CESAR BALBINO DIAS,** os senhores sócios cotista da **HELPMED GESTAO DEZ SPE LTDA.**, para participarem da **Assembleia de Sócios** a se realizar no dia 25/04/2023 às 13:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 13:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deli

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.

Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 402C-2938-F4AB-BB43.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/402C-2938-F4AB-BB43 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 402C-2938-F4AB-BB43

Hash do Documento

0E883CD7D5E50817AFB66430B702F628FB512A6914C9ED23C3087AB96500207D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 01/04/2024 08:03 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03